UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE HOTELARIA E TURISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HOTELARIA E TURISMO

PÂMELA LAÍS ARRUDA NÓBREGA

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO

Recife
2023

PÂMELA LAÍS ARRUDA NÓBREGA

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Hotelaria e Turismo da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Hotelaria e Turismo.

Área de concentração: Hotelaria e Turismo

Orientadora: Profª. Drª. Luciana Araújo de Holanda

Recife

2023

Catalogação na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

N754a Nóbrega, Pâmela Laís Arruda

Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco / Pâmela Laís Arruda Nóbrega. – 2023.
268 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.ª Dra. Luciana Araújo de Holanda.
Dissertação (Mestrado em Hotelaria e Turismo) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2023.
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Turismo. 2. Políticas Públicas. 3. Gestão de políticas públicas – Brasil. I. Holanda, Luciana Araújo de (Orientadora). III. Título.

338.4791 CDD (22. ed.) UFPE (CSA 2023 – 116)

PÂMELA LAÍS ARRUDA NÓBREGA

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Hotelaria e Turismo da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Hotelaria e Turismo.

Área de concentração: Hotelaria e Turismo

Aprovada em: 31/08/2023.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Luciana Araújo de Holanda (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Profª. Drª. Nathália Körössy Leite (Examinadora Interna)

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Profa. Drª. Vânia Lúcia Quadros Nascimento (Examinadora Externa)

Universidade Federal do Pará - UFPA

Ao Universo, para as pessoas (e cachorros) importantes na minha vida e a mim.

AGRADECIMENTOS

Um dia isso era apenas um sonho e eu me lembro exatamente do sentimento ao passar em frente do DHT e pensar “um dia eu chego aí, mestrado”. E cheguei. Mas para que isso acontecesse, muitos foram os envolvidos e eu agradeço a cada um deles.

Aos meus pais e meu irmão pelo amor e incentivo. Eles sempre me lembram do quanto que sou capaz.

Ao meu companheiro de vida desde 2013, que sempre me incentiva a traçar metas e buscar o melhor. A gente está construindo uma família linda ao lado dos nossos caramelos, e por falar neles… Xena que esteve no meu pé (literalmente) ao longo da escrita dessa dissertação e Adam que chegou durante esse percurso para tornar tudo mais leve.

Aos meus amigos, em especial a Rafaela que está comigo desde o IFPE.

Aos professores e colegas do PPHTUR por essa jornada de muito aprendizado e trocas. Em especial aos dois amigos que fiz aqui: João Victor e Thaís. Nosso encontro e reencontro para que pudéssemos ser companheiros de trabalhos acadêmicos e de muitas trocas de figurinhas e áudios longos (agradeço, principalmente, por escutarem os meus).

Sou imensamente grata à minha orientadora, Luciana Holanda, pelo acolhimento e compreensão ao longo dessa jornada, pela forma leve de conduzir a orientação da pesquisa, sempre com palavras certeiras e inestimáveis. Desde a seleção do mestrado eu já sentia que seria você que estaria comigo nesse mundo das políticas públicas de turismo.

Agradeço às professoras Nathália Körössy (UFPE) e Vânia Quadros (UFPA) que participaram da minha banca de qualificação e trouxeram contribuições enriquecedoras.

A todos os envolvidos, direta ou indiretamente, com o turismo no litoral norte de Pernambuco, por terem me recebido bem e contribuído com essa pesquisa.

Agradeço a professora Bruna Moury (IFPE), minha orientadora na graduação que me incentiva até hoje e que chegou com a notícia de que eu havia passado na seleção do mestrado. Sempre vou me espelhar em você.

Ao Universo, a Deus, onde quer que esteja ou seja, em todas as suas formas e energias eu sei que contribuíram para a escrita de cada ponto e vírgula dessa dissertação.

E por fim, agradeço a mim por nunca ter pensado em desistir.

“Mas eu não vim até aqui pra desistir agora [...]
Se depender de mim, eu vou até o fim [...]”

(ATÉ O FIM, 2001)

RESUMO

O Governo Federal, através do Ministério do Turismo, possui a função de desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, conduzindo as políticas públicas com um modelo de gestão descentralizada e participativa. A partir da constituição do MTur foram implantados macroprogramas para o desenvolvimento do turismo no Brasil, e um deles, considerado pelo Ministério como uma das principais peças da execução da política de turismo no país e referência às demais ações destinadas ao setor, é o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil (PRT). Sendo assim, a presente pesquisa tem o objetivo de avaliar a implementação do Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco, região englobada no PRT por meio dos municípios que compõem o Mapa do Turismo Brasileiro através da região turística Costa Náutica Coroa do Avião. A avaliação do Programa se deu com base na Matriz de Avaliação disponibilizada pelo Ministério do Turismo. Assim, o estudo caracteriza-se por ser de natureza descritiva e abordagem qualitativa, tendo sido desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica com revisão integrativa da literatura, pesquisa documental e pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas e observação não-participante. A análise dos dados coletados se deu por meio da técnica de análise de conteúdo do tipo categorial. Constatou-se que na região turística Costa Náutica Coroa do Avião, o PRT contribuiu para o desenvolvimento ordenado do turismo uma vez que o Programa oferece um direcionamento para os municípios e auxilia na estruturação e organização das políticas turísticas locais, no entanto, a articulação entre as cidades é vista como fraca, e, muitas vezes, a participação no PRT se dá apenas para constar no Mapa do Turismo, sem um real engajamento. Ademais, considera-se problemática a centralização das ações na instância de governança regional, enfatizando a importância da participação equitativa dos setores público e privado e espaço para a sociedade civil. Destaca-se a relevância do monitoramento e avaliação para orientar a implementação eficaz do PRT. Embora o Programa tenha benefícios claros, sua eficácia depende da cooperação ativa, da capacitação e do alinhamento das estratégias entre todos os atores envolvidos. Assim, a avaliação do PRT no litoral norte de Pernambuco pode ser caracterizada como parcialmente positiva.

Palavras-chave: turismo; políticas públicas; avaliação de políticas públicas; Programa de Regionalização do Turismo; avaliação do PRT; litoral norte de Pernambuco.

ABSTRACT

The Federal Government, through the Ministry of Tourism, has the role of developing tourism as a sustainable economic activity, conducting public policies with a decentralized and participatory management model. Following the establishment of the Ministry of Tourism (MTur), macro programs were implemented for the development of tourism in Brazil. One of these programs, considered by the Ministry as a cornerstone in the execution of tourism policy in the country and a reference to other actions in the sector, is the Tourism Regionalization Program - "Roteiros do Brasil" (PRT). Therefore, this research aims to evaluate the implementation of the Tourism Regionalization Program in the North Coast of Pernambuco, a region encompassed by the PRT through the municipalities that make up the Brazilian Tourism Map in the Costa Náutica Coroa do Avião tourist region. The evaluation of the Program was conducted based on the Evaluation Matrix provided by the Ministry of Tourism. Hence, the study is characterized as descriptive and qualitative, developed through bibliographic research with an integrative literature review, document research, and field research involving semi-structured interviews and non-participatory observation. Data analysis was carried out using the categorical content analysis technique. It was observed that in the Costa Náutica Coroa do Avião tourist region, the PRT contributed to the orderly development of tourism since the Program provides guidance to municipalities and aids in the structuring and organization of local tourism policies. However, coordination between cities is perceived as weak, and often, participation in the PRT is merely a formality to be included on the Tourism Map, lacking genuine engagement. Moreover, the centralization of actions within the regional governance body is considered problematic, emphasizing the importance of equitable participation of the public and private sectors and space for civil society. The importance of monitoring and evaluation in guiding the effective implementation of the PRT is emphasized. While the Program has clear benefits, its effectiveness depends on active cooperation, capacity building, and alignment of strategies among all stakeholders involved. Thus, the evaluation of the PRT in the North Coast of Pernambuco can be characterized as partially positive.

Keywords: tourism; public policies; public policy evaluation; Tourism Regionalization Program; PRT evaluation; northern coast of Pernambuco.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Artigos encontrados por região do Brasil	29
Figura 2	Convite da reunião da IGR	40
Figura 3	Divulgação da palestra	40
Figura 4	Ciclo das políticas públicas	45
Figura 5	Avaliação de políticas públicas	47
Figura 6	Objetivos específicos do Programa de Regionalização do Turismo	67
Figura 7	Objetivos estratégicos do Programa de Regionalização do Turismo	69
Figura 8	Linhas de atuação, ações e estratégias de implementação	74
Figura 9	Modelo de Gestão Compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo	77
Figura 10	Módulos Operacionais	83
Figura 11	Visão Geral do Sistema de Informações Turísticas do PRT	88
Figura 12	Site do Mapa do Turismo Brasileiro	91
Figura 13	Linha do tempo do Mapa do Turismo Brasileiro	95
Figura 14	Setorização da Zona Costeira de Pernambuco	97
Figura 15	Ilhota da Coroa do Avião	98
Figura 16	Linha do tempo da composição de região turística com os municípios do litoral norte	100
Figura 17	Coleta de lixo e limpeza urbana de Itamaracá	107
Figura 18	Lixo em Itamaracá	107
Figura 19	Projeto do *trade* turístico do litoral norte	109
Figura 20	Roteiro turístico do litoral norte	112
Figura 21	CADASTUR - Número de cadastros em Itapissuma	114
Figura 22	Resultados carnaval 2020	115
Figura 23	Levantamento da hotelaria no feriado / eventos em 2020	117
Figura 24	Medidas estruturadoras	119
Figura 25	Âncoras	119
Figura 26	Investimento na Ilhota da Coroa do Avião	122
Figura 27	Câmaras temáticas da Instância de Governança Costa Náutica Coroa do Avião	129
Figura 28	Oferta do curso de Guia de Turismo	133

Figura 29 Folheteria turística do litoral sul 135
Figura 30 Rede social Descubra Pernambuco 136
Figura 31 Reunião da IGR Costa Náutica Coroa do Avião na EMPETUR 147
Figura 32 Mapa estratégico 157

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Procedimentos metodológicos	27
Quadro 2	Critérios de inclusão e exclusão	29
Quadro 3	Síntese dos estudos sobre o Programa de Regionalização do Turismo	30
Quadro 4	Documentos pesquisados	35
Quadro 5	Entrevistas	38
Quadro 6	Síntese da trilha metodológica	41
Quadro 7	Ações estratégicas dos eixos de atuação do PRT	71
Quadro 8	Função no PRT por instância de atuação	77
Quadro 9	Interlocutores: perfil, atribuições e qualificação	80
Quadro 10	Objetivos e resultados esperados da roteirização	89
Quadro 11	Variáveis e dados para a categorização de municípios	93
Quadro 12	Categoria dos municípios da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião	102
Quadro 13	Principais resultados: Desenvolvimento do turismo no litoral norte de Pernambuco	124
Quadro 14	Redes sociais dos municípios e região turística	137
Quadro 15	Principais resultados: Estruturação de Produtos Turísticos no litoral norte de Pernambuco	139
Quadro 16	Principais resultados: Gestão Compartilhada do Turismo no litoral norte de Pernambuco	149
Quadro 17	Principais resultados: Implementação da Estratégia do Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco	158

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CADASTUR	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COMBRATUR	Comissão Brasileira de Turismo
DIETU	Departamento de Infraestrutura Turística
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DT	Divisão de Turismo
EMPETUR	Empresa de Turismo de Pernambuco Governador Eduardo Campos
ETE	Escola Técnica Estadual
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo
IADH	Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGR	Instância de Governança Regional
INVTUR	Sistema de Inventariação da Oferta Turística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LOA	Lei Orçamentária Anual
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial de Turismo
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNT	Plano Nacional do Turismo
PRT	Programa de Regionalização Do Turismo
PRTur	Sistema de Gerenciamento de Informações do Programa de Regionalização do Turismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo
RAIS	Relatório Anual de Informações Sociais
SAD	Sistema de Apoio a Distância
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SETUR	Secretaria de Turismo e Lazer
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SISMAPA	Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro
SMA	Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa
SNINFRA	Secretaria Nacional de Infraestrutura Turística

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO..... 19**

1.1 OBJETIVO GERAL..... 22

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... 22

1.3 JUSTIFICATIVA..... 22

2 **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... 26**

2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA..... 26

2.2 REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA..... 27

2.3 COLETA DE DADOS..... 34

2.4 ANÁLISE DOS DADOS..... 40

3 **REFERENCIAL TEÓRICO..... 43**

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS..... 43

3.1.1 AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS..... 46

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO..... 49

3.2.1 AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO..... 52

3.3 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE TURISMO NO BRASIL: da década de 30 até a criação do Programa de Regionalização do Turismo..... 55

3.4 POLÍTICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO..... 57

4 **PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO..... 62**

4.1 DIRETRIZES DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO..... 67

4.1.1 DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO..... 69

4.1.2 MODELO DE GESTÃO DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO..... 76

4.1.2.1 INSTÂNCIA REGIONAL: regiões turísticas e governanças..... 78

4.1.2.2 INTERLOCUTORES..... 79

4.1.2.3 PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA..... 81

4.2 MÓDULOS OPERACIONAIS DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO..... 82

4.2.1 MÓDULO OPERACIONAL 1 - SENSIBILIZAÇÃO..... 83

4.2.2 MÓDULO OPERACIONAL 2 - MOBILIZAÇÃO..... 84

4.2.3 MÓDULO OPERACIONAL 3 - INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL..... 85

4.2.4 MÓDULO OPERACIONAL 4 - ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO REGIONAL..... 86

4.2.5 MÓDULO OPERACIONAL 5 - IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO REGIONAL..... 86

4.2.6 MÓDULO OPERACIONAL 6 - SISTEMA DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS DO PROGRAMA..... 87

4.2.7 MÓDULO OPERACIONAL 7 - ROTEIRIZAÇÃO TURÍSTICA..... 88

4.2.8 MÓDULO OPERACIONAL 8 - PROMOÇÃO E APOIO À COMERCIALIZAÇÃO..... 89

4.2.9 MÓDULO OPERACIONAL 9 - SISTEMA DE MONITORIA E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA..... 90

4.3 MAPA DO TURISMO BRASILEIRO..... 90

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS..... 96

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO..... 96

5.2 COMPOSIÇÃO DA REGIÃO TURÍSTICA COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO..... 99

5.3 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO A PARTIR DO PRT..... 102

5.3.1 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO..... 103

5.3.2 OFERTA E QUALIDADE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS..... 106

5.3.3 AMPLIAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DE OFERTA TURÍSTICA..... 110

5.3.4 FLUXO TURÍSTICO, PERMANÊNCIA NA REGIÃO E GASTO..... 113

5.3.5 IMPACTOS NA ECONOMIA LOCAL..... 118

5.3.5.1 GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA..... 118

5.3.5.2 INVESTIMENTOS (PROJETOS, CONVÊNIOS, EMENDAS PARLAMENTARES)..... 120

5.4 ESTRUTURAÇÃO DE PRODUTOS TURÍSTICOS NO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO..... 127

5.4.1 APROPRIAÇÃO DA ESTRATÉGIA E DA METODOLOGIA DE

SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA NA ESTRUTURAÇÃO DE ROTEIROS TURÍSTICOS..... 127

5.4.2 COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ASSOCIADOS AO TURISMO (ARTESANAL, INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS)..... 130

5.4.3 PROMOÇÃO E APOIO À COMERCIALIZAÇÃO..... 134

5.5 GESTÃO COMPARTILHADA DO TURISMO NO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO..... 142

5.5.1 DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO DO TURISMO..... 143

5.5.2 ARTICULAÇÃO DE ATORES SOCIAIS E FORMAÇÃO DE REDES E PARCERIAS..... 144

5.5.3 GESTÃO COMPARTILHADA DA CONSTRUÇÃO E DA IMPLEMENTAÇÃO DA VISÃO DE FUTURO DO TURISMO REGIONAL.... 146

5.6 IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO..... 152

5.6.1 PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA.. 152

5.6.2 MÓDULOS OPERACIONAIS..... 154

5.6.3 DISPONIBILIDADE E USO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PROGRAMA..... 157

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 162

6.1 LIMITAÇÕES E PESQUISAS FUTURAS..... 164

REFERÊNCIAS..... 166

APÊNDICE A - Planilha da revisão sistemática da literatura..... 183

APÊNDICE B - Roteiro da entrevista semiestruturada..... 186

APÊNDICE C - Registros fotográficos da reunião da Instância de Governança Costa Náutica Coroa do Avião..... 188

ANEXO A - Matriz de Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo..... 190

ANEXO B - Portaria MTur nº 41/2021..... 194

ANEXO C - PRT Novo Ciclo: resultados desejáveis e sugestão de indicadores, por linha de atuação..... 195

ANEXO D - Plataforma do SISMAPA - Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro..... 197

ANEXO E - Questionário incluso no Sistema de Informações do Mapa do Turismo - SISMAPA, do Ministério do Turismo - Mtur..... 198

ANEXO F - Notícia no portal do Mtur sobre a atualização do Mapa em 2023..... 204

ANEXO G - Lei nº 14.258, de 23 de dezembro de 2010 - Política Estadual de Gerenciamento Costeiro..... 206

ANEXO H - Abreu e Lima - Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2022 - Secretaria de Turismo e Cultura..... 207

ANEXO I - Abreu e Lima - Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2023 - Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo..... 208

ANEXO J - Secretaria de Turismo e Cultura – Edital nº 001/2019 – Eleição do COMTUR..... 209

ANEXO K - Edital de chamamento para a eleição e relação de inscrição dos candidatos do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR (2022)..... 210

ANEXO L - Posse dos novos membros do Conselho de Turismo de Abreu e Lima..... 211

ANEXO M - Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião - ATA da Reunião do dia 17/05/2022..... 212

ANEXO N - Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião - ATA da Reunião do dia 23/05/2022..... 213

ANEXO O - Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião - Registros Fotográficos da Reunião do dia 23/05/2022..... 221

ANEXO P - Notícia sobre as estradas e sinalização no litoral norte..... 222

Anexo Q - Roteiro turístico do litoral norte elaborado pela EMPETUR..... 223

ANEXO R - Metropolitana - Bora Pernambucar - Famtour Virtual - Ebook 225

ANEXO S - Editais - Investimentos do PRODETUR..... 226

ANEXO T - Portaria MTur nº 39, de 10 de março de 2017..... 227

ANEXO U - Detalhamento Convênios e Outros Acordos - Portal da transparência..... 228

ANEXO V - Folders turísticos dos municípios..... 230

ANEXO W - Pernambuco é destaque em reunião do Ministério do Turismo com Interlocutores Estaduais e Regionais..... 239

ANEXO X - Atualização do Mapa do Turismo em 2017..... 241

ANEXO Y - Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica

Coroa do Avião - ATAS de reuniões das datas 09/10/2018, 28/02/2023 e 31/05/2023..... 242

ANEXO Z - Instagram da Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião..... 263

ANEXO AA - Mapa do Turismo de 2004 a 2023..... 264

1 INTRODUÇÃO

As transformações sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais ocorrem dentro do cenário de um turismo que está ganhando crescente destaque, impulsionando o desenvolvimento das localidades onde ele se manifesta. Esse contexto realça a necessidade imperativa de implementar um planejamento turístico eficaz. Quando esse planejamento é devidamente conduzido e supervisionado por uma administração competente, os benefícios oriundos do turismo podem ser ampliados, contribuindo para o possível progresso socioeconômico do destino turístico.

Dentro dessa perspectiva, o poder público enxerga no turismo a oportunidade de criar fontes econômicas, enquanto as comunidades interessadas em promover o turismo deparam-se com a complexa realidade dessa atividade lucrativa. No entanto, essa complexidade não deve ser subestimada. É nesse ponto que a intervenção de políticas públicas especificamente voltadas para a gestão de espaços turísticos se torna crucial e ganha destaque. Essas políticas buscam lidar com os aspectos intrínsecos à natureza do turismo (VIRGÍNIO; FERREIRA, 2013).

No turismo, as políticas públicas orientam o desenvolvimento da atividade turística em certos espaços, sendo previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 180, o qual estabelece que "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico". Para que isto ocorra, é necessário que existam órgãos, leis e decretos para regerem a atividade turística, a qual será guiada através das políticas públicas, sendo por metas, ações, programas, planos e projetos. Sette, Valle e Coutinho (2014) consideram o poder público como agente promotor de políticas públicas, essencial na formação de políticas de turismo voltadas para um desenvolvimento local sustentável.

Segundo González (2011), política pública de turismo é um conjunto de atividades, processos e decisões que são promovidas pelo governo, e em algumas ocasiões em parceria com outros atores, com a finalidade de alcançar objetivos diversos referentes ao turismo. Gastal e Moesch (2007) dão ênfase aos atores, afirmando que o *trade* turístico e a sociedade têm um papel fundamental no processo de formulação das políticas de turismo, com a finalidade de sistematizar questões estratégicas. Sette, Valle e Coutinho (2014) reiteram que o turismo enquanto atividade realizada em um território, local ou regional, e relacionada com o setor privado e a sociedade civil, torna-se primordial não só uma maior participação das comunidades na formulação das políticas públicas, como também um amplo relacionamento

entre as esferas do governo com objetivos de integração regional.

A partir das políticas de turismo pode-se buscar uma atividade turística que desempenhe as mudanças sociais e que gere renda para a localidade envolvida. No entanto, as razões para promover o turismo em determinada localidade, conforme Coutinho e Nóbrega (2019), precisam estar expressas nas políticas públicas, sendo um dos motivos que determinadas políticas funcionam em alguma localidade e em outra não, pois dependerá do foco e desempenho do Estado para com a atividade turística.

O campo de estudo sobre as políticas públicas na área do turismo é relativamente recente e em constante construção (DREDGE; JENKINS, 2011; CAPELLA, 2020). Segundo Dredge e Jenkins (2011), essa linha de pesquisa no turismo tem ganhado relevante significância desde o início do século XXI, resultado de pensamentos, ideias, ações e colaboração de diversos atores, agências e instituições.

No Brasil, o estudo das políticas públicas de turismo ainda é bastante incipiente, mesmo o turismo sendo uma área multidisciplinar e transdisciplinar (RIGOLDI; SPERS; VIEIRA, 2018). A carência de investigações sobre turismo e políticas públicas indica a oportunidade para a realização de pesquisas em relação à aplicação e produtividade do turismo no contexto governamental.

Os esforços do poder público é algo substancialmente importante para alcançar o desenvolvimento turístico, por meio de planejamento e investimento (VIRGÍNIO; FERREIRA, 2013). No Brasil, a década de 1990 foi marcada como uma redescoberta do turismo como atividade econômica pelo Estado brasileiro. Depois de anos sendo tratado de maneira marginalizada pela administração pública, o turismo passa a ocupar lugar de destaque no planejamento do governo (Cruz, 2005). A atividade turística ganhou notoriedade e estabilização no que tange à efetividade de uma política pública a partir da criação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) em 1994, pautado na descentralização da gestão e valorização da função dos municípios como gestores e agentes de deliberação do turismo a nível local (SERRA; PAZ, 2022).

Com a criação do Ministério do Turismo (MTur), em 2003, deu-se continuidade à gestão descentralizada e participativa da atividade turística, mas foi instituído um novo princípio básico para conexão das esfera federal com Estados, Municípios e sociedade, tendo a regionalização como eixo norteador (CAMPOS; MOESCH; SILVA, 2016). Foram implantados macroprogramas para o desenvolvimento do turismo no Brasil, dentre os quais destaca-se o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, considerado pelo MTur como uma das principais peças da execução da política de turismo no país e referência

às demais ações destinadas ao setor.

O Programa de Regionalização do Turismo, instituído no ano de 2004, concentra-se na convergência e interação das ações empreendidas pelo MTur com os estados e municípios brasileiros (MTUR, 2019a). O PRT "propõe o desenvolvimento da atividade turística de forma regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo, integrando os diferentes atores públicos, privados e da sociedade civil" (MTUR, 2019b, p. 8). De acordo com o Ministério do Turismo (2011), o Programa de Regionalização surgiu a partir de princípios adotadas pela Organização Mundial de Turismo (OMT), que apontava uma tendência de estruturação do turismo através de regiões, com uma maior valorização dos municípios, os quais teriam potencial para trabalhar e crescer conjuntamente, somando ao potencial turístico já existente.

A presente dissertação se insere nessa conjuntura, possuindo como enfoque de estudo a política pública de turismo na região do litoral norte do estado de Pernambuco, no nordeste do Brasil. Essa referida região abrange oito municípios (Abreu e Lima, Araçoiaba, Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, Itaquitinga e Paulista), dos quais cinco compõem o Mapa do Turismo Brasileiro de 2023, constituindo a região turística Costa Náutica Coroa do Avião no âmbito do PRT, sendo detentora de grande potencial turístico, predominantemente, para o turismo de sol e mar, turismo cultural e ecoturismo.

Os destinos turísticos localizados no litoral norte foram, outrora, importantes para o turismo de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2008). É fundamental salientar que a região teve seu ápice no turismo nas décadas de 1970 e 1980 e começou o declínio em 1990, tanto na demanda quanto na qualidade (CARVALHO, 2009; CANDIDO, 2017), ocorrendo devido a fatores internos, como infraestrutura inadequada para suportar mais visitantes (OLIVEIRA; VIANA; BRAGA, 2010) e externos, quando destinos turísticos do litoral sul, como Porto de Galinhas em Ipojuca, iniciaram sua ascensão no turismo. Conforme afirma a EMPETUR (2019), Ipojuca é um dos principais destinos indutores do turismo de Pernambuco, juntamente com Recife e Fernando de Noronha, que juntos, entre 2018 e 2019, receberam cerca de 7,1 milhões de turistas, segundo dados da EMPETUR (2019).

Enquanto o litoral sul de Pernambuco recebe, durante o ano, cerca de 1,2 milhão de turistas nacionais (79,10%) e estrangeiros (20,90%), o litoral norte tende a receber turistas locais e regionais, sendo a grande maioria (96,1%) oriunda de Pernambuco, com fluxo mais significativo nos feriados e época de férias e verão, configurando o turismo de segunda residência, especialmente no município da Ilha de Itamaracá (PERNAMBUCO, 2008; PERNAMBUCO, 2014; MOROSINI, 2019).

Apesar do potencial turístico do litoral norte de Pernambuco, tendo em vista seu rico patrimônio histórico, cultural e natural, viu-se ao longo dos anos o declínio do fluxo de turistas e o aumento de impactos negativos nesta região que possui no turismo umas das principais atividades econômicas para o seu desenvolvimento. Além da ação destrutiva do mar, a poluição por lixo e esgotos domésticos são evidenciados nas praias do litoral norte, estas ocorrências, ao mesmo tempo que destroem as potencialidades turísticas e de lazer, dificultam uma importante fonte de renda e de emprego para as populações locais, além de comprometer o bem-estar destes, de veranistas e visitantes (PERNAMBUCO, 2003).

Diante do exposto, por aspirarmos por um turismo regional e integrado para a região do estudo, propõe-se investigar a seguinte pergunta de pesquisa: **Como se deu a implementação do Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco de 2004 a 2023?** Tendo como fundamento este problema de pesquisa, elaborou-se o objetivo geral e dele foram desmembrados os objetivos específicos apresentados na sequência.

1.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar a implementação do Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco de 2004 a 2023.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Descrever o desenvolvimento do turismo no litoral norte de Pernambuco a partir do PRT;
b) Apresentar a estruturação de produtos turísticos no litoral norte de Pernambuco;
c) Analisar a gestão compartilhada do turismo no litoral norte de Pernambuco;
d) Examinar a implementação da estratégia do Programa de Regionalização do Turismo.

1.3 JUSTIFICATIVA

Carvalho (2009, p. 91) afirma que “o litoral norte do Estado, embora ainda possua uma relativa visitação de turistas ao longo do ano, encontra-se carente de ações onde o turismo possa ser novamente prioridade”. Apesar do percurso de tempo que já se passou desde a pesquisa anteriormente citada, a região ainda se encontra em um processo de reordenamento turístico desde o seu apogeu nas décadas de 1970 e 1980. É o que retrata

Soares (2021) ao mostrar os aspectos atuais das praias mais procuradas da região, as quais se encontram com uma infraestrutura inadequada tanto para moradores, veranistas, comerciantes das praias, quanto para visitantes e turistas.

Realizando um comparativo do desenvolvimento turístico das duas regiões litorâneas do estado de Pernambuco, na contramão do desenvolvimento turístico do litoral sul está o litoral norte, não pela ausência de belezas naturais, mas pela falta de infraestrutura básica que é primordial, como as vias de acesso às praias com falta de sinalização e trechos esburacados, saneamento, segurança pública, etc, e de apoio ao turista, como a rede hoteleira, bares e restaurantes. A infraestrutura básica afeta diretamente o desenvolvimento da infraestrutura turística, pois é preciso que se tenha primeiramente uma infraestrutura básica em boas condições, onde os moradores da região irão usufruir, para depois se pensar na infraestrutura turística, a qual poderá partir também de investimentos privados.

O Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco, elaborado em 2008, afirma que no litoral norte é visível a decadência dos equipamentos em decorrência da queda no volume de visitantes. Mesmo com o passar dos anos, esse cenário prevalece e a ausência de visitantes e turistas durante o ano inteiro na região afeta diretamente quem tem o turismo como principal fonte de renda. Realidade mostrada na reportagem da TV Jornal (HENRIQUE, 2019), onde uma comerciante atuante na praia de Maria Farinha, em Paulista, diz que eles só possuem o mês de janeiro para trabalhar pelo ano inteiro, tendo em vista que é o mês de férias e verão e as praias passam a ser mais frequentadas.

De acordo com os estudos de Rigoldi, Spers e Vieira (2018), é percebido uma ineficiência do poder público, bem como uma inércia da participação eficiente da iniciativa privada e da sociedade civil acerca das políticas públicas de turismo no Brasil. Contudo, os estudos acadêmicos têm a capacidade de disseminar o conhecimento e fazer com que, através deles, se mude ações, legislações e articulações para o fortalecimento do setor turístico. Diaz e Pimentel (2021) abordam que o grau de desenvolvimento do setor de turismo institui problemáticas políticas, econômicas e sociais que estimulam as universidades a participarem nos assuntos públicos a fim de cooperar na busca de soluções, sendo importante estimular e fortalecer essa participação no ciclo das políticas públicas, reforçando os vínculos entre pesquisa e decisão pública.

De acordo com Lugoboni (2017), em uma pesquisa científica, o ponto de partida é a identificação de uma lacuna de pesquisa. Então, tendo como base esse princípio, procuramos identificar as lacunas existentes, pois precisávamos verificar os questionamentos que ainda não foram esclarecidos pela comunidade acadêmica, mais precisamente sobre a política

pública de turismo no litoral norte de Pernambuco no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo.

Por isso, entendendo os fatores citados anteriormente como influenciadores na escolha do litoral norte de Pernambuco como área de estudo dessa pesquisa, pode-se reforçar também, do ponto de vista acadêmico, que há poucas pesquisas voltadas para esta região havendo, portanto, a necessidade de investigar o PRT e como ele influencia no desenvolvimento turístico da região.

É importante ressaltar que a abordagem do Programa de Regionalização do Turismo, no contexto do lócus de estudo, é pautada em uma literatura incipiente. Na perspectiva do PRT, analisando os estudos feitos com base em uma revisão integrativa da literatura, é possível observar que nenhum artigo acadêmico aborda o Programa de Regionalização do Turismo em Pernambuco ou nas regiões e municípios do estado. Ressaltamos, ainda, que o resultado da revisão integrativa da literatura foi de trinta e dois (32) artigos acadêmicos (ver figura 1) analisados e nenhum deles está concentrado no estado de Pernambuco (ver apêndice A), reforçando assim a necessidade da realização de pesquisas acerca da temática desta dissertação.

Os estudos científicos necessitam contribuir sobremaneira para a sociedade. Então, do ponto de vista prático, espera-se que os resultados desta pesquisa possam sensibilizar o poder público federal, estadual, municipal e os envolvidos na governança regional para que atuem por uma gestão com eficiência, frutífera e colaborativa, a fim de se ver um novo e promissor cenário para esta região.

Corroborou para a escolha do tema de pesquisa a vivência da pesquisadora nessa região do estado, enquanto residente e profissional do turismo, atuando neste território tanto no setor público quanto no privado. Desde a graduação, o litoral norte de Pernambuco tem sido o lócus de estudo de suas pesquisas por ver a necessidade e importância da colaboração dos estudos para o desenvolvimento turístico da região. O interesse pelo tema da dissertação surgiu pela experiência profissional na Secretaria de Turismo e Cultura da cidade de Abreu e Lima, atuando no desenvolvimento de atividades na área técnica de turismo, bem como participando do processo de criação do Conselho de Turismo da cidade, sendo membro-presidente entre 2019 e 2020. Atuou também como interlocutora governamental na Instância de Governança Regional da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião, do Programa de Regionalização do Turismo - PRT. Na ocasião, as pautas e debates nas reuniões provocaram questionamentos no sentido da atuação dos atores sociais no turismo do litoral norte e como estava se dando efetivamente o PRT na região. Dessa forma, esta pesquisa surge

a partir desses desdobramentos e tem o intuito de aprofundamento do tema nos aspectos acadêmicos.

O estudo fornecerá elementos que poderão contribuir para a gestão pública, podendo torná-la mais efetiva. A discussão que se pretende realizar com esta pesquisa contribuirá para a análise das políticas de turismo a partir do contexto empírico da investigação no litoral norte do estado de Pernambuco, local da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião, considerando a escassez de publicações que abordem o tema inteiramente.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção possui como propósito apresentar os procedimentos metodológicos que foram adotados com a intenção de alcançar os objetivos apontados nesta investigação. Será exibida a estratégia de pesquisa, com a abordagem metodológica, as técnicas e os instrumentos de coleta e de análise dos dados que foram utilizados.

2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Com a finalidade de avaliar o Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa e com caráter descritivo, a qual foi operacionalizada em fases metodológicas diversas.

A pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa, buscando dar sentido ou interpretar os fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhes trazem (DENZIN; LINCOLN, 2000). Deslauriers e Kérisit (2008) afirmam que a pesquisa qualitativa, porém, não se reduz apenas a uma descrição acurada das ações e dos fenômenos que são passíveis de observação, mas que o objeto da pesquisa qualitativa trata-se da ação interpretada, ao mesmo tempo, pelo investigador e pelos atores da pesquisa.

Este estudo possui natureza descritiva, uma vez que busca avaliar o Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco. Segundo Triviños (1987), para que as pesquisas descritivas possuam um certo grau de validade científica, faz-se mister definir precisamente as teorias, modelos, métodos e técnicas que conduzirão a coleta e análise dos dados.

A avaliação do Programa no litoral norte de Pernambuco se deu com base na Matriz de Avaliação[1] disponibilizada pelo Ministério do Turismo (2011), que também foi utilizada na pesquisa realizada por Lopes (2013). A Matriz de Avaliação foi criada em conjunto por especialistas do Ministério do Turismo (MTur) e do Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH) com o objetivo de realizar a avaliação do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil (2004 a 2010) no âmbito das 27 Unidades da Federação e da União.

A Matriz de Avaliação foi elaborada com base nas ideias e sugestões apresentadas pelos participantes de um seminário realizado. O processo começou com uma oficina em Brasília, na qual os consultores envolvidos se alinharam e discutiram os próximos passos. Em

[1] Ver anexo A

seguida, foi realizado um seminário no dia 5 de julho de 2010, com a participação de um grupo selecionado de pessoas. O objetivo desse seminário foi definir as dimensões, variáveis e indicadores do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, que seriam objeto de avaliação. Durante o seminário, foram discutidas e estabelecidas as principais características a serem avaliadas no Programa. Essa Matriz de Avaliação norteou todas as atividades de avaliação realizadas pelo Mtur e ela contém:

a) As dimensões e variáveis específicas objetos da avaliação;
b) As perguntas críticas orientadoras da avaliação;
c) Os indicadores construídos para medir, quantitativa e qualitativamente, as atividades, os resultados e o impacto do Programa;
d) As fontes de informação pesquisadas;
e) Os instrumentos de coleta das informações.

Assim, a Matriz de Avaliação norteou a definição dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, a saber: pesquisa bibliográfica, revisão integrativa da literatura, pesquisa documental, observação não-participante e entrevistas. O quadro 1 esboça, a partir do objetivo geral, os procedimentos utilizados para que o mesmo seja alcançado, juntamente com os objetivos específicos.

Quadro 1 - Procedimentos metodológicos

Objetivo Geral	Objetivos específicos	Procedimentos metodológicos
Avaliar o Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco.	a) Descrever o desenvolvimento do turismo no litoral norte de Pernambuco a partir do PRT;	Pesquisa documental Entrevista semiestruturada
	b) Descrever a estruturação de Produtos Turísticos no litoral norte de Pernambuco;	Pesquisa documental Entrevista semiestruturada
	c) Analisar a gestão compartilhada do turismo no litoral norte de Pernambuco;	Pesquisa documental Entrevista semiestruturada Observação não-participante
	d) Analisar a implementação da estratégia do Programa de Regionalização do Turismo.	Pesquisa documental Entrevista semiestruturada Observação não-participante

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

2.2 REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Com objetivo de averiguar qual o cenário dos estudos acerca do Programa de Regionalização do Turismo desde a sua instituição em 2004, realizou-se uma revisão

integrativa da literatura com a finalidade de apreender como o Programa de Regionalização do Turismo é abordado no campo acadêmico brasileiro.

A revisão integrativa é uma técnica metodológica de revisão de literatura mais abrangente que inclui produções teóricas e empíricas devendo ser executada em seis etapas: (1) elaboração da pergunta norteadora; (2) busca ou amostragem na literatura; (3) coleta de dados; (4) análise crítica dos estudos incluídos; (5) discussão dos resultados; e (6) apresentação da revisão integrativa (SOUZA; DIAS; CARVALHO, 2010).

Inicialmente foi definido o seguinte questionamento norteador para dar início às buscas: Qual o panorama dos estudos acerca do Programa de Regionalização do Turismo no período 2004-2023?

Em seguida, realizou-se um levantamento bibliográfico a partir de buscas no Periódicos CAPES por englobar mais de 49 mil periódicos e 455 bases de dados (CAPES, 2023), no Google Acadêmico pela sua abrangência nos resultados de busca e na base de dados de Publicações de Turismo - EACH/USP utilizando as seguintes palavras-chave: “regionalização”, “programa de regionalização” e “programa de regionalização do turismo”.

Salienta-se que as buscas foram pautadas no recorte temporal a partir de 2004, por este ser o ano da instituição do Programa, e se deu até o ano de 2023. A escolha por este recorte temporal ocorreu pelo fato da pesquisadora buscar compreender, através de uma linha do tempo dos estudos e fazendo a leitura dos artigos mais antigos para os mais recentes, o que vem sendo acrescentado às discussões teóricas ao longo do tempo e quais as lacunas existentes no campo científico acerca da temática.

Assim, em um primeiro momento, foram salvos cinquenta (50) arquivos de texto: artigo (39), monografia (1), dissertação (9) e tese (1) para, posteriormente, realizar a análise detalhada deles. Para a exclusão dos textos foram estabelecidos os critérios a seguir: textos em formato de monografia, dissertação e tese; artigos sem discussão em profundidade sobre o Programa de Regionalização do Turismo e, por fim, artigos que não se relacionam teoricamente com a temática central deste estudo, ou seja, a regionalização do turismo e o Programa. Desta forma, foram excluídos dezoito (18) arquivos.

Como critério de inclusão (quadro 2), foram lidos e investigados os artigos que dialogam com o objetivo deste estudo. Desta forma, resultou-se um somatório de trinta e dois (32) artigos acadêmicos.

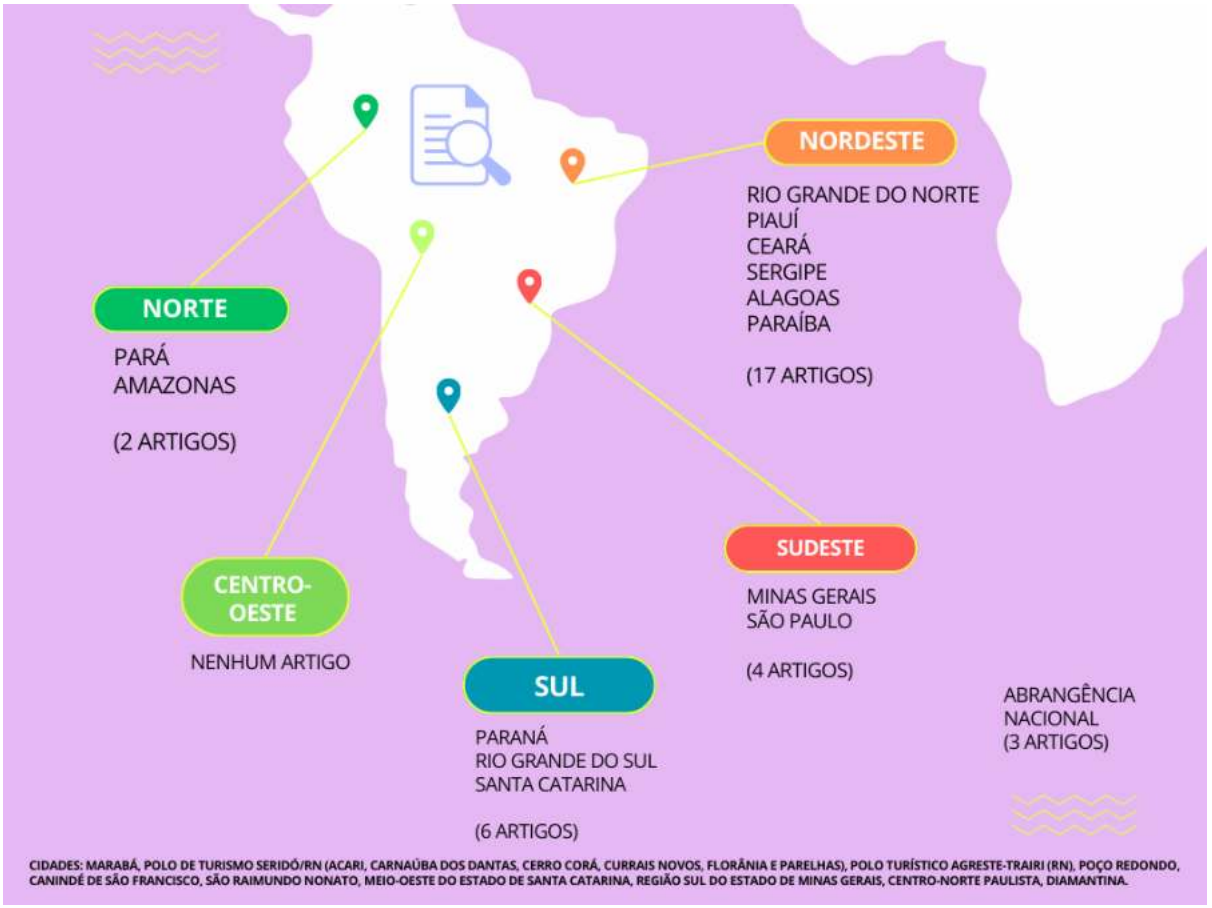
Quadro 2 - Critérios de inclusão e exclusão

Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
Artigos de periódico científico avaliado por pares	Monografias, dissertações e teses
Artigos que respondessem à pergunta de pesquisa	Artigos que fossem incipientes na abordagem sobre o Programa de Regionalização do Turismo

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Estes trabalhos encontrados estão concentrados em áreas como Turismo, Hotelaria, Gastronomia, Administração, Gestão, Geografia e Sustentabilidade. As pesquisas dos artigos estão concentradas em 4 regiões do Brasil (figura 1), sendo Norte (Pará e Amazonas), Nordeste (Paraíba, Ceará, Piauí, Sergipe, Rio Grande do Norte e Alagoas), Sudeste (Minas Gerais e São Paulo) e Sul (Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná)[2].

Figura 1 - Artigos encontrados por região do Brasil



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Constatou-se que as pesquisas sobre o Programa de Regionalização do Turismo surgiram no campo científico em 2006, dois anos após a instituição do Programa, o que pode-se afirmar que é compreensível tendo em vista o pouco tempo que ele havia sido

[2] Mais detalhes podem ser vistos no apêndice A - Planilha da revisão sistemática da literatura.

lançado, e as últimas pesquisas datam em 2022. O estudo verificou uma lacuna de artigos nos anos de 2009, 2010 e 2014 (quadro 3).

Quadro 3 - Síntese dos estudos sobre o Programa de Regionalização do Turismo

Autores	Objetivo	Métodos empregados	Principais conclusões
Catai, Schnorr, Simonato, Molina e Bulzoni (2006)	Apresentar os principais pontos que remetem a conceituação de regionalização presente em uma política pública de planejamento turístico e o processo de regionalização ocorrido na região Centro-Norte Paulista	(o texto não especifica)	- A recente preocupação dos governos municipais em identificar o turismo como forma de investimento em uma atividade geradora de divisas e proporcionadora de qualidade de vida para a população local; - *Trade* turístico sem comprometimento na efetivação da política e a comunidade alheia aos acontecimentos; - Elaboração de cursos de conscientização e a formulação de novas rotas; capacitação destinados a serviços turísticos.
Silva Júnior (2006)	Refletir sobre a estratégia de desenvolvimento regional adotada pelo governo federal através do PRT.	Estudo de caso	O planejamento, pelo setor público, convive com o ceticismo em relação à eficácia do PRT.
Rocha, Junior e Santos (2007)	Discutir e avaliar, de forma breve, o avanço do Programa, observando as especificidades da atividade turística, as políticas públicas de planejamento dos territórios e suas interfaces, bem como da dinâmica da atividade frente a essas políticas.	Artigo teórico	- Risco das propostas contidas no Programa não se traduzirem em instrumentos de transformação das realidades e não possibilitarem a ruptura com o processo de desigualdade que existente no País; - Diferenças nos espaços, em suma aquelas dotadas de melhor infraestrutura, que já recebem considerável montante de investimentos.
Endres (2008)	Levantar questionamentos sobre as condutas dos governos estaduais (PA e PB) na implementação do PNMT e PRT	Pesquisa documental; entrevistas semiestruturadas; observação assimétrica.	Como no PNMT, no PRT a constituição das redes é uma imposição de agentes externos.
Morais e Andrade (2008)	Analisar a percepção dos gestores públicos e da comunidade local acerca das políticas públicas desenvolvidas pelos órgãos responsáveis pela atividade em âmbito nacional, estadual e local.	Entrevistas com os atores sociais.	Os municípios estudados não possuem uma política de turismo de gestão integrada e participativa, os produtos regionais não estão agregando valor ao produto turístico, ocasionando o esvaziamento da experiência turística e a renda gerada pelo turismo encontra-se centralizada.
Lazzarotti, Filippim, Nodari, Wittmann e Feger (2008)	Caracterizar as presenças das categorias espaciais possíveis, com base na localização dos atrativos turísticos no território.	Descritivo-analítico; exploratório; fundamentada em dados empíricos ou coletados em fontes	Conflitos quando os planejadores pretendem atuar nos corredores turísticos, implicando interesses de grupos distintos, muitas vezes, não ligados diretamente à exploração do turismo.

		bibliográficas e documentais.	
Machado e Tomazzoni (2011)	Analisar os processos de regionalização turística do Estado do Rio Grande do Sul e as características da determinação dos espaços turísticos regionalizados.	Qualitativa e exploratória.	As características turísticas de cada região, para organização do turismo regionalizado, não foram definidas com a participação direta das comunidades locais.
Fernandes (2012)	Apresentar como se desenvolve a aplicação do Programa de Regionalização do Turismo no Circuito Turístico Caminhos Gerais a partir das diretrizes operacionais propostas pelo Programa.	Estudo de caso; entrevistas.	- O Circuito Caminhos Gerais não conseguiu desenvolver de forma efetiva a aplicação das propostas do Programa; - Distanciamento entre a elaboração e execução das políticas e ações para o desenvolvimento turístico.
Campos, Santos e Santos (2012)	Analisar a importância do planejamento para a construção de roteiros turísticos no estado de Sergipe considerando as premissas do PRT.	Pesquisa documental; pesquisas realizadas *in loco*.	- Necessidade de articulação entre os setores públicos e privados; - Mantém a comercialização de produtos turísticos já comercializados anteriormente à implantação do PRT, não oferecendo novas opções ao turista; - O roteiro Cidades Históricas não é comercializado na íntegra, assim a articulação e os propósitos e diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo não serão alcançados.
Nóbrega e Figueiredo (2012)	(o texto não especifica)	Artigo teórico	Um dos grandes problemas da Amazônia é conseguir reduzir de forma significativa as desigualdades regionais e reduzir a pobreza por meio de uma política redistributiva, tentando estabelecer políticas de crescimento econômico, ao lado de políticas de redução da desigualdade de renda.
Virginio e Ferreira (2013)	Avaliar se o Programa de Regionalização do Turismo é uma importante política de desenvolvimento para o estado.	Descritivo de natureza qualitativa.	- Importantes avanços como a criação das 05 regiões turísticas e seus conselhos de turismo, proporcionam um ambiente que se mostra articulado, porém ainda não está mobilizado em grande parte dos municípios; - Não se pode dizer que a implementação da regionalização ocorra de forma plena no estado.
Fernandes e Coriolano (2015)	Identificar o desempenho dos grupos gestores dos destinos indutores do Ceará na condução do processo de regionalização.	Revisão de literatura, pesquisa documental e de campo com amostra do tipo não probabilística "intencional"	- Os grupos gestores se impulsionam, mas não conseguem estabelecer vínculos fortes entre si e com as forças políticas; - A criação dos grupos movimentou os locais, mas os não conseguiram se sustentar; - A condição de decidir e de interferir foram insuficientes e descontínuas.
Feger, Abrahão, Gândara, Oliveira e Melo (2016)	Identificar e analisar a relevância dos atores na configuração do turismo da Região Turística Litoral do Paraná.	Exploratória e descritiva; pesquisa quantitativa.	- Apesar de não possuírem um grau de centralidade significativo, os municípios revelam-se importantes elos de ligação entre os atores regionais; - Observa-se pouca representatividade da instância de governança regional.

Assis (2016)	Analisar os impactos territoriais das políticas de regionalização do turismo no Noroeste do Ceará, tendo como foco o município de Camocim.	Abordagem qualitativa; estudo de caso.	- Camocim não apresenta um produto turístico consolidado; - A integração regional pretendida com a Rota das Emoções não se concretizam e várias ações projetadas para viabilizar o roteiro regional não saem do papel e outras não se efetivam.
Macêdo, Alberto, Alvarenga e Figueiredo (2016)	Analisar o processo de implementação do Programa de Regionalização do Turismo no estado do Piauí.	Pesquisa descritiva com abordagem qualitativa.	A inclusão do turismo na agenda pública dos municípios piauienses ainda é uma realidade distante. Há descomprometimento por parte dos gestores e da comunidade e falta estrutura física e pessoal técnico.
Bantim e Fratucci (2016)	Investigar o processo de formação e o modelo de gestão do Circuito das Águas Paulista.	Pesquisa de natureza qualitativa com caráter exploratório e descritivo	A formação do Circuito se iniciou em função da demanda dos próprios municípios que o integram, mas sua institucionalização apenas ocorreu devido à influência das políticas públicas nacionais de turismo.
Campos, Moesch e Silva (2016)	Analisar o processo de implantação do Programa de Regionalização Turismo em São Raimundo Nonato.	Revisão teórica de nível exploratório com procedimento técnico de análise documental.	Apesar de possuir um atrativo mundial, o Parque Nacional da Serra da Capivara, existe uma completa desarticulação política que não favorece o desenvolvimento do município ou investimento de forma eficaz.
Endres, Silva, Mendes e Frazão (2016)	Investigar de que maneira as ações do PRT e do PRODETUR, orientado pelo governo estadual, influenciam neste processo de interiorização.	Pesquisa descritiva e qualitativa; pesquisa documental; entrevistas estruturadas e semiestruturada	O incremento do turismo no interior acontece a partir da articulação dos atores locais, de forma horizontalizada, sem a presença do governo estadual. Apesar do discurso de interiorização, é o litoral que recebe os investimentos em planejamento e promoção.
Tomazin e Beni (2017)	Analisar os impactos sociais sobre a qualidade das políticas públicas no campo do turismo tendo como objeto de estudo o PRT.	Abordagem qualitativa; análise documental.	Distanciamento entre teoria e prática do PRT.
Silva e Fonseca (2017)	Analisar o processo de interiorização do turismo potiguar, avaliando como os recursos repassados pelo MTur têm sido aplicados.	Método misto	As ações realizadas pelo MTur não foram satisfatórias para interiorizar o turismo nas regiões pesquisadas, em grande medida isso se deve ao conteúdo político relevante de suas ações, bem como esse fato se sobrepõe às decisões racionais técnicas e de cunho colaborativo.
Venâncio (2017)	Analisar o Programa de Regionalização do Turismo no Rio Grande do Norte com o propósito de fazer uma avaliação enfatizando a perspectiva administrativa.	Abordagem qualitativa; análise documental.	A metodologia do PRT não foi internalizada como deveria tanto na capital como nos municípios participantes, persistindo uma morosidade no processo de tomada de decisão em decorrência da centralização.
Rocha (2018)	Entender a emergência da política de regionalização	Qualitativa com	As políticas públicas de turismo no Estado não atuam conforme se deve, e a prática do turismo não está em sua total potencialidade.

	do turismo no Estado do Piauí.	aplicação de entrevista estruturada.	
Rocha (2018)	Analisar o desenvolvimento regional por meio do Programa de Regionalização do Turismo no Estado do Piauí.	Qualitativa com aplicação de entrevista estruturada.	O Piauí padece de alguns entraves como descontinuidade política e maiores investimentos no segmento turístico, aspectos que interferem no aproveitamento e desenvolvimento do setor.
Feger e Veis (2018)	Descrever e analisar a implementação do turismo nas regiões turísticas Corredor das Águas e Litoral do Paraná no contexto da regionalização do turismo.	Qualitativa; exploratória e descritiva.	Existe disseminação do conhecimento sobre a regionalização, mas também dificuldades para a implementação das ações necessárias ao desenvolvimento do turismo.
Silva e Lima (2019)	Avaliar o desempenho do Fórum Estadual de Turismo (FORETUR).	Análise documental	Nos documentos produzidos pelo estado sobre a atividade turística, existem aspectos importantes relacionados ao PRT, mas não se encontram propostas palpáveis, como projetos e roteiros, e nem indicações de como o processo pode ser conduzido na prática.
Pinheiro, Maracajá e Chim-Miki (2019)	Diagnosticar como ocorre a participação social no processo de implementação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT).	Quali-quantitativa	- Política pública de regionalização do turismo implementada em forma de Conselhos de Turismo liderados por organismos públicos, com a inclusão de diversas instâncias da sociedade. - Nota-se inconsistências para a uma completa gestão participativa.
Serra e Paz (2020)	Analisar a espacialidade do Programa Mapa do Turismo Brasileiro no município de Marabá por meio da regionalização do território paraense empreendida pelo governo federal.	Pesquisa documental	- Os resultados mostram que agentes públicos e privados envolvidos no turismo aderem ao Programa apenas para angariar fundos públicos; - O PRT toma o conceito de região turística como somatória de municípios sem haver um efeito regional entre eles.
Xavier, Totti e Raddatz (2021)	Analisar os mecanismos de governança turística do Fórum Regional de Turismo – Região Central, Rio Grande do Sul, Brasil.	Estudo de caso, qualitativo e descritivo; entrevista semiestruturada.	A falta de Estatuto e Plano Regional de Turismo prejudica as ações do Fórum e a obtenção de recursos financeiros.
Anjos e Andrade (2021)	Analisar a evolução da categorização regional do turismo no Estado de Santa Catarina, a partir da categorização e regionalização.	Exploratório e descritivo, através de pesquisa documental.	As regiões se encontram em constantes transformações nos momentos de renovações de políticas públicas, que sinalizam a necessidade de adoção de ações de governança estratégica por parte das administrações nos três níveis.
Lima e Costa (2021)	Apresentar e discutir alguns resultados encontrados em uma pesquisa que avaliou a implementação do PRT nas regiões turísticas do Rio Grande do Norte de 2004-2014.	Pesquisa documental; entrevistas.	A forma de elaboração dos planos de desenvolvimento regionais precisa ser revista, para que se insiram efetivamente os atores e realidades locais.

Serra e Paz (2022)	Identificar e analisar a atuação dos agentes produtores do turismo em Marabá, bem como esses agentes reproduzem de forma política e espacial os critérios do Mapa do Turismo Brasileiro (MTB).	Observação direta; entrevistas.	- As políticas não se efetivam na realidade porque há uma concentração das políticas em âmbito local; - Não há prioridade da atividade turística na agenda.
Fonseca, Todesco e Silva (2022)	Analisar as diretrizes norteadoras do processo de regionalização turística implementado pelo Ministério do Turismo no Brasil.	Estudo bibliográfico e documental.	- Fragilidade dos critérios para a composição das regiões turísticas e da categorização dos municípios; - O PRT estimula a competitividade inter-regional e a competição intrarregional.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos estudos encontrados (2023)

Com base no quadro 3, foi possível observar que, do ponto de vista quantitativo, 13 estudos focam o objetivo principal em analisar (10), avaliar (2) e investigar (1) o desempenho do PRT na prática. Endres (2008, 2016) e Feger (2008, 2016, 2018) são os autores que mais desenvolvem estudos sobre a temática, a primeira trazendo especificamente sobre as condutas dos governos estaduais na implementação do Programa e o segundo a implementação do turismo nas regiões turísticas no contexto da regionalização do turismo.

É possível compreender que a maior parte dos artigos trata-se de pesquisas qualitativas e de caráter exploratório e analisam a atuação do Programa em uma região turística, estado ou cidade específica. Notou-se a ausência de pesquisas no Centro-Oeste brasileiro e, com relação ao Nordeste, a região do nosso estudo, o estado de Pernambuco, não consta em nenhum artigo.

Através de uma linha do tempo dos estudos, constatou-se que as discussões se situam notadamente no campo da (in)eficácia do Programa de Regionalização do Turismo, imperando os relatos de ausência de articulação entre os setores públicos e privados e de uma gestão participativa.

2.3 COLETA DE DADOS

Realizou-se uma pesquisa documental, a qual recorre a fontes diversas e sem tratamento analítico, como: jornais, documentos oficiais, arquivos governamentais, fotografias e vídeos. Conforme afirma Cellard (2008), os documentos são importantes para guardar informações durante um longo período de tempo, sendo eles uma fonte de pesquisa deveras relevante nas ciências sociais. Desse modo, foram efetuadas pesquisas em

documentos (quadro 4) oficiais do governo estadual, municipal e instância de governança. Buscamos também informações em sites, como o Portal da Transparência, redes sociais e afins. Com isso, procurou-se formar uma coletânea de materiais textuais, orais e visuais.

Quadro 4 - Documentos pesquisados

Documento	Fonte	Data
ATA da Reunião do dia 17/05/2022	Arquivo da Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião	17/05/2022
ATA da Reunião do dia 23/05/2022		23/05/2022
Registros Fotográficos da Reunião do dia 23/05/2022		23/05/2022
ATA da Reunião do dia 09/10/2018		09/10/2018
Regimento interno		2021
ATA da Reunião do dia 09/10/2018		09/10/2018
ATA da Reunião do dia 28/02/2023		28/02/2023
ATA da Reunião do dia 31/05/2023		31/05/2023
Abreu e Lima - Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2022 - Secretaria de Turismo e Cultura	Câmara Municipal de Abreu e Lima	2021
Abreu e Lima - Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2023 - Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo		2022
Lei nº 14.258, de 23 de dezembro de 2010 - Política Estadual de Gerenciamento Costeiro	Governo de PE	2010
Portaria MTur nº 39, de 10 de março de 2017	Ministério do Turismo	2017
Portal da Transparência	Brasil	2023
Cidades e Estados	IBGE	2023
Reportagem: Pernambuco é destaque em reunião do Ministério do Turismo com Interlocutores Estaduais e Regionais	CBN Recife	31/03/2023
Reportagem: PRAIAS EM PERNAMBUCO: embora menos ruins, estradas do Litoral Norte estão abandonadas	JC NE	19/09/2022
Reportagem: Itamaracá é a 11ª cidade do país com maior proporção de casas de veraneio e tem dificuldade em planejar políticas públicas.	G1	2023
Notícia: Atualização do Mapa do Turismo em 2017	Mercado e Eventos	2017
Notícia: ATUALIZAÇÃO - Começa o prazo para os municípios iniciarem a renovação dos cadastros no Mapa do Turismo Brasileiro	Ministério do Turismo	01/03/2023
Matéria: PRT + Integrado		2019
Notícia: Secretaria de Turismo e Cultura – Edital nº 001/2019 – Eleição do COMTUR	Prefeitura Municipal de Abreu e Lima	26/04/2019
Notícia: Edital de chamamento para a eleição e relação de inscrição dos candidatos do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR (2022)		01/12/2022
Notícia: *Trade* do Litoral Norte de Pernambuco lança projeto de desenvolvimento turístico	Movimento Econômico	2022
Notícia: Posse dos novos membros do Conselho de Turismo de Abreu e Lima	Instagram	2022
Editais - Investimentos do PRODETUR	SETUR PE	2013
Destino Turístico: litoral norte de Pernambuco.	Associação de Turismo de Maria Farinha - *Trade* Turístico do Litoral Norte - PE	2022

Questionário incluso no Sistema de Informações do Mapa do Turismo - SISMAPA	EMPETUR	2023
Relatório Integrado de Gestão		2019
Pernambuco em dados: relatório anos 2019, 2020 e 2021		2022
Metropolitana - Bora Pernambucar - Famtour Virtual - *Ebook*		2021
Pernambuco: 1 a 8 dias.		[s.d.]
Folheteria turística do litoral sul		200-?
Rede social: Reunião da IGR Costa Náutica Coroa do Avião na EMPETUR	Facebook	2023
Rede social Descubra Pernambuco	Instagram	2023
Rede social Visit Litoral Norte PE		2023
Rede social Eita Itapissuma		2023
Rede social Visit Igarassu		2023
Rede social Visit Goiana		2023
Rede social Secretaria de Turismo Paulista		2023
Rede social Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião		2023
Rede social ETE Jurandir Bezerra Lins		2023
Mapa turístico de Olinda	Olinda	[s.d.]
Folder turístico de Igarassu	Igarassu	[s.d.]
Folder turístico de Paulista	Paulista	[s.d.]
Folder turístico de Goiana	Goiana	[s.d.]
Folder turístico de Paulista	Paulista	[s.d.]
Mapa da Regionalização do Turismo	Ministério do Turismo	2004, 2006, 2009
Mapa do Turismo Brasileiro		2013, 2016, 2017, 2019, 2022, 2023
Módulo Operacional 1: Sensibilização		2007
Módulo Operacional 2: Mobilização		2007
Módulo Operacional 3: Institucionalização da Instância de Governança Regional		2007
Módulo Operacional 4: Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional		2007
Módulo Operacional 5: Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional		2007
Módulo operacional 6: Sistema de Informações Turísticas do Programa		2007
Módulo Operacional 7: Roteirização Turística		2007
Módulo Operacional 8: Promoção e Apoio à Comercialização		2007
Módulo Operacional 9: Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa		2007
Introdução à Regionalização do Turismo		2007
Regionalização - Sensibilização e Mobilização		2019
Programa de Regionalização do Turismo - Diretrizes		2013
Programa de Regionalização do Turismo - Novo Ciclo - Diretrizes		2022

Institucionalização de Instância de Governança Regional	Ministério do Turismo	2005
Relatório de Gestão. Ano base: 2022		2023
Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro: perguntas e respostas		2019
CARTILHA PARLAMENTAR 2022/2023		2022
CADASTUR		2023

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Conforme Denzin e Lincoln (2000), o pesquisador da abordagem qualitativa costuma realizar variadas práticas interpretativas que se interligam no intuito de conseguir apreender melhor o tema em estudo, pois cada prática assegura visões distintas acerca do que se está investigando. Portanto, após a pesquisa documental, foi realizada uma pesquisa de campo, utilizando a entrevista e observação não participante como instrumentos de coleta, apoiando-se assim em mais de uma fonte de dados, em uma estratégia de triangulação dos dados, visando dotar a investigação de validade, confiabilidade e robustez.

Foram realizadas entrevistas do tipo semiestruturada com atores, instituições e beneficiários que estiveram ou estão, direta ou indiretamente, vinculados à implementação do Programa de Regionalização do Turismo na região do litoral norte de Pernambuco. Desta forma, as entrevistas foram com atuais e antigos gestores públicos estaduais e municipais, como também os representantes do *trade* turístico da região e interlocutores da instância de governança regional e estadual que atuaram em épocas distintas, tendo o propósito de obtermos uma perspectiva histórica do Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte na visão destes sujeitos (ver quadro 5). Foi imprescindível que o estudo considerasse a percepção desses sujeitos sobre o tema de investigação, uma vez que puderam confrontar e/ou corroborar com o que foi encontrado na pesquisa documental, bem como trouxeram novas informações para o estudo.

A entrevista semiestruturada foi escolhida como técnica de coleta de dados devido à sua flexibilidade, pois de acordo com Flick (2013), esse tipo de entrevista é baseada em um guia que pode ter, por vezes, variados modelos de perguntas que serão respondidas de uma maneira em maior ou menor grau aberto e amplo. Ainda segundo os autores, na entrevista semiestruturada, o entrevistador não fica cativo, obrigatoriamente, às perguntas que formulou inicialmente. Desse modo, o roteiro da entrevista pôde ser adaptado de acordo com cada perfil dos sujeitos entrevistados.

A partir disso, o roteiro da entrevista foi construído com base na Matriz de Avaliação do Ministério do Turismo (2011) e com adaptações a partir do trabalho de Lopes (2013). A Matriz de Avaliação do Mtur possui 40 perguntas norteadoras e o roteiro deste estudo, por sua

vez, abarcou 17 perguntas e encontra-se no apêndice B.

No quadro 5, são expostos os entrevistados, entidade/instituição, canal de realização da entrevista e data, totalizando 20 entrevistas realizadas. Para obter as 20 entrevistas, entramos em contato com 29 indivíduos, uma vez que sabíamos da probabilidade de alguns deles não retornarem, não quiserem participar ou não puderem.

Foram entrevistados os representantes atuais da gestão pública de turismo em nível estadual e representantes atuais da gestão municipal de Goiana, Igarassu, Itapissuma, Paulista e Olinda. Também foram entrevistados antigos representantes da gestão do município da Ilha de Itamaracá e de Olinda.

Foram feitas tentativas de entrevistar dois atuais gestores da Ilha de Itamaracá, porém não tivemos retorno, mesmo após alguns contatos. O mesmo aconteceu com o município de Abreu e Lima, o qual não conseguimos também entrevistar o representante atual da pasta de turismo, mesmo após inúmeras tentativas. Para este último, salientamos que não ficamos sem respostas, uma vez que o representante sempre se mostrou disponível e retornava os contatos, porém todas as vezes em que a entrevista era marcada posteriormente era cancelada, até que em um dado momento não insistimos mais.

Foram entrevistados também representantes do *trade* turístico de Paulista, Goiana, Igarassu, Abreu e Lima, Ilha de Itamaracá e Olinda, instituição de ensino, guias de turismo, membros de conselho e de instância de governança.

Quadro 5 - Entrevistas realizadas

Entrevistado	Entidade/instituição	Canal de realização	Data
Entrevistado A	Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico de Igarassu | Interlocutor da instância de governança	Presencial	10/04/2023
Entrevistado B	*Trade* turístico de Igarassu - Hospedagem e receptivo | Membro do Conselho de Turismo de Igarassu	Presencial	10/04/2023
Entrevistado C	*Trade* turístico de Igarassu - Restaurante | Interlocutor da instância de governança	Presencial	11/04/2023
Entrevistado D	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Itapissuma | Interlocutor da instância de governança	Presencial	12/04/2023
Entrevistado E	*Trade* turístico da Ilha de Itamaracá - Restaurante e hospedagem | COOPILHA - Cooperativa de Turismo da Ilha de Itamaracá | AHITA - Associação dos Hoteleiros da Ilha de Itamaracá | Interlocutor da instância de governança	Presencial	12/04/2023
Entrevistado F	ATMF - Associação de Turismo de Maria Farinha	Presencial	13/04/2023
Entrevistado G	*Trade* turístico de Paulista - Restaurante	Presencial	13/04/2023
Entrevistado H	Empresa de Turismo de Pernambuco - EMPETUR	Presencial	14/04/2023
Entrevistado I	Secretaria de Turismo e Lazer de Pernambuco - Setur | Interlocutor da instância de governança	Presencial	14/04/2023
Entrevistado J	ETE - Escola Técnica Estadual Jurandir Bezerra Lins (Igarassu) - Curso técnico de Guia de Turismo	Presencial	18/04/2023

Entrevistado K	*Trade* turístico de Olinda - Hospedagem | Membro do Conselho de Turismo de Olinda	Presencial	18/04/2023
Entrevistado L	SINGTUR PE - Sindicato dos Guias de Turismo do Estado de Pernambuco	Presencial	20/04/2023
Entrevistado M	Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Cultural de Goiana | *Trade* turístico de Goiana - Equipamento de Lazer	Presencial	23/04/2023
Entrevistado N	*Trade* turístico de Abreu e Lima | Membro do Conselho de Turismo de Abreu e Lima	Presencial	24/04/2023
Entrevistado O	Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo de Olinda	Presencial	25/04/2023
Entrevistado P	Secretaria Municipal de Turismo da Ilha de Itamaracá (antiga gestão) | Interlocutor da instância de governança	Online	27/04/2023
Entrevistado Q	Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo de Olinda (antiga gestão) | Interlocutor da instância de governança	Presencial	28/04/2023
Entrevistado R	Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude de Paulista | Interlocutor da instância de governança	Presencial	17/05/2023
Entrevistado S	*Trade* turístico de Goiana - Hospedagem	Presencial	18/05/2023
Entrevistado T	Membro do Conselho de Cultura de Itapissuma - Sociedade Civil | Interlocutor da instância de governança	Online	13/06/2023

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A pesquisa de campo foi realizada de abril a junho de 2023, com entrevista realizada presencialmente em cada município[3] e na sede da gestão pública estadual de turismo e no sindicato de guias de turismo (ambos localizados em Olinda), bem como na cidade do Recife[4] com dois entrevistados. Duas entrevistas foram realizadas online[5]. Dessas entrevistas, em adição a suas gravações e posterior transcrições, foi possível realizar anotações sobre o campo, além de observações que, posteriormente, foram importantes na análise e interpretação dos resultados.

Para a coleta de dados, utilizou-se ainda a técnica de observação não-participante em reunião da instância de governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião (figura 2), onde foram realizados registros fotográficos da reunião (apêndice C) e gravação de áudio. É importante salientar que ocorreram participações em diversas reuniões desta instância uma vez que a pesquisadora foi interlocutora municipal dela de 2017 a 2020.

[3] Abreu e Lima, Goiana, Igarassu, Itapissuma, Ilha de Itamaracá, Paulista e Olinda

[4] Foram realizadas entrevistas no Recife com os entrevistados C e J, uma vez que o entrevistado C possui também empreendimento no Recife e o entrevistado J é morador da cidade, desta forma ficando melhor para incluir as entrevistas nas agendas.

[5] As entrevistas online se deram devido a: localização (entrevistado P reside em outro estado, desta forma foi realizada pelo Google Meet) e por flexibilizar a realização (entrevistado T concedeu a entrevista através do Whatsapp).

Figura 2 - Convite da reunião da IGR

Fonte: Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião (2023)

Na reunião também ocorreu uma palestra da Coordenadora-Geral de Áreas Estratégicas para o Desenvolvimento do Turismo do Ministério do Turismo (Mtur) com a temática "A governança aliada à gestão pública dos territórios" (figura 3).

Figura 3 - Divulgação da palestra

Fonte: Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião (2023)

Diante do exposto, vê-se que foram aplicados métodos rigorosos e abrangentes que abordaram tanto a pesquisa documental quanto a pesquisa de campo que ofereceu uma base sólida para o entendimento do contexto do Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco.

2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Sendo os dados constituídos a partir das experiências, opiniões, palavras, sentido da

ação, situações (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008) dos sujeitos da pesquisa, esta investigação elegeu, para o tratamento de análise dos dados coletados, a análise de conteúdo, a qual constitui-se em um conjunto de técnicas de investigação das comunicações (BARDIN, 2016), utilizadas para obter o entendimento de uma forma intensa das variadas formas de comunicação, como a linguagem escrita e oral, e a icônica, sendo as imagens, fotografias, filmes, etc. A técnica de análise de conteúdo escolhida é a do tipo categorial, sendo a mais antiga e utilizada, consistindo na análise temática através do desmembramento do texto em temas. O procedimento analítico consiste nas fases de organização do material coletado, codificação, categorização e inferência.

Uma vez que a pesquisa é pautada na Matriz de Avaliação disponibilizada pelo Ministério do Turismo (2011), as categorias e subcategorias para a análise de conteúdo são as dimensões e variáveis específicas estabelecidas na Matriz de Avaliação. Algumas das subcategorias (variáveis específicas) foram aglutinadas e/ou adaptadas nesta pesquisa.

Para finalizar, o quadro 6 sintetiza o escopo dos procedimentos metodológicos adotados para a realização desta dissertação.

Quadro 6 - Síntese da trilha metodológica

Componentes	Escolhas metodológicas
1. Natureza de investigação	Pesquisa qualitativa
2. Lócus de estudo	Litoral norte de Pernambuco
3. Corpus de análise	● Entrevistas ● Documentos ● Observação
4. Métodos de pesquisa	● Revisão integrativa da literatura; ● Pesquisa documental; ● Entrevista semiestruturada; ● Observação não-participante; ● Análise de conteúdo.
5. Categorias para a análise de conteúdo I. Desenvolvimento do turismo no litoral norte de Pernambuco a partir do PRT II. Estruturação de Produtos Turísticos no litoral norte de Pernambuco III. Gestão Compartilhada do Turismo no litoral norte de Pernambuco IV. Implementação da Estratégia do Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco 5.1 Subcategorias ❖ Promoção do desenvolvimento do turismo ❖ Oferta e qualidade de equipamentos e serviços ❖ Ampliação e diversificação de oferta turística ❖ Fluxo turístico, permanência na região e gasto ❖ Impactos na economia local - Geração de trabalho e renda - Investimentos (projetos, convênios, emendas parlamentares)	

- ➔ Apropriação da estratégia e da metodologia de segmentação turística na estruturação de roteiros turísticos
- ➔ Comercialização de produtos associados ao turismo (artesanal, industrial, comercial e de serviços)
- ➔ Promoção e apoio à comercialização

- ★ Descentralização da gestão do turismo
- ★ Articulação de atores sociais e formação de redes e parcerias
- ★ Gestão compartilhada da construção e da implementação da visão de futuro do turismo regional

- ➢ Planejamento, monitoramento e avaliação do programa
- ➢ Módulos operacionais
- ➢ Disponibilidade e uso dos recursos financeiros do programa

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A partir do que foi apresentado, percebe-se a extensão dos procedimentos metodológicos adotados, tornando imperativo sua subdivisão em etapas separadas para uma organização mais eficaz e compreensão dos vastos dados relacionados à avaliação do Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco. Essa abordagem permitiu a obtenção das informações essenciais para abordar o problema de pesquisa de maneira mais aprofundada.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será apresentado o referencial teórico que embasou a análise dos dados desta pesquisa.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

A definição de política pública é abrangente e variada. Em conformidade com Souza (2006, p. 26), "pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações". Ainda para a autora:

> A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. (...) envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. (...) é abrangente e não se limita a leis e regras. (...) é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. (...) embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo (SOUZA, 2006, p. 36).

A política pública é tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer para a sociedade a que governa, conforme definição de Dye (2014). Isto é, uma ação que beneficie a sociedade e a ausência dessa ação também é política pública. O estudo acerca da política pública é capaz de mostrar e explicar as causas e consequências das atividades dos governos, podendo assim analisar e antecipar se uma dada política dará consequências positivas para uma sociedade, estado, região, núcleo, etc. O autor afirma que o que os governos fazem, o porquê de fazerem e que diferença isso faz é o que importa no estudo das políticas públicas.

Uma das abordagens no estudo das políticas públicas é a que questiona o que seria um bom governo, o que é o correto na política e qual tipo de Estado atenderia melhor a sociedade (FREY, 2000). Para Matias-Pereira (2014), a capacidade política de governar pode ser definida como governabilidade, e isso é o resultado da relação de coerência do Estado e do seu modo de governar para com a sociedade. Já a governança resulta da habilidade financeira e administrativa do governo para realizar políticas. Desta forma, sejam quais forem os recursos destinados ao setor público, há um dever do estado de aplicar tais recursos de maneira adequada, sem causar prejuízos para a sociedade, que é a principal beneficiada, pois ainda segundo Matias-Pereira (2014, p. 14), "as políticas públicas adotadas devem priorizar os interesses dos cidadãos".

Na investigação das políticas públicas, o enfoque na análise é um dos mais comuns. Em conformidade com Lopes e Tinôco (2015), a análise das políticas públicas surgiu no início do século XX, fundamentada nas ciências administrativas, e na década de 1960 tornou-se mais intensificada, tendo como enfoque o funcionamento do Estado e dos atores sociais que contribuem no processo de tomada de decisão. A análise, portanto, busca averiguar o desenvolvimento da política pública ao longo do seu ciclo.

O setor público possui como atividade característica a formulação e a implementação de políticas públicas para solucionar os problemas da sociedade (JÚNIOR; GOMES; SÁNCHEZ, 2020). O estágio em que os governos democráticos expõem seus propósitos eleitorais através de programas e ações que gerarão resultados ou mudanças no mundo real constitui-se no processo de formulação de políticas públicas (SOUZA, 2006). Esse processo também é denominado como ciclo de políticas públicas (*Policy Cycle),* que foi discutido pela primeira vez por Lasswell em 1956. Para Jann e Wegrich (2007), o ciclo de políticas públicas seria uma forma de modelar e descrever a cronologia do processo de uma política, realizada em termos de tipologia de fases/estágios (o ciclo), e, ao longo do tempo, ocorreram diferentes variações nas denominações dessas fases devido ao desenvolvimento de estudos por diversos autores.

O processo de formulação de políticas públicas diz respeito à análise de um conjunto de etapas que passam um determinado tema, desde a sua compreensão como problema e a entrada na agenda até a fase de implementação e avaliação da política pública (SECCHI; COELHO; PIRES, 2019). Os autores dissertam sobre a existência de várias versões já desenvolvidas por teóricos para a visualização do esquema do ciclo de políticas públicas, porém os autores preferem restringir o modelo em sete fases principais (figura 4).

Figura 4 - Ciclo das políticas públicas

Fonte: Construído a partir de Secchi, Coelho e Pires (2019)

1) **Identificação do problema -** O problema público é a diferença entre o que é a realidade e como gostaria que ela fosse;

2) **Formação da agenda** - Um agrupamento de problemas ou temas que são compreendidos como relevantes;

3) **Formulação de alternativas** - Estabelecer objetivos, estratégias e análises das possíveis consequências de cada uma das alternativas de resolução;

4) **Tomada de decisão -** Os interesses dos atores são ponderados e as intenções de como enfrentar o problema público são explicitadas;

5) **Implementação -** São gerados os resultados da política pública;

6) **Avaliação** - Examinação do processo de implementação e o desempenho da política;

7) **Extinção** - São substituídas por outras ou deixam de existir.

Contudo, na prática, as fases geralmente não seguem uma ordem sequencial e se apresentam misturadas, ou seja, de acordo com o Sebrae/MG (2008), elas se interligam entre si, de tal maneira que essa separação por fases se dá mais para facilitar o entendimento do

processo. Segundo Bridgman e Davis (2003), nenhum modelo de ciclo de política pública pode reivindicar que seja aplicado universalmente, visto que todo processo de política é fundamentado em instituições governamentais específicas.

O ciclo da política começa com um problema, procura evidências, testa propostas e apresenta recomendações (BRIDGMAN; DAVIS, 2003). Desta forma, a política pública é vista como um ciclo deliberativo, composto por várias fases, sendo um processo dinâmico e de aprendizado (SOUZA, 2006). Em ambientes democráticos, conforme Júnior, Gomes e Sánchez (2020), é significativa a participação da sociedade em todo o ciclo das políticas públicas, da agenda à avaliação, e Serra e Paz (2022) enfatizam que a formação da agenda é um elemento primordial para a organização do território e das cidades. Júnior, Gomes e Sánchez (2020) destacam ainda que, sobretudo, a participação da sociedade na etapa da agenda é fundamental, pois é nessa fase do ciclo que se define se um tema será ou não escolhido por uma política pública, isto é, a agenda também conforme Serra e Paz (2022, p. 251) "possui a função de determinar o que será incluído ou não por meio dos agentes que atuam no poder político". Para Souza (2006), há uma ênfase principalmente na definição da agenda (*agenda setting*), pois se pergunta por que algumas questões entram na agenda política, enquanto outras são desconsideradas. Os participantes podem atuar como um incentivo ou como um ponto de veto.

3.1.1 AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A formulação de políticas deve contribuir para a resolução de problemas ou, ao menos, reduzir a quantidade deles. No decorrer do estágio de avaliação do ciclo da política pública, os resultados pretendidos das políticas públicas ficam no centro das atenções. É nesse momento que a formulação de políticas deve ser avaliada em relação aos objetivos e impactos pretendidos. A avaliação tem o foco nos resultados almejados e também nas consequências não intencionais das políticas (JANN; WEGRICH, 2007). Posto isso, Faria (2005) aborda a existência de uma visão mais canônica do processo de avaliação de políticas públicas, que a expõe como última etapa do ciclo das políticas, definindo-a como: (a) atividade destinada a apreciar os resultados de várias ações cujo ciclo de vida se encerra; (b) a viabilizar elementos para o desenho de novas intervenções ou para o aperfeiçoamento de políticas e programas em andamento; e (c) como parte da prestação de contas e da responsabilização dos agentes.

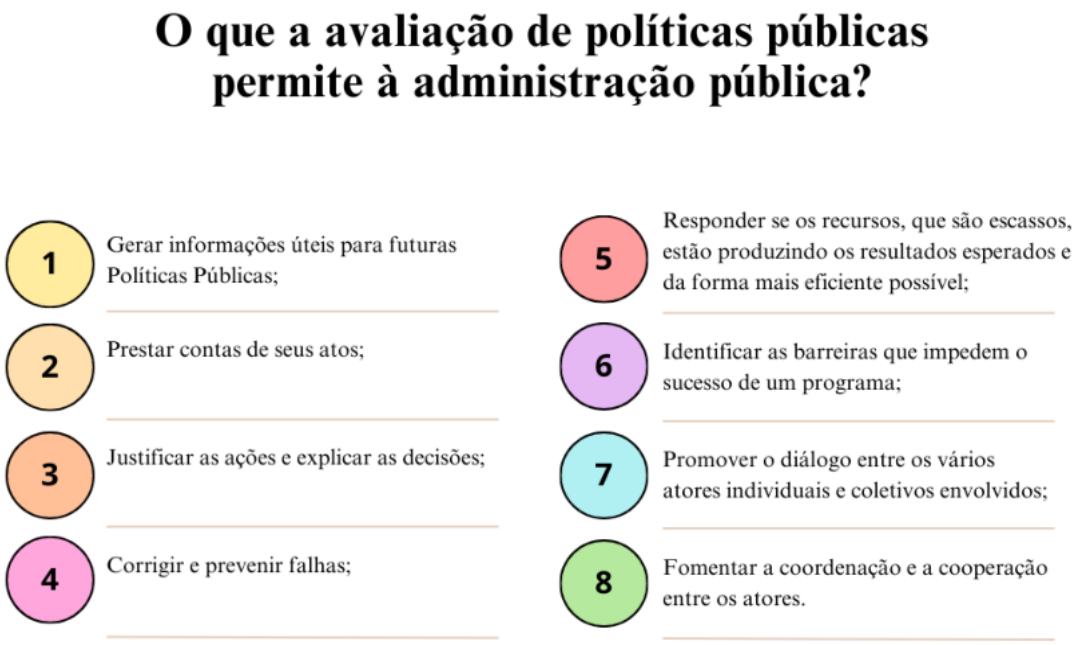
A avaliação usualmente é realizada posteriormente à fase de implementação da política, mas o ideal é que ocorra durante todo o processo da política (PFORR, 2005). Tendo

isso em vista, tem-se uma distinção entre avaliação *ex ante* (anterior à implementação da política) e avaliação *ex post* (posterior à implementação da política). Desta forma, a avaliação não é restrita a um único estágio do ciclo das políticas públicas, mas aplicada em todo o processo de formulação de políticas (JANN; WEGRICH, 2007).

Consoante Trevisan e Van Bellen (2008), a avaliação de políticas aprecia as ações já implementadas no que concerne aos seus impactos efetivos. Investigam-se os déficits e os efeitos indesejados da política para poder extrair consequências para ações futuras. Caso os objetivos tenham sido atendidos, o ciclo político pode ser suspenso ou chegar ao fim, surgindo o início de um novo ciclo, ou seja, uma nova fase de percepção e definição de problemas. Mas para Pforr (2005), como a formulação de políticas segue um curso contínuo, é desafiador determinar com precisão o momento que termina o antigo processo político e começa o desenvolvimento de novas políticas. Contudo, torna-se necessário tomar uma decisão se a política deve ser encerrada, mantida ou marcada como bem-sucedida.

Em toda a avaliação, em especial a que acontece durante a ação, faz-se essencial a participação do planejador que esteve à frente do processo desde os primórdios (FÁVERO, 2006). O processo de avaliação é uma fonte de aprendizado que permite ao gestor compreender quais ações conduzem a produzir melhores resultados e permite à administração (figura 5):

Figura 5 - Avaliação de políticas públicas



Fonte: Construído a partir de Sebrae/MG (2008)

Encontra-se na literatura especializada de avaliação de políticas públicas orientação a dimensões desejáveis de desempenho de organizações e programas avaliados, que são as exigências de efetividade, de eficiência e de eficácia dos programas de governo. A efetividade refere à capacidade de se promover resultados pretendidos; a eficiência salientaria a competência para se efetuar resultados com gasto mínimo de recursos e esforços; e a eficácia remete-se a condições controladas e a resultados desejados de experimentos (MARINHO; FAÇANHA, 2001).

O monitoramento e avaliação de políticas públicas são processos analíticos inteiramente articulados e possui a finalidade de subsidiar o gestor público com informações a respeito do ritmo e da forma de implementação das políticas (indicadores de monitoramento) e dos resultados e efeitos aspirados (indicadores de avaliação) (JANNUZZI, 2005). Neste contexto,

> Os indicadores permitem integrar subjetividade e objetividade a partir de evidências empíricas, viabilizam comparações e avaliações consistentes, e, principalmente, criam condições para esclarecer e fornecer suporte às decisões. Na gestão pública, os indicadores são instrumentos que contribuem para identificar e medir aspectos relacionados a um determinado fenômeno decorrente da ação ou da omissão do Estado. A principal finalidade de um indicador é traduzir, de forma mensurável, um aspecto da realidade dada (situação social) ou construída (ação), de maneira a tornar operacional a sua observação e avaliação (BRASIL, 2012, p. 16).

Para identificar mais claramente os impactos da política, segundo Jannuzzi (2005), é necessário buscar medidas e indicadores mais específicos e sensíveis aos efeitos por eles alcançados, e uma das maneiras de operacionalizar isso é avaliando efeitos sobre grupos representativos da população. Se as políticas possuem públicos-alvo preferenciais, localizados em determinadas regiões ou estratos de renda, deve-se não só procurar por indicadores de impacto que privilegiam a sua avaliação do conjunto da população, mas também é necessário incrementar estratégias metodológicas avaliativas de natureza qualitativa, com pesquisas de opinião ou grupos de discussão, englobando indicadores subjetivos na avaliação. Fávero (2006) traz uma colaboração pertinente, indicando que tanto o estabelecimento dos indicadores, quanto a avaliação são tarefas que exigem dedicação e compreensão de suas dificuldades, buscando saná-las.

As políticas públicas podem interferir e intervir em variados âmbitos, como na saúde, educação, segurança, planejamento urbano, turismo e meio ambiente, visto que são setores dependentes do sistema político para que ocorra o planejamento de ações e deliberações na solução de problemas públicos (FERREIRA; NÓBREGA, 2018). E no âmbito do turismo,

conforme Carvalho (2014), uma política pública é fruto e produto de um ambiente político, a qual reúne ao redor de si uma série de interesses por intermédio dos atores hegemônicos que articulam e viabilizam o desenvolvimento e/ou a modernização da infraestrutura turística.

Perante o exposto, a avaliação de políticas públicas desempenha um papel fundamental no processo de formulação e implementação dessas políticas. Ela permite aos responsáveis pela tomada de decisões e as partes interessadas entenderem o impacto e a eficácia das políticas implementadas. Quando aplicada ao contexto das políticas públicas de turismo, a avaliação ajuda a determinar como essas políticas afetam o setor do turismo, conforme exposto nas seções posteriores.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

Torna-se essencial desenvolver um entendimento do ambiente de cada local para que seja possível compreender o fenômeno turístico nas suas dimensões políticas. Desta forma, a interação complexa das características, funções e recursos do sistema político, o desenvolvimento histórico e constitucional, a estrutura econômica, os fatores demográficos e socioculturais e o cenário geográfico são observados como determinantes fundamentais para o processo de desenvolvimento da política de turismo (PFORR, 2005).

O desenvolvimento do turismo busca atender aos diferentes atores sociais por meio da geração de emprego e renda, da melhoria na qualidade de vida e de uma maior consolidação econômica, social, cultural e ambiental nos destinos turísticos e para tanto requer políticas públicas as quais orientam e direcionam o ordenamento, a gestão e a promoção nos espaços turísticos (MARACAJÁ; PINHEIRO, 2020; BAPTISTA; POCINHO; NECHITA, 2019).

Beni (2006) aborda a distinção entre política e políticas (singular e plural) que diferenciam-se na aplicabilidade. A primeira trata-se de um curso de ações com a finalidade de alcançar objetivos, seriam as direções gerais para o planejamento e a gestão do turismo em conformidade com as necessidades identificadas. Já a segunda é referente às orientações específicas para gerir diariamente o turismo, que por sua vez abrangerá os diversos aspectos operacionais da atividade. Desta forma, conforme abordado em Lopes, Tinôco e Souza (2011), a política de turismo pode ser entendida como um agrupamento de ações de entes governamentais, podendo haver também parcerias com outros entes, com propósito de modificar o meio o qual a atividade turística se insere. A política apresenta as diretrizes básicas da atividade nos locais onde se encontra, os objetivos gerais e as prioridades que os entes dão para a esfera da atividade turística.

No setor do turismo, a política desempenha um papel essencial, tendo em vista a necessidade da ação governamental para redirecionar a atividade turística a fim de obter os resultados finais almejados e assegurar metas bem definidas, inseridas por uma visão de futuro (BAPTISTA; POCINHO; NECHITA, 2019). As metas governamentais geralmente correspondem a uma ação para o estabelecimento de políticas públicas relacionadas a seus objetivos, e os padrões e efeitos a serem alcançados (TANG, 2017). Estabelecer metas claras para a formulação de políticas é fundamental, mas nem sempre é suficiente para que elas sejam implementadas (JAMAL; CAMARGO, 2018). Para Joppe (2018), políticas são decisões relativas à determinação de metas e escolha de maneiras para atingir tais metas, podendo ser decisões ou ações negativas ou até mesmo uma não decisão. A autora declara que políticas são definidas em qualquer tipo de organização, mas quando refere-se a política de turismo, geralmente é a política pública específica a decisões governamentais em qualquer nível, seja do local ao internacional.

As políticas públicas aplicadas ao turismo inserem-se num contexto de planos ou políticas mais gerais que os governos buscam realizar, onde estão expressos os modos de alcançar os objetivos globais programados para o turismo de um país ou região (RIBEIRO, 2017). A gestão pública, seja a municipal, estadual e federal, possui a responsabilidade de direcionar cada investimento com base nos recursos que possui e definir o nível de prioridade da política pública. Conforme está expresso na Constituição Brasileira de 1988, o principal objetivo de uma política pública é suprir as necessidades dos cidadãos. Então, a partir disso, Araujo (2011) afirma que quando debate-se sobre as políticas públicas direcionadas à área do turismo, considera-se como as ações que aspiram o desenvolvimento turístico tendo como finalidade favorecer a sociedade. Tais ações são diretrizes, segundo Beni (2006), que deliberam a utilização do espaço turístico, planejamento e gestão do território.

As políticas públicas, de um modo geral, e as do setor do turismo, em particular, possuem importância no desenvolvimento local porque regulam, administram, monitoram e permitem especificar as ações do governo, independentemente da escala territorial, projeta realizar e o que realmente executa num determinado período de tempo. As políticas facilitam o desenvolvimento do setor do turismo por meio da definição de diretrizes e estratégias traçadas para assegurar a melhoria e promoção da atividade (AZEVEDO; NHANTUMBO; BANZE, 2017).

Para Araújo e Dantas (2011), antes de abordar as políticas públicas em mais detalhes, é necessário compreender a diferença entre o planejamento turístico e as políticas públicas de turismo. Para os autores, o planejamento possui o papel de promover um plano econômico, ao

passo que as políticas públicas propiciam os modos “estruturais físicos” em si. Cabe ressaltar que ambas possuem a finalidade de proporcionar o desenvolvimento econômico dos espaços onde são implementadas, mas cabe às políticas públicas preocupar-se com os benefícios sociais, ambientais e econômicos da atividade adotada pelo planejamento, que deverá propor medidas que levem os objetivos estabelecidos na política serem alcançados (BORGES, 2014).

Os autores Pimentel e Pimentel (2019, p. 149) declaram que “a percepção do turismo, como uma questão pública, emerge na década de 1990, resultado de pressões internacionais desde a década de 1960”. Foi a partir dessa década que o Brasil modificou e ampliou a atuação sobre o setor do turismo para além do campo regulatório, sobretudo a partir dos anos 1990, após a redemocratização, que consecutivos governos formularam diferentes políticas de turismo, visando orientar e fomentar o planejamento e o desenvolvimento da atividade no país. Nesse contexto, surgiram políticas como o Programa de Ação para o desenvolvimento do turismo no Nordeste – Prodetur-NE (1991), Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT (1994), Política Nacional de Turismo (1996-1999) e Programa de Regionalização do Turismo - PRT (2004) (CRUZ, 2020).

Carvalho (2009, p.27) enfatiza que “o papel do Poder Público no turismo é de extrema relevância e até mesmo uma questão de sobrevivência e perpetuação da atividade turística”. Contudo, conforme ressalta Borges (2014), junto do poder público (governos, gestores públicos) estão outras forças sociais, como a sociedade civil e a iniciativa privada, e em conjunto podem formular uma política pública. Desta forma, as políticas públicas podem ser compreendidas para além das ações governamentais, porque o governo não é o único a promovê-las, porém ele não deve se abster de cumprir com o seu papel de suprir as necessidades dos setores à que lhe incumbe. No turismo, a atuação para além do Estado ganha ainda mais força, porque, segundo Coriolano (2008), a atividade foi projetada para responder à crise econômica global e para a acumulação do capital, então existe um envolvimento do Estado e do mercado, e logo em seguida da sociedade civil, pois ela descobre que pode se beneficiar da atividade turística economicamente.

Neste sentido, há uma complexidade na execução das políticas públicas de turismo, visto que existe um variado conjunto de atividades que são da competência de atores dos âmbitos privado, público e social (BENI, 2006). Os entraves das políticas públicas para o setor do turismo são variados, como a descontinuidade ao haver transição de governo, ausência de técnicos para atuarem junto aos gestores de turismo, falta de articulação entre os órgãos oficiais de turismo e conflitos de interesse (MATIAS; CARVALHO; SOUSA, 2016; CRUZ JIMÉNEZ, 2018). A descontinuidade de ações previstas nas políticas, planos e

programas impactam negativamente e extremamente os destinos, visto que carecem de projetos de planejamento turístico de longo prazo para se consolidarem, já que o mercado turístico global é dinâmico, rápido e imensamente competitivo (MIELKE; SILVA, 2017).

A ausência de articulação entre os demais setores do governo também é outro fator para os entraves no desenvolvimento da política de turismo, e é necessário compreender que não se trata apenas de uma ação setorial, mas outras decisões e ações governamentais percorrem a atividade turística de maneira transversal (PEREGRINA; LÓPEZ; ESPINOSA, 2019; GASTAL; MOESCH, 2007). Dessa forma, a boa articulação entre os setores dos governos é a maneira mais eficaz para que o turismo seja desenvolvido, porém, no contexto brasileiro, Cruz (2016) declara que a incorporação entre políticas de turismo e outras políticas setoriais depende de uma modificação da cultura política do país, e que, infelizmente, não ocorrerá de forma fácil ou em um curto prazo.

Diante do que foi exposto, a compreensão das políticas públicas de turismo é essencial para conduzir avaliações eficazes e aprimorar o planejamento e a implementação dessas políticas. A avaliação como uma das fases do ciclo das políticas públicas fornece um parecer significativo para aprimorar a tomada de decisões no setor de turismo, a qual será abordada na seção seguinte.

3.2.1 AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

Pesquisas realizadas a partir da análise de planos, programas e projetos governamentais é uma crescente vertente nos estudos das políticas públicas, a qual podemos destacar as pesquisas de Noia, Júnior e Kushano (2007), Silva et al (2012), Fonseca e Rodrigues (2016) e Boulhosa, Farias e Figueiredo (2021). A pesquisa de Noia, Júnior e Kushano (2007) avalia toda a estrutura e impactos do Plano Nacional de Turismo – PNT enquanto um documento que visa o norteamento das ações para o desenvolvimento do turismo a nível nacional, estadual e local. Os autores sistematizam as principais oportunidades e ameaças (ambiente externo), como também as dificuldades e fortalezas (ambiente externo) que perpassam a realidade do PNT. Já o estudo de Silva et al (2012) possui o objetivo de avaliar os resultados da Política de Circuitos Turísticos de Minas Gerais, mostrando os resultados favoráveis e desfavoráveis, as dificuldades na implementação da política e as propostas de soluções para sanar as dificuldades, como haver um maior envolvimento do *trade* e da comunidade na política.

Enquanto que na pesquisa de Fonseca e Rodrigues (2016) tem-se o objetivo de avaliar a eficácia do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) no Polo Jalapão – TO, sob o ponto de vista dos gestores do Programa. Os resultados apontam que, de acordo com as narrativas dos gestores do Programa, o processo de implementação do Programa foi contínuo e cumpriu seus objetivos, alcançando resultados importantes para o desenvolvimento do ecoturismo na região. Os autores enfatizam que alguns fatores podem ter contribuído para esse resultado, uma vez que houve a continuidade do gestor do Programa e a aplicação de outras fontes de recursos para potencializar a política. Já o último estudo mencionado, de Boulhosa, Farias e Figueiredo (2021), possui enfoque na configuração da política pública do turismo elaborada para a Ilha de Marajó, para o estado do Pará e para a região Amazônica no Brasil, havendo a análise dos planos, levantamento das obras e intervenções estatais na Ilha. A pesquisa conta com a avaliação das políticas em relação à participação das populações locais nos processos decisórios e na gestão das atividades turísticas.

A respeito da avaliação das políticas, é abordado por Lopes, Tinôco e Souza (2011) que, até a década de 70, dominava a avaliação baseada em ferramentas estatísticas, porém o campo de avaliação tornou-se multidisciplinar e a avaliação sob a perspectiva qualitativa passou a ser o interesse de muitos pesquisadores, destacando a participação e percepção dos entes envolvidos nas variadas etapas da política, como a formulação, implementação e avaliação, sendo um importante processo na gestão das políticas públicas. Na área do turismo, o processo de avaliação torna-se importante pela possibilidade de acompanhar as ações e realinhar as decisões e opções políticas programadas. Para Dinis e Costa (2014), nas políticas públicas de turismo, é importante proceder a métodos eficazes e constantes de monitoramento e avaliação, com o objetivo de garantir processos de planejamento rigorosos, levando em consideração as consequências para o desenvolvimento turístico nos locais.

Com relação ao ciclo das políticas públicas de turismo, Cruz (2020) afirma que nos deparamos com um cenário de uma quase completa ausência de avaliação das mesmas, com exceção do Prodetur-NE, que foi avaliado após sua Fase I, através de Relatórios elaborados pelo Banco do Nordeste e encaminhados ao BID, instituição que financiou parcialmente o Programa. A autora traz uma constatação que, em uma busca refinada no site do Ministério do Turismo, é possível compreender que esse órgão máximo responsável pelo desenvolvimento do turismo no país tem limitado o ciclo da política às primeiras fases até a implementação e excluído as fases de avaliação e possível correção de problemas.

Para compreender a implementação da política de turismo, é preciso entender a natureza das agências envolvidas na entrega dos objetivos da política. A implementação de políticas de turismo e os critérios sobre os quais seu êxito deve ser julgado irá variar conforme os destinos, dependendo do estágio de desenvolvimento e das necessidades locais (HASSAN; KENNELL; CHAPERONA, 2020).

Os autores Conceição e Conceição (2018) trazem em seus estudos algumas das fases do ciclo, bem como as ausências delas. O resultado da pesquisa mostra que os planos nacionais de turismo do Brasil seguem um padrão semelhante desde a sua primeira constituição no ano de 2003, com a existência de mudanças nos objetivos, metas e planos, mas estão voltados basicamente aos planejamentos, havendo ausência de execução e sobretudo de avaliação.

Com a crise do Estado de bem-estar social, Diaz e Pimentel (2021) abordam que o Estado perdeu a capacidade de atender todas as problemáticas sociais auxiliando à sociedade civil e ao mercado perante a complexa tarefa de governar, abrindo oportunidades para que a sociedade participe do ciclo das políticas públicas. Os autores reforçam que a sociedade civil organizada pode não contar com as informações nem com as competências suficientes para a criação de políticas adequadas que beneficiem à sociedade, e no que tange ao setor do turismo, pode ocorrer a materialização de políticas públicas pouco eficazes. Ainda assim, os autores salientam a importância das políticas públicas de turismo serem delineadas pelo Estado, por especialistas que não fazem parte do governo e pelos cidadãos por meio da sociedade civil organizada, os quais podem participar no ciclo das políticas públicas, seja de forma direta através de conselhos ou por intermédio de maneiras menos estruturadas, como consultas ou fóruns.

O papel final do governo no turismo, assim como em outros setores, conforme Quintana (2016), é ser o protetor dos interesses públicos, papel este que possui consequências muito importantes para o desenvolvimento da política de turismo. Contudo, para que o turismo seja eficaz, não deve ficar apenas baseado em programas ou planos, mas ações reais precisam ser aplicadas para resolver problemas nos espaços onde são gerados (VÁZQUEZ MARTÍNEZ, 2019).

Desse modo, a avaliação das políticas públicas de turismo é uma etapa fundamental no ciclo de políticas, permitindo que os governantes e as partes interessadas analisem o impacto e a eficácia das políticas implementadas. Nesse contexto, conforme abordado na próxima seção, ao explorar o histórico das políticas de turismo no Brasil, pode-se entender como as estratégias evoluíram ao longo das décadas.

3.3 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE TURISMO NO BRASIL: da década de 30 até a criação do Programa de Regionalização do Turismo

A partir de leituras acerca das políticas públicas de turismo no Brasil ao longo das décadas, identificamos que foi a partir da década de 30, na Era Vargas, que o turismo começou a ser mencionado. As autoras Guimarães e Diuana (2014) afirmam que, inicialmente, houve um incentivo para a realização de viagem de intercâmbio estudantil e intelectual, especialmente para países da América do Sul, com destaque maior para a Argentina devido ao Decreto n.º 24.393, de 13 de junho de 1933, que estabelecia Convênio entre Brasil e Argentina para o fomento do turismo. Visitas de estudantes, professores, cientistas e escritores brasileiros e argentinos ao país vizinho se tornaram cada vez mais constantes.

O Decreto-Lei n.º 406, de 4 de maio de 1938, é uma política que afetou o turismo, pois regulamenta a entrada de estrangeiros no território nacional, definindo obrigações a serem cumpridas pelo turista no país, dentre as quais comprovar o exercício de profissão lícita e mostrar atestado de idoneidade (BRASIL, 1938). No ano seguinte, em 1939, ocorreu uma estruturação organizacional do estado em relação ao turismo com a criação da Divisão de Turismo (DT) no âmbito do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A DT tinha competências como organizar planos de propaganda turística no exterior e executá-los e estimular o turismo interno (BRASIL, 1939). Para Guimarães e Diuana (2014), às competências da Divisão de Turismo representa um perfil da política pública varguista para o turismo, a qual havia um projeto de construção de uma imagem positiva da nação e sua divulgação no estrangeiro.

O DIP chegou ao fim junto com a Era Vargas, em 1945, assim como a Divisão de Turismo. Desta forma, o turismo só voltou a assumir uma nova posição na estrutura do governo apenas em 1958 com a instituição da Comissão Brasileira de Turismo - COMBRATUR, a qual possuía atribuições de coordenar, planejar e supervisionar a execução da Política Nacional de Turismo. Assim, a política de turismo foi aos poucos sendo ampliada de promoção e fiscalização para o planejamento, coordenação, avaliação e controle (PEREIRA et al, 2011).

Em 1966, o governo brasileiro criou os primeiros instrumentos de regulamentação da atividade turística com a criação do Conselho Nacional do Turismo e da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR (HENZ; LEITE; ANJOS, 2010), os quais faziam parte do Decreto-Lei n.º 55 de 1966 que estabeleceu a Política Nacional de Turismo, a qual

coordenava e adaptava todas as iniciativas, públicas ou privadas, isoladas ou coordenadas, com finalidade de desenvolvimento econômico-cultural (PEREIRA et al, 2011).

Com o objetivo de incentivo fiscal para o turismo, a década de 1970 tem como marco o Decreto-lei nº 1.191, que criou o Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR (HENZ; LEITE; ANJOS, 2010). Para os autores Ferreira e Gomes (2011), a atividade turística começa a ser vista como uma maneira de impulsionar a economia, sendo capaz de gerar lucros como um novo programa setorial.

Desde o início do século XX, o desenvolvimento do turismo na América Latina foi gradual e inconstante, contudo, a partir da década de 1990, alcançou um grande crescimento (PIMENTEL; PIMENTEL, 2019). Em 1992, através da Lei nº 8.490/92, constituiu-se o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, demonstrando a importância que o setor começou a possuir diante da estrutura organizacional do estado brasileiro (PEREIRA et al, 2011).

Ainda neste ano, a conferência Rio-92 foi importante para emergir as reflexões e práticas do turismo no Brasil. Assim, promulgou-se a Política Nacional de Turismo, resultando no Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), este não tendo suas propostas efetivadas. Contudo, ainda em 1992, foi criado o PRODETUR, que contemplou inicialmente a região Nordeste, destacando-se como uma importante política de turismo. No último ano da gestão de Itamar Franco (1992-1994), foi criado um importante programa caracterizado como uma nova proposta de gestão política do turismo em nível nacional: o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), subsistindo até a última gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC). O Programa respaldava suas ações na diretriz política de descentralização do turismo, gestão democrática e participativa. Ou seja, o turismo se descentralizou da gestão nacional, e a EMBRATUR era responsável por capacitar os municípios para o planejamento do turismo em suas gestões (FERREIRA; GOMES, 2011).

Em 1999, o turismo passou a ser dirigido pelo Ministério do Esporte e Turismo, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Em 1996, foi implantada a Política Nacional de Turismo, sendo suas ações orientadas por macro estratégias: qualificação profissional, descentralização da gestão turística por intermédio do fortalecimento dos órgãos delegados estaduais, municipalização do turismo e terceirização das atividades para o setor privado (NOIA; JÚNIOR; KUSHANO, 2007).

Logo na primeira gestão do presidente Lula (2003-2006), o turismo ganhou um Ministério, o MTur - criado em 2003, adicionando significativa importância ao planejamento do turismo a nível nacional, sendo encarregado de planejar, coordenar, supervisionar e avaliar

o desenvolvimento do turismo no Brasil (FERREIRA; GOMES, 2011). A criação do MTur instituiu uma nova estrutura de governo, criando uma Secretaria Nacional de Políticas Públicas. Assim, foi lançado o Plano Nacional do Turismo (PNT) 2003/2007 "Diretrizes, metas e programas" e na sequência foi lançado o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) "Roteiros do Brasil", possuindo a peculiaridade do olhar voltado aos municípios para as regiões turísticas, sendo responsável pela articulação dos organismos e instância nacionais e regionais, promovendo a cooperação e a interação com os órgãos das administrações públicas federal, estadual e municipal (CONCEIÇÃO; CONCEIÇÃO, 2018).

Compreendendo o histórico, torna-se evidente como as políticas de turismo no Brasil progrediram a partir de suas origens nas décadas de 1930 e seguintes. À medida que essas políticas se desenvolveram ao longo do tempo, chegou-se à criação do Programa de Regionalização do Turismo, uma iniciativa abrangente para promover o desenvolvimento do turismo em nível regional pautada na política de regionalização do turismo, a qual é abordada na seção subsequente.

3.4 POLÍTICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

Para falarmos sobre regiões turísticas e a maneira como estão sendo desempenhadas políticas públicas, tendo como objetivo a estruturação do turismo de forma regionalizada, iremos inicialmente abordar sobre o conceito de destino turístico, termo que possui variadas definições. O espaço local, quando apreendido como destino turístico, é concebido por meio do resultado da relação humana perante determinada paisagem e é identificado pelo olhar do turista (MACHADO; TOMAZZONI, 2011). Para a Organização das Nações Unidas (ONU), através das Recomendações Internacionais para Estatísticas de Turismo (2010, p. 13), entende-se destino turístico como sendo "o local visitado que é fundamental para a decisão de fazer a viagem". Já conforme Lohmann e Panosso (2008, p. 347), destino turístico refere-se

> ao lugar onde os turistas pretendem passar o seu tempo quando estão longe de casa. Esta unidade geográfica visitada pelos turistas pode ser uma vila ou vilarejo, uma cidade, uma região ou uma ilha ou, mesmo, um país inteiro. Ademais, um destino pode ser uma única localidade, um conjunto de múltiplos destinos, como parte de um tour, ou, mesmo, um destino móvel, como no caso dos cruzeiros marítimos.

Existem variados critérios para identificar regiões de destino, as quais devem possuir características culturais, físicas e sociais para que dessa forma haja uma sensação de identidade regional; deve contar também com infraestrutura turística básica para o

desenvolvimento do setor; a região deve dispor de mais de uma atração; possuir a capacidade de planejamento turístico com iniciativas de marketing e ser uma região com acessibilidade para uma ampla base operacional, como acesso por terra, água ou ar (HALL, 2001).

Para Beni (2006), como abordagens de desenvolvimento que ocorrem em todo o planejamento estratégico de regiões turísticas, essas sendo complementares entre si e capazes de incentivar o poder de atração da destinação, bem como os ganhos trazidos pela atividade turística aos municípios, têm-se a regionalização turística que aborda o espaço turístico de maneira dinâmica e flexível, e para operacionalizá-la destacam-se duas maneiras: as multidestinações e as destinações múltiplas. As multidestinações compreendem o estabelecimento de parcerias entre destinações que já existem para poder formar circuitos, corredores, rotas e roteiros turísticos, fazendo com que em conjunto possam agregar para o turismo no aporte de desenvolvimento turístico regional. Já as destinações múltiplas constituem-se por destinos que são capazes de oferecer inúmeros produtos turísticos para variados segmentos, propiciando a sustentabilidade mercadológica do destino.

Campos, Santos e Santos (2012) afirmam que a elaboração e estruturação de roteiros turísticos propiciam o desenvolvimento ordenado do turismo nos municípios e regiões, posto que com o aumento da atração do destino, mais turistas irão demandar determinada região. Desta maneira, o turista vai aumentar a sua permanência no destino e, consequentemente, fomentará a movimentação de capital e divisas originários dos serviços turísticos. Ainda segundo os autores,

> as localidades que disponibilizam roteiros estão gerando benefícios aos turistas, tais como: a) Possibilidade de conhecer os lugares que despertam o seu interesse; b) Financiamento das despesas; c) Previsão de permanência ordenada; d) Comodidade de locomoção; e) Possibilidade de ter alojamento, refeições e passeios incluídos ou a serem realizados durante a estada no local, entre outros (CAMPOS; SANTOS; SANTOS, 2012, p. 14).

Para Catai et al. (2006), os destinos turísticos não são mais isolados, mas passam a fazer parte de um produto maior que é a regionalização. Desta forma, os municípios estão integrados uns aos outros na promoção de um produto capaz de integrar uma região que não seja apenas a região geográfica já estabelecida, mas sim passam a fazer parte de uma região com mais variedade turística, trabalhando coletivamente para cativar o turista e aumentar o tempo de permanência nas regiões e com isso ampliando o poder de consumo e gasto dele.

Uma região turística deve ser compreendida por suas comunidades como espaço das próprias experiências na conexão da cultura local com o território e com a paisagem. Caso isso não ocorra, irá apenas servir para planejamentos políticos e administrativos exógenos com pouco envolvimento local, impossibilitando o processo de desenvolvimento turístico

endógeno. Existem vantagens ao realizar um planejamento integrado de uma região turística, como a possibilidade de desenvolver um número maior de atrativos turísticos do que seria oferecido por um dos municípios isoladamente (MACHADO; TOMAZZONI, 2010).

A regionalização do turismo, consoante Nóbrega e Figueiredo (2012), busca a descentralização das ações, o enaltecimento dos lugares e territórios, a emergência da dimensão local com participação da comunidade, por meio da representação de distintos atores da sociedade em instâncias de governança, com a intenção de aproximar mais os interesses de diferentes grupos sociais, dar maior agilidade às tomadas de decisões, e assegurar o fornecimento de recursos dirigidos ao desenvolvimento do turismo regional. Feger et al. (2016) reiteram que no desenvolvimento regional, em específico o desenvolvimento turístico, a inter-relação dos atores integra uma base primordial. Quanto mais complexas as relações, maior é a densidade da rede e, por consequência, mais apropriado o ambiente para o aumento dos negócios, geração de emprego e arrecadação de tributos.

A regionalização é estimulada mediante uma nova valorização do espaço local e isto é resultado da possibilidade que existe de diferenciação perante outros lugares. Desta maneira, identificam-se elementos que colaboram na análise da organização do turismo, caracterizando a estrutura de organização regional um critério mais frequentemente utilizado para delimitação geográfica ou territorial (MACHADO; TOMAZZONI, 2011).

O ato de agrupar municípios com relativa proximidade e similaridades não é apenas o que se entende por regionalização, mas também o entendimento de que seja construído um ambiente democrático, harmônico e participativo entre o poder público e privado, terceiro setor e comunidade, com o impulsionamento da integração e colaboração intersetorial, havendo esforços conjuntos na atuação entre todos os envolvidos, direta e indiretamente, na atividade turística de uma determinada região (NÓBREGA; FIGUEIREDO, 2012). Para Machado e Tomazzoni (2011), a atuação do poder público na regionalização possibilita a valorização dos espaços locais através da organização das identidades regionais e promove a diferença diante de outros lugares.

Com o foco na implementação da regionalização, Emmendoerfer (2008) investigou a descentralização e a regionalização das ações da política pública de turismo do estado de Minas Gerais, demonstrando que houve um encurtamento das distâncias geradas pela burocracia entre o estado e os municípios das regiões. Corroborando com a autora, Sette (2017) afirma que a política de regionalização do estado teve consideráveis avanços e conquistas, mas não deixando de haver desafios para a consolidação e adequado protagonismo das regiões.

Rocha, Junior e Santos (2007) também realizou um estudo em Minas Gerais, mostrando que a região estava pautada em um turismo segmentado, e a partir do Programa de Regionalização do Turismo algumas ações começaram a ser pautadas na implantação e ativação de Conselhos Municipais de Turismo, criação de Conselho Regional de Turismo, implantação de Circuitos Turísticos, criação de folheteria para a divulgação da oferta turística e capacitação de mão de obra local.

Por fim, existe disseminação de conhecimento relacionado com a política pública de regionalização do turismo nos municípios, conforme estudos realizados na região sul do país por Feger e Veis (2018), contudo, há muitas dificuldades para a efetivação das ações necessárias ao desenvolvimento do turismo. Destaca-se a desarticulação dos municípios para criar produtos turísticos e desmobilização para divulgar as regiões em seu conjunto. Observou-se também um outro aspecto, é que em virtude do PRT ser uma política nacional, os estados e municípios ajustam suas legislações em período posterior, gerando, desta maneira, um descompasso na implementação da política.

Morais e Andrade (2008) trazem em seus estudos que existem regiões do Brasil onde, mesmo o município fazendo parte da política de regionalização do Governo Federal, o nível de conhecimento de duas comunidades apresentadas do estudo com relação ao Programa de Regionalização do Turismo é escasso, e não reflete o discurso e os princípios que norteiam o Plano Nacional de Turismo e o próprio Programa de Regionalização. A ausência de conhecimento com relação às políticas públicas voltadas para a atividade turística é notória, existindo município que nem mesmo o gestor público conhece o Programa, o que configura no distanciamento das populações no tocante à tomada de decisões em ações focadas para o desenvolvimento da atividade nos espaços já comercializados turisticamente.

Ainda conforme Morais e Andrade (2008), o MTur apontou dificuldades ao realizar diagnóstico sobre os avanços alcançados pelo turismo no Brasil, expondo problemas que afetam todas as regiões do país, com a

> ausência de avaliação de resultados, insuficiência de dados e pesquisas sobre turismo, mão-de-obra não qualificada, baixo controle de qualidade na prestação dos serviços, oferta de crédito insuficiente para o setor, deficiência na gestão e operacionalização da infraestrutura, pouca diversidade de produtos e falta de articulação na promoção e comercialização do produto turístico brasileiro (MORAIS; ANDRADE, 2008, p. 22).

Fernandes (2012) ressalta que, embora o Ministério do Turismo esteja capacitado a elaborar políticas públicas e sugerir ações abrangentes de desenvolvimento no nível federal, algumas dificuldades são vistas para transformar as propostas em ações concretas, pois

existem variados entraves políticos de âmbito estadual e municipal que podem impedir as ações propostas pela esfera federal e, além do mais, os estados brasileiros estão em diferentes níveis e estágios de desenvolvimento socioeconômico e turístico, e esses fatores fazem com que o Estado não seja capaz de distribuir igualitariamente os investimentos, e acaba priorizando determinadas regiões ou municípios.

Com o enfoque na estratégia de regionalização e no papel das Associações de Circuitos Turísticos em Minas Gerais, as autoras Sette, Valle e Coutinho (2014) mostram no estudo resultados interessantes no que tange ao desempenho e benefícios práticos da política de regionalização. A grande maioria dos participantes da pesquisa, ao serem questionados acerca do papel desempenhado pela Associação, responderam que ela desempenha sim o papel proposto. Em contrapartida, ao serem questionados sobre os benefícios práticos da participação ou envolvimento na política de regionalização, pouco mais da metade tiveram uma resposta positiva, o que foi discrepante em relação ao questionamento sobre o papel da Associação. Isso pode ter acontecido devido à complexidade e multisetorialidade do turismo e por ele e seus possíveis benefícios se desenvolverem, geralmente, em longo prazo, podendo gerar desânimo ou descrença nos atores envolvidos no planejamento.

Faz-se indispensável aludir que a ciência regional foi responsável pela variação das atividades econômicas, pois essa perspectiva possibilitou empoderar cada contexto aproximando-o das realidades locais, onde os recursos e as potencialidades de cada realidade podem provocar juntas mudança econômica e social. Por isso que para nortear, planejar e propor metas de desenvolvimento, o poder público usa delimitações espaciais para melhor aplicabilidade (ROCHA, 2018b).

Para que o processo da regionalização aconteça, é necessário que os municípios compreendam a proposta de regionalização, principalmente, seu papel enquanto agentes deste processo, e o governo enquanto motivador da regionalização gera as políticas públicas e define regiões turísticas (DREHER; SALINI, 2008). As autoras (p. 1, 2008) enfatizam ainda que “a regionalização do turismo precisa ser vista como uma decisão capaz de incrementar o poder de atração da destinação, dando ênfase aos benefícios trazidos pela atividade turística aos municípios, onde efetivamente a regionalização ocorra”.

Ante o exposto, a política de regionalização do turismo é a base conceitual que sustenta o Programa de Regionalização do Turismo, sendo a aplicação prática dessa política um esforço governamental que coloca em ação os princípios da regionalização, conforme é apresentado na sequência.

4 PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

O setor do turismo no Brasil teve a elaboração de políticas públicas mais consistentes a partir da década de 1990, pautando-se na descentralização política e gestão descentralizada do turismo, expandindo ainda mais em importância na década de 2000 (ALVES; SOUZA, 2019). Mas a implantação da política de turismo no país veio a se consolidar mesmo a partir da criação do Ministério do Turismo, em 2003, durante o Governo Lula, sendo considerada um modelo estruturante como política de desenvolvimento e distribuição de renda. Para essa finalidade, os destinos turísticos consolidados ou em processo de organização necessitavam possuir ferramentas indispensáveis no processo de planejamento e implementação de política territorial (CAMPOS; MOESCH; SILVA, 2016).

Ao longo do processo histórico do turismo brasileiro compreendeu-se, segundo Tomazin e Beni (2017), que o modelo de gestão pública teria de ser apoiado na regionalização do turismo. O Ministério do Turismo, então, passou a implementar ações com o intuito de diversificar a oferta turística do país, alinhadas à regionalização do turismo e ao desenvolvimento local nas regiões. Uma dessas ações é o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil instituído no ano de 2004 e desenvolvido pela Secretaria Nacional de Política de Turismo. O Programa almeja estimular as regiões turísticas, e inclusive as regiões localizadas no interior dos estados brasileiros, para que elas se organizem turisticamente com foco na valorização da riqueza natural e cultural, e no crescimento das bases econômicas locais. Os estados e as regiões turísticas começaram a ser cobrados por mais atuação e protagonismo na elaboração e execução de programas e projetos de fomento turístico, com objetivo a aumentar exponencialmente a atividade não apenas em municípios que já são consolidados como destinos turísticos, mas também em novos territórios (PINHEIRO; MARACAJÁ; CHIM-MIKI, 2019).

A proposta de regionalização do turismo, conforme o Ministério do Turismo (2019a), surgiu a partir da dinâmica que vinha acontecendo em diferentes níveis de organização em diversos estados brasileiros. Os roteiros turísticos, em alguns casos, ultrapassavam as fronteiras dos municípios e até mesmo dos estados, notando assim que os limites geográficos não deveriam limitar o desenvolvimento da atividade turística. Alguns estados brasileiros já desenvolviam suas políticas, usando como unidade de estruturação “polos turísticos”, “circuitos turísticos” ou “zonas turísticas”. Dessa forma, o Programa de Regionalização surgiu para dar continuidade às políticas e às ações empregadas até aquele momento, "ampliando-as para o enfoque regional, sem estabelecer padrões e modelos inflexíveis, incentivando a

participação e a criatividade dos agentes locais de cada região turística" (MTUR, 2019a, p. 8).

Para o Ministério do Turismo (2011), o Programa teve o papel de ser o grande incentivador da concepção de região turística como a base para o planejamento e o ordenamento da oferta turística, possuindo como pilares a gestão coordenada e o planejamento integrado e participativo. O Ministério afirma que o Programa de Regionalização busca promover a cooperação e a parceria de diversos segmentos envolvidos, como organizações da sociedade, instâncias de governos, empresários e trabalhadores, instituições de ensino, turistas e comunidade, impulsionando a formação de redes.

O MTur lançou o PRT em 2004, tendo como base o PNT - Plano Nacional do Turismo 2003-2007. O Programa possui como objetivo principal "apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no País com vistas à promoção do desenvolvimento regional" (MTUR, 2019a, p. 1). O PRT exibe, em seu eixo conceitual, a definição de regionalização do turismo como sendo "um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões" (MTUR, 2019a, p.11).

Com o objetivo de descentralizar, por meio de uma visão compartilhada e integrada, a coordenação da atividade turística, é posto nas diretrizes do PRT que

> regionalizar é transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora regional, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local, regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada (MTUR, 2019a, p. 9).

Em sua primeira versão, o PRT buscou desenvolver objetivos que partiam desde a qualidade do produto turístico até o gasto médio do turista. Passados alguns anos desde a sua instituição, também passou a buscar um maior aproveitamento dos recursos financeiros, técnicos e humanos com a finalidade de gerar condições e oportunidades para estruturar e qualificar novos destinos turísticos, transformando-os em competitivos através da região (ROCHA, 2018b).

Fonseca, Todesco e Silva (2022) abordam que o crescimento significativo de regiões turísticas no Brasil a partir da instituição do PRT, de 2004 até 2019, ocorreu devido ao crescimento da competitividade entre as destinações turísticas (ou locais que desejam se tornar um destino turístico) que necessitam se destacar uma das outras. Uma das maneiras de conseguir se destacar é por meio da regionalização em unidades espaciais com menor tamanho e de preferência que sejam próximas, buscando conquistar maior integração entre os

municípios, enfatizando a particularidade da região turística através de algum atributo, seja natural, cultural, histórico e/ou econômico. Desta forma, ainda segundo os autores, a regionalização efetivada pelo PRT ocorre apoiada no estímulo à competitividade espacial, sob o auxílio do ente político, através do entendimento entre poder público municipal e estadual.

Compreende-se que, quando trabalhada em conjunto com municípios próximos, a atratividade de um município pode ser potencializada tanto para composição de produtos turísticos conjuntos quanto para solução de problemas em comum. Contudo, para realizar a gestão desses recortes territoriais, torna-se essencial a criação de uma estrutura de gestão para gerenciar os produtos turísticos compostos por recursos de mais de um município. Essa estrutura de gestão do turismo é a instância de governança (BANTIM; FRATUCCI, 2016).

Assim, os processos de elaboração e execução das políticas públicas, para serem frutíferos, devem envolver vários participantes (AZEVEDO; NHANTUMBO; BANZE, 2017). Desta forma, o PRT busca inserir, como uma estratégia de planejamento participativo, novos atores no processo de formulação das políticas públicas de turismo, sendo um de seus objetivos "promover a integração e o fortalecimento das instâncias colegiadas, nos estados, regiões e municípios, fortalecendo a Rede Nacional de Regionalização" (MTUR, 2013, p. 24), e por isso tem-se a Instância de Governança Regional (IGR) como "uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa em âmbito regional" (MTUR, 2007, p. 16).

Como política pública de turismo, a regionalização e a descentralização da gestão têm suas bases nas instâncias regionais, sendo um fórum de discussões voltadas para gerir, planejar e desenvolver os territórios turísticos a partir da junção de seus municípios e dos agentes que constituem o sistema turístico regional (GUILARDUCCI; FRATUCCI, 2020), pautando-se nos fundamentos do desenvolvimento endógeno (MTUR, 2013). No que diz respeito ao Programa, a decisão pelo formato e caráter jurídico dos espaços é uma responsabilidade dos envolvidos, podendo ser um fórum, conselho, associação, comitê, dentre outros (SILVA; LIMA, 2019). Ainda para Silva e Lima (2019), a existência das instâncias responsáveis pelo desenvolvimento turístico, nos âmbitos municipais, regionais e estaduais, foi desde o início do PRT um elemento estrutural, inviabilizando a continuidade do Programa caso as regiões não as tenham estruturadas e em constante atuação.

Para Endres e Pakman (2019), as redes elaboradas pelos novos arranjos planejados por programas nacionais propõe-se a ser o ambiente em que as mudanças institucionais aconteçam. A partir de uma estrutura descentralizadora e prática participativa, os autores abordam que os espaços expressos por comitês, fóruns, conselhos e grupos gestores podem

determinar a possibilidade de tornar mais eficientes as relações entre o Estado, o mercado e a sociedade civil, em benefício do desenvolvimento do turismo no país.

Oliveira (2016) aborda o caráter político vertical da regionalização, a qual as decisões são tomadas de cima para baixo pela subordinação ao governo executivo, porém a governança se caracteriza por discutir as demandas, flexibilizando e horizontalizando as decisões junto aos governos mediante diálogo. Sette, Valle e Coutinho (2014) relatam, contudo, que a formação *bottom-up*, isto é, de baixo para cima das instâncias de governança, pode ser um dos grandes diferenciais do Programa de Regionalização do Turismo.

Porém, existe um fator que interfere diretamente na eficiência e eficácia do Programa, que é a descontinuidade política (ROCHA, 2018a). E foi com a finalidade de investigar o processo de regionalização do turismo por meio do PRT, que Tomazin e Beni (2017) realizaram um estudo na região do nordeste mostrando que a inefetividade das políticas públicas de turismo e a descontinuidade dos gestores públicos fragiliza o contexto de possibilidades baseadas através do planejamento estratégico apresentado pelo PRT. Ocorre também uma desarticulação nas instâncias que coordenam o Programa, refletindo um cenário frágil de organização local e regional. Os autores salientam que a nível estadual, o desenvolvimento das ações não tem conseguido alcançar os resultados almejados, podendo isso ocorrer especialmente em razão das vulnerabilidades presentes na esfera municipal.

Para Macêdo et al. (2016), as possibilidades que sustentariam o êxito do Programa demandam, dentre outros fatores, uma estrutura sólida nos estados e municípios, os quais precisam possuir um corpo técnico capaz de compreender os passos metodológicos e operacionais do Programa, bem como as estratégias com uma visão integrada e compartilhada a serem empregadas em nível local. É extremamente importante também que os governantes estaduais e municipais possuam um olhar diferenciado para o campo do turismo e não resumindo em ações simplistas, como realização de eventos e ações fragmentadas.

Apesar de ressaltar que o Programa, enquanto política pública, vem trazendo aspecto positivo no desenvolvimento da atividade turística no Brasil, Rocha (2018a) também faz uma crítica na execução do Programa, considerando que existe uma forma equivocada na sua efetivação, visto que destinos indutores muitas vezes centralizam e mantêm uma instabilidade político-participativa através da concorrência entre as regiões turísticas que é acirrada, e os demais destinos da região ficam inertes em sua funcionalidade e participação.

Ainda de acordo com Rocha (2018a), é evidente a deficiência no monitoramento nas regiões turísticas, o que representa um obstáculo para o crescimento ordenado do turismo. A avaliação do Programa de Regionalização do Turismo, disponível no site do Ministério do

Turismo, também destaca a falta de um monitoramento efetivo como um dos principais desafios a serem superados. Além disso, observa-se que o monitoramento das ações do Programa não tem sido realizado de acordo com o estabelecido em seu eixo de atuação, o que pode afetar a eficiência do desenvolvimento turístico regional. Portanto, é fundamental implementar um monitoramento adequado das ações para minimizar os impactos negativos do turismo, potencializar seus efeitos positivos e alinhar a metodologia às características locais e regionais.

Em respeito a avaliação do Programa, iniciada em julho de 2010 e conduzida pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH), o objetivo dessa avaliação participativa foi envolver atores-chave do turismo nacional que atuam nos setores governamental, empresarial e no terceiro setor. Durante a avaliação, vários atores ressaltaram a importância da representatividade do Programa, destacando a necessidade de sua continuidade e fortalecimento pelas próximas gestões públicas. Os principais desafios e ajustes identificados estão relacionados ao processo de implementação do Programa (MTUR, 2011).

Serra e Paz (2022) trazem aspectos importantes sobre a execução do Programa. Os autores afirmam que o território, a população e o governo possuem um papel primordial no desenvolvimento local do turismo enquanto atividade econômica, a qual orienta os agentes sociais locais, públicos e privados a organizarem o espaço e os interesses coletivos. Acontece que as atividades turísticas podem ficar concentradas em um único município da região e resulta que a regionalização prática do turismo não ocorra em toda a região turística, e isto, muitas vezes, reflete na forma em que os agentes exercem seus papéis conforme suas representatividades.

Porém, destacando os aspectos positivos, Rocha (2018b) assegura que na esfera da prática da atividade turística, o Programa tem a habilidade de definir a inclinação da cadeia produtiva do turismo, porque trabalha a competitividade e uma crescente formação de negócios no campo da economia, impulsiona o empreendedorismo e cria oportunidade de investimentos, por meio de ações compartilhadas que objetivam a integração de mercados e políticas públicas.

Por fim, Silva e Lima (2019) afirmam em seus estudos que é possível compreender o que precisa ser feito para que uma política como o PRT seja executada a fim de atingir os objetivos propostos e gere resultados positivos para as regiões. Deve-se ter a criação, funcionamento e desempenho de instâncias de governança, existir recursos e elaboração de planos estratégicos de desenvolvimento turístico, como também o monitoramento e a

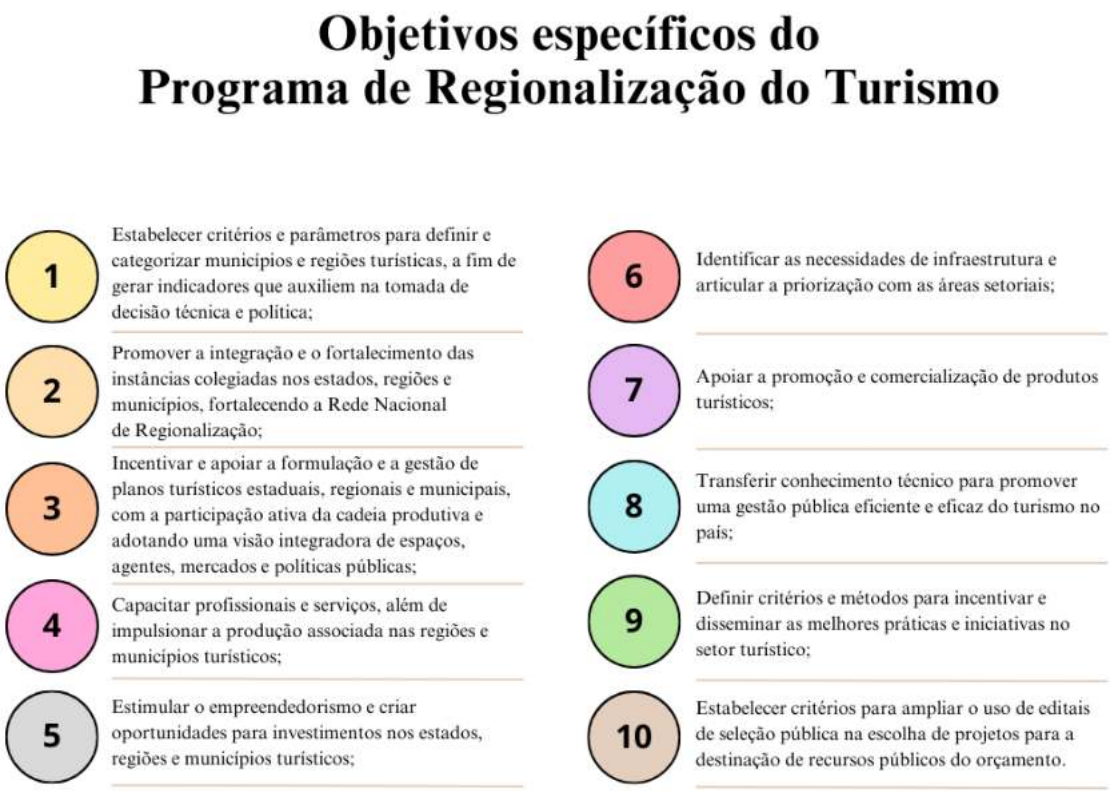
avaliação das ações.

Diante disso, na sequência versaremos sobre as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo que são os princípios orientadores que definem a abordagem e os objetivos gerais do Programa.

4.1 DIRETRIZES DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

As diretrizes estabelecidas para o processo de regionalização do turismo, visando alcançar resultados desejados, constituíam-se nas seguintes premissas para a sua execução: Abordagem territorial; Integração e participação social; Inclusão; Descentralização; Sustentabilidade; Inovação; Competitividade. Desta forma, estabeleceu-se o objetivo do Programa, sendo "apoiar a gestão, estruturação e promoção do turismo no País, de forma regionalizada e descentralizada " (MTUR, 2013, p. 24). Para que o objetivo fosse alcançado, diversas ações deveriam ser seguidas, sendo assim os objetivos específicos mostrados na figura 6 a seguir:

Figura 6 - Objetivos específicos do Programa de Regionalização do Turismo



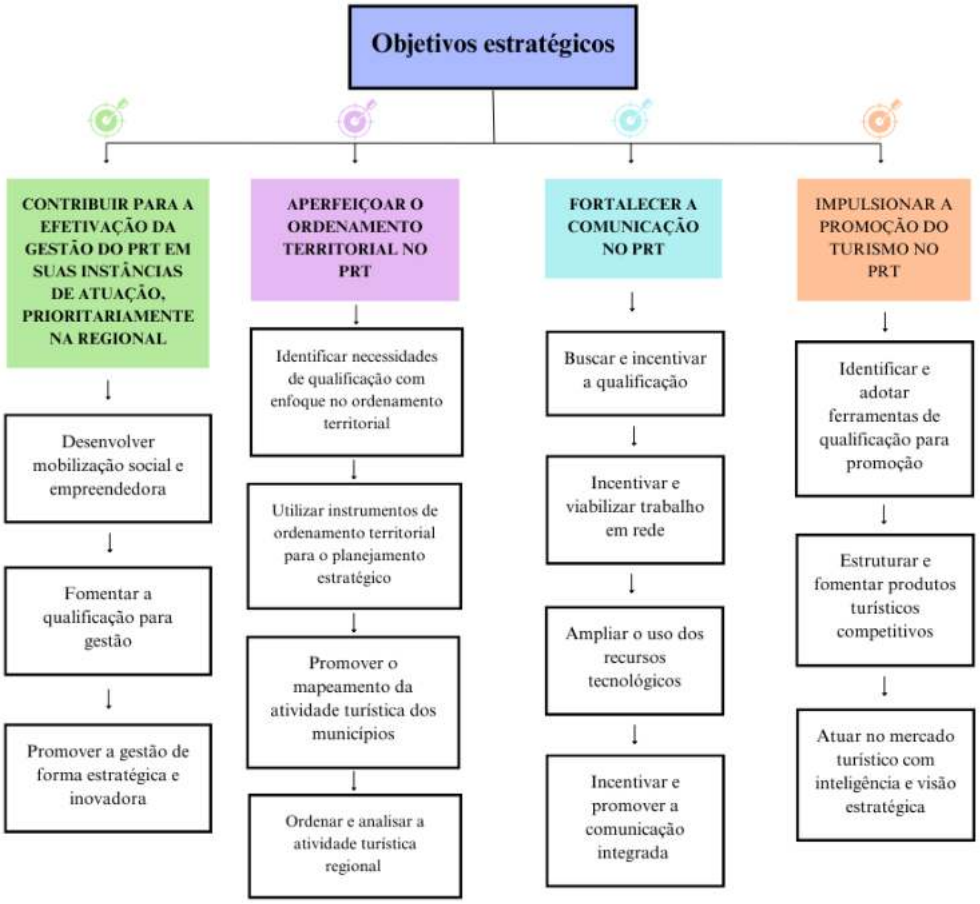
Fonte: Construído a partir de Ministério do Turismo (2013)

Em 2022, o Ministério do Turismo lançou um novo documento norteador intitulado "Programa de Regionalização do Turismo | Novo Ciclo - Diretrizes". O Mtur aborda sobre a importância de ressignificar a regionalização e o PRT para visualizar seu futuro. Ele apresenta o direcionamento estratégico e o modelo de gestão, enfatizando a importância das regiões e suas governanças, dos interlocutores e do setor privado. Além disso, aborda o processo de monitoramento e avaliação, identificando indicadores que permitirão evidenciar os resultados desejados e seus desdobramentos para um novo ciclo.

A pandemia de COVID-19 trouxe um cenário que contribuiu significativamente para a ressignificação do Programa de Regionalização do Turismo. Neste novo cenário, as tendências indicaram que o turismo regional seria amplamente beneficiado, com pessoas realizando deslocamentos em um raio de 100 a 200 quilômetros, preferencialmente em veículos próprios ou alugados. Essa busca por contato com a natureza e lazer em áreas ao ar livre foi impulsionada, além das opções turísticas tradicionais. Nesse contexto, foram oferecidos diferentes roteiros, opções de hospedagem e alimentação em conformidade com os novos padrões sanitários e cuidados com o bem-estar das pessoas (MTUR, 2022).

Assim, o PRT emergiu, segundo o Mtur (2022), com uma reestruturação de seus objetivos. Agora, os objetivos estratégicos (figura 7) são acompanhados por desdobramentos operacionais mais específicos, que orientam a implementação das estratégias e facilitam a mensuração dos resultados. Além disso, esses desdobramentos também fornecem suporte para o processo de monitoramento e avaliação, permitindo acompanhar o progresso e avaliar o sucesso das ações realizadas.

Figura 7 - Objetivos estratégicos do Programa de Regionalização do Turismo



Fonte: Construído a partir de Ministério do Turismo (2022)

Comparando os objetivos do Programa de Regionalização do Turismo das diretrizes de 2013 com os objetivos do "Novo Ciclo" do PRT lançado em 2022, podemos observar algumas semelhanças e diferenças. Embora existam algumas semelhanças, como a ênfase na gestão regional e na qualificação, os objetivos do "Novo Ciclo" do Programa em 2022 refletem uma abordagem mais estratégica, com foco na inovação, ordenamento territorial e promoção do turismo, além de uma forte ênfase na comunicação e no uso de tecnologia. Isso sugere uma evolução nas prioridades e estratégias do PRT ao longo dos anos.

4.1.1 DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

O Ministério do Turismo, no ano de 2013, abordava o direcionamento estratégico do PRT em eixos de atuação, que refletiam, de maneira prática e aplicável, o ciclo de desenvolvimento e produção de atividades, produtos e serviços turísticos nas regiões e municípios. Esses eixos direcionavam as ações estratégicas que representavam as áreas e resultados a serem alcançados. Dessa forma, as ações de apoio à gestão, estruturação e

promoção do turismo eram compreendidas, segundo o Mtur (2013), em oito eixos de atuação juntamente com as suas ações estratégicas (quadro 7), as quais estão descritas a seguir:

I. **Gestão descentralizada do turismo:** objetivo de implementar de forma a articular e atender às demandas do setor, fortalecer a participação social e integrar as políticas públicas.

II. **Planejamento e posicionamento de mercado:** utilizando dados e informações coletadas para fornecer suporte ao planejamento e desenvolvimento de produtos turísticos, como destinos, rotas e serviços. Feito com base nos elementos de identidade da oferta turística, levando em consideração também as características da demanda e seu público-alvo, aplicando a segmentação turística desde o planejamento estratégico do território até o posicionamento dos produtos turísticos.

III. **Qualificação profissional, dos serviços e da produção associada:** a inovação e competitividade de produtos e serviços são alcançadas quando o setor está formalizado, regulado, qualificado e diversificado. Isso envolve integrar a diversidade das expressões culturais e agregar valor em todas as etapas dos processos de produção e operação. Esse cenário possibilita a dinamização econômica das atividades nos territórios, promovendo um desenvolvimento sustentável do setor turístico.

IV. **Empreendedorismo, captação e promoção de investimento:** as dimensões econômicas, tecnológicas, empresariais, políticas e sociais apresentam tanto oportunidades a serem aproveitadas quanto riscos a serem reduzidos. Isso dependerá da capacidade de negociar políticas que ampliem os recursos técnicos, jurídicos e financeiros para impulsionar a atividade econômica do turismo nos territórios. É necessário encontrar um equilíbrio e buscar soluções que promovam o desenvolvimento sustentável do setor, maximizando as oportunidades e mitigando os riscos envolvidos.

V. **Infraestrutura turística:** a dinamização da atividade turística, levando em consideração a vocação e o protagonismo econômico do território, oferece

oportunidades para incorporar valor agregado e criar um ambiente propício para o desenvolvimento do turismo. Isso pode ser alcançado por meio de diversas iniciativas de cooperação, adoção de tecnologias e incentivos. Além disso, estratégias de infraestrutura turística são essenciais, englobando obras e instalações físicas e serviços necessários para o desenvolvimento do turismo e que estão diretamente relacionados a ele.

VI. **Informação ao turista:** garantir que os turistas tenham acesso a informações confiáveis, atualizadas e abrangentes sobre os pontos turísticos, eventos, infraestrutura, serviços, acessos e história da região ou município. Isso inclui fornecer recomendações de programas e atividades que sejam adequados ao perfil de cada turista, permitindo que eles façam escolhas informadas e desfrutem de uma experiência turística satisfatória.

VII. **Promoção e apoio à comercialização:** requer profissionais e serviços capacitados, infraestrutura adequada e informações precisas e confiáveis. Além disso, é necessário promover a articulação da cadeia produtiva do turismo por meio de redes de cooperação, visando o desenvolvimento de produtos turísticos bem estruturados e segmentados, que sejam adequados para promoção e comercialização.

VIII. **Monitoramento:** para realizar ações e projetos com base em uma visão abrangente do processo de mudança, é necessário ser criterioso na seleção de prioridades. Isso envolve analisar as demandas e ofertas relacionadas às capacidades institucionais, recursos técnicos, financeiros e humanos disponíveis. O objetivo é gerar dados e informações precisas e confiáveis que possam retroalimentar o ciclo de monitoramento da atividade turística no território, possibilitando uma melhor compreensão e acompanhamento do setor.

Quadro 7 - Ações estratégicas dos eixos de atuação do PRT

Ações estratégicas dos eixos de atuação do PRT	
	• elaborar estudos estratégicos para o fortalecimento da política de turismo; • apoiar a organização dos municípios em regiões turísticas; • apoiar a sensibilização e mobilização das comunidades e agentes turísticos;

Gestão descentralizada do turismo	• fortalecer as instâncias de governança de suporte à gestão descentralizada do turismo; • apoiar a produção de material técnico, didático, institucional e a realização de estudos para subsidiar a implementação de ações de fortalecimento do turismo.
Planejamento e posicionamento de mercado	• apoiar a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de planos estratégicos; • realizar estudos para a identificação e fortalecimento de produtos ou roteiros turísticos; • formatar, posicionar/reposicionar produtos turísticos; • realizar estudos e pesquisas acerca da oferta e demanda turística segmentada.
Qualificação profissional, dos serviços e da produção associada	• mobilizar os prestadores de serviços turísticos para a formalização e cadastro no Cadastur; • informar o consumidor sobre a importância de se adquirir produtos de prestadores regularmente cadastrados no Cadastur; • fiscalizar prestadores de serviços turísticos nos Estados e municípios; • identificar demanda de qualificação profissional e empresarial, qualificando profissionais e empresas; • desenvolver sistema de monitoramento e avaliação da qualificação realizada; • promover certificação profissional; • levantar demanda de ações para o fomento e integração da produção associada ao turismo; • organizar e qualificar a produção associada ao turismo; • definir estratégias para inserção dos produtos e serviços turísticos de base local.
Empreendedorismo, captação e promoção de investimento	• divulgar informações acerca das oportunidades de investimento e financiamento da atividade turística; • estabelecer parcerias público-privadas; • divulgar linhas de crédito e modalidades de financiamento; • promover incentivos fiscais e tributários; • incentivar o associativismo, cooperativismo e empreendedorismo.
Infraestrutura turística	• infraestrutura e equipamentos urbanos diretamente relacionados às atividades turísticas; • infraestrutura de acesso, tais como estradas turísticas, ferrovias, pontes, rodovias, túneis e viadutos, orlas fluviais, lacustres e marítimas; • terminais rodoviários, ferroviários, aeroviários, fluviais, lacustres e marítimos; • edificações de uso público destinadas a atividades indutoras de turismo como centros de cultura, museus, casas de memória, centros de convenções, centros de apoio ao turista, teatros, centros de comercialização de produtos artesanais e mirantes públicos; • restauração de edifícios, monumentos e conjuntos históricos; • elaboração de projetos de infraestrutura turística.
Informação ao turista	• guias e mapas turísticos; • portais de regiões e destinos turísticos; • redes sociais; • sinalização turística; • centro de atendimento ao turista.
Promoção e apoio à comercialização	• campanhas promocionais e publicitárias; • produção de materiais promocionais, tais como banners, cartazes, catálogos, folhetos, guias, livros, manuais, revistas, sacolas, pôsteres, postais, conteúdos digitais, vídeos e filmes; • realização de *famtrip* e *presstrip*; • organização de rodadas de negócios; • participação em feiras e eventos.
Monitoramento	• medição dos resultados e impactos das atividades do turismo; • estudos e projeções das tendências da oferta e da demanda; • avaliação das tendências de novas tecnologias para o setor; • medição de satisfação dos turistas.

Fonte: Construído a partir de Ministério do Turismo (2013)

Conforme mencionado anteriormente, o novo cenário que contribuiu para a ressignificação do PRT e seu novo ciclo, o Programa passou a ter um novo direcionamento estratégico que reúne um conjunto de informações, decisões e ações, ordenando princípios, propósito, objetivos estratégicos, linhas de atuação e estratégias de implementação. Os princípios fundamentais que devem guiar os estudos e ações deste novo ciclo do Programa de Regionalização do Turismo têm como objetivo construir e fortalecer os seguintes pontos, que são amplamente aceitos no turismo mundial: Governança; Inclusão/diversidade; Protagonismo dos empresários; Experiências; Tecnologia e inovação; Competitividade; Inteligência; Competências humanas comportamentais (MTUR, 2022).

As linhas de atuação são diretrizes que devem ser consideradas na implementação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) para alcançar seus objetivos (figura 8). Elas possuem uma natureza transversal e devem promover tanto a colaboração horizontal quanto vertical, possibilitando a convergência de atores, recursos, ações e esforços. Conforme o Mtur (2022), as linhas de atuação são:

I. **Gestão:** significa administrar e gerenciar uma instituição, empresa, entidade social ou programa, visando seu crescimento por meio da aplicação de modelos e técnicas administrativas. É importante incentivar a participação, autonomia e responsabilidade das pessoas envolvidas. O cumprimento das etapas do ciclo de gestão - diagnóstico, planejamento, execução, monitoramento e avaliação - é essencial para uma gestão eficaz. A governança deve ser cooperativa, com troca de informações entre os atores envolvidos, visando benefícios coletivos e compartilhados. Isso requer uma mudança de comportamento e consideração das instituições envolvidas nas diferentes instâncias de gestão.

II. **Ordenamento Territorial:** forma de organizar o território com instrumentos de gestão que envolvem os setores público, privado e solidário para melhorar a qualidade de vida das pessoas e usar de forma sustentável os recursos naturais, culturais, sociais e econômicos. Envolve princípios, diretrizes e regras que garantem a organização do espaço por meio de políticas públicas, planejamento integrado, categorização de municípios, mapeamento de regiões, legislação turística, sistemas de comunicação e promoção, regulamentação das atividades produtivas e equipamentos multissetoriais. Tudo isso visa atingir as transformações desejadas de forma estratégica e articulada.

III. **Comunicação:** partilhar informações e adquirir conhecimentos em um grupo. Importante para o desenvolvimento social, econômico, político, cultural e turístico. Promove a troca de experiências e informações entre os atores governamentais e não governamentais. Essencial para interação humana, turismo e regionalização. Enfatiza a importância de saber a quem e como comunicar, considerando a informação e canais adequados para facilitar o relacionamento e alcançar eficiência na comunicação.

IV. **Promoção:** marketing turístico visa manter os produtos atualizados e bem-posicionados no mercado, tanto digital como físico. Busca construir, qualificar e consolidar a imagem dos produtos, aumentando o consumo, prospectando novos consumidores e fidelizando os atuais. Incentiva a interação entre prestadores de serviços e consumidores. Importante em negócios de qualquer tamanho, considerando desejos por experiências únicas e novas formas de atração, comportamentos de consumo e participação da iniciativa privada.

Figura 8 - Linhas de atuação, ações e estratégias de implementação

AÇÕES	ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO
LINHA DE ATUAÇÃO: GESTÃO	
Desenvolver mobilização social e empreendedora	Realizar ações de engajamento
	Explicitar propósito e ideia-força
Fomentar a qualificação para gestão	Incentivar a profissionalização dos interlocutores
	Institucionalizar e profissionalizar a gestão das IGRs
Promover a gestão de forma estratégica e inovadora	Disseminar e operacionalizar o Ciclo da Gestão
	Identificar e aplicar novas ferramentas de gestão
LINHA DE ATUAÇÃO: ORDENAMENTO TERRITORIAL	
Identificar necessidades de qualificação com enfoque no ordenamento territorial	Definir capacitações para os interlocutores
	Realizar treinamentos e assessorias para municípios
Utilizar instrumentos de ordenamento territorial para o planejamento estratégico	Fazer uso do geoprocessamento nos mapeamentos
	Fazer uso dos instrumentos de ordenamento territorial no espaço turístico urbano e natural
Promover o mapeamento da atividade	Levantar a oferta turística utilizando o georreferenciamento
	Ordenar, avaliar e hierarquizar os atrativos turísticos
	Viabilizar estudos de demanda turística

Ordenar e analisar a atividade turística regional	Identificar os atrativos turísticos hierarquizados e os segmentos presentes na região
	Criar mapa regional da atividade turística
	Escalonar os municípios da região turística utilizando dados referentes ao papel desempenhado na oferta turística regional e na categorização
	Apresentar panorama da demanda turística real da região

LINHA DE ATUAÇÃO: **COMUNICAÇÃO**	
Buscar e incentivar a qualificação	Buscar conhecimentos, habilidades e atitudes para uma boa comunicação
	Realizar capacitações e visitas técnicas
	Desenvolver conteúdo personalizado e estratégico
Incentivar e viabilizar trabalho em rede	Fomentar e articular grupos de trabalho
	Incentivar a formação espontânea de propagadores
	Firmar parcerias com instituições para que promovam o turismo local
	Definir e tratar as informações a serem transmitidas em rede
	Criar e fomentar fóruns de discussões

AÇÕES	ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO
LINHA DE ATUAÇÃO: **COMUNICAÇÃO**	
Ampliar o uso dos recursos tecnológicos	Fazer uso da identidade visual no ambiente digital da regionalização
	Promover o uso das mídias digitais
	Incentivar a criação/modernização e reorganização dos portais de turismo dos estados, regiões e municípios
Incentivar e promover a comunicação	Fomentar o planejamento da comunicação com foco no turismo
	Mobilizar órgãos e estruturas estaduais em prol da comunicação com enfoque no turismo
	Incentivar a montagem de uma área de comunicação nas IGRs
LINHA DE ATUAÇÃO: **PROMOÇÃO**	
Identificar e adotar ferramentas de qualificação para promoção	Capacitar para a promoção turística
	Inovar no turismo
	Desenvolver atitude empreendedora
	Orientar investimentos em novos negócios
	Desenvolver metodologias ágeis
Estruturar e fomentar produtos turísticos competitivos	Priorizar atrativos turísticos e prestadores de serviços turísticos qualificados
	Trabalhar a segmentação e a roteirização do turismo
	Planejar para elevar a competitividade
Atuar no mercado turístico com inteligência e visão estratégica	Buscar o protagonismo de parceiros institucionais e da iniciativa privada
	Fazer uso da inteligência de mercado
	Atuar com a promoção a partir de uma visão estratégica de *marketing*
	Considerar o comportamento consumidor e as tendências de mercado vigentes

Fonte: Ministério do Turismo (2022)

Comparando as duas abordagens, podemos observar que as linhas de atuação de 2022 expandiram os conceitos encontrados nos eixos de atuação de 2013. Elas ainda incluem a gestão, mas também adicionam ênfase no ordenamento territorial, comunicação e promoção, refletindo uma abordagem mais abrangente para o desenvolvimento do turismo regional. Ambas abordagens buscam o desenvolvimento sustentável do turismo, mas as linhas de atuação de 2022 enfatizam a importância da organização territorial e da comunicação eficaz.

4.1.2 MODELO DE GESTÃO DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

O Programa de Regionalização do Turismo adota um modelo de gestão baseado na ideia de compartilhamento, onde a participação, democratização, consenso e acordo são evidentes. Esse modelo envolve uma variedade de instituições, agentes econômicos e sociedade civil organizada, buscando incorporar a multiplicidade e diversidade de perspectivas. Um aspecto importante da gestão do Programa de Regionalização do Turismo é garantir a transparência e o compartilhamento de informações e resultados da implementação da política. Para isso, é necessário aprimorar os sistemas de planejamento, acompanhamento e avaliação, comunicação e informação em rede. Isso permitirá ampliar a participação social e garantir o sucesso da gestão compartilhada do Programa (MTUR, 2013).

A gestão compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo é estruturada em níveis de atuação nacional, estadual, regional e municipal. No nível nacional, o Ministério do Turismo lidera a Coordenação Nacional do Programa por meio do Coordenador-Geral de Áreas Estratégicas para o Desenvolvimento do Turismo, cuja missão é deliberar e discutir questões relevantes do setor, com base em estudos, tendências e demandas. Em nível estadual, regional e municipal, as estruturas da gestão pública, a cadeia produtiva do turismo, as instituições de ensino superior e as organizações da sociedade civil são responsáveis pela execução das ações do Programa. Essas entidades contam com o apoio de Interlocutores Estaduais, Regionais e Municipais do Programa de Regionalização do Turismo, que desempenham um papel fundamental na articulação e implementação das atividades em cada localidade (MTUR, 2013, 2022).

No novo ciclo do Programa, segundo o Ministério do Turismo (2022), são consideradas as instituições atuantes nas esferas estadual, regional e municipal, tanto na

gestão institucional quanto na gestão colegiada. A Instância de Governança Regional (IGR) recebe maior atenção no âmbito regional, assumindo o papel de gestora institucional e colegiada. Os interlocutores desempenham a função de gestão executiva, sendo responsáveis pela implementação e execução das ações nos territórios, representando suas respectivas instituições e capacitando-se para o desenvolvimento dessas ações. O modelo de gestão atual já existente foi mantido, mas com as devidas adaptações necessárias, conforme figura 9 a seguir.

Figura 9 - Modelo de Gestão Compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo

Fonte: Construído a partir de Ministério do Turismo (2022)

O Modelo de Gestão estabelecido é composto por diferentes instâncias, cada uma desempenhando funções específicas dentro da gestão do Programa de Regionalização do Turismo. As instituições envolvidas atuam de acordo com suas atribuições, conforme descrito no quadro 8 a seguir:

Quadro 8 - Função no PRT por instância de atuação

FUNÇÃO
INSTÂNCIA NACIONAL

• Coordenação nacional do PRT. • Orientação estratégica voltada à implementação e manutenção da regionalização atendendo a política e o plano nacional de turismo vigente. • Produção e disseminação de dados e informações. • Promoção da convergência e articulação das ações do Ministério do Turismo com o PRT. • Oferta de ações de fomento e inteligência competitiva. • Definição de indicadores para monitoramento e avaliação sistematizada do PRT.
INSTÂNCIA ESTADUAL
• Coordenação estadual do PRT. • Atuação estratégica voltada para a política estadual de turismo em consonância com as orientações nacionais. • Articulação de atores e convergência de ações de gestão, fomento e promoção envolvendo a instância regional e municipal. • Produção e disseminação de dados e informações. • Definição de indicadores, monitoramento e avaliação sistematizada em âmbito estadual, respaldando a atuação nacional.
INSTÂNCIA REGIONAL
• Coordenação da região turística através da organização e funcionamento de uma estrutura qualificada e sustentável de governança. • Atuação estratégica voltada para a região turística em consonância com as orientações estaduais e nacionais. • Gestão da promoção regional a partir de apoio na estruturação e oferta de produtos e serviços turísticos competitivos nos municípios. • Mobilização de parceiros estaduais, regionais e municipais em prol da regionalização do turismo. • Integração com as instituições e colegiados estaduais e municipais. • Integração da iniciativa privada e gerenciamento das ações intrarregionais.
INSTÂNCIA MUNICIPAL
• Atuação voltada à gestão municipal do turismo. • Mobilização e integração dos atores municipais - em especial da iniciativa privada - , em propostas municipais com foco regional. • Identificação da atividade turística municipal, tendo em vista a segmentação e o nível da oferta. • Disponibilização de um rol de atrativos e serviços turísticos do município para compor produtos/roteiros regionais. • Participação de forma cooperada na promoção da região turística.

Fonte: Construído a partir de Ministério do Turismo (2022)

Desta forma, a gestão compartilhada do PRT envolve a colaboração e a coordenação contínuas entre os diferentes níveis de atuação. Ela busca garantir que as ações e políticas de turismo sejam elaboradas de maneira integrada, de modo que as estratégias nacionais sejam adaptadas às realidades locais. Isso implica uma troca constante de informações, experiências e melhores práticas entre os níveis de gestão.

4.1.2.1 INSTÂNCIA REGIONAL: regiões turísticas e governanças

As instâncias do Programa de Regionalização do Turismo desempenham um papel fundamental na efetivação da regionalização do turismo, contudo a regional é a que dá sentido ao PRT. Nelas estão inseridas as regiões turísticas e suas respectivas governanças, conhecidas como Instâncias de Governança Regionais (IGRs). Neste novo ciclo do PRT, é fundamental abordar duas questões importantes: a identificação das regiões turísticas e o fortalecimento

das IGRs. Ambas as abordagens são essenciais para impulsionar o desenvolvimento do turismo regional de forma coordenada e integrada (MTUR, 2022).

O Ministério do Turismo (2018, p. 25), caracteriza região turística como "espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território delimitado para fins de planejamento e gestão". No Brasil, as regiões turísticas são definidas com base no Mapa do Turismo Brasileiro, que é estabelecido pela Portaria MTUR nº 41/2021 (ver anexo B). Essas regiões são identificadas e comprovadas pela existência de uma Instância de Governança Regional (IGR) responsável por sua gestão.

A presença de uma IGR é fundamental para coordenar e promover o desenvolvimento do turismo na região, garantindo a integração de esforços entre os diversos atores envolvidos e a implementação de ações efetivas de fortalecimento do setor turístico. Assim, uma IGR pode ser definida como

> organização que atua como gestora da região turística, responsável por seu planejamento, execução e monitoramento constantes, para a produção de resultados que acarretem desenvolvimento e crescimento do turismo regional. Utiliza-se da gestão compartilhada e articulada reunindo atores públicos, privados e do terceiro setor da região (MTUR, 2022, p. 31).

Ainda conforme o Mtur, é importante destacar que a governança difere do governo, que envolve estruturas e cargos responsáveis pela administração pública em caráter temporário. Por outro lado, a governança refere-se à ação de governar, conduzir, reger e integrar harmoniosamente os diversos interesses, políticas e perspectivas do desenvolvimento regional. Trata-se de envolver diferentes atores de um território para promover a cooperação e tomar decisões em conjunto, visando o progresso e a integração sustentável da região. A governança busca conciliar e harmonizar os interesses de diferentes partes interessadas, como o setor público, o setor privado, a sociedade civil e as comunidades locais, para alcançar objetivos comuns de desenvolvimento regional.

4.1.2.2 INTERLOCUTORES

Os interlocutores são profissionais responsáveis pela implementação das ações do Programa de Regionalização do Turismo em suas respectivas instâncias, atuando na gestão executiva. Eles recebem orientações do Ministério do Turismo e são encarregados do planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação das ações do PRT em níveis estadual, regional e municipal. Esses interlocutores atuam em redes, promovendo a troca de

experiências e informações para melhor orientação dos estados, regiões e municípios envolvidos.

Os interlocutores estaduais fazem parte de uma Rede Nacional, realizando reuniões regulares com o Ministério do Turismo para tomada de decisões conjuntas. Além disso, foi criado o Grupo Macrorregional dos Interlocutores Estaduais do PRT, composto por representantes de diferentes regiões do país, responsáveis por acompanhar assuntos estratégicos para o avanço do Programa. Os demais interlocutores também se articulam em redes estaduais, regionais e municipais, e recebem atenção do Ministério do Turismo em ações e projetos específicos, como o PRT+Integrado e atendimentos técnicos e palestras.

Neste tópico é importante, então, destacar que o PRT+Integrado é um projeto que consiste em iniciativas colaborativas entre o Ministério do Turismo (MTur) e os interlocutores das instâncias de governança regionais nos estados. Essas iniciativas são realizadas por meio de uma série de encontros que visam promover a integração das políticas públicas federais, estaduais e municipais relacionadas ao turismo. O objetivo é criar um canal de interlocução e acompanhamento dos avanços do turismo nacional, permitindo uma maior cooperação e troca de experiências entre as diferentes esferas governamentais (MTUR, 2019c).

Nesse sentido, o quadro 9 abaixo consiste na apresentação dos interlocutores por instância de atuação, o perfil que deve nortear suas indicações, bem como as devidas atribuições e sugestões de qualificação para melhor desempenho.

Quadro 9 - Interlocutores: perfil, atribuições e qualificação

INTERLOCUTOR ESTADUAL	
PERFIL	
QUANTITATIVO Dois interlocutores: • Um oriundo do quadro de pessoal do órgão oficial de turismo - OOT • Um oriundo da Governança Estadual, não-governamental.	QUALITATIVO • Formação superior, preferencialmente na área de turismo ou afins; • Conhecimentos da área do turismo e vínculo profissional com a entidade que fez a indicação que será responsável por suas eventuais despesas – preferencialmente oriundos dos níveis gerencial e técnico que lhes permitam a tomada de decisões e a realização de ações
ATRIBUIÇÃO	
• Liderar/inspirar o planejamento, coordenação e monitoramento das ações do PRT em âmbito estadual. • Apoiar o processo de estruturação dos destinos turísticos em âmbito regional. • Produzir e disseminar informações e conhecimento, assim como validar o conjunto de dados e informações produzidas pelas regiões • Propor critérios estaduais para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro e promovê-lo. • Promover a comunicação entre os atores da regionalização do turismo. • Apoiar os órgãos municipais de turismo na gestão municipal do turismo. • Promover, coordenar e/ou participar de reuniões com interlocutores regionais e municipais.	
INTERLOCUTOR REGIONAL	

PERFIL	
QUANTITATIVO Dois interlocutores: • Ambos oriundos da governança regional, não-governamentais	QUALITATIVO • Participante da estrutura da IGR - setor privado • Conhecimento e experiência de trabalho reconhecida na área do turismo regional.
ATRIBUIÇÃO	
• Liderar/inspirar o planejamento, coordenação e monitoramento das ações em âmbito regional. • Fomentar o planejamento estratégico da IGR e da Região de forma participativa. • Articular, negociar e promover o estabelecimento de parcerias, em âmbito regional. • Dar suporte aos interlocutores estaduais e municipais nas ações/atividades do Programa. • Participar ou convocar reuniões com os municípios integrantes da região. • Propor o desenvolvimento de ações regionais, em especial das atividades turísticas voltadas ao mercado.	
INTERLOCUTOR MUNICIPAL	
PERFIL	
QUANTITATIVO Dois interlocutores: • Um oriundo do quadro de pessoal do OOT • Um oriundo da Governança Municipal – não governamental.	QUALITATIVO • Conhecimento e experiência de trabalho reconhecida na área do turismo local.
ATRIBUIÇÃO	
• Assegurar que as atribuições das instituições que atuam no nível municipal sejam realizadas. • Alinhar o planejamento do turismo do município às políticas públicas estadual, regional e nacional. • Promover a organização e/ou mobilizar os segmentos existentes para o debate e a indicação de propostas locais para a região. • Participar de debates e da formulação das estratégias locais para o desenvolvimento do município. • Promover, organizar e dar publicidade a conteúdos de inteligência (dados, estudos e pesquisas) que deem base ao desenvolvimento turístico no âmbito municipal. • Dar suporte aos Interlocutores regionais e estaduais nas ações/atividades do PRT. • Articular e fortalecer a iniciativa privada.	

Fonte: Construído a partir de Ministério do Turismo (2022)

Assim, entende-se que os interlocutores do Programa de Regionalização do Turismo nos níveis estadual, regional e municipal são atores fundamentais para a implementação bem-sucedida dessa política. O diálogo e a colaboração entre esses interlocutores são essenciais para garantir a eficácia da gestão compartilhada do PRT, bem como para identificar as demandas e oportunidades específicas de cada região, possibilitando um desenvolvimento turístico integrado.

4.1.2.3 PROCESSO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O sucesso de um programa ou projeto está intrinsecamente ligado ao planejamento, à implementação eficaz das ações e à disponibilidade de uma base de dados atualizada e confiável para um monitoramento e avaliação eficientes. Durante a implementação, é comum

que ocorram desvios em relação às metas estabelecidas devido a mudanças e pressões tanto internas quanto externas, que podem impactar as ações realizadas. É importante estar preparado para lidar com essas mudanças e adaptar-se a elas, a fim de garantir o progresso e o sucesso do projeto. O acompanhamento, documentação, análise e avaliação contínuos dos resultados obtidos são fundamentais para identificar desvios em relação ao planejado e adotar medidas de ajuste. Essas informações são a base para a tomada de decisões e a realização de ajustes, que devem estar alinhados com critérios preestabelecidos ou metas estabelecidas (MTUR, 2013).

No novo ciclo do Programa, o Mtur (2022) reforçou a necessidade de estabelecer um processo de monitoramento e avaliação para acompanhar e analisar continuamente seu desempenho. Esse processo deve ser baseado em indicadores que vão além de dados quantitativos, incluindo também aspectos qualitativos, abrangendo todos os esforços que levam a resultados e transformações significativas.[6] O monitoramento tem como objetivo observar e controlar a implementação das ações, garantindo que estejam alinhadas aos objetivos e resultados esperados, e intervindo, quando necessário, para fazer ajustes. Envolve a coleta de dados, registros e informações que permitem criar parâmetros de comparação, utilizando ferramentas como mapas estratégicos, relatórios, reuniões periódicas e registros fotográficos. Essa base de informações também é fundamental para a avaliação, que ocorre em determinados períodos, focando nos resultados e impactos produzidos pelas ações realizadas.

A avaliação, assim como o monitoramento, deve ser realizada de forma participativa, envolvendo os atores da instância responsáveis pela implementação, mas também considerando uma perspectiva externa para garantir uma visão mais ampla. Esse processo de monitoramento e avaliação é uma prática positiva que permite alinhar o planejado com o realizado, sugerindo correções e proporcionando aprendizados construtivos ao longo do ciclo do Programa.

4.2 MÓDULOS OPERACIONAIS DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

O Ministério do Turismo coordenou, de forma participativa, a elaboração das Diretrizes Operacionais do Programa de Regionalização do Turismo, com o objetivo de fornecer conceitos, princípios e orientações para direcionar o processo de regionalização nas

[6] Ver anexo C

regiões turísticas do país. Essas diretrizes são compostas por nove Módulos Operacionais (figura 10), e para cada módulo foi criado um documento técnico-orientador, a saber:

Figura 10 - Módulos Operacionais

Fonte: Construído a partir de Ministério do Turismo (2007a)

4.2.1 MÓDULO OPERACIONAL 1 - SENSIBILIZAÇÃO

É crucial desenvolver uma percepção clara na comunidade sobre o que é o turismo e sua relevância no desenvolvimento regional. Isso implica em convencer as pessoas de que sua organização e envolvimento são fundamentais para fortalecer a região. Além disso, é importante ressaltar que a sensibilização permite que cada participante conheça, valorize e divulgue os atrativos naturais e culturais de sua região. Em suma, é essencial conscientizar a comunidade sobre o potencial do turismo e incentivar sua participação ativa para impulsionar o desenvolvimento regional (MTUR, 2007b). Diante disso, o PRT afirma que

> sensibilizar é oferecer, às pessoas da comunidade ou da região, os meios e os procedimentos que as façam perceber novas possibilidades e lhes permitam enfrentar as mudanças e as transformações necessárias quando se adota uma nova

postura frente ao turismo (MTUR, 2007b, p. 15)

Para iniciar a atividade de sensibilização, o Ministério do Turismo destaca ainda que é importante identificar pessoas relevantes para o processo, como líderes naturais da comunidade, estudantes, comerciantes, entre outros, que já estejam envolvidos ou que possam ser envolvidos nas ações de regionalização do turismo. Um desafio nesse estágio inicial é fazer com que as pessoas da comunidade ampliem sua perspectiva e passem a enxergar o desenvolvimento do turismo de forma mais abrangente, não se concentrando apenas em seu próprio município, mas em toda a região.

Assim, para alcançar as metas do Programa, o Mtur (2007a) diz que é crucial envolver o maior número possível de pessoas, tanto do próprio município quanto de toda a região. É fundamental que elas tenham consciência de que seu envolvimento é essencial para o desenvolvimento desejado por todos. Para isso, é necessário realizar ações isoladas ou em conjunto, como:

- Mostrar entusiasmo ao apresentar a proposta do Programa, explicando todos os seus detalhes de forma clara e completa;
- Envolver novas pessoas na implementação do projeto, motivando-as e fornecendo informações e exemplos de casos de sucesso;
- Garantir a participação de diversos grupos da comunidade, como artesãos, pequenos empresários, músicos, proprietários de pousadas, taxistas, líderes comunitários, fabricantes de brindes e toda a sociedade, no processo de planejamento.

4.2.2 MÓDULO OPERACIONAL 2 - MOBILIZAÇÃO

Para o Ministério do Turismo (2007c), a mobilização envolve reunir o poder público, empresários, sociedade civil e instituições de ensino em torno de um objetivo comum. É por meio do esforço, participação e união de todos os setores da sociedade que esse objetivo pode ser alcançado. A mobilização é fundamental para que as comunidades se sintam responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento. Para que indivíduos, comunidades ou toda a sociedade estejam mobilizados, é necessário que todos estejam motivados a contribuir e se envolver ativamente.

Ao destacar um recurso natural ou cultural de uma região, é importante enfatizar o

valor turístico desses recursos e o impacto positivo que eles podem ter no desenvolvimento regional e individual. Isso inclui a geração de empregos, o aumento da produção e da renda, e a melhoria das condições de vida das famílias. Assim, a mobilização desempenha um papel importante ao permitir a inclusão das comunidades no mercado de trabalho e ao valorizar a participação da comunidade, conferindo-lhe poder e responsabilidade no próprio processo de desenvolvimento (MTUR, 2007c).

As atividades de mobilização são direcionadas a todos aqueles que têm alguma participação, direta e indiretamente, com a atividade turística, tais como representantes dos órgãos oficiais de turismo, cultura e meio ambiente dos estados e dos municípios; envolvidos com os serviços, equipamentos e produtos turísticos de todas as áreas que compõem o setor; estudantes e professores; guias e condutores; profissionais de turismo; pessoas que trabalham nos serviços de infraestrutura urbana, trabalhadores de hotéis; artesãos e culinaristas locais.

4.2.3 MÓDULO OPERACIONAL 3 - INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL

Considerando os princípios da participação, sustentabilidade, integração e descentralização, é essencial contar com o engajamento do poder público, empresários, sociedade civil e instituições de ensino dos municípios de uma região turística para fortalecer o desenvolvimento do turismo por meio da implementação do Programa. A participação desses atores permite a promoção de ações de mudança, com o objetivo de ampliar e impulsionar a atividade turística no Brasil. Nesse contexto, o estabelecimento ou fortalecimento de parcerias com agentes envolvidos na atividade turística, tanto públicos quanto privados, é previsto neste Módulo Operacional (MTUR, 2007d).

De acordo com as diretrizes e princípios de integração, gestão coordenada, participação e descentralização do Programa, as Instâncias de Governança Regionais assumem a responsabilidade de definir prioridades, coordenar decisões, planejar e executar o processo de desenvolvimento do turismo na região turística. Além disso, essas instâncias devem participar ativamente das decisões políticas, econômicas e sociais no âmbito regional. Em resumo, elas desempenham um papel central na governança regional do turismo, promovendo a coordenação e a participação de diversos atores para impulsionar o desenvolvimento sustentável do setor.

A forma de institucionalização de uma Instância de Governança varia de acordo com a realidade de cada região turística, podendo ser em formato de Associação, Conselhos, Fórum,

Comitê e Consórcio Intermunicipal.

4.2.4 MÓDULO OPERACIONAL 4 - ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO REGIONAL

Neste módulo, o Mtur (2007e) aborda a necessidade de identificar as ações a serem realizadas para atender ao desenvolvimento de uma região turística. Em diferentes regiões do país, a implementação dos Planos Estratégicos será concretizada por meio de projetos específicos. Esses projetos podem ter como objetivo a elaboração de roteiros turísticos, a melhoria da infraestrutura turística ou o fornecimento de apoio em várias outras áreas. Somente por meio da implementação desses projetos específicos é possível desenvolver o turismo de forma planejada, integrada, coordenada e participativa.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional vai além da participação de organizações locais e regionais, buscando uma integração abrangente e uma participação ampla de diversos grupos sociais que são fundamentais para viabilizar o desenvolvimento regional do turismo. Isso envolve a colaboração e engajamento do poder público, empresários, sociedade civil e instituições de ensino. Através dessa ampla participação, o plano busca criar uma base sólida para impulsionar o crescimento do turismo de forma sustentável e benéfica para todas as partes envolvidas.

Este Módulo Operacional é de extrema importância para a construção coletiva e integrada das estratégias e ações futuras que serão responsáveis pelo desenvolvimento turístico da região. Independentemente do estágio de desenvolvimento alcançado pela região, é essencial compreender que nenhum empreendimento econômico ou social terá sucesso sem um planejamento adequado das suas ações. Portanto, o Plano Estratégico é fundamental para orientar de forma eficaz as atividades relacionadas ao turismo, visando a um crescimento sustentável e bem-sucedido da região.

4.2.5 MÓDULO OPERACIONAL 5 - IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO REGIONAL

Conforme o Mtur (2007f) enfatiza, este módulo é uma etapa crucial para garantir que os objetivos e metas, construídos com a participação de todos os atores sociais, sejam efetivamente alcançados. É de extrema importância que a implementação do Plano Estratégico ocorra de forma participativa e integrada, envolvendo o poder público,

empresários, sociedade civil e instituições de ensino. É importante destacar que possíveis insucessos nesta etapa muitas vezes estão relacionados à falta de compromisso ou resistência por parte dos parceiros em relação à estrutura do Plano e às suas exigências. É fundamental superar esses desafios para garantir o sucesso e o alcance dos objetivos propostos. O Mtur específica que "o objetivo principal da implementação do Plano Estratégico é criar uma situação diferente da atual. Quando essa nova situação despontar os objetivos do Plano Estratégico se tornarão realidade" (2007f, p. 19).

A coordenação do processo de implementação dos Planos Estratégicos ficará a cargo da Instância de Governança Regional. Essa equipe gestora será responsável por coordenar todas as etapas de implementação dos planos e seus respectivos projetos específicos. É essencial que a Instância de Governança Regional já esteja estabelecida e ativa nessa fase do Programa. Caso a Instância ainda não esteja operando, a coordenação provisória pode ser assumida pelo órgão oficial de turismo do estado.

É crucial enfatizar a importância de ter uma equipe gestora qualificada, que possua as habilidades necessárias para coordenar e gerenciar o Plano Estratégico. Recomenda-se que essa equipe seja tecnicamente competente e multidisciplinar, representando todos os setores envolvidos no processo.

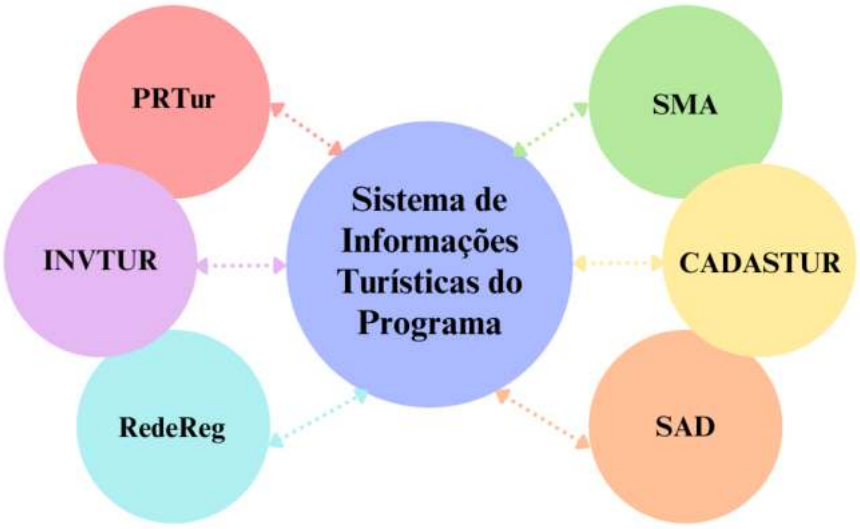
4.2.6 MÓDULO OPERACIONAL 6 - SISTEMA DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS DO PROGRAMA

O objetivo deste módulo é promover comunicação e a troca de informações entre o setor público, a comunidade, as instituições parceiras, os atores envolvidos na cadeia produtiva do turismo e os usuários dos serviços e equipamentos turísticos. A falta de articulação entre o setor público e privado tem agravado certas questões, como a escassez de dados, informações e pesquisas sobre o turismo brasileiro.

Este módulo enfatiza a importância do desenvolvimento de sistemas para o turismo e descreve as fases envolvidas na sua elaboração. Além disso, ele apresenta de forma resumida os seis "subsistemas" do Programa, termo adotado para os respectivos componentes do Sistema de Informações Turísticas, que são baseados em uma abordagem corporativa integrada, sendo eles: Sistema de Gerenciamento de Informações do Programa de Regionalização do Turismo – PRTur, Sistema de Inventariação da Oferta Turística – INVTUR, Site da Rede Nacional de Regionalização – RedeReg, Sistema de Cadastro dos Empreendimentos, Equipamentos e Profissionais da Área de Turismo – CADASTUR,

Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa – SMA e Sistema de Apoio a Distância – SAD (figura 11).

Figura 11 - Visão Geral do Sistema de Informações Turísticas do PRT



Fonte: Construído a partir de Ministério do Turismo (2007g)

O objetivo desses subsistemas é fortalecer a rede de atores envolvidos na regionalização do turismo, fornecendo ferramentas que facilitem o acesso às informações necessárias para o planejamento, gestão e promoção do turismo no país. Esses subsistemas também buscam promover conexões e aproximação entre os diversos atores envolvidos no setor (MTUR, 2007g).

4.2.7 MÓDULO OPERACIONAL 7 - ROTEIRIZAÇÃO TURÍSTICA

Um dos objetivos do PRT é diversificar a oferta turística. Diversificar significa tornar diferente, variado e trazer variação. A roteirização desempenha um papel fundamental para alcançar esse objetivo, oferecendo produtos turísticos diferenciados nos mercados nacional e internacional. A roteirização auxilia no processo de identificação, elaboração e consolidação de novos roteiros turísticos. Além disso, ela aponta a necessidade de aumentar os investimentos em projetos já existentes, seja na melhoria da infraestrutura atual, seja na qualificação dos serviços turísticos oferecidos (MTUR, 2007h).

Desta forma, este módulo destaca que o processo de roteirização pode impulsionar o aumento do número de turistas que visitam uma região, assim como prolongar o tempo médio

de permanência nesses destinos. Isso, por sua vez, estimula a circulação da riqueza gerada na região. Neste módulo, são apresentados os objetivos do processo de roteirização, juntamente com os resultados esperados de suas ações, conforme pode ser visualizado no quadro 10.

Quadro 10 - Objetivos e resultados esperados da roteirização

Objetivos e resultados esperados da roteirização	
Objetivos da roteirização	• fortalecer a identidade regional; • incentivar o empreendedorismo; • estimular a criação de novos negócios e a expansão dos que já existem; • ampliar e qualificar serviços e equipamentos turísticos; • facilitar o acesso das pequenas e microempresas do mercado turístico regional, estadual, nacional e internacional; • consolidar e agregar valor aos produtos turísticos; • identificar e apoiar a organização de segmentos turísticos; • promover o desenvolvimento regional.
Resultados esperados da roteirização	• fortalecimento da identidade regional; • aumento da visitação, da permanência e do gasto médio do turista; • desfrute de experiências genuínas dos turistas; • atuação de pequenas e microempresas no mercado turístico; • criação e ampliação de postos de trabalho; • aumento de geração de renda e melhoria na sua distribuição; • favorecimento da inclusão social e redução das desigualdades regionais e sociais; • inclusão de municípios nas regiões e roteiros; • consolidação de uma estratégia de desenvolvimento regional; • consolidação de roteiros mais competitivos; • ampliação e diversificação da oferta turística, consolidando os objetivos do PRT.

Fonte: Construído a partir de Ministério do Turismo (2007h)

Diante do exposto, a roteirização no turismo busca fortalecer a identidade regional, impulsionar o empreendedorismo, aumentar a visitação e gastos dos turistas, além de gerar empregos e renda, reduzindo desigualdades regionais e promovendo um desenvolvimento mais sustentável. Isso se traduz em roteiros turísticos mais competitivos e diversificados, alinhados aos objetivos do Programa de Regionalização do Turismo.

4.2.8 MÓDULO OPERACIONAL 8 - PROMOÇÃO E APOIO À COMERCIALIZAÇÃO

A promoção e a comercialização de produtos turísticos envolvem o desenvolvimento de relações com o mercado, resultando em ações comerciais. Para alcançar esse objetivo, é necessário que o poder público, a iniciativa privada e a comunidade invistam em estratégias de promoção e comercialização, levando em consideração suas competências e limitações. Essas estratégias eficientes visam aumentar a competitividade e gerar lucro no setor turístico (MTUR, 2007i).

O módulo traz o passo a passo e a importância da elaboração de um Plano de Negócios como elemento de cálculo de lucro de um roteiro turístico, assim como dos riscos envolvidos.

4.2.9 MÓDULO OPERACIONAL 9 - SISTEMA DE MONITORIA E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O processo de monitoria e avaliação tem como objetivo utilizar ferramentas eficazes para fornecer suporte à tomada de decisões na gestão do processo de regionalização do turismo. Ele envolve o acompanhamento e a avaliação dos planos, programas e projetos, tanto durante a sua elaboração e implementação, quanto após sua implantação nas regiões turísticas. Através deste processo, busca-se obter informações relevantes e atualizadas para orientar a gestão e promover ajustes necessários para o sucesso do Programa de Regionalização.

Nesta etapa final do módulo, o Ministério do Turismo (2007j) apresenta conceitos, princípios e orientações para o planejamento do Sistema de Monitoria e Avaliação (SMA). Além disso, são definidas as funções, tarefas e instrumentos de monitoria e avaliação, visando uma gestão mais eficaz do Programa.

4.3 MAPA DO TURISMO BRASILEIRO

A política de regionalização do turismo descentraliza as ações, porém atua de modo compartilhado através da orientação desenvolvida pelos comitês executivos do Programa. Com isso, é importante salientar que as ações são coordenadas pelo Sistema Nacional do Turismo e pelas câmaras temáticas de Regionalização que deliberam e debatem acerca dos temas relevantes do setor do turismo (ROCHA, 2018b).

Partindo disso, no âmbito do Programa de Regionalização foi instituído o Mapa do Turismo Brasileiro (figura 12), instrumento que realiza recorte territorial definindo por áreas as regiões turísticas e possui como objetivo nortear a atuação do Sistema Nacional do Turismo no tocante ao desenvolvimento das políticas públicas das áreas nele identificadas, de maneira regionalizada e descentralizada. O Mapa do Turismo é uma ferramenta que engloba municípios com vocação turística ou que são impactados pelo setor de viagens. Estar inserido no Mapa coopera para o desenvolvimento do turismo da região, visto que encadeia benefícios, como fazer parte de políticas públicas, receber recursos para a realização de obras de infraestrutura e receber capacitação através da oferta de qualificação profissional.

Figura 12 - Site do Mapa do Turismo Brasileiro

Fonte: Mapa Turismo (2023)

Para serem inseridos no Mapa, os municípios precisam cumprir critérios, tais como: possuir legislação que comprove a existência de órgão ou entidade responsável pela pasta do turismo; dispor de dotação para o turismo na Lei Orçamentária Anual - LOA; possuir, no mínimo, um prestador de serviço turístico, de cadastro obrigatório no Ministério do Turismo, em situação regular no Sistema de Cadastro - CADASTUR; comprovar a existência de conselho ou fórum municipal de Turismo ativo; e apresentar "termo de compromisso" assinado pelo prefeito municipal e pelo dirigente responsável pela pasta de Turismo (MTUR, 2023).

Há também critérios para uma Região Turística integrar o Mapa do Turismo Brasileiro, sendo eles: os municípios que a compõem precisam ter características similares e/ou complementares e aspectos que os caracterizam enquanto Região, isto é, tenham uma identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica em comum; necessitam ser limítrofes e/ou próximos uns aos outros; a região tem de comprovar a existência de uma Instância de Governança Regional (conselho, fórum, comitê, associação) responsável por sua gestão; e o Órgão Oficial de Turismo das Unidades da Federação precisa apresentar ata de reunião com o Fórum ou Conselho Estadual de Turismo, mencionando a apresentação das Regiões Turísticas definidas ao referido colegiado (MTUR, 2023).

Os cadastros dos municípios e das regiões turísticas devem ser renovados anualmente, juntamente com a documentação comprobatória dos critérios exigidos. Para isso, é necessário ficar atento às notificações da plataforma e à data de realização do cadastro inicial, disponível nos certificados entregues aos municípios no último ano de atualização do Mapa. Toda a

documentação deve ser atualizada para o exercício vigente, caso contrário os cadastros não renovados no prazo estipulado serão automaticamente excluídos do Mapa do Turismo Brasileiro pelo Ministério do Turismo, conforme critérios definidos na Portaria MTur nº 41, de 24 de novembro de 2021 (ver anexo B). A plataforma de cadastro é a do SISMAPA - Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro (ver anexo D) e nela também é necessário responder um questionário[7], que vai desde perguntas sobre o Conselho Municipal de Turismo, atrativos turísticos, a economia local. O Mapa, que antes era atualizado a cada dois anos, poderá ser atualizado a qualquer tempo.[8]

Após os municípios, os estados e o Distrito Federal preencherem as informações através de seus órgãos oficiais de turismo, eles têm um prazo de 30 dias corridos para revisar e validar os cadastros no sistema do Mapa. Em seguida, esses cadastros são enviados para a aprovação do Ministério do Turismo, que tem até 15 dias corridos para realizar a análise e, se aprovados, publicá-los no Mapa do Turismo. Após a inclusão no Mapa, o cadastramento é válido por um ano, sendo necessário renová-lo anualmente para permanecer atualizado.

As três primeiras edições do Mapa da Regionalização do Turismo (2004, 2006 e 2009) não identificavam o nível de desenvolvimento turístico dos municípios, dessa maneira não eram disponibilizados subsídios para a tomada de decisões estratégicas. Nesta conjuntura, passou a ser aplicada uma matriz diagnóstica, elaborada de forma matricial, com base nos Eixos de Atuação do Programa de Regionalização, que possui como objetivo identificar o estágio de desenvolvimento turístico dos municípios, resultando em um conjunto de informações que define indicadores capazes de categorizar os municípios turísticos brasileiros (MTUR, 2013).

É significativo salientar que a categorização não é um diagnóstico turístico de um município, mas sim um recurso matemático que não tem como objetivo avaliar o potencial turístico, atratividade, potencialidade, qualidade e nem outras características de caráter subjetivo do destino (BRASIL, 2019b). A categorização, no entanto, é um instrumento para identificar o desempenho econômico do setor do turismo nos municípios que constituem o Mapa. Isto permite a otimização da distribuição de recursos públicos, que as decisões tomadas sejam mais assertivas e que a implementação das políticas seja norteada pelas peculiaridades dos municípios. No entanto, Anjos e Andrade (2021) afirmam que a inexistência ou a baixa categorização do município é um indicativo da escassa importância que as políticas públicas

---

[7] Ver anexo E - Questionário incluso no Sistema de Informações do Mapa do Turismo - SISMAPA, do Ministério do Turismo - Mtur

[8] Ver anexo F - Matéria no portal do Mtur sobre a atualização do Mapa

dão ao setor do turismo, demonstrando também a ausência de articulação e integração das entidades do *trade* turístico.

Para categorizar os municípios, são utilizadas cinco variáveis objetivas ligadas diretamente à economia do turismo, conforme pode ser visualizado no quadro 11, as quais são cruzadas em uma análise de *cluster,* derivando-se cinco categorias (A, B, C, D e E) de municípios (MTUR, 2019b). Segundo o Mapa do Turismo do ano de 2023[9], existe um total de 342 regiões turísticas no território do Brasil que abrangem os municípios turísticos, sendo estes organizados por meio de uma metodologia de hierarquização desenvolvida pelo Ministério do Turismo que leva em consideração a arrecadação de impostos federais advindos da atividade turística, número de empregos formais em estabelecimentos hoteleiros, número de estabelecimentos hoteleiros, estes dois últimos dados contidos no Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), número de turistas domésticos e estrangeiros segundo o Estudo de Demanda Doméstica e o Estudo de Demanda Internacional (MTUR, 2019b).

Quadro 11 - Variáveis e dados para a categorização de municípios

Variável	Fonte de coleta
Quantidade de Estabelecimentos de Hospedagem	Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2017/Ministério de Economia
Quantidade de Empregos em Estabelecimentos de Hospedagem	Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2017/Ministério de Economia
Quantidade Estimada de Visitantes Domésticos	Pesquisa de Demanda Doméstica 2012 – MTur/FIPE
Quantidade Estimada de Visitantes Internacionais	Pesquisa de Demanda Internacional 2017 – MTur/FIPE
Arrecadação de Impostos Federais a partir dos Meios de Hospedagem	Secretaria de Receita Federal – Ministério da Economia

Fonte: Construído a partir de Ministério do Turismo (2019b)

De acordo com essa hierarquização definida, os municípios que integram o Mapa do Turismo Brasileiro são classificados em 5 categorias, identificadas pelas letras A, B, C, D e E. Atualmente, no Mapa do Turismo Brasileiro (BRASIL, 2023), as regiões turísticas brasileiras abrangem um total 2643 municípios turísticos difundidos em todas as macrorregiões do país, destes municípios, 60 (2.27%) estão classificados na categoria A, 238 (9.00%) na categoria B, 429 (16.2%) na categoria C, enquanto que a categoria D reúne a maior quantidade de municípios com 1485 (56.2%) da totalidade e por último a categoria E com 431 (16.3%).

[9] Todos os dados sobre o quantitativo de regiões e municípios do Mapa do Turismo 2023 contidos nesta dissertação foram atualizados até 14 de agosto de 2023.

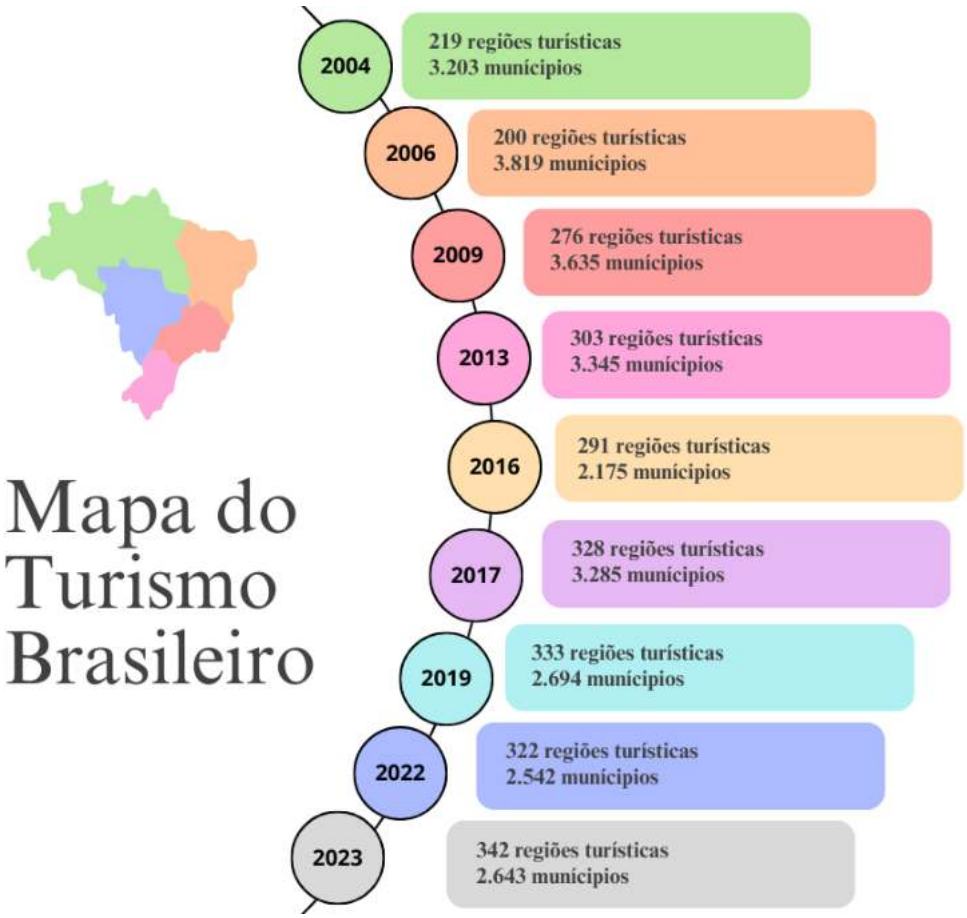
As regiões turísticas atuam como *clusters* para a ordenamento do turismo nos territórios a nível nacional, macrorregional, regional e estadual. A macrorregião Centro-Oeste tem um total de 35 regiões turísticas, abarcando a menor quantidade de regiões turísticas entre as macrorregiões, seguido por 43 regiões no Norte do país, logo em seguida o Sul com 65 regiões, já o Sudeste se sobressai pela maior quantidade entre as demais com 113 regiões, e o Nordeste engloba o total de 89 regiões mantendo-se com a segunda maior quantidade (BRASIL, 2023).

No estado de Pernambuco, o Mapa do Turismo se organiza em 15 regiões turísticas formadas por 86 municípios turísticos. As regiões que compõem o litoral pernambucano são a Rota 60 - Litoral Sul[10], História e Mar[11] e a Costa Náutica Coroa do Avião, esta última engloba Olinda, Paulista, Itapissuma, Ilha de Itamaracá, Goiana e Igarassu, que abrange esse estudo.

Fonseca, Todesco e Silva (2022) indicam que houve um significativo crescimento das regiões turísticas no Mapa do Turismo, de maneira que entre 2004 e 2019 foram identificadas 114 novas regiões no território brasileiro, totalizando 333 regiões em 2019, o que mostra um crescimento de 52%. Do ano de 2019 até 2023, houve um aumento na quantidade de regiões turísticas, totalizando mais 9 regiões desde 2019 (BRASIL, 2023). A quantidade de regiões e municípios inseridos no Mapa ao longo dos anos pode ser visualizada na figura 13 a seguir.

Figura 13 - Linha do tempo do Mapa do Turismo Brasileiro

[10] Barreiros, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Rio Formoso, São José da Coroa Grande, Sirinhaém e Tamandaré.
[11] Fernando de Noronha, Jaboatão dos Guararapes e Recife.



Fonte: Construído a partir do Mapa do Turismo 2004, 2006, 2009, 2013, 2016, 2017, 2019, 2022 e 2023

A partir do exposto na figura 13, observa-se que, de 2004 a 2023, o Mapa foi atualizado nove vezes. Porém, no ano de 2022 e 2023, a plataforma passou a estar aberta durante todo o ano para o cadastro de novos destinos.

Diante do panorama exposto até aqui, os resultados que serão apresentados a seguir constituem a concretização prática dos conceitos e teorias discutidos. Eles servirão como uma ilustração tangível das complexidades e particularidades específicas da implementação das políticas públicas de turismo, sobretudo no contexto do Programa de Regionalização do Turismo. Esses resultados, derivados das percepções dos entrevistados, da pesquisa documental e das observações, permitiram uma compreensão mais profunda de como as diretrizes do PRT são traduzidas e aplicadas na realidade, bem como de qual maneira essas políticas afetam efetivamente o desenvolvimento das regiões turísticas.

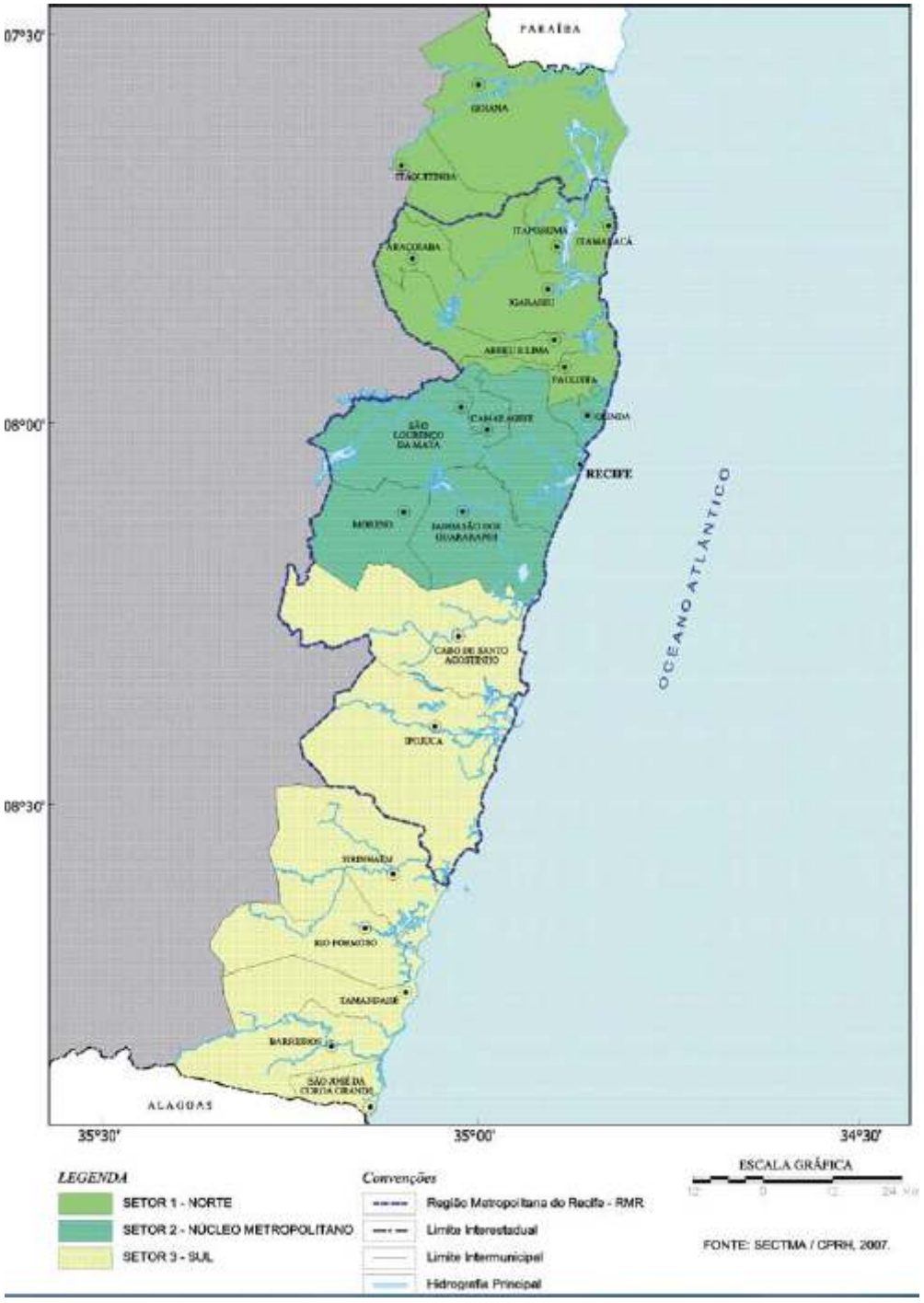
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO

A Zona Costeira do Estado de Pernambuco é delimitada e setorizada tendo como base seus aspectos geográficos e políticos em 21 municípios (MMA, 2006), possuindo cerca de 187 km de extensão. Segundo a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro[12], o litoral do estado se divide em três setores, sendo: Setor 1 (Norte), Setor 2 (Núcleo Metropolitano) e Setor 3 (Sul), conforme ilustrado na figura 14. O lócus da pesquisa deste estudo é o setor 1, o qual é constituído pelos municípios de Abreu e Lima, Araçoiaba, Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, Itaquitinga e Paulista. O IBGE (2021) estima a população da região em 724.953 pessoas.

Figura 14 - Setorização da Zona Costeira de Pernambuco

[12] Anexo G - Lei nº 14.258, de 23 de dezembro de 2010.



Fonte: Pernambuco ([2013])

Os destinos turísticos do litoral norte se enquadram majoritariamente no turismo de sol e mar, e devido ao ambiente natural do litoral norte, destaca-se também o ecoturismo e o turismo náutico em virtude das áreas estuarinas, Mata Atlântica, manguezais, como o Canal de Santa Cruz, Rio Timbó e Mata de São Bento, sendo unidades de conservação. O turismo cultural é outro segmento que se destaca em razão dos costumes, tradições, patrimônio histórico e cultural, estes que se manifestam através das festas religiosas, dança e música,

como a ciranda, o coco e o maracatu. Destacam-se também o artesanato e a gastronomia típica da região.

Nos destinos do litoral norte, destaca-se a Ilha de Itamaracá cuja praia mais conhecida é a do Forte Orange, e é dela que também é possível contemplar ou ter acesso à Ilhota da Coroa do Avião (figura 15). A fortaleza construída pelos holandeses no século XVII, o Forte Orange, bem como uma das igrejas mais antigas do Brasil, a Nossa Senhora da Conceição, de 1627, localizada em Vila Velha, são alguns dos atrativos históricos do destino.

Figura 15 - Ilhota da Coroa do Avião

Fonte: Herick Marques - Secretaria Executiva de Turismo de Igarassu (2019)

Igarassu, outro destino do litoral norte, se sobressai pelo seu Sítio Histórico, conjunto arquitetônico e paisagístico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É nele que estão o Museu Histórico de Igarassu (século XVIII) e o Outeiro dos Santos Cosme e Damião de 1535, considerada a igreja mais antiga do Brasil em funcionamento. A cidade se destaca também pelo turismo de aventura, pois conta com o Aeródromo Coroa do Avião que realiza saltos de paraquedas.

Considerada como a “terra da caldeirada", Itapissuma é outro importante destino turístico. Possui o Centro Gastronômico da Caldeirada, que serve a famosa caldeirada de frutos do mar, e fica localizado às margens do Canal de Santa Cruz. A cidade é berço de manifestações culturais e religiosas, como o Parraxaxá, dança de origem portuguesa, e a levada e a buscada de São Gonçalo, que comove centenas de fiéis para levar e buscar a imagem centenária do padroeiro da cidade. Já Goiana se destaca por possuir edificações

centenárias, como igrejas, mas também pelos mestres do artesanato em barro. Em relação às praias, Ponta de Pedras é a mais frequentada da região, já Barra de Catuama e Carne de Vaca são muito conhecidas pelo sossego e mar calmo.

A região de Paulista tem, entre os destaques, a praia do Janga e Maria Farinha e o seu pontal, de onde se contempla ao longe as praias de Igarassu e Itamaracá. As marinas são uma marca do turismo náutico no destino. Vale a pena ressaltar que é em Paulista que está localizado um dos maiores parques aquáticos do Nordeste, o Veneza Water Park. Em relação à cidade de Abreu e Lima, o destaque é o ecoturismo, com as trilhas ecológicas, o Porto Jatobá, e o patrimônio histórico, devido às ruínas da Igreja de São Bento do séc. XVII, do Engenho Jaguaribe e do Forno da Cal, os quais se destacaram pelos estudos arqueológicos no local; há também a manifestação cultural dos bacamarteiros[13].

Assim, os atributos que compõem o litoral norte de Pernambuco faz dele um destino turístico singular, e a união desses municípios constituiu a Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião apresentada a seguir.

5.2 COMPOSIÇÃO DA REGIÃO TURÍSTICA COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO

Atualmente, dos oito municípios do litoral norte, cinco integram o Mapa do Turismo Brasileiro, e compõem a região turística denominada "Costa Náutica Coroa do Avião", em referência ao turismo náutico e a ilhota localizada na região.

Em Pernambuco, o PRT foi implementado desde o primeiro ano da sua criação, em 2004. Ao longo do tempo, três nomenclaturas denominaram a região turística em que as cidades do litoral norte faziam parte da composição. Inicialmente, cinco das oito cidades do litoral norte compunham o mapa do turismo juntamente com outras cidades do litoral centro e do litoral sul e era denominada "Zona Turística Litorânea"[14] (2004); em seguida foi chamada de região turística "Mata/Litoral Norte"[15] (2006); e em mais uma atualização passou a ser chamada região turística "Costa Náutica Coroa do Avião" (2009), a qual foi composta pela primeira vez exclusivamente por municípios do litoral norte (Goiana, Igarassu, Ilha de

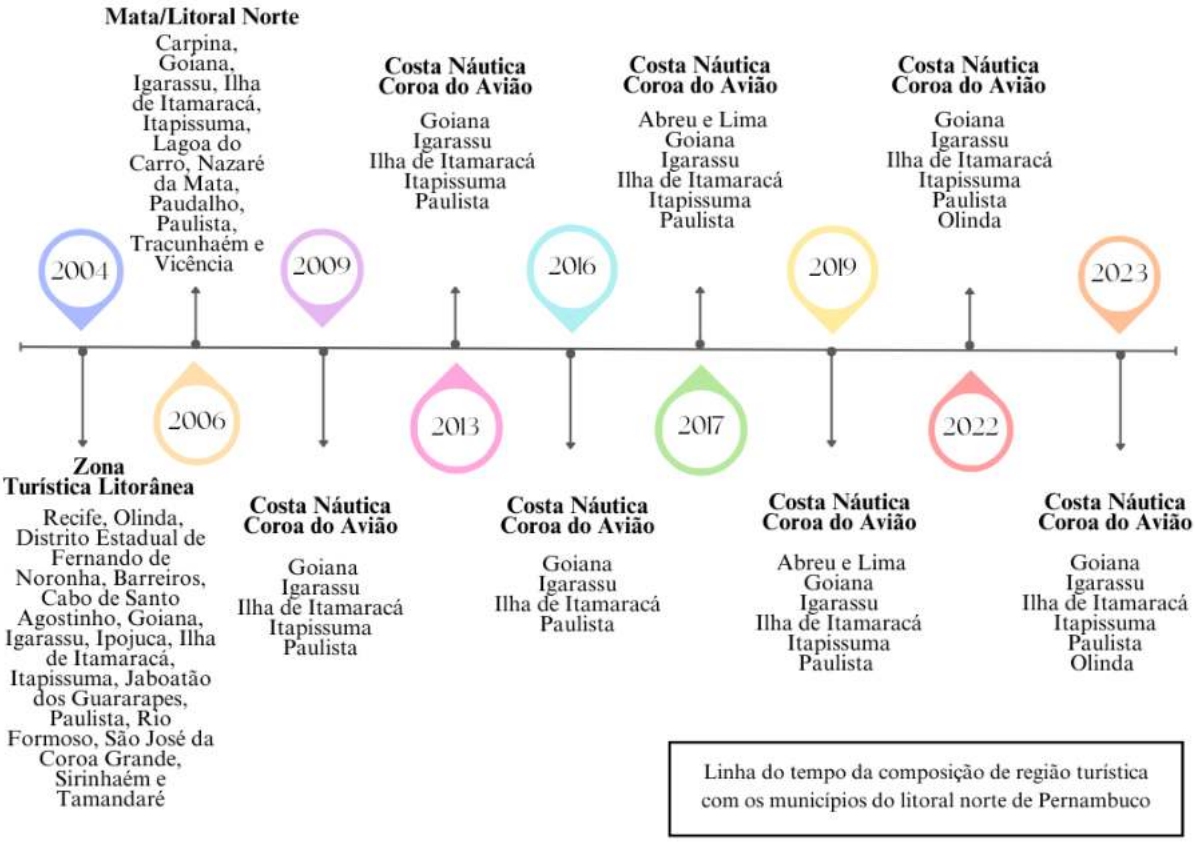
[13] De acordo com o *site* Viva o Bacamarte, o bacamarteiro é um atirador que usa uma arma conhecida como bacamarte para efetuar disparos de pólvora seca, em manifestações populares como procissões, quermesses e outros festejos, inclusive em cerimônias cívicas e políticas.

[14] Zona Turística Litorânea: Recife, Olinda, Distrito Estadual de Fernando de Noronha, Barreiros, Cabo de Santo Agostinho, Goiana, Igarassu, Ipojuca, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Rio Formoso, São José da Coroa Grande, Sirinhaém e Tamandaré.

[15] Mata/Litoral Norte: Carpina, Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Itapissuma, Lagoa do Carro, Nazaré da Mata, Paudalho, Paulista, Tracunhaém e Vicência

Itamaracá, Itapissuma e Paulista), nomenclatura que prevalece até atualmente. A partir do ano de 2017, o município de Abreu e Lima passou a compor a região turística pela primeira vez. Em 2022, com mais uma atualização do mapa, o município Olinda, que é localizado no litoral centro (Núcleo Metropolitano), passou também a compor a região turística e, desta forma, foi englobado nesta pesquisa. Em contrapartida, o município de Abreu e Lima não permaneceu no mapa em 2022 e nem em 2023. A figura 16 ilustra, em uma linha do tempo de 2004 a 2023, a composição de região turística em que os municípios do litoral norte estavam e estão presentes.

Figura 16 - Linha do tempo da composição de região turística com os municípios do litoral norte



Fonte: Construído a partir do Mapa do Turismo 2004, 2006, 2009, 2013, 2016, 2017, 2019, 2022 e 2023

É relevante destacarmos aqui fatores que contribuíram para esse redesenho da região a partir do ano de 2022, o qual houve a saída de Abreu e Lima e a entrada de Olinda da região turística. Abreu e Lima esteve presente no mapa durante a gestão 2017-2020 do então prefeito Marcos José da Silva. A partir do ano de 2021 houve uma transição de governo para o atual prefeito Flávio Gadelha. A partir dessa nova gestão, observamos que Abreu e Lima não está presente no Mapa e procuramos investigar junto a Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo de

Abreu e Lima, contudo, mesmo após inúmeras tentativas, não conseguimos retorno e não pudemos ouvir diretamente da Secretaria o porquê da cidade estar fora do Mapa por dois anos consecutivos. Contudo, buscamos compreender através de uma investigação na EMPETUR e nos informaram que se tem conversado com a gestão de Abreu e Lima sobre a questão do PRT e não nos deram uma certeza, mas que o motivo deles não estarem no Mapa pode ser devido à problema de documentação municipal, ou que não tenha, por exemplo, dotação de turismo na LOA. Porém, a falta de orçamento para a pasta do turismo não é um fator para estarem fora do Mapa, pois há orçamento voltado para o turismo na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2022 e 2023 (anexo H e anexo I). Um dos requisitos para o município estar no Mapa é ter o Conselho de Turismo ativo. O Conselho de Turismo de Abreu e Lima foi criado em 2019 com eleição para o triênio 2019/2022 (anexo J). Houve uma nova eleição[16] e posse em dezembro de 2022 (anexo L) e, segundo o entrevistado N[17], o qual faz parte do conselho como representante da sociedade civil, não houve mais reunião do Conselho desde o dia da posse dos atuais conselheiros. Destacamos também que o entrevistado N possui pouco conhecimento sobre o Programa e não sabia, até então, que existe uma relação entre Conselho de Turismo ativo *versus* participação do município no Mapa. Se um membro do Conselho desconhece isso, consequentemente ele não cobrará algo da gestão pública neste aspecto.

No que se refere à cidade de Olinda, alguns aspectos contribuíram para que ela saísse da região turística História e Mar e passasse a compor a Costa Náutica Coroa do Avião. A partir da entrevista com o entrevistado Q[18], pudemos compreender o motivo da inserção de Olinda na região a partir do ano de 2022. Em seu relato, afirmou que no curso do processo, por volta do ano de 2019, passou a ter notícias de que haveria a exigência da instituição da instância de governança para que a região/municípios participassem do Mapa. Assim, criou-se um grupo de trabalho da região História e Mar, nesta época composta por Cabo de Santo Agostinho, Fernando de Noronha, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Recife, que se reuniam para começar a pensar em qual formato a IGR seria. Contudo, havia dificuldade de juntar todos os representantes dos municípios para discutir as necessidades da região. Então, o Cabo de Santo Agostinho saiu da região História e Mar e juntou-se à região Rota 60 - Litoral Sul. Como havia uma boa articulação entre Olinda e Cabo de Santo Agostinho, isso estimulou Olinda a reavaliar a sua posição no Mapa enquanto cidade turística. Já existia uma

---

[16] Ver anexo K - Edital de chamamento para a eleição e relação de inscrição dos candidatos do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR (2022)

[17] *Trade* turístico de Abreu e Lima | Membro do Conselho de Turismo de Abreu e Lima

[18] Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo de Olinda (antiga gestão) | Interlocutor da instância de governança

proximidade com os interlocutores da IGR Costa Náutica Coroa do Avião, os quais convidavam Olinda a passar a compor a região turística. Assim, por sempre buscar cumprir todos os critérios exigidos pelo Programa e compreender que deve haver articulação entre os municípios que compõem uma região turística, Olinda aproveitou a renovação do Mapa, que é a oportunidade que existe para mudança de região turística, e mudou de região em 2022, conforme pode ser visto nas atas de reuniões da IGR em 2022 com as pautas "Entrada de Olinda para a Costa Náutica Coroa do Avião" (anexo M) e "Inclusão do município de OLINDA/PE na Instância de Governança Costa Náutica Coroa Do Avião" (anexo N) e registros fotográficos (ver anexo O).

Como proposta do Programa de Regionalização do Turismo, o Ministério do Turismo categorizou 86 municípios pernambucanos em cinco grupos (de A a E), abarcando na categoria A os municípios com maior fluxo turístico e maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem e, na categoria E, os municípios que não apresentam fluxo turístico significativo, nem empregos e estabelecimentos formais no setor de hospedagem (MTUR, 2019b; BRASIL, 2023).

Os municípios pernambucanos da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião receberam, por sua vez, as categorias B, C, D e E no Mapa do Turismo Brasileiro, onde pode ser visualizado a categorização por respectivo município no quadro 12 a seguir.

Quadro 12 - Categoria dos municípios da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião

Município	Categoria
Olinda	B
Goiana	C
Igarassu	D
Ilha de Itamaracá	C
Itapissuma	E
Paulista	C

Fonte: Construído a partir do Mapa do Turismo Brasileiro (2023)

Essa diferença nas categorias mostra que, considerando os parâmetros adotados pelo Ministério do Turismo, algumas das cidades da região ainda não possuem muita expressividade turística.

5.3 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO LITORAL NORTE DE

PERNAMBUCO A PARTIR DO PRT

Para analisar o desenvolvimento do turismo no litoral norte de Pernambuco a partir do PRT tomou-se como base os seguintes critérios: 1) Promoção do desenvolvimento do turismo, 2) Oferta e qualidade de equipamentos e serviços, 3) Ampliação e diversificação de oferta turística, 4) Fluxo turístico, permanência na região e gasto e 5) Impactos na economia local.

5.3.1 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

A percepção dos sujeitos entrevistados, neste estudo, acerca da promoção do desenvolvimento do turismo no litoral norte a partir do Programa de Regionalização do Turismo é diversificada. Alguns entrevistados destacam pontos positivos do Programa, enquanto outros apontam desafios e aspectos que ainda precisam ser aprimorados.

Há um reconhecimento de que o Programa é essencial para promover o desenvolvimento do turismo no litoral norte, uma vez que é uma região turística negligenciada, esquecida e pouco desenvolvida em termos de turismo em comparação ao litoral sul de Pernambuco. O Programa tem um papel primordial para incentivar o debate, a construção coletiva e o impulsionamento do turismo, desta forma, compreende-se que a interação e troca de experiências entre os municípios são positivas. No entanto, é importante ter técnicos capacitados dentro das secretarias para ampliar a integração entre os municípios. Desta forma, como demonstram os estudos de Matias, Carvalho e Sousa (2016) e Cruz Jiménez (2018), a ausência de técnicos para atuarem junto aos gestores de turismo é um dos entraves das políticas públicas para o setor.

Conforme apontado por Macêdo et al. (2016), a concretização das possibilidades que impulsionariam o sucesso do Programa de Regionalização do Turismo exige uma base sólida nos âmbitos estadual e municipal. Nesse sentido, é fundamental que haja uma visão compartilhada e integrada das estratégias a serem adotadas em nível local. Além disso, é crucial que essas esferas possuam equipes técnicas bem preparadas, capazes de compreender tanto os aspectos metodológicos quanto operacionais do Programa.

O PRT tem auxiliado bastante o crescimento unificado da região, uma vez que a essência do Programa é a complementaridade entre as cidades da região, e se o Programa funcionar como deveria, com o fortalecimento dos municípios e a atuação da sociedade civil, poderá gerar resultados positivos para o desenvolvimento da área. O Programa já tem promovido uma mudança positiva na forma como o turismo é gerido na região do litoral

norte, pois antes os municípios atuavam de forma independente e isolada, mas com o Programa, há uma integração entre eles para venderem o destino turístico em conjunto, destacando as similaridades e características únicas de cada localidade.

O Programa é visto como uma iniciativa importante para orientar e promover o desenvolvimento do turismo na região porque ele oferece um direcionamento para os municípios e auxilia na estruturação e organização das políticas turísticas locais, uma vez que, principalmente nas mudanças de gestão, existe uma reestruturação das políticas, e que tais mudanças, conforme Rocha (2018b), pode interferir diretamente na eficiência e eficácia do Programa. O entrevistado I[19] afirma que, quando foi incumbido a gerir a pasta de turismo do município de Paulista, não existiam dados sobre as políticas públicas de turismo:

> A gente não tinha memória de nada do que tinha sido desenvolvido sobre política turística no município e quando a gente chegou veio logo o Governo do Estado através da EMPETUR trabalhando o PRT. Então isso ajudou a gente lá no município a ter um norte, né? De estruturar isso tudo na política de turismo do município (ENTREVISTADO I, 2023).

Neste aspecto de orientar a gestão municipal do turismo, o Programa é visto como uma política importante porque ele exige algumas ações básicas dos municípios para o adotarem, como ter uma estrutura na prefeitura voltada para o turismo, um orçamento destinado a esse setor e a exigência da criação do Conselho de Turismo. O entrevistado Q[20] enfatiza "que realmente ele ajuda muito a gente a estruturar o turismo de forma organizada e que beneficia, você cria regras, cria compromissos e isso ajuda."

Contudo, existe uma contraposição, pois por outro lado há um entendimento de que o desenvolvimento do turismo na região não está sendo promovido de forma adequada pelo Programa, uma vez que ele ainda não está sendo totalmente implementado, gerando uma insatisfação com a falta de impacto prático do Programa de Regionalização do Turismo. O entrevistado B[21] aborda que "no papel é muito bonito. Mas na prática mesmo como investidor, como empresário, como guia e tal, eu não vejo isso." Um dos fatores que leva a isso é a falta de integração entre os municípios, segundo alguns entrevistados, pois embora o Programa de Regionalização do Turismo seja um caminho que está sendo traçado, ainda falta integração entre os municípios.

A ausência de cooperação entre as cidades e a carência de gestores que enxerguem o

---

[19] Secretaria de Turismo e Lazer de Pernambuco - Setur | Interlocutor da instância de governança
[20] Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo de Olinda (antiga gestão) | Interlocutor da instância de governança
[21] *Trade* turístico de Igarassu - Hospedagem e receptivo | Membro do Conselho de Turismo de Igarassu

potencial econômico do turismo têm sido obstáculos para um desenvolvimento mais significativo do setor na região em estudo. O entrevistado P[22] acredita que "é um Programa que falta um pouco de entendimento das pessoas que fazem o poder público, né?" e, embora haja demanda turística, a iniciativa privada, principalmente com turismo corporativo e eventos, tem desempenhado um papel mais significativo do que o poder público. O entrevistado S[23] trouxe um contraponto significativo, de que a regionalização do turismo não deve ser apenas pensada nos aspectos de lazer das regiões, enfatizando que

> Goiana é uma cidade que eu sinto assim pela demanda que eu recebo no hotel não é só de turismo de lazer e a gente sempre pensa muito na regionalização do turismo, sempre voltado para demanda de lazer, mas a gente tem que entender que existe o turismo corporativo e o turismo de eventos (ENTREVISTADO S, 2023).

Promover o desenvolvimento regional do turismo a partir da estruturação de destinos indutores é umas das políticas do Programa. Para o litoral norte, alguns sujeitos da pesquisa reconhecem o papel crucial dos destinos indutores para o crescimento sustentável da região, e identificam Igarassu e Ilha de Itamaracá como potenciais destinos indutores no litoral norte devido a seus aspectos históricos, culturais e atrativos naturais, como o sol e mar. No entanto, esses municípios ainda não exercem totalmente esse papel de liderança, e falta uma maior cooperação para que outros destinos complementem a oferta turística. Todavia, existem preocupações sobre a centralização excessiva em um único destino e a necessidade de uma abordagem mais ampla, colaborativa e planejada para que outros destinos possam contribuir e complementar a oferta turística da região como um todo. Essas questões são enfatizadas por Serra e Paz (2022), os quais abordam que as atividades turísticas podem se concentrar em apenas um município da região, o que, por sua vez, pode impedir que a regionalização efetiva do turismo abranja toda a área turística.

Olinda possui destaque como cidade indutora, porém um entrevistado acredita que a cidade não deveria fazer parte da região turística Costa Náutica Coroa do Avião, pois já tem estrutura, uma reputação maior e o turista que visita o litoral conhece mais Olinda do que as demais cidades do litoral norte. Para o entrevistado B[24]:

> Olinda já tem uma fama muito grande e ela no litoral norte pode trazer o peso só para ela. Quem se hospeda em Olinda não sabe o que tem no litoral norte normalmente. Ela quis destaque para não se comparar a Recife, mas ao mesmo tempo as outras não vão ter destaque junto dela. Além do mais, quando se fala no

---

[22] Secretaria Municipal de Turismo da Ilha de Itamaracá (antiga gestão) | Interlocutor da instância de governança
[23] *Trade* turístico de Goiana - Hospedagem
[24] *Trade* turístico de Igarassu - Hospedagem e receptivo | Membro do Conselho de Turismo de Igarassu

> litoral norte muitas pessoas não conhecem Olinda como parte da Costa Náutica (ENTREVISTADO B, 2023).

Um gestor da EMPETUR, o entrevistado H[25], afirma que não é obrigatório que uma região tenha um destino indutor. A Costa Náutica Coroa do Avião é percebida como uma região equilibrada, porém existem municípios que precisam estar mais envolvidos e perceberem a importância econômica do turismo para a região. Para isto, a colaboração entre os setores público e privado é essencial para o sucesso do Programa e a aproximação com setores como o turismo criativo e o turismo de experiência pode ser um passo importante para o desenvolvimento da região, bem como um planejamento turístico efetivo.

5.3.2 OFERTA E QUALIDADE DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

A oferta e qualidade de equipamentos e serviços turísticos são aspectos fundamentais para o desenvolvimento e competitividade da região turística Costa Náutica Coroa do Avião. A análise de Rocha (2018b) destaca que, na esfera concreta da atividade turística, o Programa de Regionalização revela uma notável capacidade para moldar a dinâmica da cadeia produtiva do turismo. Isso se deve ao seu enfoque na promoção da competitividade e no estímulo à constante formação de empreendimentos no âmbito econômico. O Programa, de forma hábil, não somente incentiva o empreendedorismo, mas também propicia oportunidades concretas de investimento, ao fomentar ações colaborativas que têm como alvo a integração de mercados e políticas públicas.

Assim, diversos entrevistados destacaram a importância da união entre os municípios da região para atrair novos investimentos e melhorar a infraestrutura básica, como coleta de lixo, saneamento, estradas e sinalização (ver anexo P). Essas políticas de melhoria são essenciais para impulsionar o turismo. A base deve ser fortalecida para que, em seguida, possam divulgar e atrair os turistas. Ilha de Itamaracá, por exemplo, tem um problema com a coleta de lixo que já é pauta anual nas manchetes, principalmente na alta temporada devido ao grande número de casas de veraneio (figura 17). Tal fator foi evidenciado pela pesquisadora durante a pesquisa de campo no mês de abril, que não é de alta temporada, onde mesmo assim o lixo se acumula (figura 18) nas proximidades do principal atrativo do município, o Forte Orange.

Figura 17 - Coleta de lixo e limpeza urbana de Itamaracá

[25] Empresa de Turismo de Pernambuco - EMPETUR

fique por **dentro** STF **Material digital na esc**

A coleta de lixo e a limpeza urbana de Itamaracá são diretamente afetadas pelo fluxo de pessoas não residentes da ilha — Foto: TV Globo/Reprodução

Segundo dados enviados pela prefeitura de Itamaracá, a população nos finais de semana da alta temporada pode chegar a 180 mil pessoas. Os impactos mais diretos são sentidos na saúde pública, limpeza urbana e transporte público.

Nos meses de alta, a cidade coleta em média 2 mil toneladas de lixo das ruas, enquanto nos meses de baixa temporada o volume cai para cerca de 800 toneladas. Já o hospital da cidade presta entre 80 e 90 atendimentos em dias comuns. Nos feriados, o número de assistências chega a 150.

Fonte: G1 Pernambuco (2023)

Figura 18 - Lixo em Itamaracá

Fonte: Registro da autora (2023)

Há um reconhecimento que a regionalização do turismo, promovida pelo Programa de Regionalização do Turismo, tem contribuído para fortalecer a competitividade da região, permitindo que os municípios trabalhem em conjunto para atrair mais turistas e melhorar a

oferta de serviços turísticos. A entrada de Olinda como parceiro, por exemplo, fortaleceu a competitividade regional, especialmente no mercado internacional pela cidade ser patrimônio mundial da UNESCO.

O entrevistado B[26] traz uma fala muito pertinente quanto ao público que precisa ser atraído para a região, que é o do próprio estado e das cidades vizinhas, pois o litoral norte está no imaginário de boa parte da população Pernambucana, principalmente da região metropolitana de Recife:

> Tentar resgatar [...] um pouco da saudade das pessoas de Recife e eu percebo que muitas pessoas de Recife tem uma lembrança do Litoral Norte, tem uma lembrança de Itamaracá principalmente, da infância, da adolescência e eu acho que esse sentimento do passado pode sim trazer principalmente o pessoal de Recife, de outras cidades próximas para o litoral norte que ficou esquecido, está esquecido já por um tempo. Aí eu percebo que a gente tem esse sentimento em muitas pessoas de Pernambuco que fez parte do Litoral Norte na década de 80 e 90 (ENTREVISTADO B, 2023).

A região possui uma diversidade de 14 tipos de turismo e 77 atrativos turísticos mapeados pela consultoria Planus Estratégia e Gestão que foi contratada por empresários do *trade* turístico do litoral norte da Associação de Turismo de Maria Farinha, o que contribui significativamente para o fomento do turismo. Desta forma, o entrevistado E[27] ressalta que o PRT não foi o responsável direto pelos avanços do turismo na região, pois o empresariado teve um papel fundamental no planejamento e criação de novos produtos turísticos (figura 19).

Figura 19 - Projeto do *trade* turístico do litoral norte

[26] *Trade* turístico de Igarassu - Hospedagem e receptivo | Membro do Conselho de Turismo de Igarassu
[27] *Trade* turístico da Ilha de Itamaracá - Restaurante e hospedagem | COOPILHA - Cooperativa de Turismo da Ilha de Itamaracá | AHITA - Associação dos Hoteleiros da Ilha de Itamaracá | Interlocutor da instância de governança

Trade do Litoral Norte de Pernambuco lança projeto de desenvolvimento turístico

Etiene Ramos

Compartilhe:

Por Etiene Ramos

Pontal de Maria Farinha, em Paulista, uma das joias naturais do Litoral Norte de Pernambuco – FOTO: Divulgação Trade Maria Farinha

O Litoral Norte de Pernambuco quer crescer e aparecer para o mundo, atraindo empreendimentos com seu potencial para o turismo de sol e mar, cultural, histórico e religioso. Nesta quarta-feira (30), o Mapa Estratégico com ações que envolvem empresários do trade turístico, as prefeituras de sete municípios, o governo de Pernambuco e o governo federal foi apresentado em reunião convocada pela Associação de Turismo de Maria Farinha – que representa o Litoral Norte, no Paulista North Way Shopping, na cidade do Paulista.

Desenvolvido pela Planus Estratégia e Gestão, o Mapa prevê uma ação conjunta para viabilizar a infraestrutura que será a base para concretizar investimentos de hotelaria, condomínios de primeira e segunda residência, já em negociação, e que podem elevar o atual número de leitos de 3.780 para 12.880, em cerca de 10 anos. O plano inclui ainda a requalificação de pelo menos 70 atrativos turísticos identificados na região, rica em belezas naturais e com cidades históricas como Olinda, Igarassu e a Ilha de Itamaracá. Também na lista, a capacitação da mão de obra local para atender a perspectiva de cerca de 30 mil postos de trabalho.

Fonte: Movimento Econômico (2022)

Corroborando com o entrevistado E, o entrevistado J[28] considera que o Programa instiga o processo de criação de novos produtos turísticos, mas o entrevistado observa que muitas vezes são os empreendedores, e não a gestão pública, que impulsionam esse processo. Enquanto professor da ETE - Escola Técnica Estadual Jurandir Bezerra Lins, escola de formação de guias de turismo localizada no município de Igarassu, o entrevistado J percebe que os guias formados não estão atuando plenamente devido a questões de mercado e falta de

[28] ETE - Escola Técnica Estadual Jurandir Bezerra Lins (Igarassu) - Curso técnico de Guia de Turismo

incentivo para explorar novos destinos. Ele acredita que a falta de integração entre os municípios pode estar limitando o alcance das ações.

O CADASTUR, que é o cadastro de estabelecimentos turísticos, também foi mencionado como uma medida importante para aumentar a qualidade do turismo na região. Ao realizar esse cadastro, os estabelecimentos demonstram que são seguros e confiáveis para os turistas, incentivando melhorias nos serviços e estabelecendo um padrão de qualidade.

Apesar dos avanços, ainda há desafios a serem enfrentados, como a necessidade de maior engajamento do empresariado, da sociedade civil e do poder público, pois ainda existe desunião entre algumas cidades da região, com algumas delas buscando interesses próprios e atuam mais de forma isolada e os problemas políticos dificultando também o crescimento conjunto.

Ademais, a falta de capacitação é um fator de destaque, e sobre esse aspecto há que se considerar dois pontos: a ausência de oferecimento de capacitação e/ou a falta de interesse dos sujeitos em se capacitar quando existe a oportunidade. Há também uma falta de conscientização sobre a importância de oferecer diferenciais e atrativos turísticos de qualidade para competir com outros destinos turísticos, como Recife e João Pessoa.

Em suma, a qualidade e competitividade da região turística Costa Náutica Coroa do Avião têm sido impulsionadas pelo trabalho conjunto entre os municípios, o estímulo à capacitação e ao desenvolvimento de roteiros turísticos, e o cadastro de estabelecimentos turísticos para garantir a segurança e confiabilidade aos visitantes. Porém, a região ainda enfrenta desafios para atrair mais investimentos e melhorar a infraestrutura básica, além de conscientizar sobre a importância de oferecer serviços e atrativos diferenciados para se destacar no mercado.

5.3.3 AMPLIAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DE OFERTA TURÍSTICA

A ampliação e diversificação da oferta turística são essenciais para o desenvolvimento sustentável da região turística Costa Náutica Coroa do Avião. Alguns entrevistados destacam a importância de criar roteiros turísticos que integrem os atrativos das diferentes cidades da região, proporcionando aos turistas uma experiência abrangente e variada, especialmente no turismo náutico, que é considerado o diferencial do litoral norte.

A elaboração e estruturação de roteiros turísticos desempenham um papel crucial no fomento de um desenvolvimento turístico ordenado nos municípios e regiões. Essa abordagem se baseia na premissa de que, à medida que a atração do destino turístico cresce,

mais turistas serão atraídos para a região em questão. Esse efeito tem um impacto significativo, já que não somente resulta em um aumento na permanência dos turistas no destino, mas também estimula a circulação de capital e divisas provenientes dos serviços turísticos (CAMPOS; SANTOS; SANTOS, 2012).

O entrevistado B[29] é guia de turismo e trabalha buscando integrar os atrativos das cidades da região, criando roteiros que agreguem diferentes experiências. Ele ressalta a importância da união entre os municípios para divulgar a região e atrair mais investimentos. No entanto, ele também menciona que ainda existem desafios, como a falta de meios de hospedagem adequados no litoral norte, o que limita o fluxo turístico, porque o turista que vai para a região é de bate e volta (excursionista) praticamente.

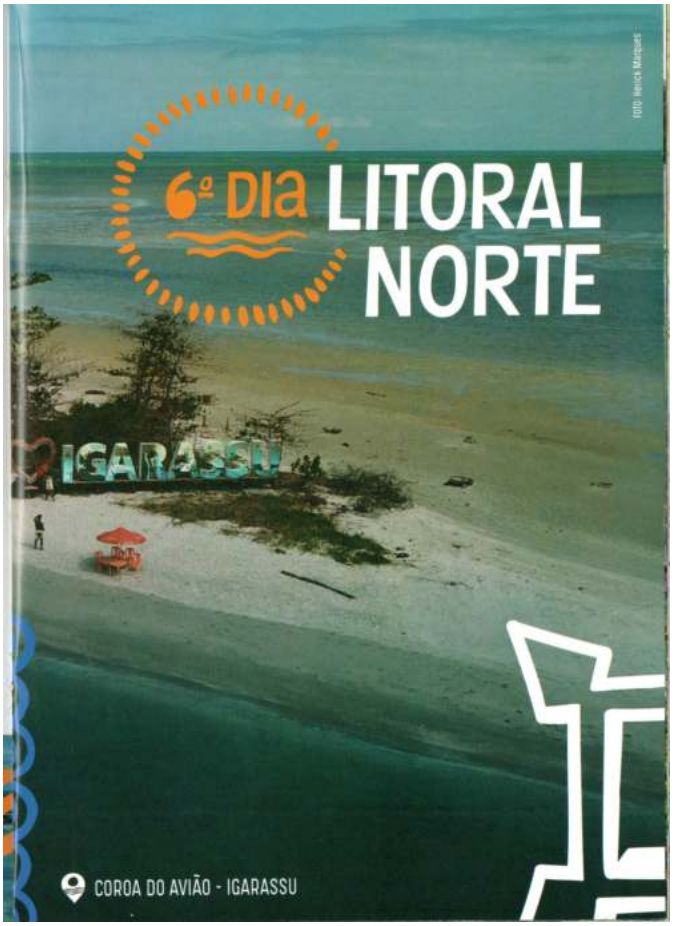
O entrevistado H, representante da EMPETUR, destaca que a criação e operação de roteiros turísticos são responsabilidades da iniciativa privada, mas o Programa de Regionalização do Turismo pode estimular e mostrar aos operadores turísticos as potencialidades da região. A oferta de diferentes roteiros, que explorem segmentos variados como sol e mar, turismo de aventura, turismo ecológico, entre outros, é fundamental para atrair turistas.

> A gente faz edições, a gente cria conteúdos para publicações. [...] O setor público pode até sugerir algumas coisas que podem ser usadas, mas quem elabora, quem cria, quem opera e quem vende roteiro turístico é a iniciativa privada. [...] O que a gente pode fazer enquanto instituição pública é estimular, é mostrar, é trazer para conhecer, mostrar o que a região tem, né? De potencialidade para que operadores de fora se interessem em consumir aquelas operadoras locais, né? Crie produtos que possam ser comercializados (ENTREVISTADO H, 2023).

Assim, constata-se que a EMPETUR elaborou um roteiro turístico de 1 a 8 dias, um material de promoção turística que também consta dicas de programas alternativos e o calendário de eventos. Neste material publicado pela gestão estadual do turismo de Pernambuco, é possível ter acesso a dica de roteiro no '6º Dia' para o litoral norte[30] (figura 20).

Figura 20 - Roteiro turístico do litoral norte

[29] *Trade* turístico de Igarassu - Hospedagem e receptivo | Membro do Conselho de Turismo de Igarassu
[30] Ver anexo Q - Roteiro turístico do litoral norte elaborado pela EMPETUR



Fonte: EMPETUR (2023)

Corroborando com o entrevistado anteriormente mencionado, o entrevistado P[31] relata que, em colaboração com a EMPETUR, foi criado um roteiro coletivo para a Ilha de Itamaracá, incluindo outras cidades da região, com o objetivo de fortalecer o turismo na área. No anexo R é possível visualizar o *Famtour* Virtual realizado pelos municípios junto com a EMPETUR, ocorrido de forma online e divulgado posteriormente em *ebook*, contando com a participação de quatro[32] municípios da Costa Náutica Coroa do Avião.

Por outro lado, alguns entrevistados apontam que há dificuldades na construção desses roteiros devido à falta de compreensão e integração dos municípios envolvidos. O entrevistado A[33] mencionou que já houve a tentativa de criar em conjunto um roteiro turístico entre Igarassu e Itamaracá, mas não houve continuidade. O entrevistado I[34] destaca essa questão, ressaltando a importância do diálogo e da cooperação entre os municípios para o sucesso na criação e implementação dos roteiros turísticos.

---

[31] Secretaria Municipal de Turismo da Ilha de Itamaracá (antiga gestão) | Interlocutor da instância de governança
[32] Igarassu, Itamaracá, Itapissuma e Olinda
[33] Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico de Igarassu | Interlocutor da instância de governança
[34] Secretaria de Turismo e Lazer de Pernambuco - Setur | Interlocutor da instância de governança

É interessante notar que, apesar de alguns sujeitos da pesquisa mencionarem que o PRT não foi diretamente responsável pela criação de roteiros turísticos no litoral norte, outros destacam a importância do Programa em estimular a união dos municípios e a integração dos atrativos da região.

Em resumo, a ampliação e diversificação da oferta turística na Costa Náutica Coroa do Avião são fundamentais para atrair mais turistas e impulsionar o desenvolvimento da região. A criação de roteiros turísticos que integrem os atrativos das cidades e explorem segmentos variados é uma estratégia importante para alcançar esse objetivo. No entanto, é necessário que os municípios trabalhem em conjunto, dialoguem e colaborem para que esses roteiros sejam efetivamente implementados e ofereçam uma experiência enriquecedora aos visitantes.

5.3.4 FLUXO TURÍSTICO, PERMANÊNCIA NA REGIÃO E GASTO

Segundo Catai et al. (2006), os destinos turísticos não podem mais ser vistos como entidades isoladas, mas sim como componentes de um conjunto maior, representando a ideia de regionalização. Nesse contexto, os municípios deixam de operar de forma independente e se conectam mutuamente para promover um produto turístico abrangente, que transcende as fronteiras geográficas convencionais. Isso resulta na formação de uma região que não se limita apenas à delimitação geográfica tradicional, mas incorpora uma ampla diversidade de atrações turísticas. Esses municípios passam a colaborar de maneira conjunta, buscando atrair o turista, prolongar sua estadia na região e, por conseguinte, aumentar seu poder de consumo e os gastos realizados.

O litoral norte apresenta um potencial turístico significativo, porém, as reflexões dos sujeitos da pesquisa revelam desafios complexos relacionados ao fluxo turístico, permanência na região e gastos dos visitantes. Entre os principais pontos destacados, emerge a necessidade urgente de aprimorar diversos aspectos para alavancar o setor.

A infraestrutura básica, limitada rede hoteleira, sinalização deficiente e divulgação inadequada dos atrativos turísticos têm restringido a permanência dos turistas na região. O *trade* turístico chama atenção para a falta de organização e fiscalização, o que resulta em uma experiência insatisfatória para os visitantes, limitando seu conhecimento das potencialidades turísticas disponíveis. O entrevistado B[35] acredita que o visitante e o turista encontram dificuldade, caso não esteja acompanhado de um guia ou condutor, visto que nos locais não tem sinalização e em determinados atrativos, como a travessia para a Ilhota da Coroa do

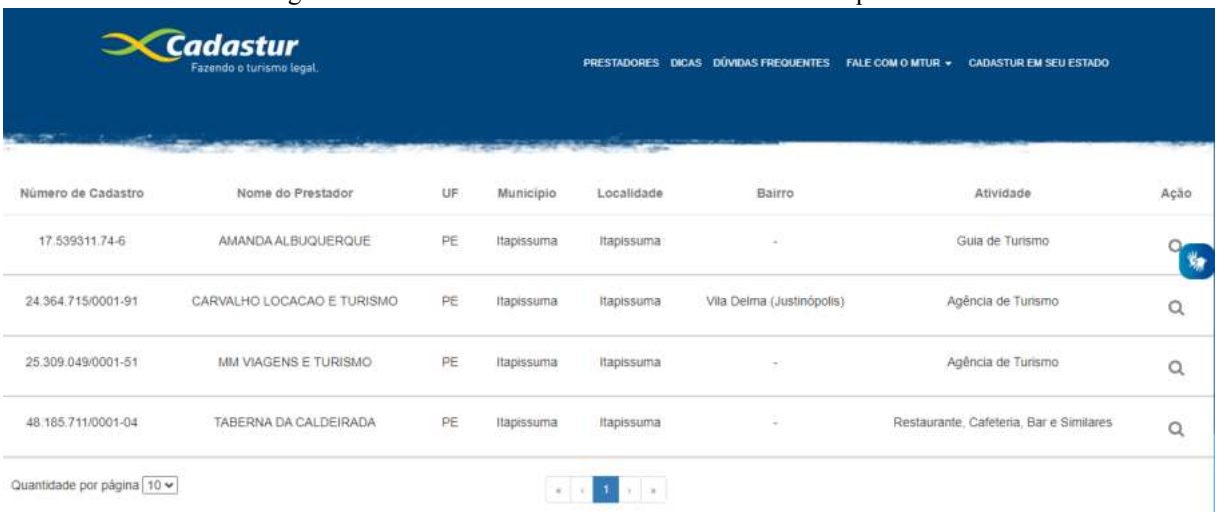
[35] *Trade* turístico de Igarassu - Hospedagem e receptivo | Membro do Conselho de Turismo de Igarassu

Avião, não existe informações sobre quanto o turista deve pagar, horário, dentre outros:

> Eu consigo montar um roteiro de três, quatro aqui no Litoral Norte, com coisas diferentes, sem repetir, mas o problema realmente assim tem que ser comigo. Se você chegar avulso… Não tem sinalização, não sabe quanto é para atravessar, não sabe o valor, o horário. Então assim, tem muita coisa a se melhorar, o próprio Sítio Histórico de Igarassu não tem sinalização (ENTREVISTADO B, 2023).

A estratégia de regionalização precisa de melhorias, pois muitos indivíduos passam apenas um dia na região, levando consigo alimentos e bebidas, o que não contribui substancialmente para a economia local. O entrevistado D[36] aponta a necessidade de desenvolver segmentos como o turismo religioso e gastronômico, com o intuito de atrair mais visitantes e estender sua permanência na região, porém é necessário um roteiro integrado, pois Itapissuma, por exemplo, que o potencial maior é na gastronomia e no turismo religioso, porém possui um número extremamente baixo de meios de hospedagem, ao modo que não existe nenhum registro desta categoria no CADASTUR, conforme figura 21. Desta forma, os que existem (o entrevistado D citou uma pousada na entrevista), não estão regulares, tendo em vista que é mandatório para esta categoria, conforme a Lei nº 11.771.

Figura 21 - CADASTUR - Número de cadastros em Itapissuma



Número de Cadastro	Nome do Prestador	UF	Município	Localidade	Bairro	Atividade	Ação
17.539311.74-6	AMANDA ALBUQUERQUE	PE	Itapissuma	Itapissuma	-	Guia de Turismo	
24.364.715/0001-91	CARVALHO LOCACAO E TURISMO	PE	Itapissuma	Itapissuma	Vila Delma (Justinópolis)	Agência de Turismo	
25.309.049/0001-51	MM VIAGENS E TURISMO	PE	Itapissuma	Itapissuma	-	Agência de Turismo	
48.185.711/0001-04	TABERNA DA CALDEIRADA	PE	Itapissuma	Itapissuma	-	Restaurante, Cafeteria, Bar e Similares	

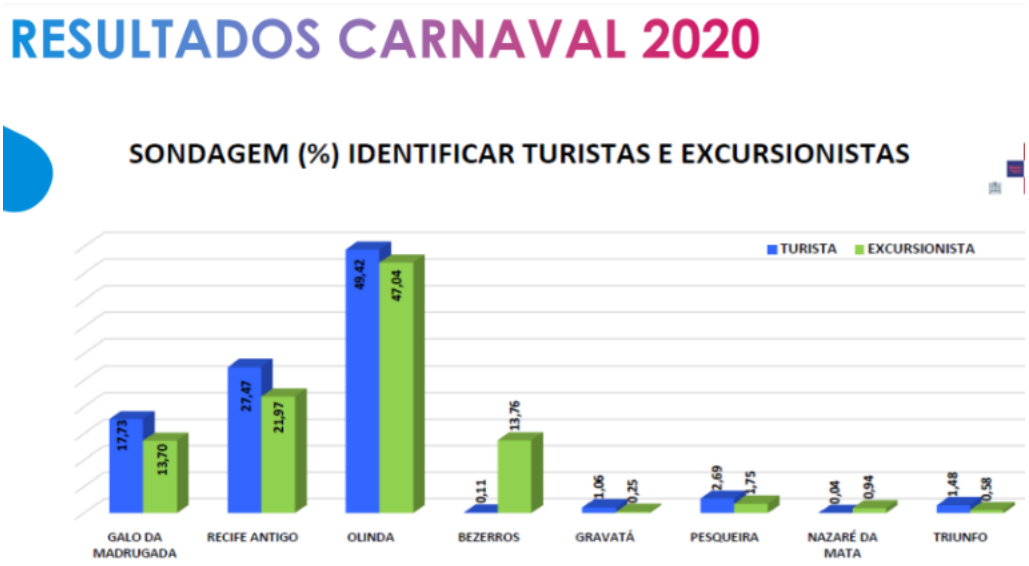
Fonte: CADASTUR (2023)

No contexto de Olinda, o entrevistado K[37] reconhece a baixa permanência média dos turistas como um problema, muitos visitantes são passantes, que não permanecem muito tempo e gastam pouco na região. Ele sugere que o turismo de experiência, destacando a cultura local, pode ser uma estratégia eficaz para prolongar a estadia e aumentar os gastos dos

[36] Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Itapissuma | Interlocutor da instância de governança
[37] *Trade* turístico de Olinda - Hospedagem | Membro do Conselho de Turismo de Olinda

visitantes, independente do período carnavalesco, o qual é a época do ano que a cidade mais recebe turistas e excursionistas de todo o estado (figura 22).

Figura 22 - Resultados carnaval 2020



Fonte: EMPETUR (2021)

O entrevistado M, representante da gestão pública e do *trade* turístico de Goiana, lança luz sobre a disparidade entre o turismo de negócios, que possui alta ocupação hoteleira durante a semana, e o turismo de lazer, que enfrenta problemas de infraestrutura e investimentos insuficientes no litoral. Mesmo com 18 quilômetros de praia, a falta de leitos e opções de hospedagem na faixa litorânea da cidade é apontada como um gargalo, assim como a ausência de roteiros turísticos bem estruturados "[...] como é que pode o nordeste inteiro viver de turismo, o turismo mais forte ser o de litoral, Goiana tem [...] uma pousada com dezesseis quartos na beira mar [...]". É fundamental haver uma maior integração entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil para promover ações efetivas em prol do desenvolvimento do turismo no litoral norte. Faz-se necessário mostrar ao Governo do Estado e a instâncias superiores que o turismo na região é uma oportunidade real de desenvolvimento econômico e social, e que o apoio do poder público é crucial para o sucesso dessa empreitada.

A respeito do turismo de negócios em Goiana, a permanência média dos hóspedes no hotel é de quatro a cinco dias (segunda a quinta-feira). Entretanto, muitos turistas têm resistência em prolongar sua estadia, porque quanto mais tempo passam na cidade, menos desejam ficar devido à sensação de isolamento e à falta de opções de entretenimento. Quando estão nos seus momentos de lazer, alguns hóspedes mostram interesse em visitar as praias da região ou vão para João Pessoa, na Paraíba, devido a proximidade. Embora haja percalços, o

trade turístico enxerga que a gastronomia pode ser um fator de gastos dos turistas na cidade, pois os restaurantes recebem o público das indústrias da localidade, muitos deles são turistas de negócios.

Para Machado e Tomazzoni (2010) há benefícios associados à realização de um planejamento integrado em uma região turística, como a capacidade de desenvolver um maior número de atrativos turísticos do que seria possível para um município isolado. Essa percepção é compartilhada pelo entrevistado P[38], que afirma que existe uma aposta na estratégia de regionalização, contudo, a carência de um planejamento coletivo para atrair turistas do interior está interferindo, pois para o entrevistado P "[...] o nosso público é muito mais o pessoal do interior. [...] Tipo, a gente fica muito pensando assim, 'ah pessoal de fora, pessoal do outro estado, pessoal de outro país e tal', mas a gente esquece dessa região que ela é um fomentador". Desta forma, a instância de governança possui um papel crucial para mobilizar o *trade* turístico e a gestão pública para trabalhar em conjunto a melhoraria da oferta de hospedagem e experiências.

A EMPETUR disponibilizou dados acerca da taxa de ocupação e permanência média dos hóspedes de algumas cidades de Pernambuco durante o ano de 2020 (figura 23). Podemos observar que a porcentagem da ocupação é variável para os três municípios da região turística que constam na pesquisa (Ilha de Itamaracá, Olinda e Paulista), com destaque para Ilha de Itamaracá que teve 100% de ocupação no feriado de 12 de outubro, enquanto Olinda ficou com 28,28% de ocupação. Isto pode ter muita relação com o turismo de sol e mar, uma vez que Olinda não possui uma praia turística desenvolvida, que ao longo do tempo vem sofrendo com a poluição do mar.

Figura 23 - Levantamento da hotelaria no feriado / eventos em 2020

[38] Secretaria Municipal de Turismo da Ilha de Itamaracá (antiga gestão) | Interlocutor da instância de governança

MUNICÍPIOS	7 DE SETEMBRO		12 DE OUTUBRO		2 DE NOVEMBRO	
	TAXA DE OCUPAÇÃO (%)	PERMANÊNCIA MÉDIA (DIAS)	TAXA DE OCUPAÇÃO (%)	PERMANÊNCIA MÉDIA (DIAS)	TAXA DE OCUPAÇÃO (%)	PERMANÊNCIA MÉDIA (DIAS)
ARCOVERDE	-	-	29,10	2,0	-	-
ARQ. FERNANDO DE NORONHA	-	-	39,67	6,2	32,44	5,6
BEZERROS	100,00	2,00	96,67	2,5	60,00	4,30
BONITO	90,15	2,00	93,33	3,3	89,17	2,2
BREJO DA MADRE DE DEUS	-	-	40,00	4,5	-	-
CARUARU	33,75	1,30	61,67	2,0	-	-
GARANHUNS	17,40	1,20	41,25	2,1	-	-
GRAVATÁ	53,33	1,70	75,56	2,6	67,11	2,2
ILHA DE ITAMARACÁ	-	-	100,00	1,6	90,00	2,30
IPOJUCA	72,57	2,30	61,81	2,5	83,65	2,4
JABOATÃO DOS GUARARAPES	62,50	2,20	44,58	1,5	75,71	2,14
OLINDA	48,00	1,90	28,28	2,0	70,93	1,9
PAULISTA	75,00	2,90	65,00	2,5	-	-
PESQUEIRA	-	-	30,00	2,0	-	-
PETROLÂNDIA	-	-	85,00	2,0	-	-
PETROLINA	-	-	58,33	2,3	45,68	2,3
RECIFE	52,49	3,10	68,43	2,1	67,53	2,40
SALGADINHO	-	-	75,00	3,5	-	-
SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE	-	-	100,00	2,3	70,00	2,00
TAMANDARÉ	-	-	-	-	92,83	2,6
TRIUNFO	-	-	51,50	1,8	66,33	1,90

MUNICÍPIOS	25 DE DEZEMBRO		31 DE DEZEMBRO	
	TAXA DE OCUPAÇÃO (%)	PERMANÊNCIA MÉDIA (DIAS)	TAXA DE OCUPAÇÃO (%)	PERMANÊNCIA MÉDIA (DIAS)
ARCOVERDE	-	-	-	-
ARQUIPELÁGO DE FERNANDO DE NORONHA	52,12	4,9	66,45	6,3
BEZERROS	77,50	3,50	86,67	3,3
BONITO	93,33	2,3	93,33	2,7
BREJO DA MADRE DE DEUS	-	-	-	-
CARUARU	-	-	-	-
GARANHUNS	71,11	2,10	43,13	1,7
GRAVATÁ	51,25	2,5	61,25	2,3
ILHA DE ITAMARACÁ	53,57	2,30	89	3,5
IPOJUCA	56,25	3,1	78,44	4,2
JABOATÃO DOS GUARARAPES	71,67	3,80	73,78	4,2
OLINDA	37,29	1,4	72,10	1,9
PAULISTA	-	-	-	-
PESQUEIRA	-	-	-	-
PETROLÂNDIA	-	-	-	-
PETROLINA	28,39	1,8	29,24	1,7
RECIFE	56,67	2,00	78,08	2,5
SALGADINHO	-	-	-	-
SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE	30,00	2,00	65	3,5
TAMANDARÉ	69,68	3,2	88,00	5,3
TRIUNFO	55,00	2,40	64,67	2,6

Fonte: EMPETUR (2022)

Assim, é possível refletir a complexidade do cenário turístico no litoral norte. Desafios como infraestrutura, sinalização, desenvolvimento de segmentos específicos e investimentos adequados emergem como temas cruciais. A regionalização é vista como uma estratégia promissora, mas carece de ações coordenadas e foco no público regional. A colaboração entre diferentes atores, aliada à capacitação e à valorização dos atrativos locais, são fatores essenciais para transformar o litoral norte em um destino turístico competitivo e atrativo, onde o fluxo, permanência e gastos dos turistas possam ser otimizados em benefício de toda a região.

5.3.5 IMPACTOS NA ECONOMIA LOCAL

5.3.5.1 GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

A geração de trabalho e renda é uma questão central quando se discute o impacto do turismo em uma região, e as percepções aqui nesta pesquisa oferecem percepções valiosas sobre como essa dinâmica está se desenrolando na área em questão.

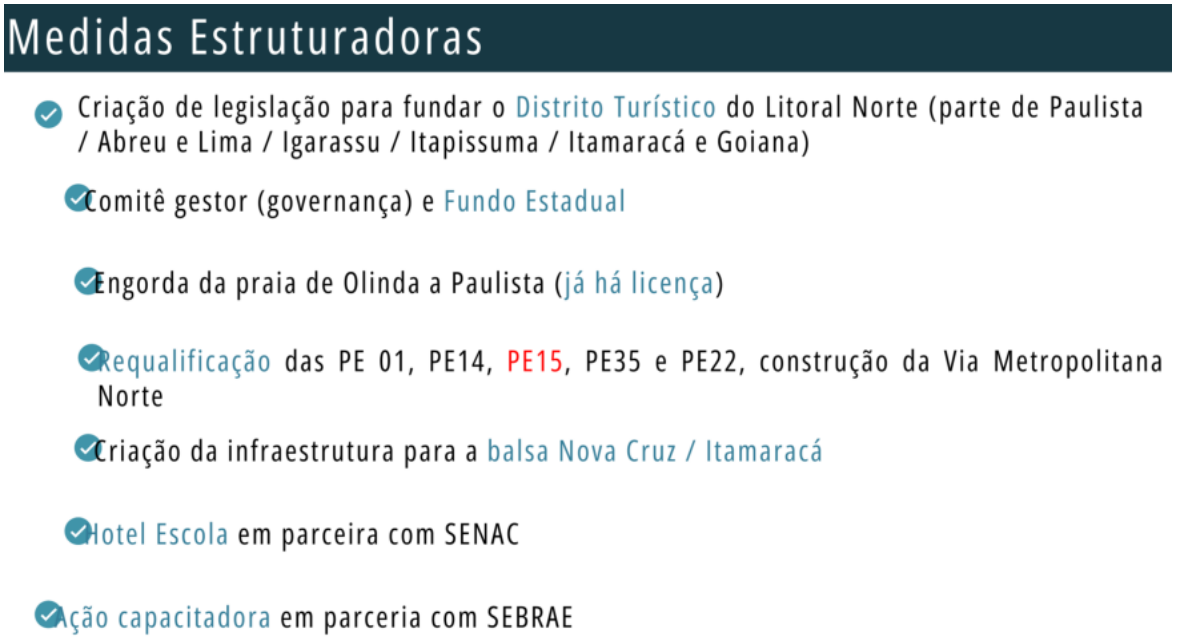
A busca pelo desenvolvimento do turismo tem como objetivo atender às diversas partes envolvidas, mediante a criação de oportunidades de emprego e fontes de renda, aprimorando a qualidade de vida e fortalecendo a base econômica, social, cultural e ambiental nas regiões turísticas. Para alcançar esses objetivos, é essencial contar com políticas públicas que orientem e coordenem a organização, administração e promoção dos destinos turísticos (MARACAJÁ; PINHEIRO, 2020; BAPTISTA; POCINHO; NECHITA, 2019).

Tendo isso em vista, o CADASTUR é mencionado novamente por ser uma ferramenta crucial para ampliar a visibilidade dos destinos turísticos e ressalta-se a necessidade de incentivar os empreendedores a se cadastrarem nesse sistema, reconhecendo que o incentivo precisa partir da iniciativa pública, a qual deve proporcionar orientações, seja em campanha nas redes sociais, site e visita aos estabelecimentos.

Contrastando com uma visão mais otimista sobre o Programa, o entrevistado B[39] manifesta sua frustração em relação ao PRT, apontando a falta de concretização dos investimentos prometidos em resorts e pousadas, evidenciando a desconexão entre as promessas e os resultados tangíveis no que diz respeito à criação de oportunidades de trabalho e renda. Neste aspecto, é importante ressaltar que o sujeito da pesquisa está mencionando os investimentos - medidas estruturadoras e âncoras (figura 24 e figura 25) - que estão listados no planejamento estratégico do *trade* turístico do litoral norte através da Associação de Turismo de Maria Farinha, o qual vislumbra a concretização até 2031 com R$9,9 bilhões de investimentos diretos e 10.400 empregos diretos.

Figura 24 - Medidas estruturadoras

[39] *Trade* turístico de Igarassu - Hospedagem e receptivo | Membro do Conselho de Turismo de Igarassu



Fonte: Associação de Turismo de Maria Farinha (2022)

Figura 25 - Âncoras

Fonte: Associação de Turismo de Maria Farinha (2022)

O impacto da regionalização é percebido, porém, como uma contribuição significativa na geração de trabalho e renda através de uma natureza encadeada das oportunidades geradas pelo turismo. Ao explorar as potencialidades da região, empreendedores se sentem atraídos para investir em negócios turísticos, desde pousadas até passeios náuticos e lojas de artesanato. O turismo é uma força multiplicadora que não apenas cria empregos diretos, mas também revitaliza áreas locais e atrai um público com maior poder aquisitivo, gerando um

ciclo virtuoso de crescimento econômico, onde a evolução e a busca por independência devem ser constantes para o desenvolvimento contínuo da região.

No setor gastronômico, Itapissuma aponta para exemplos concretos, como a caldeirada que mobiliza diversos segmentos da economia, como os vendedores de coco, farinha, crustáceos, entre outros, todos da própria região. No entanto, sublinha a necessidade de uma maior organização da sociedade civil e o papel crucial de gestores públicos que reconheçam o potencial do turismo como um motor de crescimento robusto corroborando com os autores Feger et al. (2016), os quais reiteram que a interação entre os atores é fundamental, pois quanto mais complexas essas interações, maior é a densidade da rede, o que, por sua vez, torna o ambiente mais propício para o crescimento dos negócios, a criação de empregos e a arrecadação de tributos.

Conclusivamente, as percepções destacam a importância do alinhamento entre promessas e ações concretas, da articulação política e da sensibilização dos gestores públicos para promover a geração de trabalho e renda por meio do turismo. O potencial está presente, mas requer um engajamento comprometido de múltiplos atores para se traduzir em oportunidades tangíveis para a população local.

5.3.5.2 INVESTIMENTOS (PROJETOS, CONVÊNIOS, EMENDAS PARLAMENTARES)

Os investimentos no litoral norte, dentro do âmbito do Programa de Regionalização do Turismo, têm gerado percepções variadas entre os entrevistados. Essas percepções oferecem uma visão abrangente das expectativas, sucessos e desafios associados a esses investimentos.

Em Igarassu, ocorreram conquistas significativas em relação a investimentos para infraestrutura turística. O entrevistado A[40] menciona projetos como a reforma do Centro de Artes (Casa do Artesão), a interligação do Sítio Histórico com a PE-14 e a verba para a Coroa do Avião. No entanto, aponta-se para a complexidade da burocracia e a importância da articulação política na obtenção desses recursos, uma vez que o entrevistado A menciona: "[...] foi do Programa? Foi porque a gente faz parte do Programa, mas foi alcançado tipo 'tu faz parte do Programa você tem direito disso?' Não. Se você não tiver articulação política você não consegue". Isso sugere que o sucesso dos investimentos muitas vezes depende não apenas da disponibilidade de recursos, mas também da capacidade de navegar pelo ambiente

[40] Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico de Igarassu | Interlocutor da instância de governança

regulatório e político. Como demonstra Cruz (2016), a boa articulação entre os setores dos governos é a maneira mais eficaz para que o turismo seja desenvolvido, porém isso não ocorre de forma fácil.

Através da pesquisa documental, constatou-se que os investimentos para a Casa do Artesão foram através do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, um programa do Governo Federal. A Casa do Artesão, juntamente com o Museu Histórico de Igarassu, recebeu recursos da ordem de R$ 1,8 milhão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A restauração e requalificação do Forte Orange na Ilha de Itamaracá também foi através de uma verba do PRODETUR (ver anexo S). Assim, não foram investimentos vindos diretamente pelo PRT.

O Ministério do Turismo, por meio da Secretaria Nacional de Infraestrutura Turística (SNINFRA) e do Departamento de Infraestrutura Turística (DIETU), utiliza emendas parlamentares para apoiar investimentos em infraestrutura que visam expandir a atividade turística e aprimorar a qualidade dos produtos oferecidos aos turistas em diferentes regiões do Brasil. Para concretizar esse apoio às obras de infraestrutura, a SNINFRA realiza a celebração de contratos de repasse com Estados, Distrito Federal, Municípios e Consórcios Públicos. A Caixa Econômica Federal atua como mandatária da União nesse processo. Isso significa que ela assume um papel intermediário, ajudando a gerir e supervisionar os recursos provenientes das emendas parlamentares, bem como os contratos de repasse firmados entre os entes públicos beneficiários e a União. Essa colaboração visa garantir que os investimentos em infraestrutura turística sejam aplicados de maneira eficiente e de acordo com os objetivos do Programa.

Posto isto, ao analisar o Relatório de Gestão do MTur - Ano base: 2022, identificamos que a verba disponibilizada para a construção da infraestrutura na Ilhota da Coroa do Avião (figura 26), mencionada pelo entrevistado A anteriormente, foi apoiada dentro da ação finalística 10V0 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística do Ministério do Turismo em 2022, que está dentro das ações orçamentárias disponíveis para emendas parlamentares. Conforme consta na Cartilha Parlamentar 2022/2023 do Ministério do Turismo, as instituições elegíveis para receber os repasses são os municípios contemplados no Mapa do Turismo, Estados, Distrito Federal e Consórcios Públicos.

Figura 26 - Investimento na Ilhota da Coroa do Avião

Tabela 45 - Relação de projetos apoiados (mais relevantes).

PROJETOS	VALOR (Em R$)
Reforma e construção de infraestrutura da Orla do Rio Amazonas, no município de Macapá/AP;	15.278.379
Construção e revitalização na Orla do Rio Sergipe, no município de Barra dos Coqueiros/SE; e	11.000.000
Reforma e construção de infraestrutura urbana nos Parques das Hortênsias e Olívio Nóbrega, Praças, CEMUR e Mirante, no município de Taboão da Serra/SP;	10.000.000
Reforma e construção de infraestrutura do Parque Ceci Cunha, no município de Arapiraca / AL;	8.000.000
Pavimentação de acesso ao Roteiro Turístico - O QUATRILHO - no município de Gramado/RS;	6.402.399
Construção de infraestrutura na Ilhota da Coroa do Avião, no município de Igarassu/PE.	5.600.000

Fonte: Ministério do Turismo (2022)

O entrevistado B[41] enfatiza a importância da verba disponibilizada para a Ilhota Coroa do Avião, destacando a necessidade de melhorias na infraestrutura turística para atrair visitantes e proporcionar uma experiência de qualidade. O entrevistado C[42], por sua vez, destaca que embora o investimento não tenha ocorrido diretamente pela instância de governança, o entrevistado acredita que as conversas, visitas e a presença da instância na esfera estadual e federal têm contribuído indiretamente para fortalecer a vinda desses recursos. Posto isso, os estudos de Endres e Pakman (2019) abordam que os espaços da gestão compartilhada, como o da IGR, podem influenciar a capacidade de aprimorar as interações com o governo, promovendo, assim, o desenvolvimento do turismo.

O entrevistado C destaca, também, que para que a gestão do PRT seja efetiva, existe a necessidade de formalizar a IGR criando o CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica) para abrir o leque de oportunidades. Isso é o que destaca, logo em seguida, o entrevistado H[43].

Faz-se mister mencionar que existem prioridades de repasses de verbas para municípios que estão no Mapa do Turismo. É o que enfatiza o entrevistado H, o qual ressalta que a verba do Ministério do Turismo para editais de transferência voluntária[44] é predominantemente voltada (90%) para os municípios do Programa de Regionalização do Turismo. Isso significa que esses municípios têm uma vantagem na obtenção de recursos para

[41] *Trade* turístico de Igarassu - Hospedagem e receptivo | Membro do Conselho de Turismo de Igarassu
[42] *Trade* turístico de Igarassu - Restaurante | Interlocutor da instância de governança
[43] Empresa de Turismo de Pernambuco - EMPETUR
[44] Ver anexo T - Portaria MTur nº 39, de 10 de março de 2017

projetos e convênios relacionados ao turismo.

> [...] então quando abre o edital, a primeira coisa que eles analisam lá é se faz parte do Mapa do Turismo, se está no mapa, não está no Mapa ele nem olha, isso para os editais de transferência voluntária [...] para emendas eles têm que, eles têm no texto, diz que preferencialmente para os municípios do PRT. Por que isso? Porque a gente não conseguiu ainda que as emendas que fossem através do Ministério do Turismo fossem exclusivamente para os municípios do PRT [...] (ENTREVISTADO H, 2023)

O entrevistado H menciona que alguns municípios buscaram entrar no Mapa do Turismo para viabilizar a liberação de emendas parlamentares e investimentos. Os investimentos são direcionados para infraestrutura, como pórticos, museus, requalificação de espaços culturais, saneamento, calçamento de ruas e requalificação de praças.

Para ampliar a possibilidade de vinda de recursos para as regiões turísticas do Programa, a EMPETUR, representada pelo entrevistado H, afirma que há anos existe uma conversa com o Ministério do Turismo para que a formalização da instância de governança seja uma exigência para a região estar no Mapa do Turismo "[...] é uma briga eterna da gente com o Ministério [...] é que as IGRs formalizadas possam apresentar projetos para os editais de transferências voluntárias". Isso reforça a ideia de que a participação em instâncias de governança regional pode influenciar a alocação de recursos para projetos turísticos.

Por outro lado, o entrevistado D[45] expressa insatisfação em relação aos investimentos. Ele considera que tanto o governo estadual quanto o federal têm investido de forma insuficiente na região. A falta de investimentos em infraestrutura e a carência de recursos financeiros para melhorar os equipamentos turísticos são apontadas como desafios significativos.

Deste aspecto, o entrevistado H também enfatiza a importância da ação proativa por parte dos municípios que participam do Programa de Regionalização do Turismo. Apenas fazer parte do Programa não garante automaticamente a obtenção de recursos financeiros para projetos turísticos. Os municípios não devem simplesmente esperar que a verba seja entregue de forma passiva, mas sim adotar uma abordagem ativa na busca por investimentos. Tais aspectos são enfatizados pelos autores Pinheiro, Maracajá e Chim-Miki (2019), os quais afirmam que houve um aumento da expectativa de atuação e liderança dos estados e das regiões turísticas na concepção e implementação de programas e projetos voltados para o desenvolvimento do turismo.

Desta forma, para o entrevistado H, os municípios que participam do Programa

---

[45] Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Itapissuma | Interlocutor da instância de governança

precisam estar preparados para pleitear recursos por meio da apresentação de projetos bem estruturados através do SICONV (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse). Para tal, é necessário ter um corpo técnico capacitado, ou seja, uma equipe que compreenda as complexidades envolvidas na elaboração de projetos, na busca por fontes de financiamento e na interação com os processos burocráticos.

Sabendo que existe uma prioridade nos repasses de verbas para municípios que estão no Mapa, é mister reconhecer que estar no Mapa do Turismo contribui para receber os investimentos. Os demais recursos disponibilizados pelo Ministério do Turismo para os municípios da região turística, no recorte temporal da instituição do Programa (2004-2023), podem ser visualizados no anexo U.

Em suma, o resultado reflete uma variedade de experiências em relação aos investimentos no litoral norte dentro do âmbito do PRT. Notou-se, no entanto, que existe um desconhecimento da origem dos recursos, confundindo PRODETUR com PRT. Enquanto alguns apontam para conquistas notáveis, outros expressam insatisfação com a falta de progresso ou a necessidade de superar obstáculos burocráticos e políticos. A busca por investimentos efetivos e sustentáveis no turismo da região parece ser um desafio constante que exige a colaboração de diversos atores.

No quadro 13 estão expostos os principais resultados da dimensão Desenvolvimento do turismo no litoral norte de Pernambuco:

Quadro 13 - Principais resultados: Desenvolvimento do turismo no litoral norte de Pernambuco

Desenvolvimento do turismo no litoral norte de Pernambuco
Pontos fortes
Reconhecimento da importância do PRT como uma ferramenta essencial para impulsionar o desenvolvimento turístico no litoral norte.
O engajamento do empresariado contribuiu para promover a qualidade e a diversidade dos produtos turísticos.
A inserção de Olinda revela o potencial da cooperação intermunicipal, agregando competitividade à região, especialmente em âmbito internacional.
O CADASTUR é destacado como um instrumento eficaz para elevar os padrões de qualidade e segurança dos estabelecimentos turísticos.
Importância da verba disponibilizada para a Ilhota Coroa do Avião.
Conversas, visitas e a presença da instância de governança na esfera estadual e federal têm contribuído indiretamente para fortalecer a vinda dos recursos.
Pontos fracos
A integração entre os municípios ainda não foi plenamente realizada, impactando a eficácia do Programa.
Necessidade de capacitação mais ampla dos profissionais do turismo.
Ainda não houve sucesso na implementação de roteiros turísticos integrados.
A deficiência na infraestrutura básica, a limitada oferta hoteleira, a falta de sinalização adequada e a inadequada divulgação dos atrativos estão impactando negativamente a permanência e gasto dos turistas.
A estratégia de regionalização precisa ser reforçada, priorizando o público do regional.

Necessidade de mais orientação e incentivo para os empreendedores se cadastrarem no CADASTUR.
A necessidade de uma maior organização da sociedade civil e de gestores públicos que reconheçam o potencial do turismo como um motor de crescimento econômico.
Necessidade de ter articulação política para obter recursos financeiros.
Tanto o governo estadual quanto o federal têm investido de forma insuficiente na região.
Importância da ação proativa por parte dos municípios para obtenção de recursos financeiros para projetos turísticos (corpo técnico capacitado).

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Com base nos pontos fracos identificados no desenvolvimento do turismo no litoral norte de Pernambuco, aqui estão algumas propostas de melhorias:

Integração entre Municípios:

- Promover encontros regulares entre representantes dos municípios para discutir estratégias de cooperação e integração.

Capacitação dos Profissionais do Turismo:

- Oferecer programas de capacitação e treinamento em parceria com instituições de ensino, órgãos de turismo e associações locais para aprimorar as habilidades dos profissionais do setor.
- Incentivar a participação em cursos online, webinars e workshops para atualização constante.

Implementação de Roteiros Turísticos Integrados:

- Estimular a criação de roteiros turísticos integrados que englobem atrações de vários municípios, destacando as experiências únicas da região.
- Promover parcerias público-privadas para a divulgação e comercialização desses roteiros.

Melhoria da Infraestrutura e Oferta Hoteleira:

- Buscar investimentos em infraestrutura básica, como estradas, iluminação, saneamento e áreas de lazer.
- Incentivar o desenvolvimento de novos empreendimentos hoteleiros, como pousadas e hotéis, para atender à crescente demanda de turistas.

Reforço da Estratégia de Regionalização:

- Priorizar o atendimento às necessidades e expectativas dos visitantes locais e regionais, pois muitas vezes essas populações constituem a base da demanda turística.
- Identificar nichos de mercado específicos na região e criar produtos turísticos direcionados a esses segmentos.

Articulação Política para Obtenção de Recursos:

- Fortalecer a articulação política entre os municípios e os governos estadual e federal para garantir a destinação de recursos específicos para o desenvolvimento do turismo na região.

Investimentos Estaduais e Federais:

- Elaborar propostas de projetos turísticos sólidos e atrativos que possam concorrer a financiamentos estaduais e federais.
- Estabelecer parcerias com agências de fomento e bancos para obter financiamentos e investimentos em infraestrutura turística.

Ação Proativa dos Municípios:

- Capacitar um corpo técnico nas prefeituras dos municípios para elaborar e gerenciar projetos turísticos.
- Estimular os municípios a buscar recursos e financiamentos por meio de editais e programas de incentivo ao turismo.

Essas propostas visam superar os desafios identificados e fortalecer o desenvolvimento do turismo no litoral norte de Pernambuco, tornando a região mais atrativa e competitiva no cenário turístico.

Diante do exposto, com base na Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo realizada pelo Ministério do Turismo (2011), na qual esta dissertação teve como base a Matriz de Avaliação presente no documento, pode-se constatar semelhanças e diferenças nos resultados.

Há um reconhecimento da importância do PRT, tanto nos resultados desta dissertação quanto na Avaliação do PRT do Ministério do Turismo (2011), pois existe um reconhecimento da importância do Programa como uma ferramenta essencial para impulsionar o desenvolvimento turístico nas regiões. Ambos os resultados relatam melhorias na qualidade e competitividade das regiões turísticas. Os resultados desta dissertação destacam a contribuição do engajamento empresarial para promover a qualidade e a diversidade dos produtos turísticos, enquanto a avaliação pelo MTur (2011) menciona o aumento da qualidade e quantidade dos produtos turísticos.

Ambos os resultados mostram que a integração entre os municípios ainda não foi plenamente realizada. Isso impacta a eficácia do PRT, destacando a necessidade de uma maior integração e colaboração entre as partes interessadas.

Os resultados desta pesquisa enfatizam a importância da ação proativa por parte dos municípios na obtenção de recursos financeiros para projetos turísticos, enquanto que o MTur (2011) fala sobre a necessidade de uma maior descentralização de recursos e uma maior sinergia com as partes interessadas locais, mas não menciona especificamente a ação proativa dos municípios.

Enquanto há algumas semelhanças nos resultados entre esta presente avaliação e a avaliação do Ministério do Turismo (2011), também existem diferenças significativas devido às particularidades da região estudada. As descobertas desta pesquisa destacam desafios específicos enfrentados pelo litoral norte de Pernambuco e como as ações do PRT afetam essa região em particular.

5.4 ESTRUTURAÇÃO DE PRODUTOS TURÍSTICOS NO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO

A análise da estruturação de produtos turísticos no litoral norte de Pernambuco foi feita com base em três critérios: 1) Apropriação da estratégia e da metodologia de segmentação turística na estruturação de roteiros turísticos, 2) Comercialização de produtos associados ao turismo (artesanal, industrial, comercial e de serviços) e 3) Promoção e apoio à comercialização.

5.4.1 APROPRIAÇÃO DA ESTRATÉGIA E DA METODOLOGIA DE SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA NA ESTRUTURAÇÃO DE ROTEIROS TURÍSTICOS

A apropriação da estratégia e metodologia de segmentação turística na estruturação de roteiros turísticos traz perspectivas valiosas sobre sua importância, desafios e impactos. As opiniões dos sujeitos da pesquisa convergem em reconhecer que essa abordagem desempenha um papel fundamental na garantia da qualidade dos roteiros e no fortalecimento do turismo regional, porém também apontam para obstáculos que precisam ser superados para seu pleno sucesso.

Ao destacar a essencialidade da estratégia de segmentação, enfatizam a integração de atrativos e a cooperação entre os municípios como fatores-chave para o fortalecimento do turismo regional. Há a necessidade de superar o individualismo e entender que o turismo transcende fronteiras partidárias, uma vez que é um esforço coletivo em prol de um destino único. Destacam a relevância de criar uma identidade e marca para a região, elemento que poderia atrair mais turistas e garantir o desenvolvimento sustentável da área. É o que enfatiza o entrevistado A[46]:

> [...] é justamente essa parte que a gente está juntando enquanto instância para trabalhar em conjunto. Porque vocês sabem que cada um quer fazer o seu. Tendo essa sensibilidade deles entenderem que eu já venho gritando há mais de cinco anos que ninguém larga a mão de ninguém. O turismo não tem partido. Não tem bancada nem legenda. A gente tem que trabalhar por um destino só (ENTREVISTADO A, 2023).

Na reunião da instância de governança no dia 28/02/2023[47], foram definidos os grupos de trabalho a partir do que consta no regimento interno (figura 27) com a finalidade de criação de rotas que integram os municípios em todos os segmentos. Eles veem a iniciativa como uma oportunidade de alavancar segmentos específicos, como o turismo religioso, sol e mar, e cultural. Reconhece-se o potencial benéfico dessas estratégias para os diversos atrativos turísticos da região. Porém, constatou-se que ainda falta um comprometimento por parte de todos os envolvidos. Os grupos tiveram 45 dias para estruturar e apresentar na reunião posteriormente, contudo, na reunião do dia 31/05/2023 (anexo Y), apenas o município de Igarassu apresentou uma proposta de roteiro de turismo religioso e atrativos propostos para compor o roteiro integrado entre os municípios.

Figura 27 - Câmaras temáticas da Instância de Governança Costa Náutica Coroa do Avião

[46] Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico de Igarassu | Interlocutor da instância de governança
[47] Anexo Y

Art. 6º-Ficam criadas as seguintes Câmaras Temáticas:

a. Câmara Temática de Marketing (Permanente)
b. Câmara Temática de Projetos (Permanente)
c. Câmara Temática de Eventos (Permanente)
d. Câmara Temática de Cultura e Patrimônio (Permanente)
e. Câmara Temática de Desenvolvimento Turístico (Permanente)
f. Câmara Temática de Rotas Integradas (Especial)
g. Câmara Temática de Turismo Náutico Sustentável (Permanente)

Fonte: Regimento interno da IGR Costa Náutica Coroa do Avião (2021)

Ao apontar desafios que podem impactar a eficácia da estratégia de segmentação, há o destaque dos problemas de ego entre cidades, o que pode prejudicar a cooperação e integração de atrativos. Além disso, a falta de capacitação, organização e fiscalização adequadas como elementos que comprometem a qualidade dos roteiros turísticos estruturados.

O entrevistado E[48], ao reconhecer a importância da estratégia de segmentação, ressalta a deficiência do Programa de Regionalização do Turismo em operacionalizar esse conceito. Ele sugere que é a iniciativa privada, e não o Programa em si, que está promovendo a unificação dos territórios. Isso coloca em evidência um desafio na efetividade do Programa e na cooperação público-privada.

O entrevistado J[49], por sua vez, enriquece a discussão ao abordar a necessidade de preservar a identidade de cada destino durante o processo de segmentação. Ele aponta que cada município da região tem um potencial específico a ser explorado, como histórico-cultural, sol e mar, gastronomia e ecoturismo. Embora reconheça a importância de integrar atrativos e estabelecer parcerias para a qualidade dos roteiros, ele alerta sobre o risco de descaracterização que pode prejudicar a experiência do turista, como a estruturação do ecoturismo, sendo essencial preservar a essência e não descaracterizar uma trilha, por exemplo. Desta forma, vê-se a importância da autenticidade em meio à segmentação.

Um cenário específico em Olinda, que o Entrevistado K[50] traz à tona, é que os desafios na estruturação de roteiros são agravados pela falta de apoio da gestão municipal. Ele menciona esforços da iniciativa privada em criar produtos turísticos autênticos, focados em experiências culturais locais e roteiros que destacam o elemento humano da cidade, mas lamenta a interrupção de muitas iniciativas devido à pandemia e à falta de suporte operacional. Sendo assim, destaca-se a necessidade de apoio governamental para garantir o

[48] *Trade* turístico da Ilha de Itamaracá - Restaurante e hospedagem | COOPILHA - Cooperativa de Turismo da Ilha de Itamaracá | AHITA - Associação dos Hoteleiros da Ilha de Itamaracá | Interlocutor da instância de governança

[49] ETE - Escola Técnica Estadual Jurandir Bezerra Lins (Igarassu) - Curso técnico de Guia de Turismo

[50] *Trade* turístico de Olinda - Hospedagem | Membro do Conselho de Turismo de Olinda

sucesso da estratégia de segmentação.

Os sujeitos da pesquisa também ressaltam a necessidade de reinventar a oferta turística da região, o que ecoa a ideia de que a estratégia de segmentação não se trata apenas de unir atrativos existentes, mas também de criar novas experiências e narrativas para atrair visitantes. Por fim, existe a evidência da relevância da segmentação turística, mas também alerta para os desafios a serem enfrentados para alcançar pleno sucesso nesse empreendimento.

5.4.2 COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ASSOCIADOS AO TURISMO (ARTESANAL, INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS)

A comercialização de produtos associados ao turismo, que abrange desde o artesanato até os serviços, é um tópico abordado que revela diferentes perspectivas sobre como esses produtos são incorporados e promovidos pelo mercado. Destacam-se tanto as oportunidades quanto os desafios que essa dimensão do turismo enfrenta na região do litoral norte.

Existem perspectivas distintas sobre a comercialização dos produtos associados ao turismo, uma vez que estamos nos referindo a uma região macro (litoral norte) e dentro dela seus produtos distintos (por municípios). Assim, ao ouvir relatos de pessoas que estão na gestão pública do turismo e de pessoas que fazem parte do *trade* turístico oferecendo algum produto, por exemplo, cada um aborda a partir das suas experiências.

Desta forma, logo destacamos a percepção do entrevistado C[51], que acredita que os produtos associados ao turismo, sejam eles artesanais, industriais, comerciais ou de serviços, são naturalmente incorporados e comercializados pelo mercado ao longo do tempo. Ele exemplifica como a atividade da pesca de mariscos evoluiu para algo mais rentável e diversificado com o desenvolvimento do turismo na região. A introdução de atividades turísticas permitiu a criação de rendas paralelas, como a produção de artesanato com cascas de mariscos, proporcionando ganhos financeiros superiores aos obtidos somente com a venda dos mariscos. O turismo, pois, desencadeia um processo de desenvolvimento em várias áreas, incluindo oportunidades de negócio para ambulantes, guias locais e outras atividades relacionadas ao setor.

Corroborando com o entrevistado C, o entrevistado T[52] do município de Itapissuma enfatiza acerca da comercialização dos produtos associados ao turismo, afirmando que

---

[51] *Trade* turístico de Igarassu - Restaurante | Interlocutor da instância de governança
[52] Membro do Conselho de Cultura de Itapissuma - Sociedade Civil | Interlocutor da instância de governança

> nossos produtos são facilmente incorporados no mercado, até porque são produtos apreciados pela população, né? Como os frutos do mar, nosso artesanato também, o artesanato criativo, né? E sustentável utilizando o material do mar. Dando aproveitamento em toda a matéria-prima que é retirada do mar, né? Do marisco, das cascas em marisco para fazer o artesanato e do próprio marisco na preparação da caldeirada; nas escamas do peixe, o peixe que é comercializado e que depois é utilizado em artesanato, em flores, em abajur, né? Isso sim é facilmente comercializado e facilmente vendido (ENTREVISTADO T, 2023).

A mesma visão é compartilhada pelo entrevistado D[53], que também afirma que os produtos associados ao turismo em Itapissuma, como a caldeirada e o artesanato local, são facilmente incorporados e comercializados pelo mercado. A caldeirada de Itapissuma se tornou um atrativo turístico da cidade e a comunidade local possui um sentimento de pertencimento em relação a esse produto turístico. No entanto, destaca-se a falta de pessoas qualificadas para ajudar na promoção e divulgação desse produto turístico, pois apesar do comércio da caldeirada ser o forte da economia da cidade, ainda carece de os comerciantes compreenderem que precisam se qualificar para bem servir.

Existe o incentivo do Grupo Catamaran ao turismo náutico na região, tendo em vista que é um dos segmentos de mais destaque do litoral norte. Na região, há também um trabalho pioneiro de empresas como CVC e Luck Viagens, porém a atuação dessas operadoras de viagens é vista como restrita e não tem contribuído para a divulgação e promoção de toda a região como almejado. Salienta-se que os roteiros turísticos poderiam ser melhor explorados e divulgados no mercado.

No litoral norte, há uma preocupação com a falta de diversidade de produtos e souvenirs turísticos. Existe uma comparação dessa situação com outras cidades turísticas do estado, como Porto de Galinhas, indicando que há espaço para melhoria. A ausência de estrutura para receber os turistas, como a circulação de vendas de artesanato (feirinhas) e espaços de convivência diurna ligado à atividade turística, é também apontada como uma limitação.

Posto isso, destaca-se a importância de organizar e fortalecer as associações de artesãos para melhorar as oportunidades de venda e participação em feiras, e incentivar a formação de artesãos para impulsionar o turismo local. Enfatiza-se também a necessidade de investir em turismo voltado para as famílias locais, valorizando seus produtos e atividades, como a produção de licores, doces, entre outros.

Por outro lado, o entrevistado K, representante do *trade* turístico de Olinda, enfatiza

---

[53] Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Itapissuma | Interlocutor da instância de governança

que há um diálogo natural com turistas hospedados em Olinda interessados em conexões com o litoral norte. Ele ressalta que é comum indicar o litoral norte como uma opção mais exótica e menos explorada, o que traz um tom de ineditismo. Além disso, ele aponta que Olinda não possui uma praia turística desenvolvida, o que torna a conexão com o litoral norte ainda mais relevante.

O entrevistado J[54], por sua vez, afirma que a falta de guias e condutores para atuarem na região dificulta também o processo de incorporação e comercialização de produtos. Apesar de haver a escola técnica com cursos de Guia de Turismo, o número de alunos que se formam é extremamente baixo e os egressos que atuam é mais baixo ainda:

> Pela experiência lá da gente dos outros anos, vão se formar seis a cinco. O curso é de um ano e meio. Vou formar seis ou sete. É um número bacana, mas os seis ou sete não vão atuar. Da última turma que se formou agora foram cinco a seis alunos formados. Acho que dois tá atuando, mas não como guia, mas atuando com turismo e ações, sabe? Não como guia, se vendendo, se colocando como profissional (ENTREVISTADO J, 2023).

Existe uma percepção sobre a desconexão entre o curso de Guia de Turismo oferecido pela escola e a gestão pública dos municípios envolvidos, como Igarassu, Itapissuma e Itamaracá. Destaca-se a importância de uma colaboração mais estreita e uma comunicação mais eficaz entre a escola e os municípios para fortalecer o curso e maximizar seus benefícios para a região. A falta de vínculo percebida pelos municípios pode estar relacionada à localização física da escola em Igarassu, o que pode levar os outros municípios a se sentirem distantes ou não beneficiados pelo curso. Além disso, a falta de aproximação da gestão municipal pode ser atribuída a diversos fatores, como limitações de recursos, prioridades diferentes ou até mesmo falta de compreensão sobre o potencial impacto positivo do curso de Guia de Turismo na região.

A escola continua abrindo vagas (figura 28) e os alunos seguem se matriculando no curso, o que indica um interesse e uma demanda pelo conhecimento e pelas habilidades oferecidas por ele. No entanto, há uma preocupação de que, se não houver um maior engajamento por parte dos municípios e da gestão pública, a distância entre a escola e os esforços de desenvolvimento local pode persistir. Sendo assim, sugere-se que uma maior colaboração e comunicação entre a escola e os municípios poderia fortalecer o curso e alinhar melhor os objetivos educacionais com as necessidades locais. Essa abordagem poderia ajudar a superar as barreiras percebidas e permitir que o curso desempenhe um papel mais eficaz no

[54] ETE - Escola Técnica Estadual Jurandir Bezerra Lins (Igarassu) - Curso técnico de Guia de Turismo

desenvolvimento do turismo na região, preparando guias e profissionais qualificados para atender às demandas dos visitantes.

Figura 28 - Oferta do curso de Guia de Turismo

Fonte: ETE Jurandir Bezerra Lins (2023)

O *trade* turístico da Ilha de Itamaracá, por sua vez, menciona que, devido à sazonalidade da região, o comércio turístico funciona bem durante o verão, mas enfrenta dificuldades durante outras épocas do ano. Eles enfatizam a importância de promover o turismo durante a baixa estação e ressaltam a necessidade de investimentos em marketing, eventos e infraestrutura para atrair visitantes durante todo o ano. Em Goiana, a oferta de produtos associados ao turismo é vista ainda como limitada e há uma tentativa de articulação com a gestão pública do turismo a fim de oferecer opções de entretenimento, pois "[...] a gente tenta o máximo integrar com a prefeitura para que os hóspedes saibam o que tem e o que pode fazer [...] eu sempre peço que me envie a programação cultural da cidade [...]" (ENTREVISTADO S, 2023)[55].

É essencial entender a região turística como um produto em si e identificar produtos

[55] *Trade* turístico de Goiana - Hospedagem

que possam fortalecer o turismo local. Porém, muitas vezes os produtores precisam ser incentivados a enxergar seus produtos como negócios e a se engajar no processo de comercialização. Para isso, existe a importância de apoio institucional, como o SEBRAE, SENAI e as Prefeituras, que podem fornecer suporte e capacitação para aqueles que ainda não tiveram oportunidades de se desenvolverem de forma melhor.

Segundo Morais e Andrade (2008), o Ministério do Turismo identificou desafios ao realizar uma avaliação dos progressos alcançados pelo turismo no Brasil, revelando questões que impactam todas as áreas do país, como a promoção e a comercialização do produto turístico brasileiro.

Por fim, percebe-se a necessidade de uma abordagem mais estratégica na comercialização dos produtos associados ao turismo, identificando desafios como falta de diversidade, sazonalidade e falta de divulgação adequada, ao mesmo tempo que existem oportunidades de crescimento através do desenvolvimento de produtos autênticos e envolvimento do setor público.

5.4.3 PROMOÇÃO E APOIO À COMERCIALIZAÇÃO

As percepções com relação à promoção e ao apoio à comercialização do turismo no litoral norte revelam uma variedade de opiniões sobre a eficácia das estratégias existentes e as necessidades não atendidas. A promoção turística emerge como uma área vital para o desenvolvimento da região, mas também como um desafio complexo a ser abordado. Para Hall (2001), há diversos critérios para a identificação de regiões de destino, e entre esses vários aspectos, é necessário que a região possua a capacidade de planejamento turístico aliada a iniciativas de marketing.

Diversos entrevistados apontam para a importância do marketing como uma ferramenta fundamental para atrair turistas para o litoral norte. Há um destaque para iniciativas recentes por parte do governo de Pernambuco, como a participação em feiras com materiais promocionais, se os municípios tiverem folheteria (anexo V) tem direito de participar, o que é percebido como um passo positivo para aumentar a visibilidade da região. No entanto, há também preocupações sobre a falta de divulgação eficiente, principalmente nas redes sociais. Para fortalecer a divulgação do destino turístico da região, o entrevistado D[56] diz que o marketing nos aeroportos e outdoors através do governo do estado precisa ser mais efetivo, pois há mais ênfase no litoral sul, constatado através de folheteria turística exclusiva

[56] Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Itapissuma | Interlocutor da instância de governança

para o litoral sul, conforme figura 29.

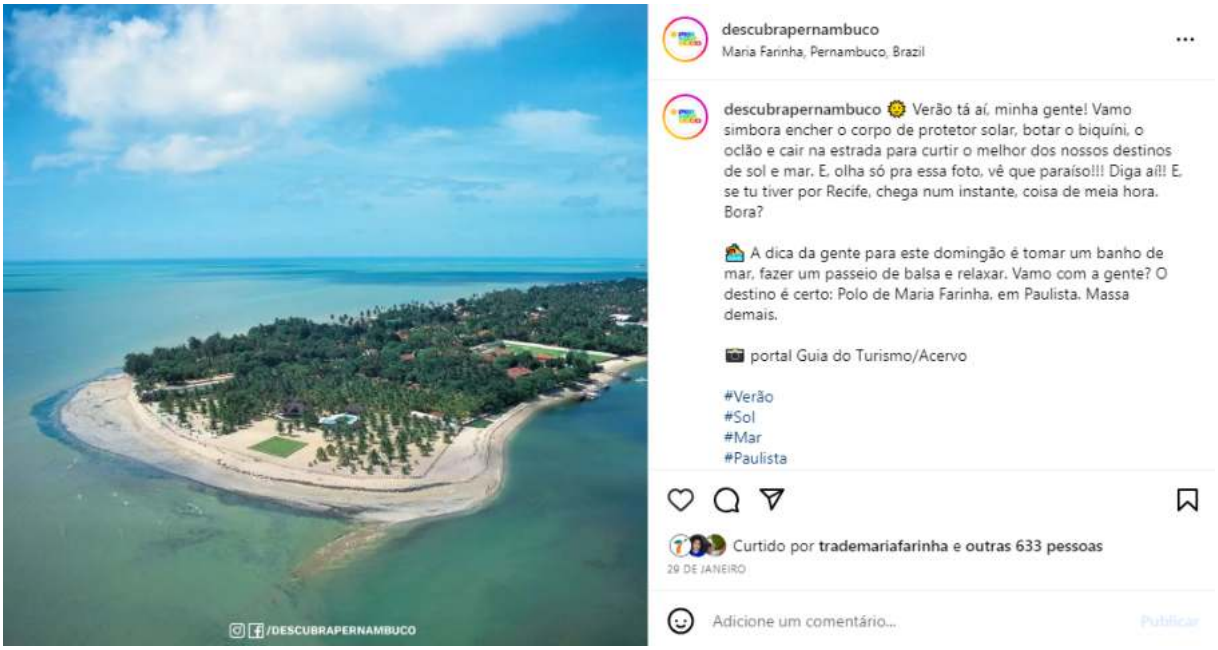
Figura 29 - Folheteria turística do litoral sul

Fonte: EMPETUR/Setur [200-?]

O entrevistado B[57] destaca que a página do governo do estado não é relevante para mostrar o potencial turístico da região, enfatizando que "a gente tem o Descubra Pernambuco que é a página do governo do estado que é muito boa, mas que ao mesmo tempo divulga muito pouco o litoral norte [...]". Ao pesquisar[58] na rede social do Descubra Pernambuco (figura 30), constatamos que a última publicação sobre o litoral norte foi no dia 29 de janeiro de 2023, ou seja, há 7 meses e isso evidencia a pouca divulgação.

Figura 30 - Rede social Descubra Pernambuco

[57] *Trade* turístico de Igarassu - Hospedagem e receptivo | Membro do Conselho de Turismo de Igarassu
[58] Pesquisa realizada na primeira quinzena de agosto de 2023



Fonte: Descubra Pernambuco (2023)

Um desafio notável apontado é a falta de uma estratégia de marketing regional unificada e coordenada. Muitos acreditam que as cidades e entidades envolvidas no turismo não estão atuando em conjunto para promover o litoral norte como um destino turístico coeso. A ausência de uma abordagem integrada é vista como um obstáculo para aproveitar plenamente as potencialidades do turismo na região ratificando os estudos de Feger e Veis (2018), que destacam a falta de cooperação entre os municípios na criação de produtos turísticos, bem como a carência de esforços conjuntos para promover as regiões como um todo, sendo assim umas das dificuldades na concretização das ações essenciais ao progresso do turismo.

Há também, por parte dos entrevistados, uma percepção de que não existem esforços para a divulgação e consequentemente efetiva regionalização do turismo no litoral norte por questões políticas:

> [...] eu não sei se existe alguma coisa política nesse atraso da regionalização também. Porque é aquele negócio. Por que eu vou regionalizar, só que preciso primeiro que Recife fique lotado, sabe? Por que eu vou tirar a pessoa daqui e espalhar se Recife tá sem caixa, se o Recife tá sem hospedagem, entende? [...] Então fica aí uma dúvida, né? Se não tá centralizado ali, tá centralizado em alguns lugares o interesse (ENTREVISTADO S, 2023)[59].

Existe a necessidade de estratégias mais consistentes e profissionais para maximizar o alcance das campanhas de marketing. A participação em feiras e eventos pode ter contribuído

[59] *Trade* turístico de Goiana - Hospedagem

para aumentar a visibilidade do destino, porém as cidades poderiam se promover melhor em eventos que participam e aproveitar ações de produtores de conteúdo para aumentar a visibilidade do destino. É o que destaca o entrevistado J[60]:

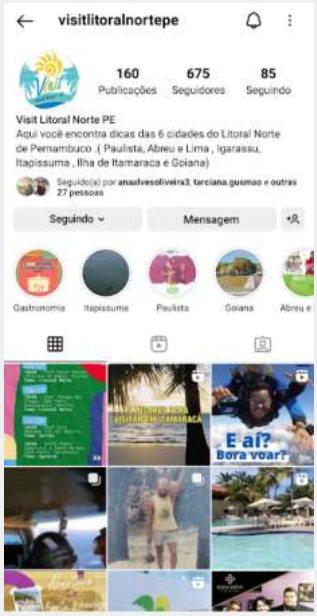
> [...] as oportunidades de se vender que eles já participam, mas eu acho que eles não se vendem, não percebem como uma oportunidade, são essas Fenearte, Fenahall [...] eles vendem o artesanato, mas não vende o município. Eles vendem o artesanato, o artesão. Mas tinha como vender esse artesão casado com o município. Porque muitas vezes quem faz a interlocução do artesão com as feiras é a Secretaria ou de Turismo ou de Cultura. E teria como eles aproveitarem esse estande e vender mais o município. [...] isso aí é uma forma bacana e tem um fluxo grande, é um fluxo de pessoas que visitariam até pela proximidade, né? Quem vai consumir o destino seria o pessoal daqui mais próximo [...] se vender para a galera aqui de Caruaru no interior, para o pessoal aqui em Recife. [...] tem como atrair essa pessoa de Recife para passar lá o final de semana, sabadão todinho curtindo, passeando e tal porque acho que eles não se vendem, aí quem consegue se vender de fato são os atrativos privados [...] (ENTREVISTADO J, 2023).

Todavia, existe um reconhecimento por parte da EMPETUR de que os esforços de divulgação e marketing, apesar dos poucos recursos, têm sido feitos pelos municípios, principalmente nas redes sociais. Desta forma, pode-se constatar através do quadro 14 que os municípios e a região turística têm utilizado as redes sociais na tentativa de promover o turismo em nível local e regional. Uns perfis mais ativos e outros menos, publicações que dão ênfase maior ao turismo e outros que não focam exclusivamente neste aspecto, mas nas ações da secretaria municipal.

Quadro 14 - Redes sociais dos municípios e região turística

Redes sociais dos municípios e região turística	
@visitlitoralnortepe: "Aqui você encontra dicas das 6 cidades do Litoral Norte de Pernambuco (Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma, Ilha de Itamaracá e Goiana)" Publicações periódicas sobre atrativos turísticos, eventos, hospedagem, restaurantes, história, cultura.	**@eitaitapissuma: "**Secretaria de Cultura e Turismo Itapissuma/PE #eitaitapissuma " Publicações semanais sobre atrativos turísticos da cidade, eventos, ações, artesanato.

[60] ETE - Escola Técnica Estadual Jurandir Bezerra Lins (Igarassu) - Curso técnico de Guia de Turismo



@visitigarassu: "Igarassu - PE: uma cidade de experiências inesquecíveis. Venha conhecer as belezas de nosso município! #VisitIgarassu"

Publicações mensais sobre atrativos turísticos da cidade, eventos, cultura. Possui informações de roteiros e rotas.

@visitgoiana: "Página Oficial do Turismo e da Cultura de Goiana. Nos marque e use #VisitGoiana, compartilhe sua experiência conosco! Goiana tá ON"

Publicações periódicas sobre atrativos turísticos da cidade e patrimônio histórico e cultural.

@secretariadeturismopaulista: "Cidade do Paulista/PE. @prefeiturapaulistape Divulgação de eventos culturais, passeios turísticos, campeonatos…"

Publicações semanais predominantemente voltadas para as ações da secretaria. A divulgação turística acontece em segundo plano.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das redes sociais (2023)

Em síntese, as percepções dos entrevistados sobre a promoção e apoio à comercialização do turismo no litoral norte revelam uma necessidade de esforços mais coordenados, profissionais e integrados. Há um consenso sobre a importância do marketing como uma ferramenta poderosa para atrair visitantes e desenvolver a região, e que acontecem divulgações através das redes sociais, feiras e eventos, mas também há um reconhecimento de que os esforços atuais podem ser aprimorados para aproveitar ao máximo o potencial turístico da região.

No quadro 15 estão expostos os principais resultados da dimensão Estruturação de Produtos Turísticos no litoral norte de Pernambuco:

Quadro 15 - Principais resultados: Estruturação de Produtos Turísticos no litoral norte de Pernambuco

Estruturação de Produtos Turísticos no litoral norte de Pernambuco
Pontos fortes
Esforços da iniciativa privada em criar produtos turísticos autênticos.
A atividade da pesca de mariscos evoluiu para algo mais rentável e diversificado com o desenvolvimento do turismo na região.
O litoral norte como uma opção mais exótica e menos explorada
Iniciativas recentes por parte do governo de Pernambuco dando oportunidade para a participação em feiras de turismo.
Reconhecimento por parte da EMPETUR de que os esforços de divulgação e marketing têm sido feitos pelos municípios
Pontos fracos

A falta de capacitação, organização e fiscalização comprometem a qualidade dos roteiros turísticos estruturados.
Interrupção de muitas iniciativas devido à pandemia e à falta de suporte operacional.
A falta de comprometimento dos envolvidos nos grupos de trabalho para estruturar rotas integradas.
Insuficiência em operacionalizar o conceito de segmentação.
Falta de pessoas qualificadas para ajudar na promoção e divulgação de produtos turísticos.
A atuação de operadoras de viagens é vista como restrita.
A falta de diversidade de produtos e souvenirs turísticos.
A ausência de estrutura para receber os turistas, como a circulação de vendas de artesanato (feirinhas) e espaços de convivência.
A falta de guias e condutores.
Desconexão entre o curso de Guia de Turismo e a gestão pública.
Sazonalidade da região - O comércio turístico funciona bem durante o verão, mas enfrenta dificuldades durante outras épocas do ano.
Os produtores precisam ser incentivados a enxergar seus produtos como negócios e a se engajar no processo de comercialização.
A ausência de divulgação turística por parte do governo do estado.
A falta de uma estratégia de marketing regional unificada e coordenada.
A necessidade de uma abordagem mais profissional e estratégica de marketing nos eventos e feiras que os municípios participam.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Com base nos pontos fracos mencionados acerca da Estruturação de Produtos Turísticos no litoral norte de Pernambuco, aqui estão algumas propostas de melhorias práticas:

Capacitação e Qualificação:

- Desenvolver programas de capacitação contínua para profissionais do turismo, incluindo guias, operadores, e pessoal de hospedagem. Isso pode ser feito em parceria com instituições de ensino.

Cooperação e Integração:

- Facilitar a cooperação entre municípios para estruturar rotas integradas, envolvendo ativamente partes interessadas, incluindo a iniciativa privada, na elaboração dessas rotas.
- Promover ações de integração entre os municípios, como festivais ou eventos conjuntos para estimular o turismo intermunicipal.

Segmentação Turística:

- Investir em pesquisa de mercado para identificar segmentos turísticos específicos que podem ser atendidos na região..

Parcerias com Operadoras de Viagens:

- Estabelecer parcerias com operadoras de viagens regionais e nacionais para promover pacotes turísticos na região.

Diversificação de Produtos e Souvenirs:

- Incentivar a diversificação de produtos e souvenirs turísticos, promovendo a criação de artesanato e produtos locais únicos que possam atrair visitantes.

Infraestrutura:

- Investir na melhoria da infraestrutura básica, como estradas, transporte e sinalização para facilitar o acesso a atrações turísticas.

Formação de Guias e Condutores:

- Fortalecer a conexão entre os cursos de Guia de Turismo e a gestão pública, garantindo que a formação atenda às necessidades locais e seja alinhada com a realidade turística.

Empreendedorismo e Incentivos:

- Promover programas de incentivo ao empreendedorismo no setor de turismo, incentivando produtores locais a verem seus produtos como negócios viáveis.

Divulgação Turística:

- Estabelecer uma estratégia de divulgação turística robusta, em colaboração com o governo estadual, atraindo mais visibilidade para a região.

Marketing Regional Coordenado:

- Implementar uma estratégia de marketing regional unificada e coordenada que promova todos os municípios como um destino turístico único.

Essas melhorias propostas abordam diretamente os pontos fracos identificados e têm o potencial de impulsionar o desenvolvimento do turismo no litoral norte de Pernambuco, tornando a região mais competitiva e atraente para visitantes durante todo o ano.

Diante do exposto, com base na Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo realizada pelo Ministério do Turismo (2011), na qual esta dissertação teve como base a Matriz de Avaliação presente no documento, pode-se constatar que tanto os resultados desta dissertação quanto o documento do MTur (2011) destacam a necessidade de envolver a iniciativa privada na criação de produtos turísticos. A avaliação do PRT em 2011 mostra que a partir da percepção que os roteiros institucionais não estavam sendo comercializados pelas operadoras, buscou-se envolver a iniciativa privada na construção deles.

Os resultados desta dissertação mostram diversos fatores que comprometem a qualidade dos roteiros turísticos estruturados, como a falta de capacitação, organização e fiscalização, e o resultado da avaliação do MTur (2011) aborda que seria necessário avançar bastante no que corresponde à estruturação dos roteiros em conexão com o mercado.

Para o Ministério do Turismo (2011), a partir da avaliação dos respondentes aos questionários de avaliação, constata-se que a maioria (56,1%) considera que está sendo atribuída a importância necessária ao marketing como ferramenta de roteirização turística. Já nos resultados deste estudo destaca-se a falta de uma estratégia de marketing regional unificada e coordenada.

Portanto, tais resultados refletem a evolução das questões e das preocupações ao longo do tempo, ressaltando a importância de abordar os desafios no decorrer do tempo para promover o desenvolvimento do turismo nas regiões.

5.5 GESTÃO COMPARTILHADA DO TURISMO NO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO

A gestão compartilhada do turismo no litoral norte de Pernambuco foi analisada tomando por base três critérios: 1) Descentralização da gestão do turismo, 2) Articulação de atores sociais e formação de redes e parcerias, e 3) Gestão compartilhada da construção e da implementação da visão de futuro do turismo regional.

5.5.1 DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO DO TURISMO

A gestão compartilhada do turismo, como parte do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), é um tema que suscita uma variedade de percepções entre os entrevistados, refletindo tanto os avanços quanto os desafios enfrentados na implementação eficaz do Programa. A descentralização da gestão do turismo, que envolve a colaboração entre o estado, as regiões e os municípios, é vista como uma estratégia para promover o desenvolvimento sustentável do turismo em todo o litoral norte, ao mesmo tempo em que atende às necessidades específicas de cada localidade.

O entrevistado A[61] reconhece que há uma reconhecida importância na continuidade da gestão do Programa por parte do estado de Pernambuco. Conforme abordam Fonseca e Rodrigues (2016) em seus estudos, existem fatores que podem contribuir para a eficácia de um programa, sendo um deles quando o processo de implementação é contínuo e há continuidade do gestor do programa.

A presença de um quadro efetivo na gestão é vista como crucial para garantir a continuidade das políticas e a realização dos objetivos propostos pelo PRT. A atuação da EMPETUR ganhou destaque (anexo W) em um momento crucial do Programa em 2023, a atualização do Mapa, sendo reconhecidos pelo Ministério do Turismo pela agilidade na inserção dos municípios e regiões turísticas.

No entanto, também surge uma preocupação sobre a representação futura do Programa nos municípios, evidenciando a necessidade de uma gestão compartilhada entre os setores público e privado. Essa parceria é percebida como um mecanismo para assegurar a estabilidade e a transição adequada da gestão ao longo do tempo.

> Sobre o município tem esse pormenor, por enquanto, de 2017 até agora estamos por aqui. Mas quando chegar outro momento, quem vai representar? É por isso que a gente faz o máximo possível do privado estar a frente paritariamente, é meio a meio. E a nível regional, a região por si só se conversa. A gente tem essa roda de diálogo. Você conversa. Troca figurinha (ENTREVISTADO A, 2023).

Porém, a colaboração entre as cidades na região, que é uma parte integral do PRT, é vista como um desafio na percepção de alguns sujeitos da pesquisa. A falta de articulação eficiente entre as cidades é destacada como uma barreira para a implementação coordenada das diretrizes do Programa. A falta de um líder forte e engajado para impulsionar as ações e

[61] Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico de Igarassu | Interlocutor da instância de governança

promover a colaboração entre as cidades é vista como um impedimento para o progresso do Programa. A articulação entre as cidades é vista como fraca, e, muitas vezes, a participação no PRT se dá apenas para constar no Mapa do Turismo, sem um real engajamento.

Além disso, a percepção de que o apoio ao Programa é insuficiente é compartilhada por alguns entrevistados. A falta de atenção das autoridades estaduais, regionais e municipais ao PRT é mencionada como um obstáculo para o sucesso do Programa. Algumas instâncias, como os conselhos relacionados ao Programa, podem não estar funcionando como deveriam, o que compromete a eficácia da gestão compartilhada. A falta de apropriação e conhecimento técnico sobre o Programa também é um fator que pode afetar a sua continuidade e sucesso.

As mudanças na gestão política também podem afetar a percepção e a continuidade do PRT. A transição entre diferentes administrações pode levar a uma reavaliação das prioridades, bem como à falta de entendimento sobre a importância do turismo e a adoção das diretrizes do Programa. O estado de Pernambuco está no início de uma nova gestão, e a questão do PRT está sendo discutida na Secretaria de Turismo de Pernambuco, embora enfrente desafios, como a falta de efetivos e a mudança de gestão.

Em resumo, as percepções dos entrevistados sobre a gestão compartilhada do turismo no contexto do Programa de Regionalização do Turismo refletem a complexidade do desafio. Enquanto há reconhecimento da importância da colaboração entre os setores público e privado, bem como entre as diferentes esferas de governo, também são apontados desafios em relação à efetividade, engajamento e continuidade das ações. A descentralização da gestão do turismo requer não apenas esforços conjuntos, mas também uma compreensão profunda das necessidades e realidades de cada localidade para garantir um desenvolvimento turístico sustentável e bem-sucedido.

5.5.2 ARTICULAÇÃO DE ATORES SOCIAIS E FORMAÇÃO DE REDES E PARCERIAS

A articulação de atores sociais e a formação de redes e parcerias são elementos fundamentais para o desenvolvimento do turismo na região do litoral norte. Essa colaboração entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil tem a capacidade de impulsionar o crescimento sustentável do setor, ao mesmo tempo em que garante um alinhamento de interesses e uma abordagem integrada para a promoção dos atrativos da região.

Conforme Nóbrega e Figueiredo (2012), a ação de reunir municípios que estejam geograficamente próximos e apresentem semelhanças não se limita apenas à regionalização,

mas também envolve a criação de um cenário democrático, cooperativo e participativo entre as esferas governamentais e privadas, organizações da sociedade civil e a população. Isso visa promover a integração e a colaboração entre diferentes setores, com esforços conjuntos para fortalecer a atuação de todos os agentes, sejam eles diretamente ou indiretamente ligados à atividade turística de uma determinada região.

Assim sendo, o entrevistado H[62] acredita que o Programa de Regionalização do Turismo é uma excelente política pública que promove o desenvolvimento do turismo na região do litoral norte. Ele destaca que o Programa tem sido mais efetivo desde sua reformulação em 2011 e 2012, com uma estrutura mais profissional e menos influência política. O Programa cria a possibilidade de crescimento conjunto entre o setor público e privado, permitindo que ambos trabalhem juntos, discutam prioridades e identifiquem ajustes necessários para o crescimento da região. Na visão do entrevistado, a adesão do setor privado e da sociedade civil tem sido importante para o sucesso do Programa na Costa Náutica Coroa do Avião, tornando-a uma das regiões mais organizadas e ativas em Pernambuco.

O entrevistado A[63] também aponta para avanços positivos, destacando que, nos últimos anos, mais especificamente de 2017 até a atualidade, houve um aumento no diálogo e na cooperação entre o setor público e o privado. Essa parceria tem se traduzido em uma estrutura mais robusta para o desenvolvimento do turismo e demonstra a sinergia entre essas partes. O entrevistado enfatiza que já houve momentos em que precisaram ir a eventos de promoção turística, mas não tinham como custear as despesas. Então, foi concedido auxílio pelo setor privado e o objetivo de divulgar o destino foi alcançado. Nos dias atuais, se o setor público procurar o setor privado, há uma confiança melhor, mas antigamente era desafiador conseguir essa colaboração.

A relevância de uma relação próxima e colaborativa entre os atores também é evidenciada. O engajamento da sociedade civil, representada principalmente pelo *trade* turístico, é visto como um aspecto crucial para impulsionar o desenvolvimento, embora também seja reconhecida a necessidade de uma maior presença real e contínua. Isto é o que enfatiza o entrevistado P[64] "eu acho que a sociedade civil precisa tomar mais o seu local, o seu lugar ali [...] falta a presença da sociedade civil no Programa em si, a presença real, não uma presença só para dizer que tá ali ou por um ego pessoal".

A importância de consolidar as instâncias de gestão e garantir uma voz ativa para o

---

[62] Empresa de Turismo de Pernambuco - EMPETUR
[63] Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico de Igarassu | Interlocutor da instância de governança
[64] Secretaria Municipal de Turismo da Ilha de Itamaracá (antiga gestão) | Interlocutor da instância de governança

desenvolvimento regional é enfatizada pelo entrevistado C[65] "[...] o bom do privado é que o privado não muda, né? Gestão muda. [...] o que precisa mesmo é consolidar a instância para que ela passe não apenas a ser voz mas ter atuação, né, no desenvolvimento da infraestrutura da nossa região. Eu acho que é isso que falta". A visão empresarial e a capacidade de planejamento da instância de governança regional são destacadas como fatores que podem impulsionar o crescimento da região.

O trabalho em conjunto poderia ser mais efetivo se houvesse uma melhor integração entre os atores envolvidos. É o que sublinha o entrevistado J[66] acerca das percepções dos estudantes do curso de guia:

> [...] aí vou recorrer a algumas falas que tem lá dos meninos do curso de guia: 'a gente só conversa com a gestão' e aí eu não estou dizendo que é Igarassu, Itapissuma, Itamaracá, Goiana, Paulista [...] 'a gente só conversa com a gestão pública para gente ter que assinar a ata da reunião do conselho, fora isso não tem encontro, não tem uma newsletter do que está sendo feito' e aí se distancia né, um técnico se distancia demais (ENTREVISTADO J, 2023).

No que diz respeito à participação do *trade* turístico na instância de governança, existem representantes do *trade* turístico que são postos como interlocutores, porém desconhecem a finalidade. O entrevistado S[67] menciona que foi chamado pela primeira vez para uma reunião da instância de governança regional após sete meses que está atuando no setor privado da região. Afirma que desconhecia o propósito e que recebeu o convite sem maiores detalhes da finalidade da reunião. Vemos aqui a necessidade de um maior esclarecimento por parte da gestão pública, quando convida uma pessoa para ser interlocutor, sobre os procedimentos do Programa.

Em suma, a percepção sobre a articulação de atores sociais e a formação de redes e parcerias para o desenvolvimento do turismo no litoral norte é complexa e multifacetada. Enquanto há avanços notáveis na colaboração entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil, também existem desafios a serem superados, como a falta de engajamento, a ausência de líderes unificadores e a necessidade de uma abordagem mais regional. O sucesso da gestão compartilhada depende de um equilíbrio delicado entre esses atores e de uma estratégia coordenada que promova a participação ativa de todos os envolvidos.

5.5.3 GESTÃO COMPARTILHADA DA CONSTRUÇÃO E DA IMPLEMENTAÇÃO

---

[65] *Trade* turístico de Igarassu - Restaurante | Interlocutor da instância de governança
[66] ETE - Escola Técnica Estadual Jurandir Bezerra Lins (Igarassu) - Curso técnico de Guia de Turismo
[67] *Trade* turístico de Goiana - Hospedagem

DA VISÃO DE FUTURO DO TURISMO REGIONAL

A regionalização do turismo tem como objetivo central a descentralização das ações, a valorização dos lugares e territórios, bem como o fortalecimento da dimensão local através da participação ativa da comunidade. Isso é alcançado por meio da representação diversificada de atores da sociedade em instâncias de governança. Essa abordagem visa a aproximar os interesses de grupos sociais distintos, agilizar processos decisórios e garantir o direcionamento eficaz de recursos para o desenvolvimento do turismo regional (NÓBREGA; FIGUEIREDO, 2012).

Inicialmente, é importante expor como se deu o início da reestruturação da instância de governança regional no litoral norte. Há 6 anos, no ano de 2017 (figura 31), a EMPETUR convocou os atores públicos e privados e a sociedade civil para uma reunião na sede da EMPETUR com a finalidade de sensibilizá-los e mobilizá-los sobre o PRT e a instituição da instância de governança. Neste ano de 2017, o Mapa do Turismo foi atualizado no dia 14 de setembro (anexo X) e contou com Abreu e Lima, Itapissuma, Ilha de Itamaracá, Igarassu, Goiana e Paulista. Assim, vê-se a importância do papel do estado na sensibilização dos municípios.

Figura 31 - Reunião da IGR Costa Náutica Coroa do Avião na EMPETUR

Fonte: Facebook (2023)

Após esse período, o primeiro registro de reunião da instância que tivemos acesso data

de 09/10/2018, ou seja, transcorridos cerca de 1 ano e 5 meses. A pauta da reunião, ocorrida no CAT - Centro de Atendimento ao Turista de Igarassu, englobou desde o que é Governança e sua importância até o Planejamento Estratégico do Turismo de cada município. Representantes da EMPETUR explanaram temas como orientações sobre a reativação da Instância de Governança Regional, definição de interlocutores municipais e a construção do regimento interno. Ocorrem aproximadamente 2 reuniões anuais da instância de governança, de acordo com os registros[68] acessados. É possível também acompanhar suas ações através de seu perfil na rede social (anexo Z) com publicações semanais.

O papel da instância de governança regional na criação e execução de um plano estratégico e na integração dos municípios é considerado crucial para o desenvolvimento do turismo na região do litoral norte. A percepção dos sujeitos da pesquisa sobre a gestão compartilhada na construção e implementação da visão de futuro do turismo regional por parte da instância de governança revela uma mistura de otimismo, desconfiança e críticas sobre sua eficácia e impacto.

Existe uma consideração que a instância de governança regional é interessante para a troca de experiências entre os municípios, mas que a continuidade e a implementação efetiva do Programa podem ser melhoradas. O entrevistado R[69] sugere a criação de grupos de trabalho para trabalhar em conjunto na resolução dos problemas, ponderando que a instância "[...] está funcionando, mas acho que poderia melhorar. Ela poderia começar a fazer e trabalhar nos roteiros. E nossos problemas tudo em conjunto, criar grupo de trabalho dentro da instância." Porém, como já abordado anteriormente, foi criado grupo de trabalhos, mas poucos municípios desempenharam o seu papel. Assim, neste aspecto, Bantim e Fratucci (2016) entendem também que a colaboração entre os municípios pode contribuir para a solução de problemas em comum.

Constata-se a existência de uma parcela de ceticismo presente em várias opiniões. O entrevistado B[70], por exemplo, destaca a falta de transparência e informação sobre as ações em andamento na região. Ele argumenta que muitas decisões são tomadas sem envolver a população local, o que fragiliza a confiança na capacidade da instância de governança regional de implementar um plano efetivo.

A visão negativa sobre a capacidade da instância de governança regional de

---

[68] Anexos N, O, Y

[69] Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Juventude de Paulista | Interlocutor da instância de governança

[70] *Trade* turístico de Igarassu - Hospedagem e receptivo | Membro do Conselho de Turismo de Igarassu

implementar o plano estratégico é expressa pelo entrevistado D[71]. Ele critica a falta de concretização e efetividade, argumentando que a instância não sai do papel e que suas reuniões são mais formais do que práticas. A ausência de CNPJ próprio e a repetição de gestores são mencionadas como limitações.

Por outro lado, o entrevistado I[72] ressalta a importância do Plano Regional de Turismo como um direcionamento essencial para o futuro. No entanto, ele observa a falta de ação efetiva por parte do poder público e sugere a criação de mecanismos para garantir a implementação das propostas.

A falta de integração entre os municípios e a liderança inadequada também são apontadas como barreiras. O entrevistado J[73] menciona que a instância de governança regional deveria ser o principal motor do processo, mas a falta de coordenação efetiva e escolhas inadequadas de gestores prejudicam a implementação do plano estratégico. Ele destaca a importância de uma liderança ativa e da colaboração entre os municípios para que as ações se concretizem e afirma que "a instância deveria ter, ou deveria ser o principal elemento de produção do processo, né? [...] Eu acho que não acontece esse plano [...] E aí eu jogo um pouquinho da culpa é do estado. Que devia cobrar" (ENTREVISTADO J, 2023).

O entrevistado O[74] compartilha uma perspectiva prática, enfatizando a necessidade de ação efetiva. Ele sugere a criação de grupos de trabalho por município para desenvolver projetos específicos, alinhados ao plano estratégico. Para ele, é crucial que as reuniões da instância se transformem em ações concretas e projetos desenvolvidos.

Isso posto, a percepção sobre a gestão compartilhada da construção e implementação da visão de futuro do turismo regional é variada e complexa. Enquanto alguns reconhecem os esforços e veem potencial, outros criticam a falta de ação efetiva, transparência e coordenação. A capacidade da instância de governança regional de implementar um plano estratégico eficaz depende não apenas de uma visão clara, mas também de liderança forte, cooperação entre os municípios e ações concretas para transformar a visão em realidade.

No quadro 16 estão expostos os principais resultados da dimensão Gestão Compartilhada do Turismo no litoral norte de Pernambuco:

Quadro 16 - Principais resultados: Gestão Compartilhada do Turismo no litoral norte de Pernambuco

Gestão Compartilhada do Turismo no litoral norte de Pernambuco
Pontos fortes
Continuidade da gestão do Programa por parte do Estado.

[71] Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Itapissuma | Interlocutor da instância de governança
[72] Secretaria de Turismo e Lazer de Pernambuco - Setur | Interlocutor da instância de governança
[73] ETE - Escola Técnica Estadual Jurandir Bezerra Lins (Igarassu) - Curso técnico de Guia de Turismo
[74] Secretaria Municipal de Patrimônio, Cultura e Turismo de Olinda

Para o governo do estado, a adesão do setor privado e da sociedade civil tem sido importante para o sucesso do Programa na região, tornando-a uma das regiões mais organizadas e ativas em Pernambuco.
Aumento no diálogo e na cooperação entre o setor público e o privado.
A instância de governança regional é interessante para a troca de experiências entre os municípios.
A existência de reuniões periódicas da instância de governança regional é notada.
Pontos fracos
A falta de articulação eficiente entre as cidades é destacada como uma barreira para a implementação coordenada das diretrizes do Programa.
A participação no PRT, muitas vezes, se dá apenas para constar no Mapa do Turismo, sem um real engajamento.
Algumas instâncias, como os conselhos relacionados ao Programa, podem não estar funcionando como deveriam.
A falta de apropriação e conhecimento técnico sobre o Programa.
A ausência de uma presença real e contínua da sociedade civil no PRT é destacada, enfatizando a necessidade de um envolvimento mais ativo e genuíno.
O trabalho em conjunto poderia ser mais efetivo se houvesse uma melhor integração entre os atores envolvidos.
A necessidade de um maior esclarecimento por parte da gestão pública, quando convida uma pessoa para ser interlocutor, sobre os procedimentos do Programa.
A falta de transparência e informação sobre as ações em andamento na região.
Visão negativa sobre a capacidade da instância de governança regional de implementar o plano estratégico.
A falta de concretização e efetividade da IGR, com reuniões mais formais do que práticas.
A necessidade de formalizar a IGR criando o CNPJ.
A repetição de gestores na IGR.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Baseado nos pontos fracos, seguem algumas propostas de melhorias para a Gestão Compartilhada do Turismo no litoral norte de Pernambuco:

Articulação Interinstitucional Eficiente:

- Estabelecer um mecanismo de coordenação regional que promova a comunicação eficaz entre as cidades envolvidas, criando grupos de trabalho específicos para questões transversais do turismo, como infraestrutura, marketing e qualificação.

Engajamento Genuíno no PRT:

- Incentivar uma participação mais ativa e comprometida das cidades no Programa de Regionalização do Turismo, estabelecendo metas claras e recompensas para o cumprimento de objetivos específicos.

Capacitação e Conscientização:

- Oferecer programas de capacitação regulares para gestores públicos, representantes da sociedade civil e membros das instâncias de governança para aprofundar seu entendimento sobre o Programa e suas diretrizes.

Envolvimento Ativo da Sociedade Civil:

- Estimular a participação efetiva da sociedade civil no PRT por meio de fóruns de consulta pública, reuniões regulares e colaborações em projetos específicos.

Esclarecimento de Procedimentos:

- Desenvolver um guia claro e acessível que explique os procedimentos do Programa e os papéis dos envolvidos, para evitar mal-entendidos e garantir uma participação mais efetiva.

Formalização da IGR:

- Formalizar a IGR, estabelecendo um CNPJ para garantir sua independência e autonomia na busca de recursos e parcerias.

Essas melhorias podem contribuir para uma gestão mais eficaz e colaborativa do turismo na região do litoral norte de Pernambuco, aproveitando seu potencial turístico de maneira mais completa.

Diante do exposto, e com base na Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo realizada pelo Ministério do Turismo (2011), na qual esta dissertação teve como base a Matriz de Avaliação presente no documento, pode-se constatar que houve descentralização na implementação do Programa de Regionalização do Turismo na avaliação do MTur (2011), porém de maneira heterogênea, envolvendo mais o setor público do que o privado, enquanto que os resultados desta dissertação mostram que houve o aumento no diálogo e na cooperação entre o setor público e o privado, bem como a adesão do setor privado e da sociedade civil tem sido importante para o sucesso do Programa na região.

Na avaliação do Ministério do Turismo (2011), a maioria das respostas dos entrevistados sobre o papel das instâncias de governança (não apenas as regionais) no processo de regionalização do turismo demonstrou uma compreensão clara da importância dessas instâncias na descentralização da política do turismo. Nesta dissertação, os resultados mostram também que os entrevistados veem que a instância de governança regional é

interessante para a troca de experiências entre os municípios e que as reuniões são importantes.

Porém, na avaliação do MTur (2011), as análises dos entrevistados destacam a fragilidade das instâncias de governança regional, o que contrasta com seu conceito e propósito, pois eles acreditam que as instâncias ainda precisam progredir consideravelmente para cumprir seu papel de facilitar a cooperação entre os setores público e privado, ganhar autonomia, empoderamento e pró-atividade, e, acima de tudo, para não serem tuteladas pelo setor público. Os resultados desta dissertação mostram que, apesar do tempo percorrido da avaliação pelo MTur para a avaliação realizada por este estudo em 2023, os entrevistados veem lacunas na implementação da IGR, com a falta de concretização e efetividade da instância, e enxergam a necessidade de formalizar a IGR.

Para o Ministério do Turismo (2011), supõe-se que as fraquezas das instâncias de governança regionais, inclusive no que diz respeito ao estabelecimento de parcerias público-privadas, têm um impacto significativo na formulação e execução dos planos estratégicos. Isso ocorre porque esses órgãos desempenham um papel crucial no planejamento das iniciativas regionais, com um enfoque na gestão compartilhada. Os planos devem resultar de diálogos, colaborações e, acima de tudo, de uma visão conjunta do futuro entre os stakeholders da região turística.

Isto posto, constatamos que no litoral norte de Pernambuco ainda não foi implementado o planejamento estratégico por parte da IGR e os entrevistados possuem uma visão negativa sobre a capacidade da instância de governança regional de implementá-lo. Em suma, nas avaliações a importância das instâncias de governança regionais é enfatizada, bem como as suas fragilidades.

5.6 IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO

A análise da implementação da estratégia do PRT no litoral norte de Pernambuco foi feita com base em três critérios: 1) Planejamento, monitoramento e avaliação do programa, 2) Módulos operacionais e 3) Disponibilidade e uso dos recursos financeiros do programa.

5.6.1 PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Segundo Jannuzzi (2005), o monitoramento e avaliação de políticas públicas são

processos intrinsecamente interligados, com o propósito de fornecer ao gestor público *insights* sobre a trajetória e o formato da implementação das políticas através de indicadores de monitoramento, assim como sobre os resultados e impactos almejados utilizando indicadores de avaliação.

A percepção com relação aos procedimentos de planejamento, monitoramento e avaliação do Programa de Regionalização do Turismo revela uma gama de perspectivas, abrangendo desde visões positivas até críticas contundentes. Essas opiniões divergentes destacam os desafios e as áreas de melhoria que podem ser exploradas para otimizar o funcionamento e o impacto do Programa.

Há críticas substanciais em relação à adequação dos procedimentos de planejamento, monitoramento e avaliação às necessidades do Programa. A questão da falta de monitoramento efetivo é ressaltada, com algumas ações sendo realizadas apenas para cumprir formalidades, como as ações que são realizadas apenas para constar no Mapa do Turismo, sem uma avaliação aprofundada de impactos ou acompanhamento contínuo das atividades. Para Rocha (2018a), a falta de monitoramento nas áreas turísticas é claramente percebida, o que constitui um desafio para o desenvolvimento do turismo.

A preocupação com a falta de fiscalização rigorosa é destacada, afirmando que não existe um monitoramento se os conselhos municipais estão de fato funcionando ou só produzindo documentos com a finalidade de utilizá-los nas atualizações do Mapa do Turismo.

Para o entrevistado H, representante da EMPETUR, a rotatividade dos cargos públicos é identificada como um desafio na manutenção da continuidade do Programa, uma vez que cada nova gestão requer uma explicação detalhada sobre o funcionamento do Programa de Regionalização do Turismo. Nesse sentido, a necessidade de fortalecer os conselhos municipais e a instância de governança regional é apontada como uma estratégia para garantir a estabilidade e o planejamento de longo prazo. Tomazin e Beni (2017) enfatizam essa questão em seus estudos, afirmando que a rotatividade dos gestores públicos enfraquece o cenário de oportunidades delineado pelo planejamento estratégico proposto pelo Programa de Regionalização do Turismo.

A falta de conhecimento e formação dos gestores municipais em relação aos Módulos Operacionais do PRT também é apontada como uma falha no planejamento. Acredita-se que é essencial haver maior interesse e engajamento dos municípios para que as ações e o desenvolvimento do turismo sejam mais efetivos.

A ausência dos procedimentos de planejamento, monitoramento e avaliação pode gerar falta de incentivo para que as pessoas cumpram suas responsabilidades. É necessário um

trabalho mais consistente nessa área para embutir nas pessoas a importância do Programa e o engajamento em suas metas. Em razão disso, Dinis e Costa (2014) descrevem em seus estudos que são necessários métodos eficazes e contínuos de monitoramento e avaliação, visto que essa abordagem pode assegurar a implementação de processos de planejamento minuciosos.

O entrevistado P[75] acredita que isso ocorre para que não haja desistência da participação do município no Programa: "[...] o Programa, em termos dessa parte de fiscalização, acho muito falho. [...] eu imagino que seja para, até por saber o que o Programa exige, para evitar que as pessoas desistam. Não há tanta pressão em cima disso."

O Ministério do Turismo vem reformulando o modo de monitoramento do Programa. Agora deverão ser enviados a cada 6 meses as atas da instância de governança e dos conselhos municipais de turismo e não mais anualmente. Essa é uma medida que pode incentivar a realização de atividades e execução de ações efetivas.

Na reunião da instância de governança com a participação do Ministério do Turismo em maio de 2023 (anexo Y), foi informado que a verificação do repasse de recurso para os municípios do Mapa é feita a cada 6 meses, monitorando quanto foi repassado para os empresários dos municípios do Mapa e quantos projetos são apresentados na plataforma portal de investimentos dos municípios do Mapa. Há também um monitoramento da governança procurando saber quantas instâncias existem no país e se estão ativas. Foi explicado que monitorar os municípios individualmente é um pouco difícil porque são mais de dois mil municípios e a equipe que realiza esse trabalho é pequena. Então o que fazem é aplicar um questionário via Google Forms e tentam levantar as IGRs ativas, se ela tem CNPJ, se tem Planejamento Regional, se tem produtos, porque a intenção é utilizar os dados para que o Ministério seja o fomentador desses aspectos mencionados.

Em conclusão, a percepção dos entrevistados sobre os procedimentos de planejamento, monitoramento e avaliação do Programa é diversificada, refletindo uma gama de desafios e oportunidades. Enquanto algumas vozes reconhecem os benefícios dos procedimentos existentes, outras apontam para lacunas significativas que podem ser abordadas para melhorar a eficácia e o impacto do Programa de Regionalização do Turismo. Essa variedade de perspectivas destaca a importância contínua de avaliar e adaptar os procedimentos para melhor atender às necessidades em constante evolução do Programa.

5.6.2 MÓDULOS OPERACIONAIS

[75] Secretaria Municipal de Turismo da Ilha de Itamaracá (antiga gestão) | Interlocutor da instância de governança

A implementação da estratégia do Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco tem sido um processo caracterizado por uma variedade de percepções, com pontos positivos e negativos em relação aos 9 Módulos Operacionais do Programa. Estes Módulos, destinados a orientar a regionalização e desenvolvimento do turismo, provocam diferentes reações, oferecendo um panorama complexo da eficácia do Programa.

Muitos entrevistados desconheciam o que se refere a Módulos Operacionais. Desta forma, foi dito alguns deles para que expressassem as suas opiniões. A IGR e Sistema de Informações Turísticas do Programa por meio do CADASTUR são predominantemente os mais destacados por eles, porém não eram conhecidos como sendo Módulos Operacionais do Programa.

Reconhece-se a capacidade dos Módulos em promover o diálogo e sensibilização conjunta para a roteirização e desenvolvimento da região. No entanto, um ponto negativo refere-se à falta de clareza na categorização dos municípios no Mapa do Turismo. A confusão em relação a essa categorização afeta a obtenção de recursos e apoios. Um exemplo são as feiras da Embratur que oferecem estande se o município está na categoria A. Há um relato por parte do entrevistado A[76] de não entendimento de como é realizada a categorização dos municípios, de que não está muito claro para os municípios como é realizada e que eles precisam dessa compreensão até para alcançar a meta de chegar numa categoria mais elevada como a A ou B. Assim sendo, entendemos que existe uma lacuna que precisa ser preenchida a partir de capacitação por parte do Estado (EMPETUR ou Ministério do Turismo) para os municípios terem clareza do que se trata a categorização e estarem cientes das medidas que precisam ser tomadas para avançar.

Enfatiza-se a importância dos Módulos de Sensibilização e Mobilização para conscientizar sobre o valor do turismo e transformar planos em ação, porém o Módulo de Institucionalização da Instância de Governança é visto como seletivo, já que existe falta de representação e voz do setor privado e terceiro setor. Percebe-se que há falta de espaço para que esses setores sejam ouvidos e participem ativamente das decisões e ações relacionadas ao Programa. Ressalta-se a falta de movimento gestor e divisões internas na IGR, o que afeta a implementação do PRT. Da mesma forma, há críticas à falta de pluralidade e abertura na instância, tornando suas ações centralizadas e restritivas.

A inclusão de todos os municípios é uma preocupação levantada pelo entrevistado G[77],

---

[76] Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Patrimônio Histórico de Igarassu | Interlocutor da instância de governança

[77] *Trade* turístico de Paulista - Restaurante

que considera que o ponto negativo dos Módulos Operacionais do Programa está relacionado à instância de governança, que, segundo ele, está vinculada muito fortemente a um único município em vez de estar centrada na região como um todo. Ele defende uma maior união e tratamento igualitário de todos os municípios envolvidos no Programa. O entrevistado H[78], por sua vez, destaca que a cooperação entre municípios é desafiadora devido a questões políticas e dificuldades de envolver o setor privado.

Por outro lado, o entrevistado I[79] enxerga potencial nos Módulos para fornecer diretrizes, mas destaca a necessidade de maior regulamentação no setor de turismo. O entrevistado J[80] acredita que o Programa tem potencial, mas falta cooperação entre os envolvidos para garantir seu sucesso. Destaca pontos negativos, como a falta de Sensibilização e Mobilização entre os municípios, a precariedade na Elaboração de Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional, a ausência de um Sistema de Informações Turísticas integrado e a pouca Promoção e Apoio à Comercialização de produtos turísticos.

Há um entendimento sobre o potencial no Programa, mas a falta de cooperação entre os atores envolvidos limita o seu sucesso. A ausência de força para fazer gestores municipais aderirem às estratégias propostas sugere que a instância deveria ser uma forma de pressionar os gestores a cooperar pelo bem da região.

Por outro lado, conforme afirma o entrevistado F[81], a associação de turismo a qual faz parte tem buscado incentivar as empresas a se cadastrarem no CADASTUR, e que esse é um ponto positivo do Módulo Operacional Sistema de Informações Turísticas. Afirma que o *trade* turístico do litoral norte está mais unido e buscando o desenvolvimento para a região. Tendo isso em vista, em 2022 lançaram o Plano Estratégico do Turismo para o Litoral Norte de Pernambuco 2022-2031 (figura 32).

Figura 32 - Mapa estratégico

[78] Empresa de Turismo de Pernambuco - EMPETUR
[79] Secretaria de Turismo e Lazer de Pernambuco - Setur | Interlocutor da instância de governança
[80] ETE - Escola Técnica Estadual Jurandir Bezerra Lins (Igarassu) - Curso técnico de Guia de Turismo
[81] ATMF - Associação de Turismo de Maria Farinha

Fonte: Associação de Turismo de Maria Farinha (2022)

Em resumo, a implementação da estratégia do Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco é uma mistura complexa de pontos positivos e negativos. Enquanto alguns entrevistados valorizam a Sensibilização, Mobilização e orientações fornecidas pelos Módulos, outros criticam a falta de inclusão, a centralização das ações e a falta de cooperação entre os atores envolvidos. É evidente que a eficácia do Programa depende não apenas da estruturação dos módulos, mas também da colaboração ativa e do compromisso de todos os participantes.

5.6.3 DISPONIBILIDADE E USO DOS RECURSOS FINANCEIROS DO PROGRAMA

A percepção dos entrevistados em relação à disponibilidade e uso dos recursos financeiros do Programa de Regionalização do Turismo revela observações desde o desconhecimento dos recursos disponíveis, a insuficiência dos recursos até a necessidade de uma alocação mais estratégica e eficaz dos fundos disponíveis.

Muitos entrevistados apontam para a discrepância entre os recursos financeiros disponibilizados pela administração pública e as necessidades reais do Programa. Alguns consideram que, em muitos casos, os recursos não atendem adequadamente às demandas do setor turístico. Isso é particularmente evidente em projetos de melhoria de infraestrutura e em ações que poderiam potencializar o turismo na região. A falta de investimento suficiente

muitas vezes é associada à falta de compreensão por parte dos gestores públicos sobre o papel econômico que o turismo pode desempenhar na região. Existe uma complexidade das questões financeiras envolvidas e a necessidade de uma abordagem mais integrada e colaborativa para maximizar os benefícios do Programa. Posto isso, Matias-Pereira (2014) afirma que sejam quais forem os recursos alocados ao setor público, é imperativo que o Estado os administre de forma apropriada, sem causar danos à sociedade, que é a principal destinatária dos benefícios.

No quadro 17 estão expostos os principais resultados da dimensão Implementação da Estratégia do Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco:

Quadro 17 - Principais resultados: Implementação da Estratégia do Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco

Implementação da Estratégia do Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco
Pontos fortes
A reformulação do MTur no modo de monitoramento do Programa, incluindo a obrigatoriedade do envio de atas da instância de governança e dos conselhos municipais a cada 6 meses, em vez de anualmente.
Por parte do Mtur, o levantamento de IGRs ativas, se possui CNPJ, se tem Planejamento Regional e produtos. A intenção é traçar metas de fomento a partir dos resultados.
Acompanhamento semestral pelo MTur dos recursos repassados para os municípios, empresários e projetos apresentados na plataforma.
Potencial nos módulos para fornecer diretrizes.
Incentivo para as empresas se cadastrarem no CADASTUR.
Trade turístico do litoral norte mais unido e buscando o desenvolvimento para a região.
Pontos fracos
A falta de monitoramento efetivo, com algumas ações sendo realizadas apenas para cumprir formalidades.
Ausência de fiscalização rigorosa nos conselhos de turismo municipais, se estão de fato funcionando.
A rotatividade dos cargos públicos é identificada como um desafio na manutenção da continuidade do programa.
A falta de conhecimento e formação dos gestores municipais em relação aos Módulos Operacionais.
A dificuldade do setor do MTur, que é responsável pelo PRT, em monitorar os municípios individualmente devido a equipe que realiza esse trabalho ser pequena.
Desconhecimento a respeito dos módulos operacionais.
Falta de clareza sobre a categorização dos municípios no Mapa do Turismo.
O módulo "institucionalização da instância de governança" é visto como seletivo, existe falta de representação e voz do setor privado e terceiro setor.
Falta de pluralidade e abertura na instância, tornando suas ações centralizadas e restritivas. Está vinculada muito fortemente a um único município em vez de estar centrada na região como um todo.
Precariedade na elaboração de planos.
Desconhecimento dos recursos disponíveis.
Falta de compreensão por parte dos gestores públicos sobre o papel econômico do turismo.
Desconhecimento dos recursos disponíveis / insuficiência dos recursos.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Assim sendo, seguem algumas propostas de melhorias práticas para a Implementação da Estratégia do Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco:

Aprimoramento do Monitoramento e Fiscalização:

- Estabelecer um sistema de monitoramento eficaz, no qual as ações não sejam realizadas apenas para cumprir formalidades, mas sim para gerar resultados tangíveis.

Capacitação:

- Desenvolver capacitação contínua para gestores municipais e o *trade* turístico, garantindo que eles estejam atualizados e bem informados sobre os Módulos Operacionais, distribuindo os materiais.

Clareza e Participação no Mapa do Turismo:

- Melhorar a comunicação sobre a categorização dos municípios no Mapa do Turismo, de forma a garantir que todos compreendam seu status e requisitos.

Regionalização Efetiva:

- Promover uma abordagem mais plural e aberta nas ações da instância de governança regional, garantindo que suas atividades sejam centradas na região como um todo, em vez de focar exclusivamente em um único município.
- Fortalecer a representação do setor privado e do terceiro setor na instância de governança, promovendo a colaboração e a diversidade de perspectivas.

Aprimoramento de Planos e Recursos:

- Apoiar os municípios na elaboração de planos estratégicos mais sólidos e bem estruturados.
- Fornecer informações claras sobre os recursos disponíveis para os municípios e como acessá-los.

Essas melhorias podem ajudar a superar os desafios identificados e fortalecer o Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco.

Ante o exposto, e com base na Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo realizada pelo Ministério do Turismo (2011), na qual esta dissertação teve como base a Matriz de Avaliação existente no documento, pode-se perceber que na avaliação do MTur (2011) sobre as adesões ou resistências, tanto por parte dos poderes municipais e estaduais e dos empresários do *trade* ao Programa, é possível verificar que houve mais adesões do que resistências ao PRT e que as resistências iniciais foram mais acentuadas, principalmente devido à interpretação de alguns de que o Programa de Regionalização representava uma descontinuidade do PNMT. Parte da adesão deve-se também à expectativa de receber recursos pelo Programa. Nos resultados desta dissertação, é possível observar que o *trade* turístico do litoral norte adere mais ao Programa e está mais unido. Houve também mais adesão dos municípios, principalmente por verem que participar do Programa é uma maneira de estar apto para receber recursos financeiros.

Tanto a avaliação do Ministério do Turismo (2011) quanto os resultados desta dissertação mostram que, na percepção dos entrevistados, o monitoramento e a avaliação representam áreas de preocupação essenciais dentro do Programa de Regionalização, uma preocupação que se torna mais evidente devido à falta de dados secundários relacionados aos indicadores de avaliação.

Os principais pontos positivos dos Módulos Operacionais destacados pelos Interlocutores Estaduais em MTur (2011), é que o material contém linguagem simples, facilitando o entendimento; e que a maior parte do material é de qualidade do material e grande utilidade no processo de implementação do Programa de Regionalização. Já os principais pontos negativos destacados foram: problemas na distribuição dos módulos dos materiais (impressos); processo de inventariação; ausência de estudos de demanda e falta de critérios para avaliação e monitoramento, entre outros.

Já os resultados desta dissertação mostram que existe falta de conhecimento e formação, tanto por parte do setor público quanto pelo setor privado, em relação aos Módulos Operacionais. Observa-se que muitos entrevistados não tiveram acesso a esses documentos, nem no modo físico nem no virtual, e os que tiveram já não lembram muito bem do conteúdo do material. Por não terem muito conhecimento, a maioria dos entrevistados destacaram o módulo que é mais visível para eles, que é o da institucionalização da instância de governança e realizaram uma avaliação da IGR em si e não do conteúdo do material, diferente dos resultados do MTur (2011).

Em relação aos recursos financeiros disponibilizados, ambas avaliações mostram que tais recursos não atendem às necessidades do Programa. Desta forma, vê-se que mesmo com o passar do tempo, muitas percepções sobre o Programa são convergentes e quando se trata de questões que são negativas, urge a necessidade de maior engajamento por parte dos entes responsáveis para a melhoria do Programa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação parte de um problema concreto, o declínio do turismo no litoral norte de Pernambuco, e da constatação de uma lacuna teórica na literatura acerca da política pública de regionalização do turismo. O exame detalhado das percepções em relação ao desenvolvimento do turismo no litoral norte de Pernambuco, mediado pelo Programa de Regionalização do Turismo (PRT), oferece uma visão complexa e variada da situação atual e das perspectivas futuras para a região.

A avaliação do Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco emerge como um quadro complexo e multifacetado, onde uma variedade de perspectivas converge para mostrar um retrato da implementação, desafios e oportunidades que caracterizam esse ambicioso empreendimento. As considerações finais colhidas a partir das análises dos diversos aspectos do Programa revelam um panorama que reflete tanto os avanços quanto às áreas que requerem maior atenção e aprimoramento.

Devido às exigências e propósito do PRT, ele é visto como uma iniciativa importante para orientar e promover o desenvolvimento do turismo na região porque oferece um norte para os municípios e auxilia na estruturação e organização das políticas turísticas locais. Porém, existem diversos fatores que precisam de melhorias. Desta forma, destaca-se a complexidade da comercialização de produtos associados ao turismo na região. Enquanto existem oportunidades significativas para impulsionar o desenvolvimento econômico por meio dessa dimensão, é necessário enfrentar diversos desafios, incluindo a falta de diversidade, capacitação insuficiente e falta de apoio governamental. Uma abordagem estratégica que valorize a autenticidade, promova a colaboração entre as partes interessadas e aborde os obstáculos identificados é essencial para o sucesso sustentável dessa dimensão do turismo na região do litoral norte.

Existe a necessidade de uma abordagem mais coordenada e profissional para a promoção e apoio à comercialização do turismo no litoral norte. Enquanto os esforços atuais são reconhecidos, há espaço para melhorias significativas no uso das estratégias de marketing, na coordenação entre as partes interessadas e na superação de obstáculos políticos. O reconhecimento do poder do marketing e da promoção é evidente, e a necessidade de alinhar essas estratégias com as necessidades da região é uma mensagem central desta discussão.

Ao abordar a articulação de atores sociais e a formação de redes e parcerias, é evidente que a colaboração entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil representa uma poderosa alavanca para o crescimento sustentável do setor turístico. No entanto,

observamos a necessidade de uma integração mais eficaz entre esses atores, onde a falta de engajamento e a ausência de lideranças unificadoras podem representar desafios à implementação eficaz do Programa. Ainda, a constatação da relevância de uma relação próxima e colaborativa entre os atores ressalta a importância de consolidar as instâncias de gestão e garantir uma voz ativa no desenvolvimento regional.

A gestão compartilhada do turismo no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo é um desafio variado. A colaboração entre setores e esferas de governo é crucial, mas também são necessários esforços para superar a falta de engajamento, a falta de apoio e os impactos das mudanças políticas. A gestão compartilhada não é apenas uma estratégia administrativa, mas também um entendimento profundo das necessidades e realidades de cada localidade para garantir um desenvolvimento turístico sustentável e bem-sucedido.

No que diz respeito à gestão compartilhada da construção e implementação da visão de futuro do turismo regional, fica claro que os esforços nesse sentido são permeados por perspectivas distintas. Enquanto alguns reconhecem avanços positivos e maior diálogo entre setor público e privado, outros ressaltam a falta de ação efetiva e de liderança. A capacidade da instância de governança regional em implementar um plano estratégico eficaz depende de um equilíbrio delicado entre uma visão clara, liderança forte, cooperação entre municípios e ações concretas para transformar essa visão em realidade palpável. A busca por uma implementação efetiva do PRT requer um equilíbrio cuidadoso entre visão, coordenação e ação concreta

Em síntese, a articulação de atores sociais e a formação de redes e parcerias desempenham um papel crítico no desenvolvimento do turismo. Embora haja avanços notáveis, os desafios persistem, ressaltando a importância de uma participação ativa e genuína da sociedade civil, uma colaboração contínua entre os setores público e privado, e uma abordagem regional integrada. O sucesso desses esforços dependerá de um equilíbrio cuidadoso e de uma estratégia coordenada para impulsionar o desenvolvimento sustentável do turismo no litoral norte.

No tocante ao planejamento, monitoramento e avaliação do Programa, identificamos divergências na percepção dos entrevistados. Há críticas quanto à efetividade do monitoramento, com ações muitas vezes limitadas a formalidades burocráticas. A necessidade de maior fiscalização e clareza nos procedimentos é uma constante. A recente reformulação do Ministério do Turismo em relação ao monitoramento e a ênfase na apresentação de atas e dados demonstra um esforço para tornar o processo mais eficiente e tangível. Entretanto, a opinião de que a gestão compartilhada precisa se transformar em ações concretas e projetos

desenvolvidos ainda persiste. Enfatiza-se a importância de uma avaliação contínua e adaptação dos processos para melhor atender às necessidades em constante evolução do PRT.

Considerando a implementação da estratégia do Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco em seu conjunto, é inegável que essa iniciativa está sujeita a uma complexidade intrínseca. A diversidade de opiniões, que oscila entre o otimismo e a desconfiança, destaca a necessidade contínua de adaptação, avaliação e ajustes para atender às necessidades contínuas do progresso do PRT. Os desafios apontados, como a falta de cooperação, liderança insuficiente e lacunas de comunicação, devem ser encarados como oportunidades de melhoria e aprimoramento, enquanto os aspectos positivos, como a sensibilização e mobilização, podem ser utilizados como base para construir um Programa mais eficaz e sustentável. A eficácia do Programa depende da estruturação dos módulos, mas também da colaboração ativa e comprometimento de todos os participantes para alcançar seus objetivos e transformar o turismo regional de forma sustentável e bem-sucedida.

Diante do exposto, a avaliação do PRT no litoral norte de Pernambuco pode ser caracterizada como parcialmente positiva, uma vez que é percebido que o Programa tem potencial, mas deve ser aprimorado para atingir seu objetivo de promover o desenvolvimento integrado do turismo na região.

Nesse sentido, a avaliação global do Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco convoca a uma abordagem holística e colaborativa, na qual os atores envolvidos trabalhem em conjunto para superar desafios, maximizar os pontos fortes e alinhar-se em prol do desenvolvimento sustentável do turismo regional. O caminho à frente requer uma visão clara, liderança resiliente e ações concretas que transformem as estratégias em realidades tangíveis, reafirmando o compromisso de todos com a promoção do turismo responsável e próspero no litoral norte pernambucano.

6.1 LIMITAÇÕES E PESQUISAS FUTURAS

Nessa sessão são sintetizadas as limitações encontradas para a realização desta dissertação, bem como as sugestões para a realização de futuras pesquisas. Como limitações, destacamos que houve indisponibilidade de alguns entrevistados em potencial, com destaque

para os representantes atuais da gestão pública dos municípios de Abreu e Lima e Ilha de Itamaracá, que mesmo após diversas tentativas, não conseguimos realizar a entrevista.

A pesquisa pode ter enfrentado desafios para acessar dados relevantes sobre o litoral norte de Pernambuco, como informações estatísticas a respeito do turismo na região, que poderiam fornecer mais contextos ou evidências para apoiar os resultados.

Além da área de avaliação de políticas públicas de turismo, há diversas áreas de pesquisa que podem complementar e expandir os resultados obtidos nesta dissertação sobre a avaliação do Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco, como governança, marketing e promoção do turismo regional, e sustentabilidade do turismo regional.

A respeito da coordenação e colaboração, pode-se buscar analisar em maior detalhe a dinâmica de coordenação e colaboração entre os atores envolvidos, identificando os principais desafios e oportunidades para melhorar a cooperação entre o setor público, privado e a sociedade civil. Sugere-se também investigar mais profundamente os efeitos positivos e negativos da centralização das ações na instância de governança regional, explorando como isso afeta a representatividade dos diversos atores envolvidos.

Além disso, recomenda-se analisar como os diferentes módulos operacionais do Programa interagem entre si e se há espaço para uma maior colaboração entre as ações para maximizar os resultados. Também faz-se mister realizar comparações com outras regiões que implementaram o Programa de Regionalização do Turismo, analisando as semelhanças e diferenças nos resultados e identificando boas práticas que podem ser aplicadas.

Ademais, aconselha-se explorar a abordagem de avaliação de políticas públicas adotada pelo Ministério do Turismo, analisando sua eficácia em medir o progresso e os resultados do Programa, e sugerir possíveis melhorias. Além disso, é pertinente executar uma avaliação contínua, realizando estudos longitudinais para acompanhar a evolução e os resultados do Programa ao longo do tempo, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos impactos e a identificação de possíveis ajustes necessários.

Essas áreas de pesquisas futuras podem contribuir para uma compreensão mais completa e abrangente da eficácia do Programa de Regionalização do Turismo e para o aprimoramento das políticas e estratégias adotadas, visando ao desenvolvimento sustentável e integrado do turismo na região.

REFERÊNCIAS

ALVES, Monalisa Barbosa; SOUZA, Thaís Fátima Cerqueira. O processo de governança na política de Regionalização do Turismo de Minas Gerais: uma análise do Circuito Turístico Caminho Novo. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 13, n. 3, p. 46-69, 2019.

ANJOS, Francisco Antônio dos; ANDRADE, Ilário Caubi. As regiões turísticas de Santa Catarina: análise do desenvolvimento turístico regional a partir da categorização do mapa do turismo brasileiro-2019 (MTUR). Turismo: **Visão e Ação**, v. 23, p. 435-457, 2021.

ARAUJO, Enos Feitosa. As políticas públicas e o turismo litorâneo no Ceará: o papel da Região Metropolitana de Fortaleza. **Sociedade e Território**, p. 57-73, 2011.

ARAUJO, Enos Feitosa de; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O TURISMO LITORÂNEO NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA-CEARÁ. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (Estado). **Lei nº 13.214, de 30 de março de 2007**. Palácio do Campo das Princesas, PE, Disponível em: https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=13214&complemento=0&ano=2007&tipo=&url=. Acesso em: 05 out. 2021.

_____. **Lei nº 44.609, de 20 de junho de 2017**. Palácio do Campo das Princesas, Recife, PE, Disponível em: https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=13214&complemento=0&ano=2007&tipo=&url=. Acesso em: 05 out. 2021.

_____. **Lei nº 16.520, de 27 de dezembro de 2018**. Palácio do Campo das Princesas, Recife, PE, Disponível em: http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=41472&tipo=. Acesso em: 05 out. 2021.

ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DE MARIA FARINHA - TRADE TURÍSTICO DO LITORAL NORTE - PE. Destino Turístico: litoral norte de Pernambuco. Paulista, 2022. 22 slides, color.

AZEVEDO, Helsio Amiro Motany de Albuquerque; NHANTUMBO, Sónia; BANZE, Egídio. POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM MOÇAMBIQUE: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DE INHAMBANE (2009-2019). **Geo UERJ**, n. 30, p. 196-213, 2017.

BANTIM, Natasha Ribeiro; FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. Programa de Regionalização do Turismo: reflexões a partir do processo no Circuito das Águas Paulista. **Anais... Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, p. 1-15, 2016.

BAPTISTA, JM Lemos; POCINHO, M.; NECHITA, F. Tourism and public policy. **Bulletin of the Transilvania University of Brasov. Economic Sciences. Series V**, v. 12, n. 1, p. 77-86, 2019.

BARDIN, L. **Análise do Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil.** São Paulo: Aleph, 2006. – (Série turismo)

BENTO, A. Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. **Revista JA** (Associação Académica da Universidade da Madeira), nº 65, ano VII, 2012, Maio (pp. 42-44).

BORGES, Vicente de Paula Censi. Políticas públicas e o desenvolvimento segregador no turismo: uma discussão conceitual e reflexiva referente ao turismo de Parnaíba-Piauí. **Revista Turismo Estudos e Práticas-RTEP/UERN**, v. 3, p. 23-40, 2014.

BOULHOSA, Marinete; DA SILVA FARIAS, Kassia; FIGUEIREDO, Sílvio Lima. Políticas públicas e desenvolvimento na Ilha de Marajó, Brasil: Participação e exclusão no turismo. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 36, n. 1, p. 313-323, 2021.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Decreto nº 5.077, de 29 de dezembro de 1939. . Brasília, DF, Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-5077-29-dezembro-1939-345395-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 6 maio 2023.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Brasília, DF, Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=O%20desembarque%20dos%20estrangeiros%20em,pa%C3%ADs%20a%20que%20se%20destinam. Acesso em: 6 maio 2023.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasil, 1988. Disponível em: https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988#/con1988_04.06.1998/art_180_.asp. Acesso em: 01 dez. 2021.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Coordenação de Documentação e Informação – Brasília: MP, 2012. 64 p.: il. color.

_____. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: **Módulo Operacional 1: Sensibilização** / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007a. 75 p. : il.

_____. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil : **Módulo Operacional 2: Mobilização** / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007b. 43 p. : il.

_____. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: **Módulo Operacional 3: Institucionalização da Instância de Governança Regional** / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007c. 54 p. : il.

_____. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil : **Módulo Operacional 4: Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional** / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007d. 67 p. : il.

_____. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 5: **Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional** / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007e. 62 p. : il.

_____. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: **Módulo operacional 6: Sistema de Informações Turísticas do Programa** / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007f. 59 p. : il.

_____. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil : **Módulo Operacional 7 Roteirização Turística/ Ministério do Turismo.** Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007g. 51 p. : il.

_____. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil : **Módulo Operacional 8 Promoção e Apoio à Comercialização / Ministério do Turismo.** Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007h. 65 p. : il.

_____. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil : **Módulo Operacional 9: Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa** / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007i. 111 p. : il.

_____. Ministério do Turismo. Glossário do Turismo. Brasília/DF: MTUR, 2018.

_____. Ministério do Turismo (MTur). Mapa do Turismo Brasileiro. Brasília, DF, 2023. Disponível em: http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home. Acesso em: 30 mar. 2023.

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO. (org.). **MAPA DO TURISMO BRASILEIRO**: perguntas e respostas. Brasília, 2023. 18 p.

_____. MINISTÉRIO DO TURISMO. **PRT + Integrado.** 2019c. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=200:prt-integrado&catid=8&Itemid=311. Acesso em: 16 jul. 2023.

_____. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo (org.). **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro**: perguntas e respostas. Brasília, 2019. 7 p.

_____. Portal da Transparência. Disponível em: https://portaldatransparencia.gov.br/. Acesso em: 7 ago. 2023.

_____. **Portaria Mtur Nº 39, de 10 de Março de 2017.** Brasília, DF, Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-2/2017/portaria-no-39-de-10-de-marco-de-2017. Acesso em: 5 jul. 2023.

BRIDGMAN, Peter; DAVIS, Glyn. What use is a policy cycle? Plenty, if the aim is clear. **Australian Journal of Public Administration**, v. 62, n. 3, p. 98-102, 2003.

CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA. **Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2022**. 2021. Disponível em: https://transparencia.abreuelima.pe.leg.br/app/pe/abreu-e-lima/2/planejamento-orcamentario/29. Acesso em: 4 ago. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE ABREU E LIMA. **Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2023. 2021**. Disponível em:https://transparencia.abreuelima.pe.leg.br/app/pe/abreu-e-lima/2/planejamento-orcamentario/32. Acesso em: 4 ago. 2023.

CAMPOS, Josilene Barbara Ribeiro; MOESCH, Marustschka Martini; SILVA, C. S. Reflexões sobre o Programa de Regionalização do Turismo–Roteiros do Brasil implementado no destino indutor de São Raimundo Nonato–PI. **Anais do Seminário da ANPTUR**, 2016.

CAMPOS, Antônio Carlos; SANTOS, Luara Lázaro Gomes dos; SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. Regionalização do turismo no Brasil e a descentralização do turismo no estado de Sergipe: o caso do roteiro cidades históricas. **XII Coloquio Internacional de Geocrítica.** 2012.

CAPELLA, A. C. N. Estudos sobre formação da agenda de políticas públicas: um panorama das pesquisas no Brasil. **Revista de Administração Pública** (Impresso), v. 54, p. 1498-1512, 2020.

CARVALHO, Adriana Garcia de. **Turismo e produção do espaço no litoral de Pernambuco.** 2009. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CARVALHO, Clébia Rodrigues de. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE (RE) ORDENAMENTO DO TURISMO NO BRASIL E SUAS REPERCUSSÕES PARA A REGIÃO NORDESTE: NOVAS AÇÕES DO GOVERNO ESTADUAL BAIANO. **Geografia em Atos (Online)**, v. 2, n. 14, 2014.

CATAI, Henrique et al. O Programa de Regionalização do Centro-Norte Paulista–Circuito Caminhos da Anhangüera–e a participação da Universidade de Ribeirão Preto. **SEMINTUR–SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL**, v. 6, 2006.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008, p. 295-316.

CONCEIÇÃO, Cálidon Costa; CONCEIÇÃO, Clêrta Costa. Análise comparativa dos planos nacionais de turismo 2003/2007, 2007/2010 e 2013/2016, com base nas dimensões teóricas de políticas públicas de turismo. **Ateliê do Turismo**, v. 2, n. 2, 2018.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes T. Litoral do Ceará: espaço de poder, conflito e lazer. **Revista de Gestão Costeira Integrada-Journal of Integrated Coastal Zone Management**, v. 8, n. 2, p. 277-287, 2008.

COSTA, Iris. **Itamaracá é a 11ª cidade do país com maior proporção de casas de veraneio e tem dificuldade em planejar políticas públicas.** 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/07/06/itamaraca-e-a-11a-cidade-do-pais-com-maior-proporcao-de-casas-de-veraneio-e-tem-dificuldade-em-planejar-politicas-publicas.ghtml. Acesso em: 28 jul. 2023.

COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO. Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião. 2023. Instagram: costa_coroadoaviao. Disponível em: https://www.instagram.com/costa_coroadoaviao/. Acesso em: 14 ago. 2023.

CRUZ JIMÉNEZ, Graciela. Dos experiencias de política turística y gobernanza: Metepec y Toluca. **El periplo sustentable**, n. 35, p. 242-267, 2018.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Ensaio sobre a relação entre Estado, políticas públicas de turismo e desenvolvimento regional no Brasil. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia**, n. 44, 2020.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul**, v. 20, n. 40, p. 27-43, 2005.

_____. Políticas públicas de turismo no Brasil e pesquisa interdisciplinar: uma análise sobre o passado e o presente e reflexões sobre o futuro. In: IRVING , Marta de Azevedo et al. Turismo, natureza e cultura: Interdisciplinaridade e políticas públicas. **Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa**, 2016. 165 p.

COUTINHO, Ana Catarina Alves; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça. Governança em destinos turísticos: desafios na sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 13, p. 55-70, 2019.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (orgs.). **Handbook of qualitative research.** 2 ed. California, EUA: Sage, 2000.

Descubra Pernambuco. **Perfil oficial do Turismo de Pernambuco.** 2023. Instagram: @descubrapernambuco. Disponível em: https://www.instagram.com/descubrapernambuco/. Acesso em: 2 ago. 2023.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A Pesquisa Qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 127-153.

DIAZ, Melissa Campista; PIMENTEL, Thiago Duarte. ESTRUTURAS FORMAIS DE INVESTIGAÇÃO EM TURISMO (EFIT) E POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO (PPT) EM NÍVEL FEDERAL NO BRASIL: UMA AGENDA COMUM NOS PROCESSOS DE POLICY-MAKING?. **Revista Turismo Estudos e Práticas-RTEP/UERN**, v. 10, n. 2, 2021.

DINIS, Catarina Ferreira Dias; COSTA, Rui Augusto da. Intervenção do setor público em turismo e avaliação de políticas públicas. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 3, n. 21/22, p. 397-407, 2014.

DREDGE; D. JENKINS, J. New spaces and tourism planning policy. **Stories of Practice: Tourism Policy and Planning.** Chapter 1. England: Ashgate, 2011, p.1-12.

DREHER, Marialva Tomio; SALINI, Talita Sheila. Regionalização e políticas públicas no turismo: proposta bem (in) tencionada distante da práxis!. IN: **V Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. SEMINTUR–Turismo: inovações da pesquisa na América Latina, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil**, v. 27, 2008.

DYE. T. R. **Understanding public policy.** Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 2014

EITA ITAPISSUMA. **Secretaria de Cultura e Turismo.** 2023. Instagram: @eitaitapissuma. Disponível em: https://www.instagram.com/eitaitapissuma/. Acesso em: 11 ago. 2023.

EMMENDOERFER, L. A política pública de regionalização do turismo em Minas Gerais: os circuitos turísticos. **Revista Turismo em Análise,** *[S. l.]*, v. 19, n. 2, p. 221-240, 2008.

EMPETUR (Pernambuco). Governo de Pernambuco. **RELATÓRIO INTEGRADO DE GESTÃO EMPETUR 2019.** Recife: Empetur, 2019. 64 p. Disponível em: https://www.lai.pe.gov.br/empetur/wp-content/uploads/sites/28/2020/09/RELATORIO-INTEGRADO-DE-GESTAO-EMPETUR.docx. Acesso em: 06 out. 2021.

_____. **BORA PERNAMBUCAR**. Disponível em: https://www.meudestinobrasil.com.br/pernambuco#. Acesso em: 13 out. 2021.

_____. **ESTATUTO DA EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS S.A.** Disponível em: https://www.lai.pe.gov.br/empetur/wp-content/uploads/sites/28/2019/09/ESTATUTO-EMPETUR-2018-4.pdf. Acesso em: 10 out. 2021.

EMPETUR. **Questionário incluso no Sistema de Informações do Mapa do Turismo - SISMAPA, do Ministério do Turismo - MTur.** Olinda, . 12 p.

ENDRES, Ana Valéria; PAKMAN, Elbio Troccoli. A governança das políticas de turismo: o papel dos espaços de participação na perspectiva da análise de redes e da teoria institucional. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 13, p. 01-18, 2019.

ETE JURANDIR BEZERRA LINS. **Ensino Médio Integrado ao Técnico; Cursos Técnicos Subsequentes; Polo de Cursos Técnicos EaD; Uma escola do povo.** 2023. Instagram: @etejbl.oficial. Disponível em: https://www.instagram.com/etejbl.oficial/. Acesso em: 5 ago. 2023.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 20, p. 97-110, 2005.

FÁVERO, Ivane Maria Remus Políticas de turismo: planejamento na região uva e vinho / Ivane Maria Remus Fávero. - Caxias do Sul, RS: Educs, 2006. 150 p. ; 23 cm.

FEGER, José Elmar et al. A rede relacional formada por atores sociais no contexto da regionalização do turismo: o caso da região turística litoral do Paraná (Brasil). In: **XIX Congresso AECIT: Tiempos de Cambio en el Turismo. Tenerife, Espanha.** 2016.

FEGER, José Elmar; VEIS, Evandro Luis. A regionalização do turismo no contexto da política pública de desenvolvimento turístico brasileiro: o caso de duas regiões localizadas no estado do Paraná. **CULTUR-Revista de Cultura e Turismo**, v. 12, n. 1, p. 95-117, 2018.

FERREIRA, Larissa da Silva; GOMES, Rita de Cássia da C. Organização das políticas públicas de turismo no Brasil e no Rio Grande do Norte. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 07, p. 49-59, 2011.

FERREIRA, Luana Dayse de Oliveira; NÓBREGA, Wilker Ricardo Mendonça. Reflexões teóricas e conceituais sobre política pública e governança aplicada ao contexto das Áreas Naturais Protegidas. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 11, n. 2, 2018.

FERNANDES, Francine Lopes. O programa de regionalização do turismo e sua aplicação no circuito turístico caminhos gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS. 2012. p. 663-678.

FERNANDES, Luiz Marcos. **Novo Mapa Turístico do Brasil tem 3.285 municípios em 328 regiões.** 2017. Disponível em: https://www.mercadoeeventos.com.br/_destaque_/slideshow/novo-mapa-turistico-do-brasil-tem-2-285-municipios-em-328-regioes/. Acesso em: 10 ago. 2023.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes.** Uwe Flick; tradução: Magda Lopes; revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2013. 256 p.

FONSECA, Janaína Aires; RODRIGUES, Waldecy. Avaliação da eficácia do PROECOTUR no Pólo Turístico do Jalapão (TO). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.8, n.5, nov – 2015/jan - 2016, pp.652-666.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da; TODESCO, Carolina; SILVA, Rodrigo Cardoso da. O Programa de Regionalização do Turismo no Brasil e a competitividade espacial. Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia, n. 54, 2022.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas, n.º 21 - junho 2000, pp. 212-259.

GASTAL, Susana. MOESCH, Marutschka. **Turismo, políticas públicas e cidadania.** São Paulo: Aleph, 2007.

GONZÁLEZ, María Velasco. La política turística. Una arena de acción autónoma. **Cuadernos de turismo**, n. 27, p. 953-969, 2011.

GUILARDUCCI, Bruno Campos; FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. Análise da rede social da Instância de Governança do Circuito Turístico Caminho Novo, MG: uma perspectiva sistêmica e complexa. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, p. 140-160, 2020.

GUIMARÃES, Valeria Lima; DIUANA, Roberta. Análise comparada das políticas públicas de turismo nos Governos de Getúlio Vargas (Brasil, 1930-1945) e Domingo Perón (Argentina, 1946-1951). **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 1, n. 21/22, p. 375-382, 2014.

Goiana. Mais de 450 anos de história. Goiana, 14 p.

GOVERNO DE PERNAMBUCO. **O melhor do verão no litoral sul.** Recife, 200-?.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**; tradução de Edite Sciulli. São Paulo: Contexto, 2001. – (Coleção Turismo Contexto)

HASSAN, Azizul; KENNELL, James; CHAPERON, Samantha. Rhetoric and reality in Bangladesh: Elite stakeholder perceptions of the implementation of tourism policy. **Tourism Recreation Research**, v. 45, n. 3, p. 307-322, 2020.

HENRIQUE, Gustavo. TV JORNAL (Pernambuco). **Turismo: a realidade das praias dos litorais Norte e Sul de Pernambuco**: o contraste entre os litorais é evidente. de um lado, praias cheias, boa estrutura e comércio aquecido. do outro, pouco movimento e infraestrutura. 2019. Disponível em: https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticias-da-manha-pe/2019/11/26/turismo-a-realidade-das-praias-dos-litorais-norte-e-sul-de-pernambuco-180047. Acesso em: 12 out. 2021.

HENZ, Aline Patrícia; LEITE, Fabiana Calçada; ANJOS, FA dos. Refletindo as Políticas Públicas para Turismo: uma retrospectiva brasileira desde a década de 60. **Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul: saberes e fazeres do turismo interfaces**, 2010.

Igarassu (PE). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/350/. Acesso em: 22 out. 2020.

Igarassu. Folder turístico. Igarassu, 10 p.

Ilha de Itamaracá. **Suas belezas e seus encantos.** Ilha de Itamaracá, . 2 p.

INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA DA REGIÃO TURÍSTICA COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO. **ATA da Reunião do dia 17/05/2022** . Google Meet, 2023. 2 p.

INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA DA REGIÃO TURÍSTICA COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO. **ATA da Reunião do dia 28/02/2023**. Igarassu, 2023. 11 p.

INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA DA REGIÃO TURÍSTICA COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO. **ATA da Reunião do dia 23/05/2022**. Itamaracá, 2022. 10 p.

INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA DA REGIÃO TURÍSTICA COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO. **ATA da Reunião do dia 31/05/2023**. Itamaracá, 2023. 12 p.

INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA DA REGIÃO TURÍSTICA COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO. **Regimento interno.** Paulista, 2021. 13 p.

INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA DA REGIÃO TURÍSTICA COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO. **Registros Fotográficos da Reunião do dia 23/05/2022**. Itamaracá, 2022. 1 p.

INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA DA REGIÃO TURÍSTICA COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO. **Relatório**. Igarassu, 2018. 8 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 9 ago. 2023.

JAMAL, Tazim; CAMARGO, Blanca Alejandra. Tourism governance and policy: Whither justice?. **Tourism management perspectives**, v. 25, p. 205-208, 2018.

JANN, Werner; Wegrich, Kai. Theories of the Policy Cycle. In: FISCHER, Frank; MILLER, Gerald J.; SIDNEY, Mara S.. **Handbook of Public Policy Analysis**: theory, politics, and methods. Boca Raton: Crc Press Taylor & Francis Group, 2007. 670 p.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr./jun. 2005.

JOPPE, Marion. Tourism policy and governance: Quo vadis?. **Tourism management perspectives**, v. 25, p. 201-204, 2018.

JÚNIOR, Dalci Sontag; GOMES, Bruno Martins Augusto; SÁNCHEZ, Alfonso Vargas. Agenda dos usuários nas políticas públicas de turismo: uma análise em Curitiba (Brasil). **Anuario Turismo y Sociedad**, n. 27, p. 95-109, 2020.

LARA, Gilson Moraes. **Viva o Bacamarte:** o folguedo. Disponível em: https://vivaobacamarte.com/o-folguedo/. Acesso em: 31 out. 2023.

LOHMANN, Guilherme; NETTO, Alexandre Panosso. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas.** São Paulo: Aleph, 2008. – (Série turismo)

LOPES, Alba de Oliveira Barbosa; TINÔCO, Dinah dos Santos. Ação Pública na Formação e Transformação do Destino Turístico de Porto de Galinhas-PE: um estudo dos referenciais no período de 1970 a 2010. **Revista Turismo em Análise**, v. 26, n. 3, p. 588-615, 2015.

LOPES, Alba Oliveira Barbosa; TINÔCO, Dinah dos Santos; SOUZA, Lincoln Moraes de. Avaliação de Políticas Públicas de Turismo: uma análise bibliométrica dos periódicos de turismo. **Revista Turismo em Análise**, v. 22, n. 3, p. 614-631, 2011.

LUGOBONI, Leonardo Fabris. Identificação de uma lacuna de pesquisa. **Revista Liceu On-Line**, v. 7, n. 2, p. 1-5, 2017.

MARACAJÁ, Kettrin Farias Bem; PINHEIRO, Isabelle de Fátima Silva. Gestão Pública e Governança Local do Município Turístico de Bodoquena-Ms [Brasil]. **Rosa dos Ventos**, v. 12, n. 3, p. 577-596, 2020.

MACÊDO, Ermínia Medeiros et al. O Programa de Regionalização do Turismo no estado do Piauí: análise das fragilidades e desafios locais. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 2, p. 105-117, 2016.

MACHADO, Álvaro; TOMAZZONI, Edegar. A regionalização turística do Rio Grande do Sul e sua contribuição como referência para a gestão regionalizada do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 5, n. 2, 2011.

MACHADO, Álvaro Luis; TOMAZZONI, Edegar Luis. De Pólos a Regiões: iniciativas de políticas públicas de regionalização turística do Rio Grande do Sul como modelo para a gestão Regionalizada do Turismo do Brasil. **Anais... VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, Caxias do Sul-RS, Brasil. Link, 2010.

MARINHO, Alexandre; FAÇANHA, Luís Otávio. Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação. Texto para Debate N° 787. Brasília: IPEA, 2001.

MATIAS, Esdras Matheus; CARVALHO, Aline Viera de; SOUSA, Plínio Guimarães. Gestão pública e turismo em São Miguel do Gostoso (RN): um estudo de caso. **Anais do Seminário da ANPTUR,** p. 1-16, 2016.

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2014.

MIELKE, Eduardo Jorge Costa; SILVA, Jorge Antonio Santos. A cooperação no desenvolvimento de destinos turísticos: importância como política pública e como instrumento propulsor na comercialização de produtos turísticos locais. **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 7, n. 2, p. 3-21, 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Dieter Muehe, organizador. **Erosão e progradação no litoral brasileiro.** Brasília: MMA, 2006. 476 p. : il. color. ; A4 21x29,7cm

_____. **Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC.** Disponível em: https://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/item/8644. Acesso em: 22 out. 2020.

_____. **ATUALIZAÇÃO - Começa o prazo para os municípios iniciarem a renovação dos cadastros no Mapa do Turismo Brasileiro:** atualizações devem ser feitas em até 30 dias antes do cadastro inicial, realizado no ano passado. Atualizações devem ser feitas em até 30

dias antes do cadastro inicial, realizado no ano passado. 2023. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=250:atualizacao-comeca-o-prazo-para-os-municipios-iniciarem-a-renovacao-dos-cadastros-no-mapa-do-turismo-brasileiro&catid=17&Itemid=121. Acesso em: 4 jul. 2023.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil – Resumo Executivo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2011.

_____. CADASTUR. Disponível em: https://cadastur.turismo.gov.br/hotsite/#!/public/sou-turista/inicio. Acesso em: 6 ago. 2023.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **CARTILHA PARLAMENTAR.** Brasília, 2022/2023. 74 p. Disponível em: https://www.gov.br/plataformamaisbrasil/pt-br/manuais-e-cartilhas/cartilhas/cartilha-parlamentar-mtur_2023.pdf. Acesso em: 4 ago. 2023.

_____. **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro**: perguntas e respostas. Brasília: Brasil, 2019. 7 p.

_____. **MAPA DO TURISMO BRASILEIRO.** 2023. Disponível em: https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home. Acesso em: 18 maio 2023.

_____. **Mapa da Regionalização do Turismo 2004**. Brasília, 2004. 2 p.

_____. **Mapa da Regionalização do Turismo 2006**. Brasília, 2006. 2 p.

_____. **Mapa da Regionalização do Turismo 2009**. Brasília, 2009. 2 p.

_____. **Mapa do Turismo Brasileiro 2013.** Brasília, 2013. 2 p.

_____. **Mapa do Turismo Brasileiro 2016.** Brasília, 2016. 21 p.

_____. **Mapa do Turismo Brasileiro 2017.** Brasília, 2017. 87 p.

_____. **Mapa do Turismo Brasileiro 2019.** Brasília, 2019. 27 p.

_____. **PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO**: diretrizes. Brasília: Mtur, 2013. 27 p.

_____. **Relatório de Gestão:** ano base: 2022. Brasília, 2023. 224 p. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao/Relatorio_de_Gestao_Final___31.03.2023.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

_____. **REGIONALIZAÇÃO**: sensibilização e mobilização. Brasília: Mtur, 2019. 41 p.

_____. Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo. **ORIENTAÇÕES PARA ATUALIZAÇÃO DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO 2019**. Brasília: 2019. 2 p.

MORAIS, Luciana Rodrigues de; ANDRADE, José Roberto de. Programa de Regionalização do Turismo e sua aplicação em comunidades autóctones: o caso de Poço Redondo e Canindé do São Francisco-SE. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, 2008.

MOROSINI, Luciana. Diário de Pernambuco. **Pernambuco se mostra para o mundo através do turismo**. 2019. Disponível em: https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2019/11/pernambuco-se-mostra-para-o-mundo-atraves-do-turismo.html. Acesso em: 07 out. 2021.

NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça; FIGUEIREDO, Silvio Lima. Desenvolvimento e participação no Programa de Regionalização do Turismo. Desenvolvimento e Sustentabilidade. 2012, p. 29.

NOIA, Angye Cássia; JÚNIOR, Astor Vieira; KUSHANO, Elizabete Sayuri. Avaliação do Plano Nacional de Turismo: gestão do governo Lula, entre os anos de 2003 a 2007. **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, v. 1, n. 1, p. 23-38, 2007.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO: FAÇO SABER QUE A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:. Lei nº 14.258, de 23 de dezembro de 2010. **Institui A Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, e Dá Outras Providências.**. Recife, PE, Disponível em: https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=14258&complemento=0&ano=2010&tipo=&url=. Acesso em: 10 abr. 2023.

Olinda Turismo. **Mapa turístico.** Olinda, . 1 p.

OLIVEIRA, Luiz Roberto de; VIANA, Lina Juliana Tavares; BRAGA, André Luiz da Cunha. Conflitos e fragilidades de uma atividade turística não planejada: Um olhar direcionado às praias de porto de galinhas e Itamaracá/PE. **Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo.** v.7, n. 10, abr.-mai.-jun./2010, p.01-19, 2010.

OLIVEIRA, Paulo Roberto Abreu de. PLANEJAMENTO REGIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NA MACRORREGIÃO TURÍSTICA SERRAS ÚMIDAS/BATURITÉ, CEARÁ, BRASIL. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 6, n. 3, p. 318-330, 2015.

PEREGRINA, Leonardo Hector Rioja; LÓPEZ, Jazmín Benítez; ESPINOSA, Rafael Hernández. Representación social y políticas públicas en materia de turismo: los casos de los Centros Integralmente Planeados de Cancún, Litibú, e Ixtapa-Zihuatanejo, México. **El Periplo Sustentable: revista de turismo, desarrollo y competitividad**, n. 37, p. 92-121, 2019.

PEREIRA, Jose Roberto et al. As cinco vidas da agenda pública brasileira de turismo. **Revista acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, p. 3 a 5-3 a 5, 2011.

PERNAMBUCO. AGÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. **Unidades de Conservação**. Disponível em: http://www2.cprh.pe.gov.br/fauna-e-flora/unidades-de-conservacao/. Acesso em: 13 out. 2021.

_____. EMPETUR. Pernambuco em dados: relatório anos 2019 ⁝ 2020 e 2021 (principais informações). Olinda: Empetur, 2022. 67 slides, color. Disponível em: https://empetur.pe.gov.br/images/pe_em_dados/2021/PERNAMBUCO_EM_DADOS_2021__ANO_BASE_2020.pdf. Acesso em: 28 jul. 2023.

_____. **ESTUDO DE MERCADO TURÍSTICO PARA OS POLOS COSTA DOS ARRECIFES, AGRESTE E VALE DO SÃO FRANCISCO NO ESTADO DE PERNAMBUCO**: produto 4 estudo de mercado turístico do polo costa dos arrecifes versão final. São Paulo, 2014. 946 p. Disponível em: http://www.setur.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=24303939&folderId=25388159&name=DLFE-119404.pdf. Acesso em: 14 abr. 2023.

_____. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Plano Estadual de Mudanças Climáticas:** o enfrentamento à vulnerabilidade costeira de Pernambuco. Recife, [2013]. 41 slides, color. Disponível em: https://www.senado.leg.br/comissoes/cmmc/ap/ap20130712_helviopolito.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

_____. Portal da Lei de Acesso à Informação do Governo de Pernambuco. **EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS**. Disponível em: https://www.lai.pe.gov.br/empetur/. Acesso em: 09 ago. 2021.

_____. SECRETARIA DE TURISMO/EMPETUR. **Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco 2008-2020** (Versão Pública). Disponível em: < http://www2.setur.pe.gov.br/web/setur.> Acesso em: 20 out. 2020

_____. SECRETARIA DE TURISMO/EMPETUR. **SOL E PRAIA**. Disponível em: http://www2.setur.pe.gov.br/web/empetur_old/sol-e-praia. Acesso em: 12 out. 2021.

PFORR, Christof. Three lenses of analysis for the study of tourism public policy: A case from Northern Australia. **Current Issues in Tourism**, v. 8, n. 4, p. 323-343, 2005.

PIMENTEL, Mariana Pereira Chaves; PIMENTEL, Thiago Duarte. Avaliação política da política de estado de turismo de Minas Gerais. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. 13, n. 1, p. 131-157, 2019.

PINHEIRO, Isabelle de Fátima Silva; MARACAJÁ, Kettrin Farias Bem; CHIM-MIKI, Adriana Fumi. Política Pública de Regionalização do Turismo: Um estudo sobre a participação social no Polo de Turismo Seridó. **Turismo: Visão e Ação**, v. 22, p. 162-184, 2019.

Prefeitura de Abreu e Lima. **Esta quinta (01/12), foi realizada a posse dos novos membros dos Conselhos da Cultura e Turismo do município.** 1 dez. 2022. Instagram: prefeituradeabreuelima. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cloc27WA42f/. Acesso em: 7 ago. 2023.

Prefeitura de Abreu e Lima. **Secretaria de Turismo e Cultura – Edital nº 001/2019 – Eleição do COMTUR.** 2019. Disponível em: https://abreuelima.pe.gov.br/secretaria-de-turismo-e-cultura-edital-no-001-2019-eleicao-do-comtur/. Acesso em: 7 jul. 2023.

Prefeitura de Abreu e Lima. **EDITAL DE CHAMAMENTO PARA A ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR.** 2022. Disponível em: https://abreuelima.pe.gov.br/edital-de-chamamento-para-a-eleicao-do-conselho-municipal-de-turismo-comtur/. Acesso em: 25 jul. 2023.

QUINTANA, Claudio. Política pública de turismo en Uruguay (1986-2010). **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 14, n. 3, p. 725-736, 2016.

RAMOS, Etiene. **Trade do Litoral Norte de Pernambuco lança projeto de desenvolvimento turístico.** 2022. Disponível em: https://movimentoeconomico.com.br/economia/turismo/2022/03/30/litoral-norte-de-pernambuco-ganha-projeto-de-desenvolvimento-turistico/. Acesso em: 28 jul. 2023.

REDAÇÃO PORTAL. **Pernambuco é destaque em reunião do Ministério do Turismo com Interlocutores Estaduais e Regionais.** 2023. Disponível em: https://www.cbnrecife.com/blogdoelielson/artigo/pernambuco-e-destaque-em-reuniao-do-ministerio-do-turismo-com-interlocutores-estaduais-e-regionais#:~:text=Durante%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20do%20processo%20de,e%20regi%C3%B5es%20tur%C3%ADsticas%20no%20sistema. Acesso em: 4 ago. 2023.

RIBEIRO, Altino. **Timor-Leste: políticas públicas para o desenvolvimento do setor turístico.** 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade de Évora.

RIGOLDI, Aracelis Gois Morales; SPERS, Valéria Rueda Elias; VIEIRA, Marli Terezinha. POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO EN BRASIL Un análisis de la producción científica en el período de 2006-2016. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 27, n. 3, p. 699-715, 2018.

ROCHA, Andréia Magalhães da. A EMERGÊNCIA DA POLÍTICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO ESTADO DO PIAUÍ: DISCURSO A PARTIR DA FORMAÇÃO DO COMPLEXO NORDESTINO. **Revista INTERFACE-UFRN/CCSA ISSN Eletrônico 2237-7506**, v. 15, n. 1, p. 87-110, 2018.

ROCHA, Andréia Magalhães da. PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: REFLEXÕES PRELIMINARES ACERCA DA SUA PARTICULARIDADE NO ESTADO DO PIAUÍ. Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, 2018.

ROCHA, João Mendes da; JUNIOR, Danilo dos Santos Maia; SANTOS, Hikson de Paula. Turismo e espaço: considerações sobre o Programa de Regionalização do Turismo. **Revista Múltipla. ANO XII–JUNHO 2007**, v. 16, n. 22, p. 93-108, 2007.

SEBRAE/MG. **Políticas Públicas:** conceitos e práticas / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte : Sebrae/MG, 2008. 48 p.

Sec Turismo, Cultura, Esporte e Juventude. **Divulgação de eventos culturais, passeios turísticos, campeonatos…** 2023. Instagram: @secretariadeturismopaulista. Disponível em: https://www.instagram.com/secretariadeturismopaulista/. Acesso em: 11 ago. 2023.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **POLÍTICAS PÚBLICAS**: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2019. 250 p.

Sedetur. **Turismo em Paulista.** Paulista, . 1 p.

SERRA, Hugo Rogério Hage; PAZ, Izabela Rodrigues. O PAPEL DOS AGENTES DO TURISMO A PARTIR DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO EM MARABÁ-PA. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 23, n. 85, p. 244-260, 4 fev. 2022. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlandia. http://dx.doi.org/10.14393/rcg238557844.

SETTE, I. R. O Programa de Regionalização de Minas Gerais, Brasil: aspectos históricos, fragilidades e perspectivas. **Revista Turismo em Análise**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 112-133, 2017.

SETTE, Isabela Rosa; VALLE, Maria Izabel Marques do; COUTINHO, Marcela Pimenta Campos. O Programa de Regionalização do Turismo de Minas Gerais: uma abordagem da política pública estadual de turismo. **Revista Turismo em Análise**, v. 25, n. 3, p. 608-627, 2014.

_____. **Metropolitana - Bora Pernambucar:** famtour virtual - ebook. Olinda, 2021. 149 p. Disponível em: http://www.setur.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=70551162&folderId=70456975&name=DLFE-512812.pdf. Acesso em: 6 ago. 2023.

SETUR. **PRODETUR.** 2013. Disponível em: http://www.setur.pe.gov.br/web/setur/prodetur. Acesso em: 10 ago. 2023.

SILVA, Fernanda Cristina da et al. A política de circuitos turísticos de Minas Gerais: uma avaliação baseada na percepção de agentes estratégicos. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural,** v. 10, n 3, p. 369-379, 2012

SILVA, Alice De Santana; LIMA, Renata Mayara Moreira de. O PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO EM ALAGOAS: REFLEXÕES PRELIMINARES. **Anais do IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES,** 2019.

SOARES, Roberta. (Pernambuco). Jornal do Comércio. **Litoral Norte de Pernambuco, das praias de Itamaracá e Catuama, está tomado pela favelização às vésperas da chegada do verão**. 2021. Disponível em: https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/mobilidade/2021/09/13036483-litoral-norte-de-pernambuco-das-praias-de-itamaraca-e-catuama-esta-tomado-pela-favelizacao-as-vesperas-da-chegada-do-verao.html. Acesso em: 08 out. 2021.

SOARES, Roberta. **PRAIAS EM PERNAMBUCO: embora menos ruins, estradas do Litoral Norte estão abandonadas:** a sinalização horizontal praticamente inexiste, a vertical virou lenda há muito tempo, e não há acostamento em toda a extensão, independentemente da rodovia. também é comum ver a vegetação invadindo a faixa de rolamento. A sinalização horizontal praticamente inexiste, a vertical virou lenda há muito tempo, e não há acostamento em toda a extensão, independentemente da rodovia. Também é comum ver a vegetação

invadindo a faixa de rolamento. 2022. Disponível em: https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/mobilidade/2022/09/15081652-praias-em-pernambuco-embora-menos-ruins-estradas-do-litoral-norte-estao-abandonadas.html. Acesso em: 18 jul. 2023.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, p. 102-106, 2010.

TANG, Xiaoyun. The historical evolution of China's tourism development policies (1949–2013)–A quantitative research approach. **Tourism management**, v. 58, p. 259-269, 2017.

TOMAZIN, Mariana; BENI, Mario Carlos. Limites e possibilidades da inclusão social pela Política Nacional de Turismo: O caso do Programa de Regionalização do Turismo. **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, v. 5, n. 8, 2017.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, p. 529-550, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UFSC. **BU - BASE DE DADOS**: portal de periódicos da capes. Portal de Periódicos da CAPES. 2023. Disponível em: https://bases.bu.ufsc.br/portal-de-periodicos-da-capes/. Acesso em: 4 maio 2023.

UNIDAS, Naciones. **Recomendaciones internacionales para estadísticas de turismo 2008**. Madrid/nueva York: Naciones Unidas, 2010. 161 p. Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm_83rev1s.pdf. Acesso em: 27 out. 2020.

VÁZQUEZ MARTÍNEZ, Gustavo Adolfo. Organización de la política y oferta de turismo en el Noreste Mexicano (Organization of Tourism Policy and Tourist Offer in the Mexican Northeast). **Turismo y Sociedad**, v. 25, 2019.

VIRGINIO, Darlyne Fontes; FERREIRA, Lissa Valéria. Gestão pública do turismo: uma análise da política de regionalização no período 2004-2011 no Rio Grande do Norte, Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 13, n. 2, 2013.

VISITLITORALNORTEPE. **Aqui você encontra dicas das 6 cidades do Litoral Norte de Pernambuco .(Paulista, Abreu e Lima , Igarassu, Itapissuma , Ilha de Itamaraca e Goiana).** 2023. Instagram: @visitlitoralnortepe. Disponível em: https://www.instagram.com/visitlitoralnortepe/. Acesso em: 11 ago. 2023.

Visit Goiana. **Turismo e Cultura de Goiana.** 2023. Instagram: @visitgoiana. Disponível em: https://www.instagram.com/visitgoiana/. Acesso em: 11 ago. 2023.

Visit Igarassu. **Igarassu - PE: uma cidade de experiências inesquecíveis. Venha conhecer as belezas de nosso município!** 2023. Instagram: @visitigarassu. Disponível em: https://www.instagram.com/visitigarassu/. Acesso em: 11 ago. 2023.

APÊNDICE A - Planilha da revisão sistemática da literatura

1	REFERÊNCIA ABNT	PERIÓDICO	ANO	OBJETIVO DO ARTIGO	TRAZ UM ESTUDO DE CASO?	ONDE	NÍVEL	QUALIS	CITAÇÃO Google Scholar	AUTORES	Nº AUTORES	OBS
2	FONSECA, Maria Aparecida Pontes da; TODESCO, Carolina; SILVA, Rodrigo Cardoso da. O Programa de Regionalização do Turismo no Brasil e a competitividade espacial. Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia, n. 54, 2022.	Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia	2022	analisar as diretrizes norteadoras do processo de regionalização turística implementado pelo Ministério do Turismo no Brasil.	NÃO	BRASIL	NACIONAL		-	FONSECA; TODESCO	2	A dimensão política na constituição das regiões turísticas A atuação ministerial, em ambas as regiões, é incipiente, resumindo-se na liberação de alguns recursos. Além disso, esse tipo de mecanismo de repasse de verba (convênios, por meio de emenda parlamentar) assevera ainda mais a condição de competidores dentro das regiões turísticas, na medida em que os recursos não são provenientes de projetos turísticos elaborados individualmente ou em parceria e/ou acompanham as prioridades estabelecidas nas reuniões
3	LIMA, Renata Mayara Moreira; COSTA, João Bosco Araújo. Eficácia do Programa de Regionalização do Turismo nas regiões turísticas do Rio Grande do Norte (2004-2014). Revista Inter-Legere, v. 4, n. 31, p. e26413-e26413, 2021.	Revista Inter-Legere	2021	apresentar e discutir alguns resultados encontrados em uma pesquisa que avaliou a implementação do Programa de regionalização do Turismo nas regiões turísticas do Rio Grande do Norte no recorte temporal de dez anos (2004- 2014).	NÃO	Rio Grande do Norte	ESTADUAL	B4		LIMA; COSTA	2	Resultado da dissertação de mestrado Referencial teórico sobre avaliação de pp.
4	SERRA, Hugo Rogério Hage; PAZ, Izabela Rodrigues. O PROGRAMA MAPA DO TURISMO BRASILEIRO E SUA ESPACIALIDADE NO MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA. Caminhos de Geografia, v. 21, n. 77, p. 193-208, 2020.	Caminhos de Geografia	2020	analisar a espacialidade do Programa Mapa do Turismo Brasileiro no município de Marabá por meio da regionalização do território paraense empreendida pelo governo federal.	NÃO	Marabá-Pará	ESTADUAL (região)	A1	1	SERRA; PAZ	2	Discussão interessante por abordar as questões políticas por trás do mapa. Primeiro artigo que vi abordando especificamente esse assunto. "Os resultados mostram que agentes públicos e privados envolvidos no turismo de Marabá aderem ao PMTB apenas para angariarem fundos públicos, os quais, não necessariamente se manifestam em obras de repercussão espacial turística. Associado a isso, o PMTB toma o conceito de região turística como somatória de municípios sem haver um efeito regional entre eles."
8	TOMAZIN, Mariana; BENI, Mario Carlos. Limites e possibilidades da inclusão social pela Política Nacional de Turismo: O caso do Programa de Regionalização do Turismo. **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, v. 5, n. 8, 2017.	Revista Interdisciplinar em Turismo e Território [2318-8561]	2017	analisar os impactos sociais sobre a qualidade das políticas públicas no campo do turismo, tendo como indicador a inclusão social e como objeto de estudo o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil do Ministério do Turismo, o qual foi implementado em 2004.	SIM	Para contextualizar o movimento da totalidade/fragmentação do turismo nos territórios realizaram-se estudos de caso múltiplos, no Estado do Ceará e no Estado do Piauí.	REGIONAL	B2	6	BENI, MArio TOMAZIN, Mariana	2	O método escolhido é o do materialismo histórico dialético, o qual permite a compreensão da realidade social, para além das condições objetivas, analisando a relação da teoria e prática e interpretando o presente com base no passado.
9	DA SILVA, Rodrigo Cardoso; DA FONSECA, Maria Aparecida Pontes. Os investimentos do Ministério do Turismo e o Programa de Regionalização do Turismo: desencontros da política governamental no interior potiguar. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 17, n. 3, 2017.	Caderno Virtual de Turismo	2017	analisar o processo de interiorização do turismo potiguar, avaliando como os recursos repassados pelo MTur têm sido aplicados nos municípios pertencentes ao Polo Turístico Seridó (PTS) e ao Polo Turístico Agreste-Trairi (Ptat).	NÃO	Polo Turístico Seridó e o Polo Turístico Agreste-Trairi (RN)	REGIONAL	A4	1	DA SILVA; DA FONSECA	3	- A pesquisa foi realizada após os 10 (dez) anos de aplicação do modelo de gestão regionalizada do turismo (PRT). - Aborda a interiorização do turismo (interessante para o projeto de Silvia) - A pesquisa destaca a discrepancia de recursos recebidos por municípios (uns não possuem grande expressão turística, enquanto outros possuem e não receberam valores significativos). Muitas obras realizadas com os recursos estão totalmente desconectadas de atrativos turísticos e acabam servindo de embelezamento urbano ou propaganda eleitoral. Nenhum projeto foi realizado em conjunto com outro município tbm. - Os autores afirmam que "Inicialmente é necessário avaliar como e em que medida a política de regionalização do turismo conseguiu mudar o cenário e o funcionamento dos municípios integrados nas regiões turísticas do interior do RN, observando a efetividade da proposta dessa política de turismo e do PRT."
10	MACÊDO, Ermínia Medeiros et al. O Programa de Regionalização do Turismo no estado do Piauí: análise das fragilidades e desafios locais. COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional, v. 13, n. 2, p. 105-117, 2016.	COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional	2016	analisar o processo de implementação do Programa de Regionalização do Turismo no estado do Piauí.	NÃO	PIAUÍ	ESTADUAL		1	MACÊDO et al	4	
11	FERNANDES, Francine Lopes. O programa de regionalização do turismo e sua aplicação no circuito turístico caminhos gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS. 2012. p. 663-678.	CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS	2012	apresentar como se desenvolve a aplicação do Programa de Regionalização do Turismo no Circuito Turístico Caminhos Gerais a partir das diretrizes operacionais propostas pelo Programa.	SIM	região sul do estado de Minas Gerais	REGIONAL		3	FERNANDES	1	Analisa se as diretrizes operacionais do Programa de Regionalização do Turismo estão sendo executadas em Minas.
12	CAMPOS, Antônio Carlos; SANTOS, Luara Lázaro Gomes dos; SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus. Regionalização do turismo no Brasil e a descentralização do turismo no estado de Sergipe: o caso do roteiro cidades históricas. **XII Coloquio Internacional de Geocrítica**. 2012.	XII Coloquio Internacional de Geocrítica	2012	analisar a importância do planejamento para a construção de roteiros turísticos no estado de Sergipe, tomando como base, o roteiro Cidades Históricas, levando-se em consideração as premissas contidas no Programa de Regionalização do Turismo (PRT).	NÃO	Sergipe	ESTADUAL		10	CAMPOS; SANTOS; SANTOS	3	
13	NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça; FIGUEIREDO, Silvio Lima. Desenvolvimento e participação no Programa de Regionalização do Turismo. Desenvolvimento e Sustentabilidade. 2012, p. 29.		2012		NÃO	NACIONAL	BRASIL		-	NÓBREGA; FIGUEIREDO	2	Ótima abordagem sobre instância de governança
14	MORAIS, Luciana Rodrigues de; ANDRADE, José Roberto de. Programa de Regionalização do Turismo e sua aplicação em comunidades autóctones: o caso de Poço Redondo e Canindé do São Francisco-SE. Caderno Virtual de Turismo, v. 8, n. 2, 2008.	Caderno Virtual de Turismo	2008	identificar a efetiva atuação e possíveis mudanças no cenário turístico da região dos Lagos de Xingó, ocasionadas pela atuação do MTUR, através do PNT e do Programa de Regionalização do Turismo e ainda numa esfera regional o Plano Estratégico do Turismo em Sergipe	NÃO	Poço Redondo e Canindé de São Francisco, Sergipe	REGIONAL	A4	4	MORAES E ANDRADE	2	Comunidades que desconhecem o PRT. "Obtendo-se os resultados de que os municípios estudados não possuem uma política de turismo de gestão integrada e participativa, os produtos regionais não estão agregando valor ao produto turístico, ocasionando o esvaziamento da experiência turística, a renda gerada pelo turismo encontra-se centralizada. Concluindo-se que a atividade turística tal qual como ocorre atualmente não gera os benefícios econômicos para as comunidades locais, configurando-se numa atividade não sustentável com ausência de políticas públicas eficazes."

15	ROCHA, João Mendes da; JUNIOR, Danilo dos Santos Maia; SANTOS, Hikson de Paula. Turismo e espaço: considerações sobre o Programa de Regionalização do Turismo. Revista Múltipla – Ano XII - vol. 16 - no 22, p. 93-108, junho de 2007.	Revista Múltipla	2007	discutir e avaliar, de forma breve, o avanço do programa, observando as especificidades da atividade turísticas, as políticas pú-blicas de planejamento dos territórios e suas interfaces, bem como da dinâmica da atividade frente a essas políticas.	NÃO	BRASIL	BRASIL		2	ROCHA; JUNIOR; SANTOS	3	é possível que o Programa de Regionalização do Turismo se constitua em instrumento de desenvolvimento das regiões e, conseqüentemente, da atividade, atingindo as metas propostas no documento que o instituiu?'
16	CATAI, Henrique et al. O Programa de Regionalização do Centro-Norte Paulista–Circuito Caminhos da Anhangüera–e a participação da Universidade de Ribeirão Preto. SEMINTUR–SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. v. 6, 2006.	SEMINTUR–SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL	2006	apresentar os principais pontos que remetem a conceituação de regionalização presente em uma política pública de planejamento turístico, como também apresentar o processo de regionalização ocorrido no Estado de São Paulo, especificamente na região denominada "Centro-Norte Paulista".	NÃO	Centro-Norte Paulista	LOCAL - REGIÃO		2	Catai, Schnorr, Simonato, Molina e Bulzoni	4	Início do debate sobre planejamento integrado com outros municípios. "A visão de um planejamento individual, limitado por fronteiras e considerando cada município de forma isolada está em vias de desaparecer. Surge na gestão pública do turismo uma política voltada a integração de esforços e a apresentação de regiões turísticas, possibilitando a formulação de circuitos e rotas."
17	LAZZAROTTI, Fábio et al. Regionalização do Turismo: Uma Análise Espacial do Arranjo Produtivo Local Rota da Amizade. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, p. 03 a 05-03 a 05, 2008.	Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo	2008	Caracterizar as presenças das categorias espaciais possíveis, com base na localização dos atrativos turísticos no território.	NÃO	Meio-Oeste do estado de Santa Catarina.	LOCAL - REGIÃO	B2	0	LAZZAROTTI, Fábio et al.	5	
18	MACHADO, Álvaro; TOMAZZONI, Edegar. A regionalização turística do Rio Grande do Sul e sua contribuição como referência para a gestão regionalizada do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 5, n. 2, 2011.	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo,	2011	analisar os processos de regionalização turística do Rio Grande do Sul e as características da determinação dos espaços turísticos regionalizados do estado.	NÃO	Rio Grande do Sul	ESTADUAL	A3	35	MACHADO; TOMAZZONI	2	
19	VIRGINIO, Darlyne Fontes; FERREIRA, Lissa Valéria. Gestão pública do turismo: uma análise da política de regionalização no período 2004-2011 no Rio Grande do Norte, Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 13, n. 2, 2013.	Caderno Virtual de Turismo	2013	O Macroprograma de Regionalização do Turismo é uma importante política de desenvolvimento para o Rio Grande do Norte?	NÃO	Rio Grande do Norte	ESTADUAL	A4	21	VIRGINIO; FERREIRA	2	
20	FEGER, José Elmar et al. A rede relacional formada por atores sociais no contexto da regionalização do turismo: o caso da região turística litoral do Paraná (Brasil). In: **XIX Congresso AECIT: Tiempos de Cambio en el Turismo. Tenerife, Espanha**, 2016.	XIX Congresso AECIT: Tiempos de Cambio en el Turismo	2016	identificar e analisar a relevância dos atores na configuração do turismo da Região Turística Litoral do Paraná, estado da região sul brasileira, tomando como referência o nível de relacionamento entre eles, fundamentados nos preceitos teóricos da Análise de Redes Sociais (ARS).	NÃO	Paraná	ESTADUAL (região)		4	FEGER et al.	5	
21	ASSIS, Lenilton Francisco de. O programa de regionalização do turismo e os dilemas da integração territorial no noroeste do Ceará. **Revista GeoUECE**, v. 5, n. 8, p. 33-52, 2016.	Revista GeoUECE	2016	analisar os impactos territoriais das políticas de regionalização do turismo no Noroeste do Ceará, tendo como foco o município de Camocim que é um importante polo e corredor de fluxos que integra a Rota das Emoções.	SIM	CEARÁ	ESTADUAL (região)	A4	1	ASSIS	1	
22	BANTIM, Natasha Ribeiro; FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. Programa de Regionalização do Turismo: reflexões a partir do processo no Circuito das Águas Paulista. **Anais... Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, p. 1-15, 2016.	Anais... Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo	2016	investigar o processo de formação e o modelo de gestão do Circuito das Águas Paulista, pressupondo que ambos foram orientados pelas políticas públicas de turismo nacionais.	NÃO	São Paulo	ESTADUAL (região)		4	BANTIM; FRATUCCI	2	
23	CAMPOS, Josilene Barbara Ribeiro; MOESCH, Marustschka Martini; SILVA, C. S. Reflexões sobre o Programa de Regionalização do Turismo–Roteiros do Brasil implementado no destino indutor de São Raimundo Nonato–PI. **Anais do Seminário da ANPTUR**, 2016.	Anais do Seminário da ANPTUR	2016	fazer uma análise do processo de implantação do Programa de Regionalização Turismo – Roteiros do Brasil, em São Raimundo Nonato,	NÃO	Raimundo Nonato–PIAUÍ	LOCAL - REGIÃO		2	CAMPOS; MOESCH; SILVA	3	
24	VENÂNCIO, Maria das Graças Menezes. Planejamento e gestão do Programa de Regionalização do Turismo no Rio Grande do Norte. **Estudos de Administração e Sociedade**, v. 2, n. 2, p. 58-79, 2017.	Estudos de Administração e Sociedade	2017	analisar o Programa de Regionalização do Turismo no Rio Grande do Norte, que compreende um dos macroprogramas do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007/2010, com o propósito de fazer uma avaliação enfatizando a perspectiva administrativa.	NÃO	Rio Grande do Norte	ESTADUAL (região)		1	VENÂNCIO	1	
25	DA ROCHA, Andréia Magalhães. A EMERGÊNCIA DA POLÍTICA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO ESTADO DO PIAUÍ: DISCURSO A PARTIR DA FORMAÇÃO DO COMPLEXO NORDESTINO. Revista INTERFACE-UFRN/CCSA ISSN Eletrônico 2237-7506, v. 15, n. 1, p. 87-110, 2018.	Revista INTERFACE-UFRN/CCSA	2018	entender a emergência da política de regionalização do turismo no Estado do Piauí.	NÃO	Piauí	ESTADUAL		-	ROCHA	1	
26	SILVA, Alice De Santana; LIMA, Renata Mayara Moreira de. O PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO EM ALAGOAS: REFLEXÕES PRELIMINARES. **Anais do IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES**, 2019.	Anais do IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES	2019	apresentar parcialmente os resultados de uma pesquisa de iniciação científica que objetiva avaliar o desempenho do Fórum Estadual de Turismo de Alagoas de acordo com as diretrizes do PRT.	NÃO	ALAGOAS	ESTADUAL	-	-	SILVA; LIMA	2	

27	XAVIER, Thiago Reis et al. Aplicação do programa de regionalização do turismo em uma instância de governança regional no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Turismo: **Visão e Ação**, v. 23, p. 88-109, 2021.	Turismo: Visão e Ação	2021	analisar os mecanismos de governança turística do Fórum Regional de Turismo – Região Central, Rio Grande do Sul, Brasil.	NÃO	Rio Grande do Sul	ESTADUAL (região)	A3	5	XAVIER et at	3	
28	ANJOS, Francisco Antônio dos; ANDRADE, Ilário Caubi. As regiões turísticas de Santa Catarina: análise do desenvolvimento turístico regional a partir da categorização do mapa do turismo brasileiro-2019 (MTUR). Turismo: **Visão e Ação**, v. 23, p. 435-457, 2021.	Turismo: Visão e Ação	2021	analisar a evolução da categorização regional do turismo no Estado de Santa Catarina.	NÃO	Santa Catarina	ESTADUAL	A3	5	ANJOS; ANDRADE	2	
29	SERRA, Hugo Rogério Hage; PAZ, Izabela Rodrigues. O PAPEL DOS AGENTES DO TURISMO A PARTIR DO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO EM MARABÁ-PA. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 23, n. 85, p. 244-260, 4 fev. 2022. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlandia. http://dx.doi.org/10.14393/rcg238557844.	Caminhos de Geografia	2022	identificar e analisar a atuação dos agentes produtores do turismo em Marabá a partir da reprodução dos critérios do MTB.	NÃO	Marabá-Pará	ESTADUAL (região)	A1	-	SERRA; PAZ	2	
30	ENDRES, Ana Valéria. Políticas de turismo, desenvolvimento e o papel do estado: cenários e inquietações. **Em tese**, v. 5, n. 1, p. 74-97, 2008.	Em Tese	2008	Levantar questionamentos sobre as condutas dos governos estaduais (PA e PB) na implementação do PNMT e PRT	NÃO	PARÁ e PARAÍBA	REGIONAL		22	ENDRES	1	
31	ENDRES, Ana Valéria et al. A INFLUÊNCIA DO PRODETUR E DO PRT NO PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DO TURISMO NA PARAÍBA. **IV FCGTurH**, p. 115, 2016.		2016	Investigar de que maneira as ações do PRT e do PRODETUR, orientado pelo governo estadual, influenciam neste processo de interiorização.	NÃO	PARAÍBA	ESTADUAL			ENDRES et al	4	
32	FERNANDES, Laura Mary Marques; CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. A governança na política nacional de regionalização do turismo: estudo dos grupos gestores dos destinos indutores do Ceará. **Turismo: Visão e Ação**, v. 17, n. 2, p. 247-278, 2015.	Turismo: Visão e Ação	2015	identificar o desempenho dos grupos gestores dos destinos indutores do Ceará na condução do processo de regionalização.	NÃO	CEARÁ	ESTADUAL	A3	28	FERNANDES; CORIOLANO	2	
33	DA SILVA JÚNIOR, José Henrique. A Política interna de turismo como desenvolvimento regional: O programa de Regionalização do Turismo–Roteiros do Brasil. **Revista Pretexto**, 2006.	Revista Pretexto	2006	Refletir sobre a estratégia de desenvolvimento regional adotada pelo governo federal através do PRT.	SIM	DIAMANTINA - MG	LOCAL - MUNICIPAL	B3	2	DA SILVA JÚNIOR	1	

APÊNDICE B - Roteiro da entrevista semiestruturada

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE HOTELARIA E TURISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HOTELARIA E TURISMO

Roteiro da entrevista

Entrevistado:_____
Entidade / Instituição:_____
Função:_____

Dimensão Desenvolvimento do turismo no litoral norte de Pernambuco

1. Qual a contribuição do Programa de Regionalização do Turismo para o aumento da qualidade e competitividade da região turística Costa Náutica Coroa do Avião?
2. O Programa de Regionalização do Turismo contribui para o aumento da quantidade e qualidade dos produtos turísticos no litoral norte? Quais os instrumentos utilizados para monitorar a quantidade e a qualidade?
3. Os roteiros turísticos criados no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo contribuem para a ampliação e diversificação da oferta turística do litoral norte? Esses roteiros contribuem para o aumento do fluxo turístico?
4. A estratégia de regionalização contribui para o aumento da permanência e do gasto dos turistas no litoral norte?
5. O Programa de Regionalização do Turismo promove o desenvolvimento do turismo no âmbito da região turística do litoral norte?
6. A política de estruturar destinos indutores induz o desenvolvimento regional do turismo no litoral norte?

7. Qual a contribuição do Programa de Regionalização do Turismo na geração de trabalho e renda?
8. Quais os investimentos (projetos/convênios/emendas parlamentares) realizados no litoral norte no âmbito do Programa de Regionalização? Em que medida foram adequados?

Dimensão Estruturação de Produtos Turísticos no litoral norte de Pernambuco

9. A estratégia de segmentação turística (integrar atrativos, estabelecer parcerias e cooperação, e agregar atratividade) confere qualidade aos roteiros turísticos estruturados?
10. Os produtos associados ao turismo (artesanal, industrial, comercial e de serviços, como os roteiros turísticos) são facilmente incorporados e comercializados pelo mercado?
11. O marketing, como ferramenta de promoção e apoio à comercialização de produtos turísticos, tem contribuído para a promoção do litoral norte?

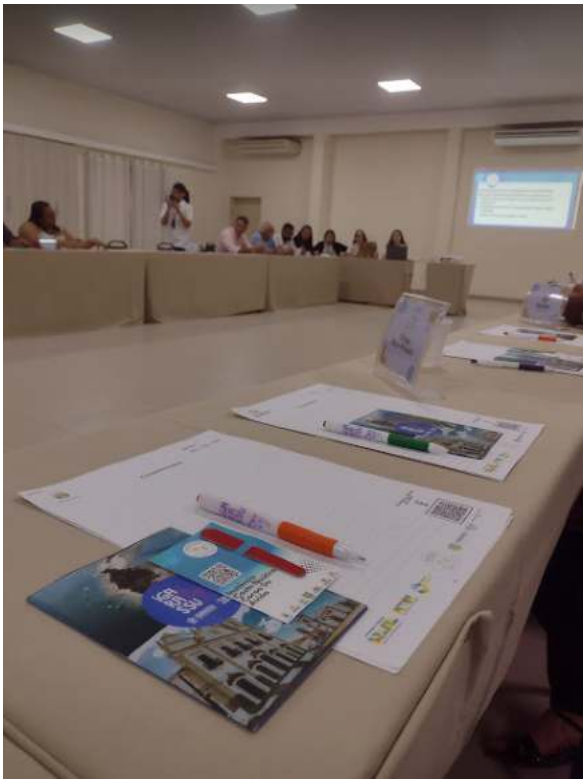
Dimensão Gestão Compartilhada do Turismo no litoral norte de Pernambuco

12. Como o Programa é recebido e assumido pelo Estado, região e municípios?
13. Como tem sido a articulação entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil para cumprimento de ações em prol do desenvolvimento do turismo no âmbito da região do litoral norte?
14. Qual tem sido a capacidade de implementação de plano estratégico regional por parte da instância de governança regional?

Dimensão Implementação da Estratégia do Programa de Regionalização do Turismo no litoral norte de Pernambuco

15. Quais os pontos positivos e negativos dos 9 Módulos Operacionais do Programa?
16. Os procedimentos de planejamento, monitoramento e avaliação atendem às necessidades do Programa?
17. Os recursos financeiros disponibilizados pela administração pública atendem às necessidades do Programa? E o seu uso é adequado às ações do Programa?

APÊNDICE C - Registros fotográficos da reunião da Instância Instância de Governança Costa Náutica Coroa do Avião



Linha do Tempo

ANEXO A - Matriz de Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo

MATRIZ DE AVALIAÇÃO

DIMENSÕES	VARIÁVEIS ESPECÍFICAS	PERGUNTAS CRÍTICAS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO	INSTRUMENTOS DE COLETA
1. Desenvolvimento do Turismo na Região Turística	1.1. Ampliação e fortalecimento de capital humano e social 1.2. Oferta e qualidade de equipamentos e serviços 1.3. Ampliação e diversificação de oferta turística 1.4. Fluxo turístico, permanência na região e gasto 1.5. Impactos na economia local	1A1. O Programa de Regionalização do Turismo contribui na formação de capital humano e social para o turismo regional? 1A2. Qual a contribuição do Programa de Regionalização do Turismo para o aumento da qualidade e competitividade das regiões turísticas? 1A3. Os produtos turísticos criados no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo são significativos em quantidade e qualidade? 1A4. Os roteiros turísticos criados no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo contribuem para a ampliação e diversificação da oferta turística? 1A5. Esses roteiros turísticos contribuem para o aumento do fluxo turístico nas regiões turísticas? 1A6. A estratégia de regionalização contribui para o aumento da permanência e do gasto dos turistas nas regiões turísticas? 1A7. O Programa de Regionalização do Turismo promove o desenvolvimento do turismo no âmbito das regiões turísticas?	• Número de atores e beneficiários sensibilizados e capacitados pelo Programa • Número de beneficiários sensibilizados e capacitados pelo Programa nas 62 regiões de atuação priorizadas pelo MTur • Número de organizações apoiadas pelo Programa • Número de organizações apoiadas pelo Programa nas 62 regiões de atuação priorizadas pelo MTur • Nível de agregação do Programa de Regionalização do Turismo para o aumento da qualidade e competitividade das regiões turísticas (ref. 2004-2010) • Produtos turísticos criados no âmbito do Programa • Qualidade dos produtos turísticos criados no âmbito do Programa • Variação (ampliação / diversificação) da oferta turística • Porcentagem de aumento do fluxo turístico nas regiões e nos destinos indutores (ref. 2004-2010) • Porcentagem de aumento do fluxo turístico nos roteiros estruturados pelo Programa • Variação do tempo médio de permanência (ref. 2004-2010) • Variação do gasto médio (ref. 2004-2010)	Atores, instituições e beneficiários que estiveram ou estão direta e indiretamente vinculados à implementação do Programa de Regionalização do Turismo, selecionados nas diversas Unidades da Federação • Gestores do MTUR • Técnicos da Coordenação-Geral de Regionalização (CGRG) • Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo • Conselheiros da Câmara de Regionalização do Conselho Nacional de Turismo • Prefeituras dos Municípios Turísticos (prefeitos e secretários) • Rede de Turismo de Base Comunitária • Instâncias de Governança Regional • Instituições de Ensino • Grupo Gestor dos Destinos Indutores • Sistema "S" (SEBRAE e SENAC) • Comissão de Turismo da Câmara • Comissão de Turismo do Senado • Conselho Nacional de Turismo • Demais representantes dos Ministérios • Colegiados Estaduais de Turismo • Economia da Experiência • Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização Turística • Agentes e atores empresariais do Turismo	• Questionários aplicados a Atores Relevantes • Entrevistas com Informantes-Chave • Oficias de Consulta a Grupos • Análise Documental • Consultas a Fontes de Informação Virtual

DIMENSÕES	VARIÁVEIS ESPECÍFICAS	PERGUNTAS CRÍTICAS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO	INSTRUMENTOS DE COLETA
		1A8. A política de estruturar destinos indutores induz o desenvolvimento regional do turismo? 1A9. O Programa de Regionalização do Turismo contribui para a sustentabilidade (sociocultural, econômica e ambiental) nas regiões turísticas contempladas? 1A10. Qual a contribuição do Programa de Regionalização do Turismo na geração de ocupação e renda? 1A11. Qual a contribuição do Programa de Regionalização do Turismo na distribuição da renda? 1A12. Em que medida os investimentos (convênios do Programa de Regionalização do Turismo, projetos de/com parceiros, emendas parlamentares) realizados em municípios e regiões turísticas foram adequados? 1A13. Qual o nível de benefício das ações realizadas pelo Programa (no que diz respeito aos aspectos ambientais, socioculturais, econômicos, financeiros e políticos), considerando-se os investimentos realizados?	• Número e percentual de municípios brasileiros contemplados pelo Programa de Regionalização do Turismo • Nível de promoção do desenvolvimento do turismo no âmbito das regiões turísticas provocado pelo Programa de Regionalização do Turismo • Grau de contribuição da política de estruturar destinos indutores ao desenvolvimento regional do turismo • Grau de contribuição do Programa de Regionalização do Turismo para a sustentabilidade (sociocultural, econômica e ambiental) nas regiões turísticas contempladas • Variação na ocupação nas regiões contempladas • Variação na renda nas regiões contempladas • Distribuição da renda nas regiões contempladas • Investimentos (convênios do Programa de Regionalização do Turismo, projetos de/com parceiros, emendas parlamentares) realizados em municípios e regiões turísticas • Grau de adequação dos investimentos (convênios do Programa de Regionalização do Turismo, projetos de/com parceiros, emendas parlamentares) realizados em municípios e regiões turísticas • Relação custo/benefício das ações realizadas pelo Programa	Principais Fontes Secundárias de Informação referentes à Implementação do Programa de Regionalização do Turismo • Planos Nacionais de Turismo (2003-2007/2007-2010) • Documento Referencial do Turismo no Brasil (2011-2014) • Documentos sobre o Programa de Regionalização do Turismo • Módulos Operacionais do Programa de Regionalização do Turismo • Relatório do Programa de Regionalização do Turismo: Panorama Geral e Propostas para o Futuro do País (2007) • Informações e publicações do IBGE e do Atlas de Desenvolvimento Humano • Pesquisas anuais de Conjuntura Econômica do Turismo • Caderno de Orientações Básicas para Estruturação de Segmentos Turísticos • Estudo de Competitividade (FGV) • Revista 5 anos da Regionalização • http://www.turismo.gov.br/dadosefatos	

DIMENSÕES	VARIÁVEIS ESPECÍFICAS	PERGUNTAS CRÍTICAS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO	INSTRUMENTOS DE COLETA
2. Estruturação de Produtos Turísticos	2.1. Apropriação da estratégia e da metodologia de segmentação turística 2.2. Estruturação de roteiros turísticos segmentados 2.3. Produtos associados ao Turismo (artesanal, industrial, comercial e de serviços) inseridos em roteiros turísticos 2.4. Inclusão socioprodutiva e acesso a mercado 2.5. Associação da imagem do turismo aos produtos associados 2.6. Promoção e apoio à comercialização	2A1. A estratégia de segmentação turística (integrar atrativos, estabelecer parcerias e cooperação, e agregar atratividade) confere qualidade aos roteiros turísticos estruturados? 2A2. Qual o valor da segmentação turística para a diversificação da oferta turística? 2A3. As iniciativas de apoio do Programa de Regionalização do Turismo para a estruturação dos roteiros turísticos são adequadas e apropriadas pelos atores envolvidos no processo? 2A4. Em que nível o Programa de Regionalização do Turismo orienta com clareza a inserção de produtos associados à atividade turística? 2A5. As estratégias de incorporação dos produtos associados ao turismo (artesanal, industrial, comercial e de serviços) estão sendo eficazes na sua adequação ao mercado? 2A6. Qual o nível de capacidade que as regiões turísticas têm para desenvolver uma identidade regional para o mercado que inclua a sua produção associada?	• Número de roteiros turísticos para o mercado estruturados • Grau de qualidade atribuído à estratégia de segmentação turística (integrar atrativos, estabelecer parcerias e cooperação, e agregar atratividade) • Percepção do grau de diversificação da oferta turística a partir da segmentação turística • Número de atores envolvidos no processo de roteirização • Percepção do grau de adequação e apropriação pelos atores envolvidos no processo • Produtos associados ao turismo (artesanal, industrial, comercial e de serviços) inseridos em roteiros turísticos identificados • Percepção da clareza de orientação do Programa de Regionalização do Turismo para a inserção de produtos associados à atividade turística • Número de empreendimentos inseridos na cadeia produtiva da Região (estimativa) • Resultados na adequação ao mercado dos produtos associados ao turismo • Número de regiões com logos e/ou marcas regionais • Número de produtos com logos e/ou marcas regionais (estimativa)	Atores, instituições e beneficiários que estiveram ou estão direta e indiretamente vinculados à implementação do Programa de Regionalização do Turismo, selecionados nas diversas Unidades da Federação • Gestores do MTur • Técnicos da Coordenação-Geral de Regionalização (CGRG) • Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo • Conselheiros da Câmara de Regionalização do Conselho Nacional de Turismo • Prefeituras dos Municípios Turísticos (prefeitos e secretários) • Rede de Turismo de Base Comunitária • Instâncias de Governança Regional • Instituições de Ensino • Grupo Gestor dos Destinos Indutores • Sistema "S" (SEBRAE e SENAC) • Comissão de Turismo da Câmara • Comissão de Turismo do Senado • Conselho Nacional de Turismo • Demais representantes dos Ministérios • Colegiados Estaduais de Turismo • Economia da Experiência • Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização Turística • Agentes e Atores Empresariais do Turismo	• Questionários aplicados a Atores Relevantes • Entrevistas com Informantes-Chave • Oficias de Consulta a Grupos • Análise Documental • Consultas a Fontes de Informação Virtual

DIMENSÕES	VARIÁVEIS ESPECÍFICAS	PERGUNTAS CRÍTICAS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO	INSTRUMENTOS DE COLETA
		2A7. Está sendo atribuída a importância necessária ao *marketing* como ferramenta de roteirização turística?	• Nível de capacidade das regiões turísticas para desenvolver uma identidade regional para o mercado que inclua a sua produção associada • Mecanismos de *marketing* utilizados na implementação dos roteiros turísticos	Principais Fontes Secundárias de Informação referentes à implementação do Programa de Regionalização do Turismo • Planos Nacionais de Turismo (2003-2007 / 2007-2010) • Documento Referencial do Turismo no Brasil (2011-2014) • Documentos sobre o Programa de Regionalização do Turismo • Módulos Operacionais do Programa de Regionalização do Turismo • Relatório do Programa de Regionalização do Turismo: Panorama Geral e Propostas para o Futuro do País (2007) • Informações e publicações do IBGE e do Atlas de Desenvolvimento Humano • Pesquisas Anuais de Conjuntura Econômica do Turismo • Caderno de Orientações Básicas para Estruturação de Segmentos Turísticos • Estudo de Competitividade (FGV) • Revista 5 anos da Regionalização • http://www.turismo.gov.br/dadosefatos	

DIMENSÕES	VARIÁVEIS ESPECÍFICAS	PERGUNTAS CRÍTICAS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO	INSTRUMENTOS DE COLETA
3. Gestão Compartilhada do Turismo na Região	3.1. Descentralização da gestão do turismo 3.2. Articulação de atores sociais e formação de redes e parcerias 3.3. Governança público-privada 3.4. Gestão compartilhada da construção e da implementação da visão de futuro do turismo regional	3A1. Há efetiva descentralização na implementação do Programa de Regionalização do Turismo? 3A2. Há efetiva distribuição de recursos no âmbito do MTur considerando as orientações técnicas do Programa de Regionalização? 3A3. Como o Programa é recebido e assumido pelos Estados, regiões e municípios? 3A4. Os Estados estão implementando a estratégia de regionalização nas regiões mais interiorizadas? 3A5. Como tem sido a articulação entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil para cumprimento de ações em prol do desenvolvimento do turismo no âmbito das regiões? 3A6. O Programa de Regionalização do Turismo contribui para a articulação de atores sociais, formação de redes e parcerias em âmbito regional? 3A7. O Programa de Regionalização do Turismo contribui para a criação e fortalecimento da governança público-privada regional?	• Capacidade de tomada de decisão das regiões na aplicação dos recursos captados (no nível estratégico e no nível operativo) • Distribuição dos recursos por macrorregião e região • Grau de incorporação do Programa pelos Estados, regiões e municípios • Taxa de regionalização interiorizada (regiões com destino indutor no interior/regiões contempladas pelo Programa) • Número de projetos resultantes da cooperação público-privada • Parcerias estabelecidas • Redes formadas e em funcionamento • Percepção do Nível de Articulação entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil • Instâncias de governança regionais criadas e/ou fortalecidas pelas ações do Programa • Número de instituições e organizações inseridas nas instâncias • Planos estratégicos regionais elaborados • Planos estratégicos regionais em processo de implementação	Atores, instituições e beneficiários que estiveram ou estão direta e indiretamente vinculados à implementação do Programa de Regionalização do Turismo, selecionados nas diversas unidades da Federação • Gestores do MTur • Técnicos da Coordenação-Geral de Regionalização (CGRG) • Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo • Conselheiros da Câmara de Regionalização do Conselho Nacional de Turismo • Prefeituras dos municípios turísticos (prefeitos e secretários) • Rede de Turismo de Base Comunitária • Instâncias de Governança Regional • Instituições de ensino • Grupo Gestor dos destinos indutores • Sistema "S" (SEBRAE e SENAC) • Comissão de Turismo da Câmara • Comissão de Turismo do Senado • Conselho Nacional de Turismo • Demais representantes dos Ministérios • Colegiados Estaduais de Turismo • Economia da Experiência • Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização Turística • Agentes e Atores Empresariais do Turismo	• Questionários aplicados a Atores Relevantes • Entrevistas com Informantes-Chave • Oficias de Consulta a Grupos • Análise Documental • Consultas a Fontes de Informação Virtual

DIMENSÕES	VARIÁVEIS ESPECÍFICAS	PERGUNTAS CRÍTICAS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO	INSTRUMENTOS DE COLETA
		3A8. Qual tem sido a capacidade de implementação de planos estratégicos regionais por parte das instâncias de governança regionais?		Principais Fontes Secundárias de informação referentes à implementação do Programa de Regionalização do Turismo • Planos Nacionais de Turismo (2003-2007 / 2007-2010) • Documento Referencial do Turismo no Brasil (2011-2014) • Documentos sobre o Programa de Regionalização do Turismo • Módulos Operacionais do Programa de Regionalização do Turismo • Relatório do Programa de Regionalização do Turismo: Panorama Geral e Propostas para o Futuro do País (2007) • Informações e publicações do IBGE e do Atlas de Desenvolvimento Humano • Pesquisas Anuais de Conjuntura Econômica do Turismo • Caderno de Orientações Básicas para Estruturação de Segmentos Turísticos • Estudo de Competitividade (FGV) • Revista 5 anos da Regionalização • http://www.turismo.gov.br/dadosefatos	

DIMENSÕES	VARIÁVEIS ESPECÍFICAS	PERGUNTAS CRÍTICAS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO	INSTRUMENTOS DE COLETA
4. Implementação da estratégia do Programa de Regionalização do Turismo	4.1. Sistema de gestão (nacional, macrorregional, estadual, regional, municipal) 4.2. Planejamento, monitoramento e avaliação do Programa 4.3. Comunicação interna e externa 4.4. Módulos operacionais 4.5. Disponibilidade e uso dos recursos financeiros do programa 4.6. Entidades de apoio (IADH, IMB, SEBRAE, Casa Brasil, FGV-Módulo)	4A1. Em que medida o Programa de Regionalização do Turismo é referencial para a atuação das diversas áreas do MTur e dos componentes do Sistema de Gestão (nacional, macrorregional, estadual, regional, municipal)? 4A2. Até que ponto a estratégia de estruturação dos 65 Destinos Indutores do desenvolvimento turístico regional influencia o processo de implementação do Programa? 4A3. Em que medida o Programa tem governabilidade na execução das ações planejadas no âmbito do MTur? 4A4. Os procedimentos de planejamento, monitoramento e avaliação atendem às necessidades do Programa? 4A5. Os processos e mecanismos de comunicação interna do Sistema de Gestão são adequados e geram entendimento? 4A6. Os processos e mecanismos de comunicação externa são suficientes e permitem conhecer com clareza as propostas e ações do Programa de Regionalização do Turismo?	• Percepção do grau de significância do Programa de Regionalização do Turismo • Percepção do grau de influência da estratégia de estruturação dos 65 Destinos Indutores na implementação do Programa • Percepção do grau de governabilidade do Programa na execução das ações planejadas no âmbito do MTur • Percepção de atendimento das necessidades do Sistema P-M-A • Grau de adequação e entendimento da comunicação interna • Sistema de Informações implantado • Grau de suficiência e conhecimento da comunicação externa • Frequência de acessos em relação aos assuntos/janelas disponibilizados • Releases produzidos • Coeficiente de ponderação de cada um dos 9 Módulos Operacionais • Ações Executadas/Ações Planejadas (estimativa) • Relação Ações Assumidas/Ações Planejadas (estimativa) • Percepção de atendimento das necessidades dos recursos financeiros disponibilizados • Orçamento do Programa	Atores, Instituições e beneficiários que estiveram ou estão direta e indiretamente vinculados à implementação do Programa de Regionalização do Turismo, selecionados nas diversas Unidades da Federação • Gestores do MTUR • Técnicos da Coordenação-Geral de Regionalização (CGRG) • Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo • Conselheiros da Câmara de Regionalização do Conselho Nacional de Turismo • Prefeituras dos municípios turísticos (prefeitos e secretários) • Rede de Turismo de Base Comunitária • Instâncias de Governança Regional • Instituições de Ensino • Grupo Gestor dos Destinos Indutores • Sistema "S" (SEBRAE e SENAC) • Comissão de Turismo da Câmara • Comissão de Turismo do Senado • Conselho Nacional de Turismo • Demais representantes dos Ministérios • Colegiados Estaduais de Turismo • Economia da Experiência • Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização Turística • Agentes e Atores Empresariais do Turismo	• Questionários aplicados a Atores Relevantes • Entrevistas com Informantes-Chave • Oficias de Consulta a Grupos • Análise Documental • Consultas a Fontes de Informação Virtual

DIMENSÕES	VARIÁVEIS ESPECÍFICAS	PERGUNTAS CRÍTICAS	INDICADORES	FONTES DE INFORMAÇÃO	INSTRUMENTOS DE COLETA
		4A7. Quais os pontos positivos e negativos em cada um dos 9 Módulos Operacionais do Programa? 4A8. Até que ponto as ações planejadas do Programa chegam aos destinatários (para os beneficiários)? 4A9. Até que ponto as ações planejadas são assumidas pelos destinatários (com/de/pelos beneficiários)? 4A10. Os recursos financeiros disponibilizados atendem às necessidades do Programa? 4A11. Em que medida o uso dos recursos financeiros disponíveis é adequado às ações do Programa? 4A12. Qual a pertinência e efetiva contribuição das entidades de apoio (IADH, IMB, SEBRAE, Casa Brasil, FGV-Módulo) na aplicabilidade do Programa?	• Percepção de adequação dos recursos financeiros às ações do Programa • Esforço/gasto efetivamente despendido nas ações do Programa • Índice de eficácia das entidades de apoio	Principais Fontes Secundárias de Informação referentes à implementação do Programa de Regionalização do Turismo • Planos Nacionais de Turismo (2003-2007 / 2007-2010) • Documento Referencial do Turismo no Brasil (2011-2014) • Documentos sobre o Programa de Regionalização do Turismo • Módulos Operacionais do Programa de Regionalização do Turismo • Relatório do Programa de Regionalização do Turismo: Panorama Geral e Propostas para o Futuro do País (2007) • Informações e Publicações do IBGE e do Atlas de Desenvolvimento Humano • Pesquisas Anuais de Conjuntura Econômica do Turismo • Caderno de Orientações Básicas para Estruturação de Segmentos Turísticos • Estudo de Competitividade (FGV) • Revista 5 anos da Regionalização • http://www.turismo.gov.br/dadosefatos	

ANEXO B - Portaria MTur nº 41/2021

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 1 ISSN 1677-7042 Nº 222, sexta-feira, 26 de novembro de 2021

Ministério do Turismo

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MTUR Nº 41, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2021

Consolida e atualiza as normas sobre o Programa de Regionalização do Turismo, a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa do Turismo Brasileiro, além de estabelecer os critérios, as orientações, os compromissos, os procedimentos e os prazos para a composição deste.

O MINISTRO DE ESTADO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º, inciso VI, da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e no Decreto nº10.139, de 28 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Esta Portaria consolida e atualiza as principais normas sobre o Programa de Regionalização do Turismo, a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa do Turismo Brasileiro, além de estabelecer os critérios, as orientações, os compromissos e os procedimentos para a composição deste.

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

Art.2º Fica ratificado o Programa de Regionalização do Turismo, instituído pela Portaria MTur nº 105, de 16 de maio de 2013.

Parágrafo único. O Programa de Regionalização do Turismo tem por objetivo promover a convergência e a articulação das ações do Ministério do Turismo e do conjunto das políticas públicas setoriais e locais, tendo como foco a gestão, a estruturação e a promoção do turismo no Brasil, de forma regionalizada e descentralizada, alinhadas aos princípios da Política Nacional de Turismo, estabelecidos pela Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.

Art. 3º São objetivos do Programa de Regionalização do Turismo:

I - mobilizar e articular os programas e ações no âmbito do Ministério do Turismo, de outros órgãos públicos e das agências de fomento nacionais e multilaterais, para a abordagem territorial e a gestão descentralizada do turismo;

II - estabelecer critérios e parâmetros para a categorização dos municípios, de modo a gerar indicadores de desempenho para a tomada de decisão técnica e política;

III - promover a integração e o fortalecimento das instâncias colegiadas nos estados, regiões e municípios;

IV - incentivar e apoiar a formulação e a gestão de planos turísticos estaduais, regionais e municipais, com o protagonismo da cadeia produtiva, adotando visão integradora de espaços, agentes, mercados e políticas públicas;

V - prover os meios para qualificar os profissionais e serviços, bem como incrementar a produção associada nas regiões e municípios turísticos;

VI - fomentar o empreendedorismo nos estados, regiões e municípios turísticos;

VII - fomentar a captação e promoção de investimentos no âmbito dos estados, regiões e municípios turísticos, capacitando os gestores para estas finalidades;

VIII - identificar as necessidades de infraestrutura dos estados, regiões e municípios e articular sua priorização com áreas setoriais;

IX - apoiar a promoção e comercialização dos produtos turísticos;

X - transferir conhecimento técnico visando à eficiência e eficácia da gestão pública de turismo no País;

XI - definir critérios, parâmetros e métodos capazes de estimular e disseminar as melhores práticas e iniciativas em turismo no País; e

XII - estabelecer critérios para a ampliação do uso de editais de seleção pública, na escolha de projetos para a destinação de recursos públicos do orçamento.

Art. 4º O Programa de Regionalização do Turismo está alicerçado na gestão compartilhada, descentralizada, coordenada e integrada, proporcionando a participação, a democratização, os consensos e acordos, envolvendo a multiplicidade e diversidade de entes institucionais, agentes econômicos e sociedade civil organizada.

§ 1º Para os fins desta Portaria, a gestão compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo estrutura-se nos seguintes níveis de atuação:

ÂMBITO	INSTITUIÇÃO	COLEGIADO	EXECUTIVO
Nacional	Ministério do Turismo	Conselho Nacional	Coordenação-Geral de Áreas Estratégicas para o Desenvolvimento Turístico, do Departamento de Ordenamento, Parcerias e Concessões da Secretaria Nacional de Atração de Investimentos, Parcerias e Concessões
Estadual	Órgão Oficial de Turismo da UF	Conselho / Fórum Estadual	Interlocutor Estadual
Regional	Instância de Governança Regional		Interlocutor Regional
Municipal	Órgão Oficial de Turismo do Município	Conselho / Fórum Municipal	Interlocutor Municipal

ANEXO C - PRT Novo Ciclo: resultados desejáveis e sugestão de indicadores, por linha de atuação

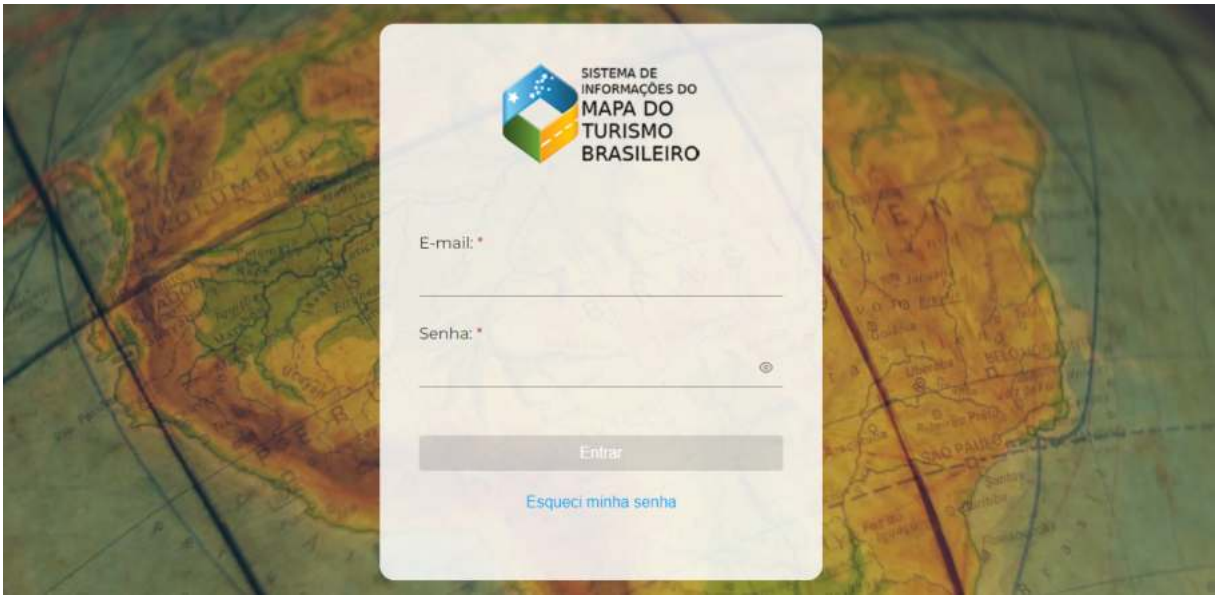
LINHA DE ATUAÇÃO: **GESTÃO**	
RESULTADOS	SUGESTÃO DE INDICADORES
• Engajamento efetivo de atores públicos e privados nas regiões turísticas. • Iniciativa privada atuando com mais protagonismo nas ações de regionalização. • Interlocutores qualificados para o exercício da gestão. • IGRs institucionalizadas com CNPJ e direcionamento estratégico • IGRs qualificadas para gestão autônoma e sustentável. • Cultura da gestão disseminada e estabelecida nas instituições que atuam no PRT. • Novas ferramentas de gestão sendo utilizadas pelas instituições envolvidas no PRT.	• Engajamento efetivo de atores públicos e privados nas regiões turísticas. • Iniciativa privada atuando com mais protagonismo nas ações de regionalização. • **Número de interlocutores qualificados para o exercício da gestão.** • **Número de IGRs institucionalizadas com CNPJ e direcionamento estratégico.** • **Número de IGRs qualificadas para gestão autônoma e sustentável.** • Cultura da gestão disseminada e estabelecida nas instituições que atuam no PRT. • **Relação das novas ferramentas de gestão utilizadas pelas instituições envolvidas no PRT.**

LINHA DE ATUAÇÃO: **ORDENAMENTO TERRITORIAL**	
RESULTADOS	SUGESTÃO DE INDICADORES
• Interlocutores e IGRs qualificados para o ordenamento territorial. • Planejamento do espaço turístico dos municípios realizado com o uso de instrumentos de ordenamento territorial. • Oferta turística dos municípios disponibilizada e georreferenciada. • Panorama da demanda turística regional disponibilizado. • Atividade turística das regiões turísticas dimensionada.	• **Número de interlocutores e IGRs qualificados para o ordenamento territorial.** • Planejamento do espaço turístico dos municípios realizado com o uso de instrumentos de ordenamento territorial. • **Relação da oferta turística dos municípios disponibilizada e georreferenciada.** • Panorama da demanda turística regional disponibilizado. • **Dimensionamento da atividade turística das regiões turísticas.**

LINHA DE ATUAÇÃO: **COMUNICAÇÃO**	
RESULTADOS	SUGESTÃO DE INDICADORES
• Atores da regionalização capacitados para desenvolver ações de comunicação. • Relacionamento estabelecido por meio do conteúdo divulgado estrategicamente. • Parcerias estabelecidas com instituições-chave para regionalização do turismo. • Redes de informação e comunicação formadas e produzindo resultados nas diferentes instâncias de atuação do PRT. • Regiões turísticas com identidade visual e ferramentas digitais viabilizadas para informação, promoção e apoio à comercialização dos destinos, produtos e serviços. • Portais oficiais de turismo dos estados, regiões e municípios disponibilizados e eficazes. • Planos de comunicação confeccionados com enfoque nas regiões turísticas e orientando ações. • Canais de comunicação estabelecidos entre os governos federal, estadual e municipal para divulgação contínua do PRT e de seus produtos e serviços regionais. • IGRs com áreas de comunicação implantadas em suas estruturas organizacionais.	• **Número de atores da regionalização capacitados para desenvolver ações de comunicação.** • Relacionamento estabelecido por meio do conteúdo divulgado estrategicamente. • **Relação de parcerias estabelecidas com instituições-chave para regionalização do turismo.** • Redes de informação e comunicação formadas e produzindo resultados nas diferentes instâncias de atuação do PRT. • **Relação das regiões turísticas com identidade visual e ferramentas digitais viabilizadas para informação, promoção e apoio à comercialização dos destinos, produtos e serviços.** • **Relação dos portais oficiais de turismo dos estados, regiões e municípios disponibilizados e eficazes.** • **Número de planos de comunicação confeccionados com enfoque nas regiões turísticas e orientando ações.** • **Relação dos canais de comunicação estabelecidos entre os governos federal, estadual e municipal para divulgação contínua do PRT e de seus produtos e serviços regionais.** • **Número de IGRs com áreas de comunicação implantadas em suas estruturas organizacionais.**

LINHA DE ATUAÇÃO: **PROMOÇÃO**	
RESULTADOS	SUGESTÃO DE INDICADORES
• Atores da regionalização e prestadores de serviços turísticos qualificados. • Atitudes empreendedoras fomentando novos negócios no turismo. • Maior número de produtos turísticos qualificados e competitivos disponibilizados no mercado. • Parceiros estratégicos e iniciativa privada atuando como protagonistas na promoção turística. • Processos de inteligência de mercado sendo desenvolvidos com o uso das tendências.	• **Número de atores da regionalização e prestadores de serviços turísticos qualificados.** • Atitudes empreendedoras fomentando novos negócios no turismo. • **Número de produtos turísticos qualificados e competitivos disponibilizados no mercado.** • Parceiros estratégicos e iniciativa privada atuando como protagonistas na promoção turística. • Processos de inteligência de mercado sendo desenvolvidos com o uso das tendências.

ANEXO D - Plataforma do SISMAPA - Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro



ANEXO E - Questionário incluso no Sistema de Informações do Mapa do Turismo - SISMAPA, do Ministério do Turismo - Mtur

EMPETUR Secretaria de Turismo e Lazer PERNAMBUCO

EMPRESA DE TURISMO DE PERNAMBUCO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS – EMPETUR

DIRETORIA DE ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO – DET

GERÊNCIA DE DESTINOS E PRODUTOS TURISTICOS - GPT

Questionário incluso no Sistema de Informações do Mapa do Turismo Brasileiro – SisMapa, do Ministério do Turismo - MTur

Em relação ao Conselho Municipal de Turismo

Informações

O Conselho Municipal de Turismo encontra-se em qual situação? *

( ) ativo ( ) inativo

O Município possui plano Municipal de Turismo? *

( ) Sim

( ) Não

Lei de Criação *

(Citar e anexar a Lei)

Nome do Presidente do Conselho:

_____

Sites:

_____

Nome do Conselho Municipal de Turismo:

_____

E-mail:

CEP:

Logradouro:

EMPETUR Secretaria de Turismo e Lazer PERNAMBUCO

Localidade:

Bairro:

Complemento:

Telefones:

Quais foram os projetos ou ações entregues pelo Conselho Municipal de Turismo nos últimos dois anos?

(Caso existam, citar os projetos ou ações)

1- O Conselho dispõe de dados Estatísticas sobre a demanda turística do Município?
2- Abre campo para anexar o arquivo correspondente: até XX gigas.

- Marque apenas a alternativa correta.
( ) Sim
- Se sim, (ATENÇÃO – se responder "sim" vai ter que anexar e mandar pra Empetur os arquivos que comprovam).
( ) Não.

Informações Turísticas

Centro de Atendimento ao Turista

Nome:

Horário de Funcionamento:

Cep:

Logradouro:

Localidade:

Bairro:

Complemento:

Telefones:

Idiomas:

Principais Atrativos Turísticos do Município

EMPETUR Secretaria de Turismo e Lazer PERNAMBUCO

Cite os principais atrativos turísticos do município (campo opcional, com opção de adição de até 5 atrativos)

Nome do atrativo:

Breve descritivo do atrativo:

Em relação aos Atrativos Turísticos

1-Qual o estado de conservação dos atrativos turísticos? () Boa () Regular () Ruim () Precária () Observação: _____	- Marque X na alternativa correta
1-Quais atrativos geram maior fluxo turístico no destino? () Atrativos Naturais, () Atrativos Culturais.	- Marque X na alternativa correta:
1-Os atrativos turísticos existentes estão incluídos em roteiros turísticos comercializados?	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim () Não.
1-O Município dispõe de ação(ões) de promoção dos produtos turísticos? 2- Qual o tipo de material promocional produzido? ____	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim - Se sim, responder quais. () Não. - Se não, pula para a próxima pergunta.
1-Quais eventos relacionados ao Turismo são realizados no Município?	- Campo livre para preenchimento.
1-Dos eventos citados, quais estão no Calendário Nacional de Eventos do Ministério do Turismo?	- Campo livre para preenchimento.
1-Possui espaços para eventos e negócios?	() Sim - Se sim, cite os espaços () Não. - Se não, pula para a próxima pergunta.
1-O Município dispõe de edificações tombadas com fluxo e interesse turístico? 2- Quantas? _____ 3- Descreva quais? _____	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim - Se sim, responder quantas e descrever quais. () Não. - Se não, pula para a próxima pergunta.

EMPETUR Secretaria de Turismo e Lazer PERNAMBUCO

Em relação à Atividade Turística / Planejamento e Governança para o Turismo

Atividade Turística Descrição da Pergunta	**Resposta para marcação**
1- O Município possui Legislação relacionada ao Turismo? 2- Descreva quais? _____	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim - Se sim, descrever quais. () Não. - Se não, pula para a próxima pergunta.
1-O Município participa de governanças regionais e estaduais de turismo? 2- Descreva quais? _____	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim - Se sim, descrever quais. () Não. - Se não, pula para a próxima pergunta.
1- Informar as principais parcerias, rede de cooperação, intercâmbios etc. com outros municípios e/ou entidades regionais, nacionais ou internacionais voltados ao desenvolvimento do Turismo.	- Campo livre para preenchimento.
1-O Município participa ou é contemplado em programas ou projetos com o MTur? 2- Descreva quais? _____	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim - Se sim, descrever quais. () Não. - Se não, pula para a próxima pergunta.
1-Informe quais as principais atividades econômicas em seu Município? () Agricultura e Pecuária; () Indústria de base; () Manufatura; () Comércio; () Serviços; () Turismo e () Outros, descreva: _____	- Marcar X tudo o que for aplicável.
1-Há um Fundo Municipal de Turismo? 2- Informar o valor disponível? _____ 3- Informar o nº da legislação vigente? _____	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim - Se sim, responda as perguntas. () Não. - Se não, pula para a próxima pergunta.
1-O Município possui Plano Diretor Urbano que contemple o Setor de Turismo? 2- Qual o número da Lei? _____	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim - Se sim, responda à pergunta e anexar arquivo: até XX gigas. () Não. - Se não, pula para a próxima pergunta.

EMPETUR Secretaria de Turismo e Lazer PERNAMBUCO

1- O Município possui Plano Municipal de Turismo e /ou Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo? 2- Qual ano?	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim - Se sim, responda à pergunta e anexar arquivo: até XX gigas. () Não. - Se não, pula para a próxima pergunta.
1 – O Município possui Plano de Marketing do Turismo ou outros similares?	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim - Se sim, responda à pergunta e anexar arquivo: até XX gigas. () Não. - Se não, pula para a próxima pergunta.
1-O Município possui programas, projetos e ações acerca da atividade turística? 2- Quais? _____	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim - Se sim, responda à pergunta e anexar arquivo: até XX gigas. () Não. - Se não, pula para a próxima pergunta
1- Possui gestão adequada de Resíduos Sólidos? (Conforme Lei nº 12.305/2010).	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim () Não.
1- Qual a receita tributária das atividades turísticas no município?	- Campo livre para preenchimento.
1- O município possui Inventário Turístico?	() Sim () Não

Em relação à Sazonalidade, Oferta e Outros Serviços e Equipamentos de Apoio

Descrição da Pergunta	Resposta para marcação
1- Quantos meios de hospedagem e número de Leitos existem em seu município? Icnógrafo: descrever: (Os meios de hospedagem são empreendimentos públicos ou privados com serviços da acomodação, que compreendem desde a simples hospedagem domiciliar ou albergue a um palácio com turismo rural ou um mega hotel resort. ex.: hotel, resort, hotel fazenda, hotel histórico, pousada e flat/apart-hotel).	

EMPETUR Secretaria de Turismo e Lazer PERNAMBUCO

2- Nº de hospedagem: __ 3- Nº de Leitos: __ 4- Outros, descreva:____	
1- Quais os meios de hospedagem mais utilizado pelo turista? () Hotel () Pousada () Camping () Hostel () Casa de amigos/parentes () Outros, descreva:____	- Marcar X tudo o que for aplicável.
1-Quantos meios de hospedagem possuem cadastro no Sistema CADASTUR? (Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de Turismo). 2 - Nº de cadastros: _____	
1-Qual o período de maior fluxo turístico? (descreva os meses de Jan-Dez).	- Campo livre para preenchimento.
1-Qual o meio de comunicação utilizado para divulgação do destino? () Internet () Jornais () rádio e televisão () Indicação de parentes/amigos () Rede sociais () Outros, descreva:_____	- Marcar X tudo o que for aplicável.
1-Qual a média do número de empregos gerados no setor de hospedagem? Nº em média: _____	
1-O Município possui cursos, programas e/ou ações de qualificação profissional para o turismo? 2 - Quais? _____	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim - Se sim, responda a pergunta. () Não. - Se não, pula para a próxima pergunta.
1-Já houve manifestação de interesse de investidores em empreender no setor de turismo no município? 2 - Quais? _____	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim - Se sim, responda a pergunta. () Não. - Se não, pula para a próxima pergunta.
1-Possui guias e/ou condutores de turismo? 2 - Quantos? _____	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim - Se sim, responda a pergunta. () Não.

EMPETUR Secretaria de Turismo e Lazer PERNAMBUCO

	- Se não, pula para a próxima pergunta.
1- O Município possui locadoras de imóveis, automóveis, embarcações e aeronaves para temporadas? 2 - Quais? _____	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim - Se sim, responda a pergunta. () Não. - Se não, pula para a próxima pergunta.
1-Quantas agências bancárias e casas de câmbio o município possui? Nº: agências: _____ Nº casa de câmbio: _____	
1-Quantos templos de manifestação de fé, igrejas o município possui? Nº: _____	

Em relação à Infraestrutura e Acessibilidade

Descrição da Pergunta	Resposta para marcação
1-O município possui abastecimento de água, serviços de esgoto, serviços de energia, serviços de coleta de lixo? 2 - Quais? _____	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim - Se sim responda a pergunta. () Não. - Se não, pula para a próxima pergunta.
1-O município possui aeroporto? 2 - Cite-o:_____	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim - Se sim, responda a pergunta. () Não. - Se não, pula para a próxima pergunta.
1-Quais os tipos de sistema de Transporte? () Transporte ferroviário turístico (Trens turísticos, teleféricos e similares); () Transporte aquaviário: (cabotagem, navegação interior em linhas regulares); () Transporte aéreo de passageiros: (Doméstica ou Internacional e similares); () Transporte rodoviário de passageiros: (Transporte rodoviário coletivo de passageiros, organização de excursões	- Marque apenas a alternativa correta.

EMPETUR Secretaria de Turismo e Lazer PERNAMBUCO

em veículos rodoviários próprios, Serviço de táxi e locação de automóveis).	
1-Qual a principal forma de acesso ao(s) destino(s) turístico(s)? () Aeroporto, () Ferrovia, () Hidrovia, () Rodovia.	- Marcar X tudo o que for aplicável.
1-Qual a situação do acesso aos Atrativos Turísticos do município? () Boa, () Regular, () Ruim, () Precária.	- Marque apenas a alternativa correta.
1-Qual a situação atual da Sinalização Turística do município? () Boa, () Precária, () Não tem sinalização turística.	- Marque apenas a alternativa correta.
1-O Município faz parte de alguma rota turística? 2 - Quais? _____	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim -Se sim, responda à pergunta. () Não. - Se não, pula para a próxima pergunta.
1-Existe linha regular de transporte turístico que interligue os principais atrativos? 2 - Descreva as rotas turísticas: _____	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim - Se sim, responda à pergunta. () Não. - Se não, pula para a próxima pergunta.
1-Qual a qualidade da rede de telefonia celular do município? () Ótimo, () Bom, () Regular, () Ruim, () Inexistente.	- Marque apenas a alternativa correta.
1-Qual a qualidade do fornecimento de internet no município? () Ótimo, () Bom,	- Marque apenas a alternativa correta.

() Regular,
() Ruim,
() Inexistente.

1-Quantos prontos socorros 24h existem?
2- Nº Públicos: _____
3- Nº Privados: _____

1- Quais sistema de segurança e equipamentos que proporcionam à população e ao turista as garantias básicas do cidadão? () Delegacias de polícia, () Postos de polícia rodoviária, () Marítima, aérea e de fronteiras, () Corpo de bombeiros, () Postos de saúde, () Hospitais e defesa civil, () Outros: _____	- Marque X tudo o que for aplicável.
1-Há delegacia de proteção ao turista?	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim () Não.
1- Existem locais de embarque e desembarque sinalizados e com acesso em nível?	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim () Não.
1-Existem espaços reservados para pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida?	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim () Não.
1-O município dispõe de profissionais capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência? (ex.: domínio da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS).	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim () Não.

Em relação à Economia Local

Descrição da Pergunta	Resposta para marcação
1-Quais são os agentes financeiros presentes no município?	- Campo livre para preenchimento.

1- As Empresas do seu Município tiveram acesso ao crédito do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR? 2- Quantas? _____ 3-Quais foram as dificuldades para o acesso? _____	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim -Se sim, responda às perguntas. () Não.
1- Existe outras linhas de crédito para acesso pelos empresários do trade turístico no Município? 2- Quais? _____	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim -Se sim, responda à pergunta. () Não. - Se não, pula para a próxima pergunta.
1-Qual o número total de empresas formais do setor do turismo existentes no município?	- Campo livre para preenchimento.
1- Qual a média do número de empregos gerados no Setor de Turismo?	- Campo livre para preenchimento.
1-Há uma política de atração de investimentos privados para o setor? 2 - Quem é o responsável? _____	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim - Se Sim, responda à pergunta. () Não. - Se não, pula para a próxima pergunta.

A Lei complementar nº 116 de 2003 lista os serviços tributáveis pelo ISS. Qual a arrecadação e a alíquota média aplicada do Imposto ISS nas atividades de turismo contidas no item 9 (Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres) da referida lei, para os anos de 2021 e 2022?

1 - Valor da arrecadação em 2021 (R$) *

R$

2 - Alíquota média do ISS em 2021 (%) *

% 0,00

1 - Valor da arrecadação em 2022 (R$) *

R$ 0,00

2 - Alíquota média do ISS em 2022 (%) *

% 0,00

EMPETUR Secretaria de Turismo e Lazer PERNAMBUCO

Em relação aos Aspectos Ambientais e Naturais

Descrição da Pergunta	Resposta para marcação
1-Quais tipos de Patrimônio Natural? () Parques Naturais, () Unidade de Conservação, () Reservas ecológicas, () Jardins Botânicos, () Aquários.	- Marque X tudo o que for aplicável.
1-Há unidades de conservação (federal, estadual e/ou municipal)? 2- Quais estão fechadas para uso público? _____	- Marque apenas a alternativa correta. () Sim - Se Sim, responda à pergunta. () Não. - Se não, pula para a próxima pergunta.
1-Quais tipos de Patrimônio Cultural? () Histórico: (edificações tombadas com genuíno fluxo e interesse turístico e histórico); e () Equipamentos: (Museus; Pinacotecas; Teatros; Anfiteatros).	- Marque apenas a alternativa correta.

Na lista abaixo, marque os segmentos de acordo com sua ordem de importância na geração de receitas para o município para os anos de 2021 e 2022, sendo 1 o mais importante e 6 o menos importante (não é preciso marcar nenhum número nos segmentos que não tenham nenhuma importância para o município).

Segmentos em 2021

Negócios e eventos

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6

Sol e Praia

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6

Turismo Cultural

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6

Ecoturismo

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6

Turismo de Aventura

EMPETUR Secretaria de Turismo e Lazer PERNAMBUCO

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6

Outros: _____

Segmentos em 2022

Negócios e eventos

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6

Sol e Praia

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6

Turismo Cultural

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6

Ecoturismo

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6

Turismo de Aventura

( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ( ) 6

Outros: _____

ANEXO F - Notícia no portal do Mtur sobre a atualização do Mapa em 2023

BRASIL | CORONAVÍRUS (COVID-19) | Simplifique! | Participe | Acesso à informação | Legislação | Canais

ACESSIBILIDADE | ALTO CONTRASTE | MAPA DO SITE

Ministério do Turismo

Estratégias Territoriais para o Desenvolvimento Turístico

SECRETARIA NACIONAL DE PLANEJAMENTO, SUSTENTABILIDADE E COMPETITIVIDADE NO TURISMO

Quem somos | Fale Conosco

PÁGINA INICIAL > ÚLTIMAS NOTÍCIAS > ATUALIZAÇÃO - COMEÇA O PRAZO PARA OS MUNICÍPIOS INICIAREM A RENOVAÇÃO DOS CADASTROS NO MAPA DO TURISMO BRASILEIRO

Problemas com o Mapa? Reclame Aqui

Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo

ASSUNTOS

- Programa de Regionalização do Turismo
- Governanças - PRT
- Mapa do Turismo Brasileiro
- Categorização dos Municípios
- PRT+Integrado
- Documentos Orientadores
- Legislação
- Mural de Recados
- Reuniões

CENTRAL DE CONTEÚDOS

- Publicações
- Imagens
- Vídeos

ATUALIZAÇÃO - Começa o prazo para os municípios iniciarem a renovação dos cadastros no Mapa do Turismo Brasileiro

Atualizações devem ser feitas em até 30 dias antes do cadastro inicial, realizado no ano passado

Publicado: Quarta, 01 de Março de 2023, 16h49
Última atualização em Quarta, 01 de Março de 2023, 16h49
Acessos: 1722

Tweetar | Curtir 93 mil

Crédito: Arquivo MTur

Os gestores municipais de turismo de todo o país poderão, a partir desta terça-feira (28.02), renovar os cadastros dos seus municípios no novo Mapa do Turismo Brasileiro. Para isso, é preciso ficar atento às notificações da plataforma e à data de realização do cadastro inicial, disponível nos certificados entregues no último ano. Toda a documentação deve ser atualizada para o exercício vigente, caso contrário o município será excluído do sistema. Assim como em 2022, a plataforma, desenvolvida pelo Ministério do Turismo, está aberta durante todo o ano para o cadastro de novos destinos.

Renove seu cadastro AQUI.

Para a ministra do Turismo, Daniela Carneiro, é de suma importância que os municípios atualizem as suas informações, para que assim possam ampliar a potencialidade do turismo no Brasil. "O Mapa do Turismo é uma ferramenta super importante e que nos ajuda a desenvolver políticas eficaz que impactem diretamente na vida da nossa população. Por isso, gestores, fiquem atentos ao prazo e nos ajudem a reconstruir o Turismo brasileiro", destacou a ministra.

A participação no Mapa é aberta a todos os municípios brasileiros, desde que observem os critérios estabelecidos em Portaria Ministerial nº 41/2021, construídos em conjunto com as Unidades da Federação. Os estados e o DF podem definir exigências complementares, que devem ser igualmente respeitadas.

Além disso, o município precisa dispor de uma secretaria/departamento para o turismo, Lei Orçamentária, prestadores de serviços turísticos de atividade obrigatória regular no CADASTUR, Conselho Municipal de Turismo ativo, assinar um termo de compromisso e preencher a aba referente a atividade turística dos municípios. Por fim, devem comprovar a existência de uma instância de governança regional no turismo, como um conselho, fórum, comitê ou associação, responsável por sua gestão.

Posteriormente ao preenchimento das informações pelos municípios, os estados e o DF, por meio de seus órgãos oficiais de turismo, têm até 30 dias corridos para revisar e homologar os cadastros no sistema do Mapa e enviar para aprovação do Ministério do Turismo, que tem até 15 dias corridos para realizar a aprovação e publicá-lo no Mapa do Turismo. Após a inclusão, este cadastramento terá sua validade por 01 (um) ano.

NOVO SISTEMA - A plataforma entrará em 2023 de cara nova! A versão 2.0 traz funcionalidades inédita, como o "fluxograma de análise técnica" que possibilitará ao gestor municipal acompanhar o seu processo de atualização ou de cadastro no sistema. Além disso, eles verão um novo layout que aprimorará a navegação dos mesmos, facilitando o acesso às informações do Sismapa.

MAPA DO TURISMO - O Mapa do Turismo reúne municípios com real vocação turística ou impactados pelo setor de viagem. O objetivo é nortear a definição de políticas públicas, incluindo a destinação de recursos do Ministério do Turismo para obras de infraestrutura e oferta de cursos de qualificação profissional, por exemplo.

Os municípios do país são classificados de A a E no Mapa do Turismo. Esta categorização leva em conta o desempenho da economia no turismo, a partir de 05 (cinco) variáveis: quantidade de estabelecimentos e empregos no setor de hospedagem, quantidade de visitantes domésticos e internacionais e arrecadação de impostos federais a partir dos meios de hospedagem.

Por Victor Maciel

Assessoria de Comunicação do Ministério do Turismo

Categoria
Viagens e Turismo

---

registrado em: Últimas notícias

---

^ Voltar para o topo

ANEXO G - Lei nº 14.258, de 23 de dezembro de 2010 - Política Estadual de Gerenciamento Costeiro

Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco

LEI Nº 14.258, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2010.

Institui a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:
Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I
DA INSTITUIÇÃO E DOS OBJETIVOS

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, que tem por objetivo geral disciplinar e orientar a utilização dos recursos naturais da Zona Costeira do Estado de Pernambuco, através de instrumentos próprios, visando à melhoria da qualidade de vida das populações locais, à proteção dos ecossistemas, da beleza cênica e do patrimônio natural, histórico e cultural, atendidos os seguintes objetivos específicos:

I - promover o equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como patrimônio público a ser necessariamente protegido, tendo em vista o seu uso coletivo;

II - promover o ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros, otimizando a aplicação dos instrumentos de controle e de gestão da zona costeira;

III - planejar e estabelecer as diretrizes para a instalação e o gerenciamento das atividades socioeconômicas na zona costeira, de modo integrado, descentralizado e participativo, garantindo a utilização sustentável, por meio de medidas de controle, proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais e dos ecossistemas costeiros e marinhos;

IV - promover e apoiar a preservação, a conservação, a recuperação e o controle de áreas que sejam representativas dos ecossistemas da zona costeira;

V - incentivar o desenvolvimento de atividades que respeitem as limitações e as potencialidades dos recursos ambientais e culturais, conciliando as exigências do desenvolvimento com a sua proteção;

VI - fomentar o desenvolvimento de ações e de pesquisas relacionadas a medidas de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas na zona costeira;

VII - apoiar a capacitação da comunidade para a participação ativa na defesa do meio ambiente e de sua melhor qualidade de vida;

VIII - fortalecer as instituições de pesquisa meteorológica e climatológica, com definição de mecanismos para produção de conhecimento com base regionalizada, referente a fenômenos e mudanças climáticas na zona costeira;

IX - fomentar o desenvolvimento de ações de monitoramento dos recursos naturais e ocupações da zona costeira;

X - promover ações de recuperação e regeneração das praias;

XI - promover a integração do Sistema Estadual de Informações do Gerenciamento Costeiro com os outros sistemas estaduais de meio ambiente, recursos hídricos e de uso do solo;

XII - promover e apoiar a capacitação dos servidores dos municípios da zona costeira para fortalecer o controle urbano ambiental.

CAPÍTULO II
DA ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA

Art. 2º A zona costeira é o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos naturais renováveis e não renováveis, levando em conta as inter-relações do meio físico e biológico com as atividades sócio-econômicas.

§ 1º A Zona Costeira do Estado de Pernambuco abrange uma faixa terrestre composta pelos municípios costeiros e uma faixa marítima de 12 milhas náuticas das Linhas de Base estabelecidas de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, compreendendo a totalidade do Mar Territorial.

§ 2º A faixa terrestre da Zona Costeira do Estado de Pernambuco é composta pelos municípios costeiros, subdividida nos seguintes setores:

I - Setor Norte, composto pelos Municípios: Goiana, Itamaracá, Igarassu, Araçoiaba, Abreu e Lima, Paulista, Itapissuma e Itaquitinga;

II - Setor Núcleo Metropolitano, composto pelos Municípios: Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, São Lourenço da Mata, Camaragibe e Moreno;

III - Setor Sul, composto pelos Municípios: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande.

§ 3º Os Municípios criados, após a aprovação desta Lei, situados nas áreas abrangidas pelos setores estabelecidos neste artigo, passarão automaticamente a fazer parte integrante da zona costeira estadual.

ANEXO H - Abreu e Lima - Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2022 - Secretaria de Turismo e Cultura

Município de Abreu e Lima

Avenida Duque de Caxias, 924 - Fonte: 53.589-020 - Abreu e Lima/ PE
CNPJ: 08.637.519/0001-49

Usuário: Contabilidade	Chave de Autenticação	Página
	1999 5750 086	1 / 2

Anexo 2 da Lei Nº 4.320/64 - Despesas Segundo as Categorias Econômicas

DESPESAS

Valores em R$ - Período: Orçamento/2022

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria econômica
Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Abreu e Lima				
Unidade Orçamentária: 10001-Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente				
Código	**Especificação**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria econômica**
3	Despesas Correntes			1.720.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		1.200.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	1.200.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		520.000,00	
3.3.50	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	50.000,00		
3.3.90	Aplicações Diretas	470.000,00		
4	Despesas de Capital			45.000,00
4.4	Investimentos		45.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	45.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**1.765.000,00**
Unidade Orçamentária: 10002-Fundo Municipal do Meio Ambiente				
Código	**Especificação**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria econômica**
3	Despesas Correntes			60.000,00
3.3	Outras Despesas Correntes		60.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	60.000,00		
4	Despesas de Capital			10.000,00
4.4	Investimentos		10.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	10.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**70.000,00**
Unidade Orçamentária: 1300 - Secretaria de Turismo e Cultura				
Código	**Especificação**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria econômica**
3	Despesas Correntes			1.620.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		1.250.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	1.250.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		370.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	370.000,00		
4	Despesas de Capital			140.000,00
4.4	Investimentos		140.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	140.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**1.760.000,00**
Unidade Orçamentária: 1500 - Secretaria de Habitação e Projetos Especiais				
Código	**Especificação**	**Desdobramento**	**Fonte**	**Categoria econômica**
3	Despesas Correntes			1.550.000,00
3.1	Pessoal e Encargos Sociais		1.300.000,00	
3.1.90	Aplicações Diretas	1.300.000,00		
3.3	Outras Despesas Correntes		250.000,00	
3.3.90	Aplicações Diretas	250.000,00		
4	Despesas de Capital			8.921.000,00
4.4	Investimentos		8.921.000,00	
4.4.90	Aplicações Diretas	8.921.000,00		
			Total da Unidade Orçamentária:	**10.471.000,00**

ANEXO I - Abreu e Lima - Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2023 - Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo

Prefeitura Municipal de Abreu e Lima - 2023

Av. Duque de Caxias, 924 - centro
Abreu e Lima/PE - CEP: 53580-020
CNPJ Nº: 08.637.373/0001-80 Telefone: (81) 35414715

NATUREZA DA DESPESA

Lei 4.320/64 Anexo 2

Consolidado

Órgão: 15000 Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo
Unidade: 15001 Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DETALHAM.	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO	CAT. ECON.
3.0.00.00.00	Despesas Correntes					600.000,00
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais				600.000,00	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas			600.000,00		
3.1.90.00.00	A CLASSIFICAR		600.000,00			
3.0.00.00.00	Despesas Correntes					360.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes				360.000,00	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas			360.000,00		
3.3.90.00.00	A CLASSIFICAR		360.000,00			
4.0.00.00.00	Despesas de Capital					140.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos				140.000,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas			140.000,00		
4.4.90.00.00	A CLASSIFICAR		140.000,00			
					TOTAL	1.100.000,00
					TOTAL	284.400.000,00

SIORCONP - Sistema Integrado de Orçamento e Contabilidade Pública
systemainformatica.com.br/siorconp

Página 21

ANEXO J- Secretaria de Turismo e Cultura – Edital nº 001/2019 – Eleição do COMTUR

PREFEITURA DE ABREU E LIMA
NOSSA CIDADE AVANÇA

Ouvidoria Municipal
E-SIC
Portal da Transparência

Pesquisa no site

A CIDADE ▾ INSTITUCIONAL SERVIÇOS E INFORMAÇÕES ▾ NOTÍCIAS

Secretaria de Turismo e Cultura – Edital nº 001/2019 – Eleição do COMTUR

Início > Cultura > Secretaria de Turismo e Cultura – Edital nº 001/2019 – Eleição do COMTUR

26/04/2019

A **Prefeitura Municipal de Abreu e Lima**, no uso de suas atribuições legais, com fundamentos na Lei Municipal nº 1.111/2019, através da **Secretaria Municipal de Turismo e Cultura**, torna público, para conhecimento dos interessados, o presente **Edital** de chamamento público para eleição de **conselheiros representantes da sociedade civil que integrarão o Conselho Municipal de Turismo no triênio 2019/2022**, cujas normas são regidas pelo presente edital.

EDITAL Nº 001/2019 – ELEIÇÃO DO COMTUR

NOTÍCIAS RECENTES

Fenearte 2023 se encerra com participação histórica dos artesãos abreulimenses
19/07/2023

O Arraiá da Gente: São João de Abreu e Lima atrai público com muita música, tradição e segurança
19/07/2023

Prefeitura reinaugura Instituto Ponte Para a Vida
19/07/2023

ANEXO K - Edital de chamamento para a eleição e relação de inscrição dos candidatos do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR (2022)

PREFEITURA DE ABREU E LIMA
NOSSA CIDADE AVANÇA

Ouvidoria Municipal
E-SIC
Portal da Transparência
Pesquisa no site

A CIDADE ▾ INSTITUCIONAL SERVIÇOS E INFORMAÇÕES ▾ NOTÍCIAS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA A ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR

Início > EDITAL DE CHAMAMENTO PARA A ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR

RELAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS AO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE ABREU E LIMA - COMTUR

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA A ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR

NOTÍCIAS RECENTES

Fenearte 2023 se encerra com participação histórica dos artesãos abreulimenses
19/07/2023

O Arraiá da Gente: São João de Abreu e Lima atrai público com muita música, tradição e segurança
19/07/2023

Prefeitura reinaugura Instituto Ponte Para a Vida
19/07/2023

COMTUR

RELAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS AO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE ABREU E LIMA - COMTUR

- Representante dos meios de hospedagem (hotéis, pousadas, acampamentos e similares);
- Representante do segmento de alimentos e bebidas (bares, restaurantes, lanchonetes e similares);
- Representante dos guias de turismo;
Albani Tereza Monte de Oliveira
Morisson Carlos da Silva
- Representante da classe de artesãos;
Rosimeire Maria da Silva
Cláudia de Lima Cavalcanti
Jacy Jose de Jesus
Maria da Assunção Rosas Pereira
Sandra Regina Barros de França
Vanessa Tobias Ferreira
Ednalva Silvestre dos Santos de Albuquerque
- Representante de associações rurais;
- Representante do comércio;
Evandro Alves de Lima
- Representante dos agentes de viagens;
Elisandro da Silva Moura
- Representante de parque aquático e empreendimento de lazer;
- Representante de organizações promotoras de eventos;
Selma Oliveira Cavalcanti
- Representante do transporte turístico (aéreos, terrestre, marítimos e similares);
- Representante de associação folclórica.

Abreu e Lima, 25 de novembro de 2022.

CONSELHOS

CASA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS *AURELINO PEREIRA DE AZEVEDO*
Endereço: AV. RUI BARBOSA N 262, CENTRO, ABREU E LIMA –PE
E-mail: casadosconselhosdeabreuelimape@gmail.com

ABREU E LIMA

ANEXO L - Posse dos novos membros do Conselho de Turismo de Abreu e Lima

ANEXO M - Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião - ATA da Reunião do dia 17/05/2022

Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião

ATA DA REUNIÃO DO DIA 17 DE MAIO DE 2022

Data da Reunião: 17/05/2022	**Horário:** 12hs
Local: Google Meet	

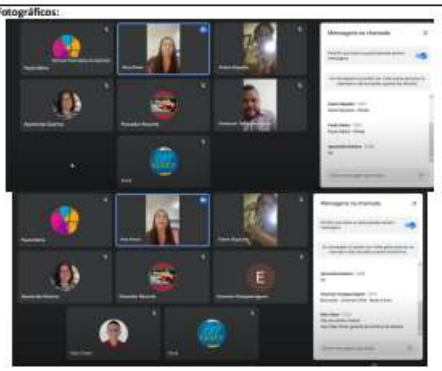
Pauta:

- Apresentação dos Gestores Públicos do PRT
- Alinhamento sobre a próxima reunião do PRT, que contará com a presença da Marinha do Brasil
- Entrada de Olinda para a Costa Náutica Coroa do Avião

HORÁRIO	ATIVIDADE	REPRESENTANTE
12hs	Boas-Vindas	Ana Alves
12:12	Alinhamento sobre a próxima reunião	Ana Alves
12:21	Microfone Aberto	Todos
12:25	Encerramento	Ana Alves

Reunião na íntegra:
https://drive.google.com/file/d/1mewx5-eTD9g7xdNP2LHSWZIRQKe4U0hk/view?usp=sharing

Registros Fotográficos:



Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião

Relator (s) do Documento:

Bruna Santos
Julianna Lins

Igarassu, 17 de maio de 2022.

Ana Alves
Presidente da Instância

ANEXO N - Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião - ATA da Reunião do dia 23/05/2022

Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião

Instância de Governança da Região Turística
Costa Náutica Coroa do Avião
ATA da Reunião do dia 23/05/2022

Data da Reunião: 23/05/2022	**Horário: 10:00**
Local: Ilha de Itamaracá	

Pauta:

- Inclusão do município de OLINDA/PE na Instância de Governança Costa Náutica Coroa Do Avião
- Entrega dos certificados da Instância
- Marinha do brasil
  - Cultura oceânica nas escolas municipais e particulares do seu município;
  - Acordo cooperação para gerenciamento costeiro entre a capitania dos portos de Pernambuco e este município;
  - Apresentação do projeto de valorização dos cultos navais e incentivo ao turismo.
  - Conforme ofício enviado pela capitania dos portos em março de 2022 ao gabinete dos prefeitos do litoral.

Horário	Atividade	Responsável
10h50	Abertura Oficial	Ana Alves
10h55	Inclusão de Olinda na Instância	Ana Alves11h08
11h05	Apresentação do Suplente da Instância	Ana Alves Edno Fonseca
11h08	Entrega dos Certificados (PRT e Mapa do Turismo)	Ana Alves Edno Fonseca
11h15	Apresentação da Marinha	Comandante Frederico – Capitão dos Portos
12h	Entrega dos certificados de Igarassu	Ana Alves e Convidados
12h05	União dos municípios em prol do desenvolvimento do Litoral Norte	Elcione Ramos (Prefeita de Igarassu e Vice-presidente das Cidades Litorâneas pela FNP)
12h15	Microfone aberto	Todos
12h35	Encerramento com entrega dos Certificados da Marinha	Ana Alves Convidados

Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião

1. **Identificação do Documento**

Relator(s):
Julianna Lins

2. **Participantes (Falas)**

Nº	Nome	Entidade	Cargo	Telefone/E-mail
1	Lupércio Carlos	Prefeitura de Olinda	Prefeito de Olinda	98275-5780 prof_lupercio@hotmail.com
2	Marcio Botelho	Prefeitura de Olinda	Vice-prefeito	98856-3083 marcioantony@ig.com.br
3	Aiane Siqueira	Secretaria Executiva de Turismo de Olinda	Executiva de Turismo	99229-4191 aianeseturdeolinda@gmail.com
4	Gabriela Campelo	Secretaria de Turismo, cultura e patrimônio de Olinda	Secretaria	99296-9035 gabrilasepactur@gmail.com
5	Ricardo Oliveira	Secretaria de Turismo de Itapissuma	Secretario	99939-9922 itapissumamaisturismo@hotmail.com
6	Luciana Petribu	Secretaria de Turismo e Cultura de Goiana	Secretaria	99101-3510 turismo@goiana.pe.gov.br
7	Márcia Cristina	Paulista – Setor Privado	Empresária	diretoria.comercial@mariafarinhapraiahotel.com

3. **Síntese da Reunião**

Ana Alves, Presidente da Instância, inicia a reunião dando as boas vindas a todos e anunciando o município de Olinda como novo componente da instância. Logo após, a presidente apresenta os senhores Lupércio Carlos, Prefeito de Olinda; Márcio Botelho, vice-prefeito de Olinda; Aiane Siqueira, Executiva de Turismo de Olinda; Gabriela Campelo, Secretária de Turismo, Cultura e Patrimônio de Olinda; e passa a palavra para os mesmos, que falam sobre a sua satisfação quanto à participação de Olinda na Instância.

Após, a presidente da instância apresenta o senhor José Edno como suplente da instância e os mesmos seguem com a entrega dos certificados dos interlocutores, secretários e prefeitos, sendo estes referentes à participação na instância e também no Mapa de Turismo Brasileiro.

Em seguida, o Comandante Frederico, Capitação dos Portos, fala sobre a cultura oceânica nas escolas municipais e a capitania dos portos, e apresenta o Projeto de Valorização dos cultos navais e incentivo ao turismo.

Logo após, dá-se continuidade entregando os certificados do município de Igarassu e se passa a palavra à Prefeita de Igarassu e Vice-presidente das cidades litorâneas pela FNP, Elcione Ramos, que fala sobre a união dos municípios em prol do desenvolvimento do Litoral Norte e como pequenas ações de cada um têm o poder de potencializar este desenvolvimento.

Ando continuidade, dá-se 10 minutos de microfone aberto, onde o senhor Ricardo Oliveira (Itapissuma) fala sobre o festival "Agosto para todos os gostos". Em seguida, todos fazem seus agradecimentos aos presentes e dão as boas-vindas ao município de Olinda.

Por fim, Ana Alves segue com a entrega dos certificados de participação da Marinha e dá por encerrada a reunião.

Instância de Governança da Região Turística
Costa Náutica Coroa do Avião
ATA da Reunião do dia 23/05/2022

Data da Reunião: 23/05/2022	Horário: 10:00
Local: Ilha de Itamaracá	

Pauta:

- Inclusão do município de OLINDA/PE na Instância de Governança Costa Náutica Coroa Do Avião
- Entrega dos certificados da Instância
- Marinha do brasil
  - Cultura oceânica nas escolas municipais e particulares do seu município;
  - Acordo cooperação para gerenciamento costeiro entre a capitania dos portos de Pernambuco a este município;
  - Apresentação do projeto de valorização dos cultos navais e incentivo ao turismo.
  - Conforme ofício enviado pela capitania dos portos em março de 2022 ao gabinete dos prefeitos do litoral.

Horário	Atividade	Responsável
10h50	Ana Alves - Abertura Oficial	Ana Alves
10h55	Inclusão de Olinda na Instância	Ana Alves
11h05	Apresentação do Suplente da Instância	Ana Alves Edna Fonseca
11h08	Entrega dos certificados (PRT e Mapa do Turismo)	Ana Alves Edna Fonseca
11h15	Apresentação da Marinha	Comandante Frederico Capitão dos Portos
12h	Entrega do Certificado de IBAMASSU	Ana Alves e Representantes da Marinha
12h05	União dos municípios em prol do desenvolvimento do Litoral Norte	Elciane Ramos

Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião

12h15	Micro fone aberto	Todos
12h35	Encerramento com entrega dos certificados de Maninha	dona Alves Convidados

1. Identificação do Documento

Relator(s):

Juliamma Lins

2. Participantes (Falas)

Nº	Nome	Entidade	Cargo	Telefone/E-mail
1	Cupénio Barros	Prefeitura de Olinda	Prefeito de Olinda	
2	Marcio Botelho	Prefeitura de Olinda	Vice Prefeito	
3	Aiane Siqueira	Secretaria Executiva de Turismo	Executiva de Turismo	
4	Gabriela Campelo	Secretaria de Turismo, Cultura e Patrimônio	Secretária de Turismo, Cultura e Patrim.	
5	Ricardo Oliveira	Secretaria de Turismo de Itapissuma	Secretário de Turismo	
6	Luciana Petribú	Sec. de Turismo e Cult. de Goiana	Sec. de Turismo	
7	Marcio Cristiano	Paulista - Parazo	Empresário	
8				
9				
10				

Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa de Avião

3. Síntese da Reunião

Olma Alves, presidente da instância, inicia a reunião dando as boas vindas a todos e anunciando o município de Olinda como novo componente da instância. Logo após, a presidente apresenta os senhores Lupércio Carlos, prefeito de Olinda; Márcio Botelho, vice prefeito de Olinda; Diane Siqueira, Executiva de Turismo de Olinda; Gabriela Campelo, Secretária de Turismo, Cultura e Patrimônio de Olinda; e passa a palavra para os mesmos, que falam sobre a sua satisfação quanto à participação de Olinda na instância.

Após, a presidente da instância apresenta o senhor José Eâmo como suplente da instância e os mesmos seguem com a entrega dos certificados dos interlocutores, secretários e prefeitos, sendo estes referentes à participação na instância e também no Mapa do Turismo Brasileiro.

Em seguida, o comandante Frederico, Capitão dos Portos, fala sobre a cultura oceânica nas escolas municipais e particulares, sobre o Acordo Cooperação para o gerenciamento costeiro entre os municípios e a capitania dos portos, e apresenta o Projeto de valorização dos cultos marais e incentivo ao turismo.

Logo após, dá-se continuidade entregando os certificados do município de Igarassu e se passa a palavra

O prefeito de Igarassu e vice-presidente dos cidades litorâneas pela FNP, Eloíome Ramos, que fala sobre a união dos municípios em prol do desenvolvimento do Litoral Norte e como pequenas ações de cada um têm o poder de potencializar este desenvolvimento.

Dando continuidade, dá-se 10 minutos de microfone aberto, onde o Senhor Ricardo Oliveira (Itapissuma) fala sobre o festival "Gosto para todos os gostos". Em seguida todos fazem seus agradecimentos aos presentes e dão as boas vindas ao município de Olinda.

Por fim, Ana Alves segue com a entrega dos certificados de participação da Maninha e dá por encerrada a reunião.

NOME	MUNICÍPIO / INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
José Edno dos S. Fonseca	Ilha de Itamaracá	(81)99237 7436	[illegible]
Raul O. R. Cunha	Ilha de Itamaracá	(81) 989930850	[illegible]
Claudia Jorge	Igarassu	(81) 996[illegible]	[illegible]
Ivson Marcelo E. de Oliveira	Igarassu	(81) 9.9696.2290	[illegible]
Ricardo Oliveira	Itapissuma	(81) 9937-9922	[illegible]
[illegible]	Itapissuma	(81) 98601 0310	[illegible]
Robson Santos da Silva	Itapissuma - PE	(81) 99138 6996	robson.s.s.2611@gmail.com
Milena Kamila Holanda	MB - CAB/MNCP	(81) 98186 5232	[illegible]

ATA de Presença da Reunião do dia 23/05/2022

EVENTO: Reunião PRT – Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião
DIA: 23/05/2022 – HORÁRIO: 10:00 – LOCAL: Ilha de Itamaracá – Orange Praia Hotel

NOME	MUNICÍPIO / INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Ana Alves	Sec Turis. Igarassu	99912611	[illegible]
Mônica Costa	Rulista	99732 1116	diretoria.comercial@[illegible]
—	—	—	—
José Freire	Panista	99968149	[illegible]
Emerson Silva	Abreu e Lima	98544-4023	[illegible]
Juliana Lima	Sec. Executiva de Turismo - Igarassu	99758-5287	[illegible]
Royan Costa	Turismo Igarassu	997124105	[illegible]

Ministério do Turismo — BRASIL — Parceiros

Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião

NOME	MUNICÍPIO / INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
CELSO MELO	CPPE	(81) 3271-3739	[illegible]
Arlene Siqueira	Prof. Olinda	(81) 99279434	arlene.[illegible]olinda@gmail.com
PROF. LUPERCIO	OLINDA	982755780	PROF.LUPERCIO@HOT.[illegible]
Gabriela Campelo de Lima	Olinda	99296 9035	gabriela.[illegible]
Márcio [illegible]	Olinda	988562 3083	[illegible]
Antonio Mauro de Souza	IBRASSU	98203446 63	[illegible]
José Italo César de Lima	Goiana (SEMUS)	81 99971 3342	italocesar@gmail.com
Wilmar A. Belotti	GOIANA	24 99106-9879	[illegible]

Prefeitura de Olinda — Abreu e Lima — Goiana — Paulista — Igarassu — Olinda

Ministério do Turismo — BRASIL — Parceiros

Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião

ATA de Presença da Reunião do dia 23/05/2022

EVENTO: Reunião PRT – Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião
DIA: 23/05/2022 – HORÁRIO: 10:00 – LOCAL: Ilha de Itamaracá – Orange Praia Hotel

NOME	MUNICÍPIO / INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Ana Giselle P. e Silva	PMPE TUR	(79) 9 9805 5347	[illegible]
Luciana C. Batista	SEC. TUR e CULT. Goiana	(81) 99101 3510	[illegible]
M. Alexandra S. Queiroz	[illegible]	(81) 998101 8681	[illegible]

Prefeitura de Olinda — Abreu e Lima — Goiana — Paulista — Igarassu — Olinda

ANEXO O - Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião - Registros Fotográficos da Reunião do dia 23/05/2022

Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião

Registros Fotográficos da Reunião do dia 23/05/2022

Abaixo podemos ver os registros da reunião do dia 23 de maio de 2022 da Instância de Governança Costa Náutica Coroa do Avião.

Atenciosamente,

Ana Alves
Presidente/Interlocutora da Instância

ANEXO P - Notícia sobre as estradas e sinalização no litoral norte

INFRAESTRUTURA

PRAIAS EM PERNAMBUCO: embora menos ruins, estradas do Litoral Norte estão abandonadas

A sinalização horizontal praticamente inexiste, a vertical virou lenda há muito tempo, e não há acostamento em toda a extensão, independentemente da rodovia. Também é comum ver a vegetação invadindo a faixa de rolamento

Cadastrado por
Roberta Soares
Publicado em 19/09/2022 às 7:00 | Atualizado em 19/09/2022 às 16:01

NOTICIA

São estradas que, embora não estejam tomadas por buracos como as do Litoral Sul, não têm nada além de um pavimento razoável - **FOTO: BRUNO CAMPOS/JC IMAGEM**

Embora **menos famosas**, as praias do **Litoral Norte de Pernambuco** levam vantagem sobre as do Sul quando o recorte é a **infraestrutura de acesso**. A malha rodoviária que chega a praias como Ponta de Pedras, em Goiana, na Mata Norte do Estado, e Itamaracá, na Região Metropolitana do Recife, por exemplo, está numa situação bem melhor do que a região Sul.

De cara, no entanto, é preciso alertar que **são todas rodovias ruins**. Pelo menos no caso das PEs. A sinalização horizontal praticamente inexiste, a vertical virou lenda há muito tempo, e não há acostamento em toda a extensão, independentemente da rodovia. Também é comum ver a vegetação invadindo a faixa de rolamento.

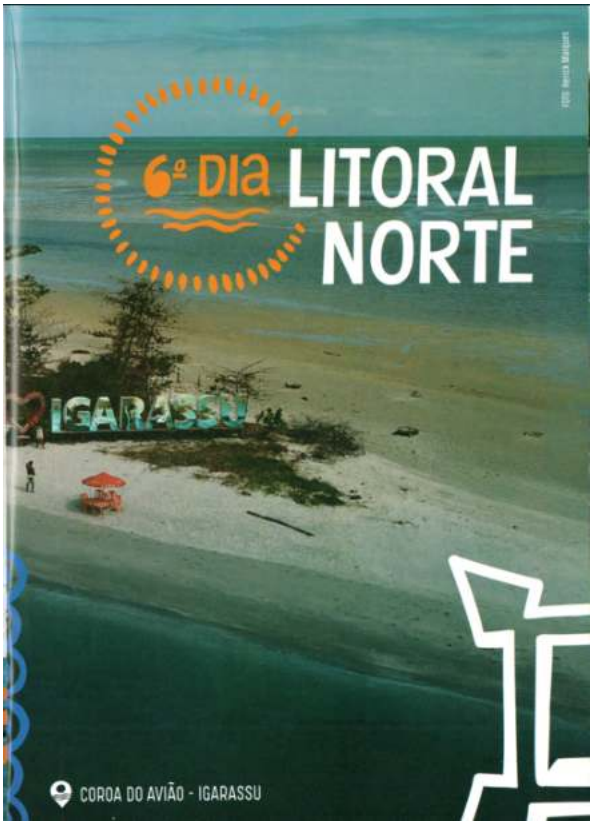
PUBLICIDADE

Todas as PEs da região estão assim: PE-49, acesso a Ponta de Pedras, PE-035, que leva à Ilha de Itamaracá, ou PE-14, no acesso a Mangue Seco. Assim como a PE-15 e a PE-22, que são bem mais urbanas e levam à Maria Farinha.

ESPECIAL ESTRADAS 2022, LITORAL NORTE. Situação das estradas que dão acesso as praias do litoral norte de Pernambuco. NA FOTO: PE 35 - FOTOS: BRUNO CAMPOS/JC IMAGEM

ESPECIAL ESTRADAS 2022, LITORAL NORTE. Situação das estradas que dão acesso as praias do litoral norte de Pernambuco. NA FOTO: BR101 NORTE - BRUNO CAMPOS/JC IMAGEM

Anexo Q - Roteiro turístico do litoral norte elaborado pela EMPETUR



A 17 km do Recife está um dos maiores polos de lazer náutico do Nordeste, estendendo-se pelos municípios de Paulista, Igarassu, Itapissuma, Ilha de Itamaracá e Goiana. Um ótimo programa é passear de barco pelo canal de Santa Cruz e rio Timbó, com áreas de manguezais, ou mergulhar nas piscinas naturais em pleno mar. E cada um dos municípios guarda ainda atrativos especiais. Dedique esse dia a viver alguns dos encantos das localidades apontadas.

PAULISTA

Com antigas igrejas, um forte que remete ao século XVIII e um litoral de 14 km, Paulista tem como destaque o Pontal de Maria Farinha, compondo, juntamente com Nova Cruz, a ilhota da Coroa do Avião (em Igarassu) e a Ilha de Itamaracá, um atraente polo de lazer náutico. Em Paulista está o Veneza Water Park, considerado um dos maiores parques aquáticos do Nordeste (aberto entre setembro e março).

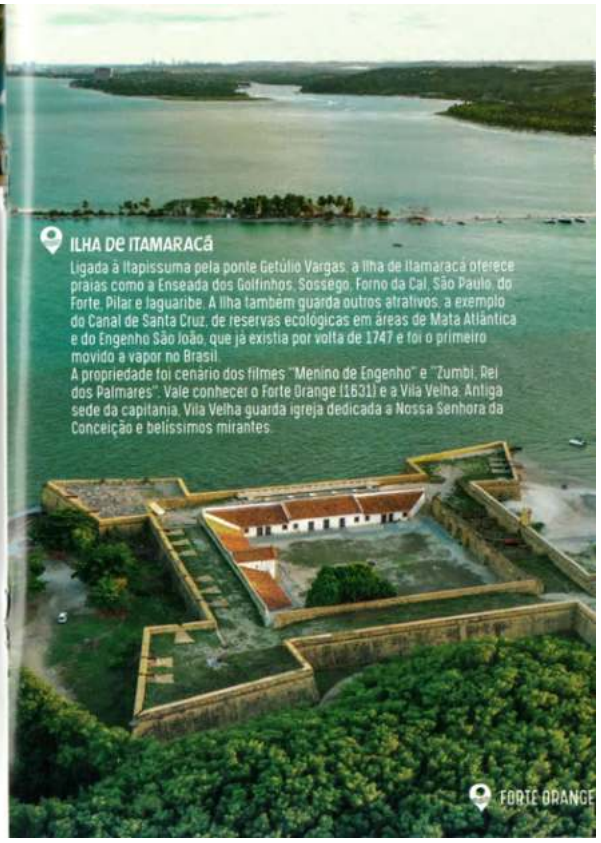
ITAPISSUMA

A 37 km do Recife, Itapissuma encanta pela beleza do antigo casario e da Igreja de São Gonçalo do Amarante (1861) às margens do Canal de Santa Cruz. As famosas caldeiradas do Mercado Público são excelentes pedida para um almoço farto e delicioso.

IGARASSU

A 30 km do Recife, Igarassu tem sítio histórico tombado pelo IPHAN. Ali brilham a igreja mais antiga ainda em atividade no Brasil (Igreja dos Santos Cosme e Damião -1535) e o Convento de Santo Antônio, com uma das mais importantes pinacotecas da fase colonial brasileira. Em Igarassu está a ilhota Coroa do Avião, eleita uma das sete maravilhas de Pernambuco e paraíso dos que alichegam para curtira natureza e saborear frutos do mar. Outro atrativo é o Maracatu Estrela Brilhante, Patrimônio Vivo de Pernambuco e o mais antigo em atividade no Brasil (1824).

Durante todo o ano, quinzenalmente (sábados, a partir das 20h30), acontece na sede da agremiação apresentações de coco de roda. Também o artesanato revela importantes nomes em Igarassu. Assim, não deixe de conhecer o Ateliê do Mestre Abias, com produção de peças a partir de galhos e raízes, o Ateliê Arte do Coco, de Roberto Vital, e o Ateliê de Moisés, com trabalhos em madeira. Imperdível é ainda visitar o Refúgio das Bromélias, próximo ao Convento de Santo Antônio, espaço onde o paisagista e artesão Adnelson, conhecido como Pequeno, desenvolve sua arte cercado por inspirador cenário de bromélias, palmeiras e outras plantas ornamentais. No local, também é possível apreciar uma criação de tambaquis.



ILHA DE ITAMARACÁ

Ligada à Itapissuma pela ponte Getúlio Vargas, a Ilha de Itamaracá oferece praias como a Enseada dos Golfinhos, Sossego, Forno da Cal, São Paulo, do Forte, Pilar e Jaguaribe. A Ilha também guarda outros atrativos, a exemplo do Canal de Santa Cruz, de reservas ecológicas em áreas de Mata Atlântica e do Engenho São João, que já existia por volta de 1747 e foi o primeiro movido a vapor no Brasil.
A propriedade foi cenário dos filmes "Menino de Engenho" e "Zumbi, Rei dos Palmares". Vale conhecer o Forte Orange (1631) e a Vila Velha. Antiga sede da capitania, Vila Velha guarda igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição e belíssimos mirantes.

GOIANA

Está a cerca de 25 km da Ilha de Itamaracá e a 65 km do Recife. Possui praias: Atapuz, Catuama, Barra de Catuama, Ponta de Pedras (que sedia o Artesanato Cana Brava, com incríveis trabalhos em cestaria e tecido) e Carne de Vaca, cenário da minissérie Riacho Doce.

Com mais de 400 anos, a sua sede encanta logo a primeira vista. São muitos os atrativos, a começar pela Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos. No centro, casas azulejadas, os prédios da Câmara Municipal e do Paço Heroínas do Tejucupapo, a sede da Fraternidade Maçonaria de Goiana,o Cineteatro Polytheama, o casarão das 7 janelas e a Sociedade 12 de Outubro (Banda Saboeira) fundada em 1849, além da Sociedade Musical Curica, fundada em 1838 e considerada Patrimônio Vivo de Pernambuco.

O belo conjunto Carmelita (1666) é formado pelo Convento de Santo Alberto da Sicília, pela Igreja de Nossa Senhora do Carmo, pela Igreja de Santa Teresa da Ordem Terceira do Carmo e por um cruzeiro esculpido em pedra calcária. Ainda na sede, o Ateliê de Zé do Carmo, que foi Patrimônio Vivo de Pernambuco, que unia o barro à pintura de figuras típicas da região; o Ateliê do Mestre Tog, com uma cerâmica figurativa que remete ao sacro e ao cotidiano nordestino; e o pitoresco restaurante Buraco da Gia, que, tem como diferencial os guaiamuns amestrados, a servir bebidas aos clientes. Visitar a Vila de São Lourenço e a histórica Vila de Tejucupapo é essencial. Na primeira, estão a Igreja de São Lourenço (século XVII e as Quilombolas de São Lourenço, grupo voltado à confecção de adereços a partir da casca do marisco. Em Tejucupapo está o Núcleo Social Nassau, com peças artesanais em papel maché.

ABREU E LIMA

A 21 km do Recife, oferece muito a ver e fazer, a começar pela visita às ruínas da Igreja de São Bento, fundada em 1660. Também são destaques o Forno da Cal, no estuário do Rio Timbó, e o Porto Jatobá, típica colônia de pescadores cuja referência mais antiga data de 1647. Está localizado na área de preservação rigorosa da Reserva Ecológica de São Bento.

TELEFONES ÚTEIS

Casa do Patrimônio de Igarassu / IPHAN Fone: (81) 3545.0537

Convento de Santo Antônio
Fone: (81) 98672.4314 (Padre Josivan)

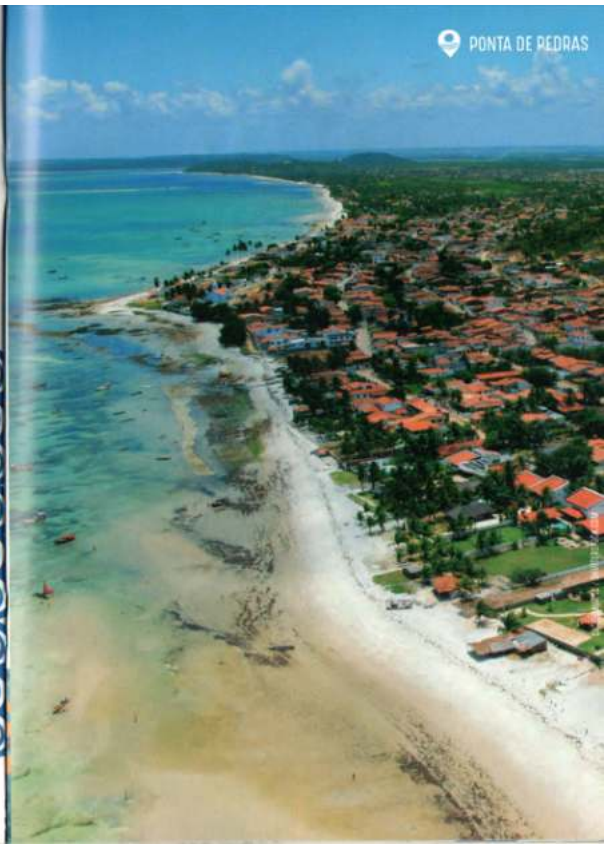
Maracatu Estrela Brilhante
Fone: (81) 99346.0548 (Sr. Gilmar)

Ateliê do Mestre Abias
Fones: (81) 99120.2988

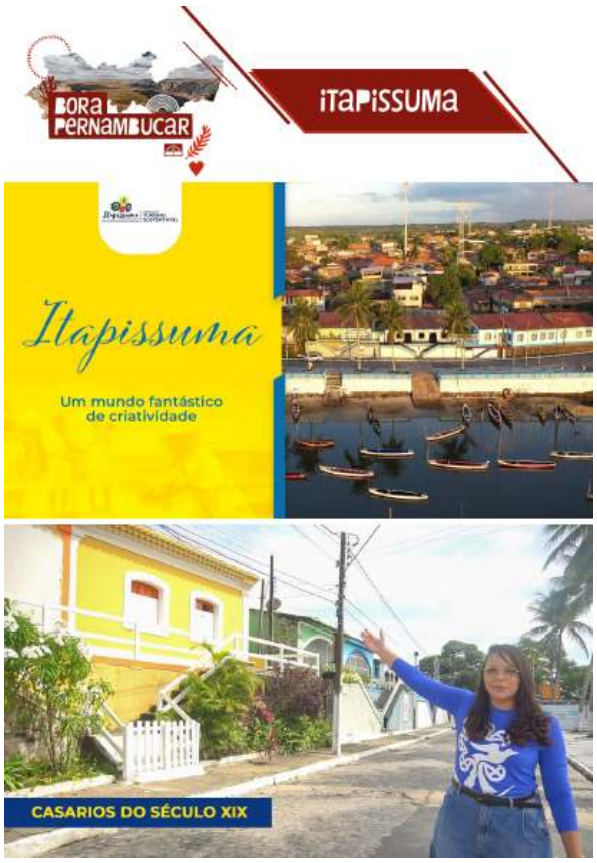
Ateliê de Roberto Vital
Fones: (81) 99628.7069 / 99628.7069

Ateliê de Moisés
Fone (81) 98364.3879

Refúgio das Bromélias
Fone: (81) 98817.4392



ANEXO R - Metropolitana - Bora Pernambucar - Famtour Virtual - Ebook



ANEXO S - Editais - Investimentos do PRODETUR

MANISFESTAÇÃO DE INTERESSE - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO PARA REQUALIFICAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO DE IGARASSU PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2013 – MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 003/2013

- O Estado de Pernambuco, ente da República Federativa do Brasil, celebrou contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de R$75.000.000,00, com garantia prestada pela União Federal, na qualidade de Mutuário e coparticipe do Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR NACIONAL, propõe-se a utilizar parte destes recursos para efetuar pagamentos de despesas elegíveis para **contratação de empresa de engenharia especializada para elaboração do projeto executivo para requalificação do Museu Histórico de Igarassu**.

MANISFESTAÇÃO DE INTERESSE - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO PARA REFORMA DA CASA DO ARTESÃO DE IGARASSU

- O Estado de Pernambuco, ente da República Federativa do Brasil, celebrou contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de R$ 75.000.000,00, com garantia prestada pela União Federal, na qualidade de Mutuário e coparticipe do Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR NACIONAL, propõe-se a utilizar parte destes recursos para efetuar pagamentos de despesas elegíveis para **contratação de empresa de engenharia especializada para realização do projeto executivo para reforma da Casa do Artesão de Igarassu**.

ANEXO T - Portaria MTur nº 39, de 10 de março de 2017

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Podem receber apoio do Ministério do Turismo, para os fins previstos nesta Portaria, os órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, direta ou indireta, os consórcios públicos, as instituições do Sistema "S" e as entidades privadas sem fins lucrativos, desde que devidamente credenciadas e cadastradas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal - SICONV e que atendam aos requisitos e vedações previstos nesta Portaria, na Portaria Interministerial nº 424/2016/MP/MF/CGU e nas normas específicas aplicáveis ao Proponente.

Parágrafo único. As propostas de trabalho oriundas de recursos de emendas parlamentares deverão, quando possível, ser direcionadas às Unidades da Federação, às Regiões Turísticas e aos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro, observando a categorização de seus municípios.

Art. 3º As ações desta Portaria a serem apoiadas por meio de recursos de programação orçamentária do Ministério do Turismo, desde que atendidas as iniciativas estabelecidas no Plano Plurianual, objeto de lei específica, observarão:

I - a destinação de pelo menos 90% do limite da programação orçamentária anual para as Unidades da Federação, as Regiões Turísticas e os Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro; e

II - a destinação de até 10% do limite da programação orçamentária anual para as Unidades da Federação, as Regiões Turísticas e os Municípios que não fizerem parte do Mapa do Turismo Brasileiro, desde que justificado o interesse no desenvolvimento turístico local, por análise discricionária do caso concreto.

ANEXO U - Detalhamento Convênios e Outros Acordos - Portal da transparência

MUNICÍPIO	SITUAÇÃO	TIPO DE INSTRUMENTO	OBJETO	ÓRGÃO SUPERIOR	ÓRGÃO/ENTIDADE VINCULADA	CONCEDENTE	CONVENENTE	DATA DE INÍCIO DA VIGÊNCIA	DATA DE FIM DA VIGÊNCIA
IGARASSU	EM EXECUÇÃO	Não se aplica	Construcao de Infraestrutura na Ilhota Coroa do Aviao, no Municipio de Igarassu/PE.	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE IGARASSU	21/07/2022	21/07/2027
IGARASSU	EM EXECUÇÃO	Não se aplica	Reforma e construcao de Infraestrutura na Praca de Nova Cruz, com construcao do Centro de Atendiment...	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE IGARASSU	31/12/2021	31/12/2024
IGARASSU	EM EXECUÇÃO	Não se aplica	Pavimentacao de acesso a Orla da Praia do Marco de Pedra, Reforma e construcao no Centro de Cultura ...	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE IGARASSU	31/12/2020	31/12/2024
IGARASSU	NORMAL	Não se aplica	Pavimentacao e urbanizacao da Orla da Praia de Mangue Seco.	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE IGARASSU	23/12/2014	30/06/2022
IGARASSU	EM EXECUÇÃO	Não se aplica	Apoio a Projeto de Infraestrutura Turistica - Pavimentacao com Drenagem Pluvial e Recapeamento de Vi...	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE IGARASSU	23/12/2014	31/12/2023
IGARASSU	NORMAL	Não se aplica	APOIO A PROJETOS DE INFRAESTRUTURA TURISTICA - Requalificacao da Praca e trecho da Orla do Centro d...	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE IGARASSU	20/12/2013	30/06/2022
IGARASSU	NORMAL	Não se aplica	Apoio a Projeto de Infraestrutura Turistica - Requalificacao da Praca da Biblia (na Rua Maria Gayao)...	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE IGARASSU	23/12/2014	30/06/2022
OLINDA	CONCLUÍDO	CONTRATO DE REPASSE	IMPLANTACAO DE SINALIZACAO TURISTICA NO SITIO HISTORICO.	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE OLINDA	18/05/2007	17/07/2014
OLINDA	PRESTAÇÃO DE CONTAS REJEITADA	Não se aplica	PROJETO ORLA - Revitalizacao da orla maritima de Olinda, compreendendo os Bairros de Bairro Novo, Ca...	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	SNINFRA - CONVENIOS	MUNICIPIO DE OLINDA	02/10/2009	15/10/2015
OLINDA	ADIMPLENTE	CONVENIO	CV 266/2006 "REQUALIFICAçãO URBANA DO ALTO DA Sé DE OLINDA"	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	SNPTUR - CONVENIOS	MUNICIPIO DE OLINDA	27/06/2006	21/09/2011
OLINDA	ADIMPLENTE	CONTRATO DE REPASSE	URBANIZACaO DA ORLA MARITIMA DA ILHA DE MARUIM E COMPLEMENTACaO DA URBANIZACaO DA ORLA DE BAIRRO NOV...	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE OLINDA	30/12/2005	30/12/2016
GOIANA	NORMAL	Não se aplica	Infraestrutura e Equipagem da Praca Laura Nogueira no municipio de Goiana PE	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE GOIANA	31/12/2014	26/10/2018
GOIANA	PRESTAÇÃO DE CONTAS EM COMPLEMENTAÇÃO	Não se aplica	Festa das Heroinas de Tejucupapo 2010	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	SNPTUR - CONVENIOS	MUNICIPIO DE GOIANA	23/04/2010	25/06/2010
GOIANA	INADIMPLÊNCIA SUSPENSA	CONTRATO DE REPASSE	Construcao Centro de Informacoes Turisticas	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE GOIANA	19/10/2007	19/10/2012
GOIANA	CONVÊNIO ANULADO	Não se aplica	PAVIMENTACAO DA 2a, 3a E 4a TRAVESSAS DA RUA DO CORTUME E DA RUA SIMONE NA CIDADE DE GOIANA	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE GOIANA	23/11/2010	01/02/2012
GOIANA	EXCLUÍDO	CONTRATO DE REPASSE	CONSTRUCAO DO PARQUE ECOLOGICO DE PONTA DE PEDRAS 1a ETAPA	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE GOIANA	31/12/2007	01/06/2010
GOIANA	CONVÊNIO ANULADO	Não se aplica	Reforma da Praca do Carmo no Municipio de Goiana PE	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE GOIANA	31/12/2015	28/09/2018
GOIANA	INADIMPLÊNCIA SUSPENSA	CONTRATO DE REPASSE	Pavimentacao de diversas ruas municipais	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE GOIANA	31/12/2007	31/12/2012
GOIANA	INADIMPLÊNCIA SUSPENSA	CONTRATO DE REPASSE	Revitalizacao e reforma dos mercados publicos de Goiana	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE GOIANA	14/12/2007	30/12/2012
GOIANA	PRESTAÇÃO DE CONTAS REJEITADA	Não se aplica	ACOES DE PROMOCAO TURISTICA PARA O MUNICIPIO DE GOIANA	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	SNPTUR - CONVENIOS	MUNICIPIO DE GOIANA	20/12/2011	28/07/2013
ABREU E LIMA	CONVÊNIO ANULADO	Não se aplica	Construcao de nucleo para artesanato.	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE ABREU E LIMA	30/12/2011	30/12/2014
ABREU E LIMA	EM EXECUÇÃO	Não se aplica	Pavimentacao de acesso ao Mercado Municipal de Abreu e Lima, no municipio de Abreu e Lima/PE.	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vinculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE ABREU E LIMA	10/02/2023	10/02/2027

MUNICÍPIO	SITUAÇÃO	TIPO DE INSTRUMENTO	OBJETO	ÓRGÃO SUPERIOR	ÓRGÃO/ENTIDADE VINCULADA	CONCEDENTE	CONVENENTE	DATA DE INÍCIO DA VIGÊNCIA	DATA DE FIM DA VIGÊNCIA
ILHA DE ITAMARACÁ	EM EXECUÇÃO	Não se aplica	Apoio a projeto de infraestrutura turística - Pavimentacao com drenagem pluvial de ruas no Municipio...	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vínculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE ILHA DE ITAMARACA	05/09/2014	31/12/2023
ILHA DE ITAMARACÁ	EM EXECUÇÃO	Não se aplica	Apoio a projeto de infraestrutura turística - Pavimentacao com drenagem pluvial de ruas no Municipio...	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vínculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE ILHA DE ITAMARACA	05/09/2014	31/12/2023
ILHA DE ITAMARACÁ	EM EXECUÇÃO	Não se aplica	Pavimentacao nas Ruas Lavras e Machado de Assis, as quais dao acesso a Orla Maritima na Praia do Pil...	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vínculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE ILHA DE ITAMARACA	03/06/2016	31/12/2023
ITAPISSUMA	CONCLUÍDO	CONTRATO DE REPASSE	REVITALIZACAO DA AREA DE LAZER DALILA VERA CRUZ NO MUNICIPIO DE ITAMARACA	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vínculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE ITAPISSUMA	31/12/2007	30/09/2010
ITAPISSUMA	EXCLUÍDO	CONTRATO DE REPASSE	CONTRUCAO DO PORTAL DE ENTRADA NO MUNICIPIO DE ITAPISSUMA	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vínculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE ITAPISSUMA	31/12/2007	28/02/2009
ITAPISSUMA	EM EXECUÇÃO	Não se aplica	Construcao de infraestrutura na Orla do Canal de Santa Cruz, no Municipio de Itapissuma/PE.	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vínculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE ITAPISSUMA	31/12/2020	31/12/2023
ITAPISSUMA	CONVÊNIO ANULADO	Não se aplica	Construcao e Reforma no Centro de Comercializacao de Produtos associados ao turismo no Municipio de ...	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vínculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE ITAPISSUMA	21/08/2020	21/08/2023
ITAPISSUMA	CONVÊNIO ANULADO	Não se aplica	Reforma do Centro de Eventos no Municipio de Itapissuma-PE	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vínculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE ITAPISSUMA	26/11/2019	26/11/2022
ITAPISSUMA	NORMAL	Não se aplica	Reforma do Centro de Eventos no Municipio de Itapissuma-PE (2a Etapa)	Ministério do Turismo	Ministério do Turismo - Unidades com vínculo direto	CAIXA - SNINFRA	MUNICIPIO DE ITAPISSUMA	31/12/2019	31/12/2022

ANEXO V - *Folders* turísticos dos municípios

Goiana

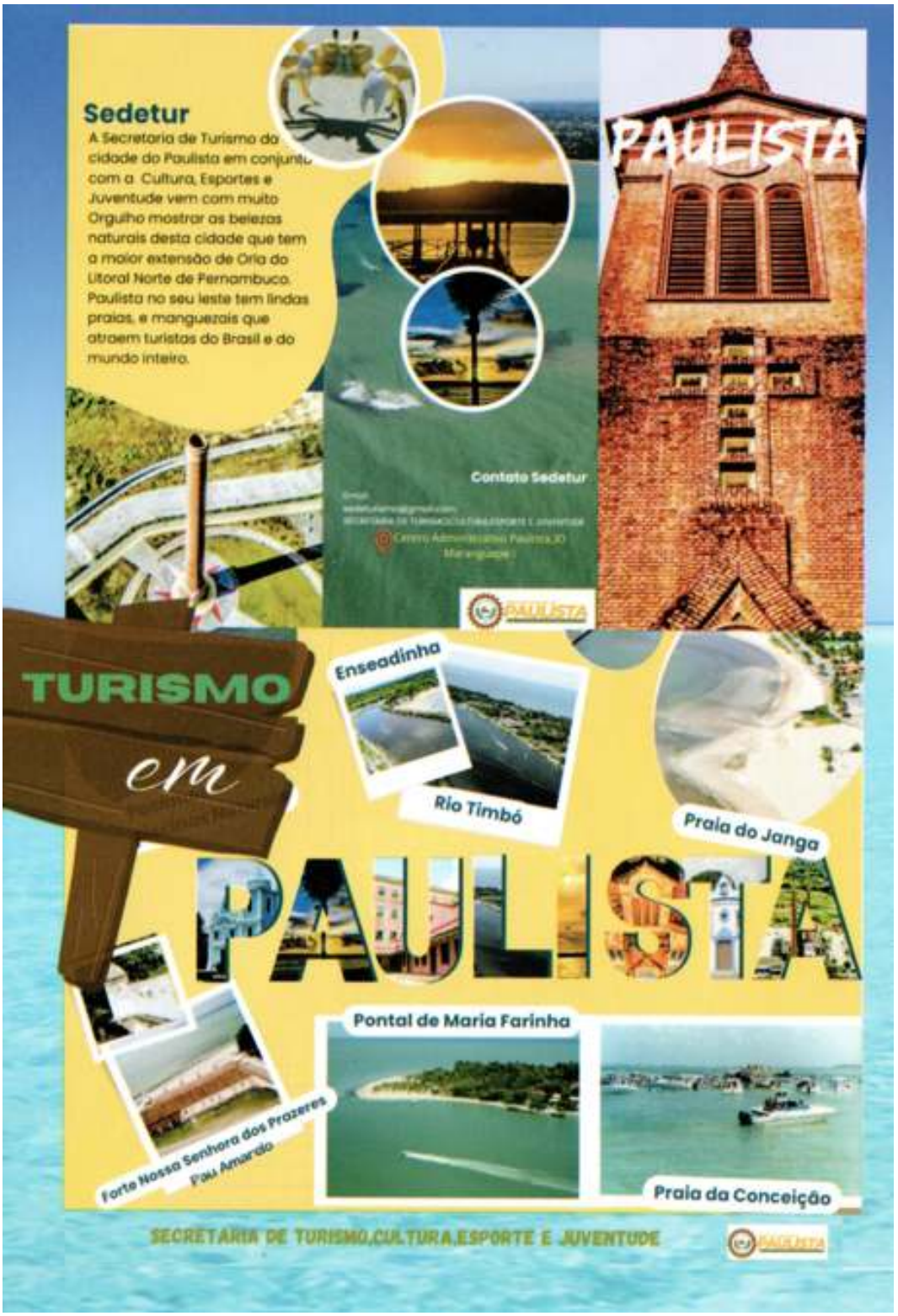
Ilha de Itamaracá

Engenho São João
Ruínas da Casa Padre Tenório
(ruins of Father Tenorio's house)
Igreja Nossa Senhora da Conceição
Vila Velha
Church of Our Lady of Conception of Vila Velha
Ponte Porto Brasilis
(Porto Brasilis Bridge)
Forno de Cal Vila Velha
(old village lime oven)
Pôr do Sol Ponta da Ilha
(ponta island sunset)

Olinda

OLINDA TURISMO
PERNAMBUCO | BRASIL
AMPARO
HORTO D'EL REY
SÉ
CARMO
VARADOURO
MILAGRES
IGREJAS | CHURCH
01 IGREJA DOS MILAGRES
02 MOSTEIRO DE SÃO BENTO
03 IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO
04 IGREJA DE SÃO PEDRO
05 IGREJA DO CARMO
06 CONVENTO DE SÃO FRANCISCO
07 SEMINÁRIO DE OLINDA
08 IGREJA DA SÉ
09 IGREJA DO BONFIM
10 IGREJA DA CONCEIÇÃO
11 IGREJA DA MISERICÓRDIA
12 IGREJA DA BOA HORA
13 IGREJA DO AMPARO
14 IGREJA DE SÃO JOÃO
15 IGREJA DO ROSÁRIO
16 IGREJA DO MONTE
BICAS | SPOUTS
17 BICA DE SÃO PEDRO
18 BICA DOS QUATRO CANTOS
19 BICA DO ROSÁRIO
MERCADOS | MARKETPLACE
20 CENTRO CULTURAL MERCADO EURÁSIO BARBOSA
21 MERCADO DA RIBEIRA
22 MERCADO DO ALTO DA SÉ
MUSEUS | MUSEUM
23 MUSEU DE ARTE SACRA
24 MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA
25 MUSEU DO MAMULENGO
26 MUSEU REGIONAL
OUTROS | OTHERS
27 PALÁCIO DOS GOVERNADORES
28 RUÍNAS DO SENADO DA CÂMARA
29 FORTE DE SÃO FRANCISCO
30 FAROL DE OLINDA
31 OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO
32 ARQUIVO MUNICIPAL
33 CORREIOS
34 INFORMAÇÕES TURÍSTICAS
35 ELEVADOR PANORÂMICO
36 CASA DO TURISTA
37 CASA DOS BONECOS GIGANTES
38 OLINDA RECEPTIVO & TOUR
39 CIATUR - POLÍCIA
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA / VENDA PROIBIDA
OLINDA PREFEITURA MUNICIPAL
Secretaria de Patrimônio, Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico
olinda.pe.gov.br
prefeituradeolinda pref_olinda pref_olinda
Informações Turísticas: (81) 3305.1060
www.olindaturismo.com.br
Av. Liberdade, 68, Carmo, Olinda-PE.

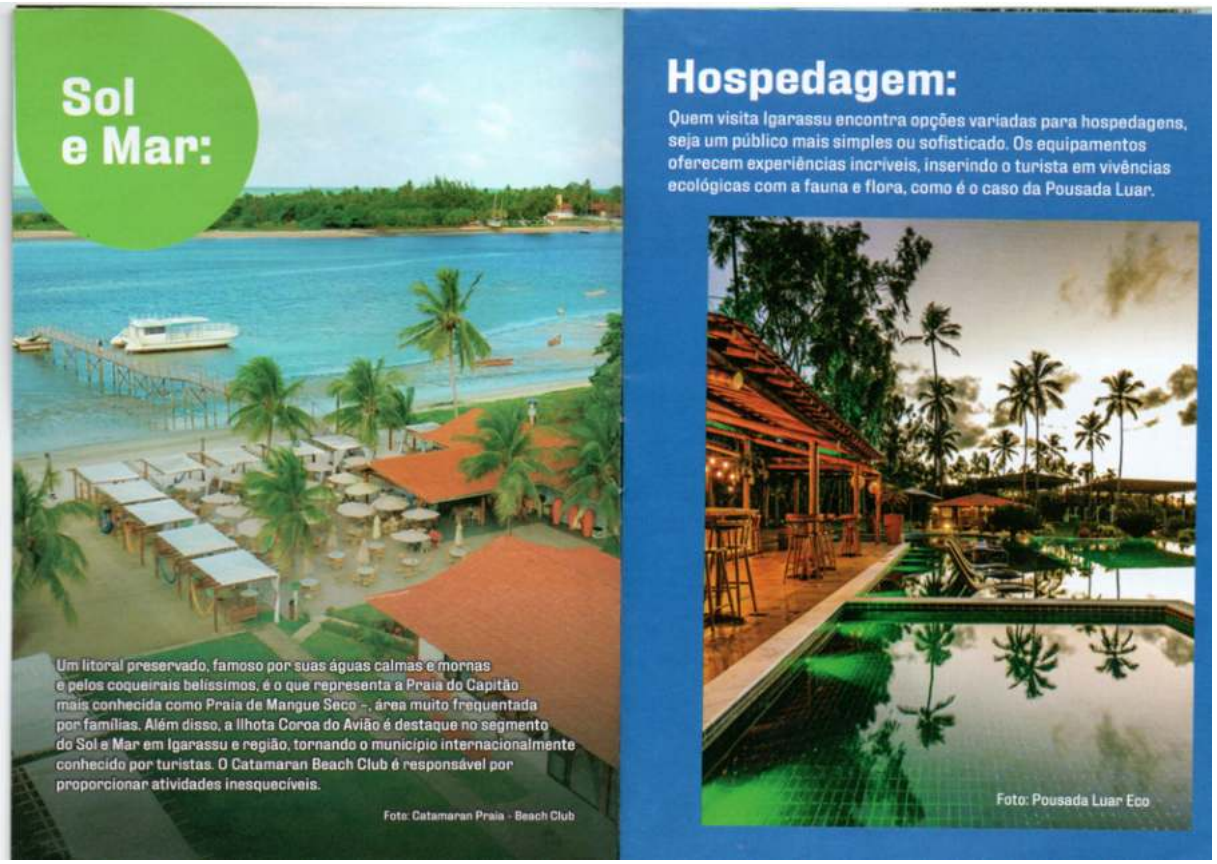
Paulista


Sedetur
A Secretaria de Turismo da cidade do Paulista em conjunto com a Cultura, Esportes e Juventude vem com muito Orgulho mostrar as belezas naturais desta cidade que tem a maior extensão de Oria do Litoral Norte de Pernambuco. Paulista no seu leste tem lindas praias, e manguezais que atraem turistas do Brasil e do mundo inteiro.
PAULISTA
Contato Sedetur
TURISMO
em
PAULISTA
Enseadinha
Rio Timbó
Praia do Janga
Pontal de Maria Farinha
Forte Nossa Senhora dos Prazeres
Praia da Conceição
SECRETARIA DE TURISMO,CULTURA,ESPORTE E JUVENTUDE

Igarassu

IGARASSU
PREFEITURA MUNICIPAL
#Trabalho que faz História
Secretaria de Turismo
IGARASSU

Foto: Chico Andrade
Turismo Religioso:
O Turismo Religioso é destaque no município com a celebração aos Santos Cosme e Damião. Ocorrendo tradicionalmente no mês de setembro e atraindo centenas de fiéis de toda a região, na festividade são realizadas missas, exposição das relíquias dos Santos e a benção dos confeitos.
Cultura:
As manifestações culturais, a dança, a música, o artesanato, a tradição, fazem parte de uma cultura rica encontrada no município de Igarassu. O Maracatu Estrela Brilhante - o mais antigo de baque virado



Sol e Mar:

Um litoral preservado, famoso por suas águas calmas e mornas e pelos coqueirais belíssimos, é o que representa a Praia do Capitão mais conhecida como Praia de Mangue Seco -, área muito frequentada por famílias. Além disso, a Ilhota Coroa do Avião é destaque no segmento do Sol e Mar em Igarassu e região, tornando o município internacionalmente conhecido por turistas. O Catamaran Beach Club é responsável por proporcionar atividades inesquecíveis.

Foto: Catamaran Praia - Beach Club

Hospedagem:

Quem visita Igarassu encontra opções variadas para hospedagens, seja um público mais simples ou sofisticado. Os equipamentos oferecem experiências incríveis, inserindo o turista em vivências ecológicas com a fauna e flora, como é o caso da Pousada Luar.

Foto: Pousada Luar Eco

Foto: Vertical Jump

Turismo de Aventura:

Igarassu garante um roteiro radical e cheio de adrenalina com os passeios de paraquedismo, caiaque, voo tour, trilhas de bike e mergulho. Além de contemplar os atrativos naturais, as atividades são uma oportunidade única para todo o tipo de público se aventurar com os esportes radicais no Litoral Norte de Pernambuco.

Ecoturismo:

Conscientização do patrimônio natural através d atividades ecológicas é o que marca a região do município de Igarassu. O cuidado com a vegetação nativa da mata atlântica proporciona a preservação de belas paisagens naturais, da fauna e flora local para as futuras gerações.

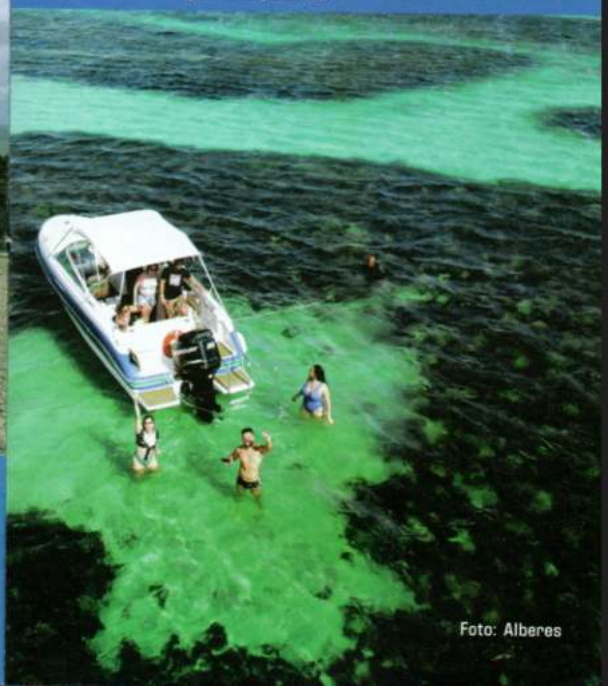
Foto: Caiaque Mania

Contemplação:

Com um Sítio Histórico de tirar o fôlego, quem visita o largo onde está situada a igreja dos Santos Cosme e Damião - a mais antiga do Brasil em funcionamento - fica maravilhado com a vista da colina. A sensação de estar voltando no tempo com a presença de prédios históricos, misturado com a beleza natural da vegetação nativa é indescritível.

Turismo Náutico:

Igarassu está localizado no Litoral Norte de Pernambuco, local belíssimo com mais de 250 piscinas naturais catalogadas para turistas e visitantes aproveitarem as águas transparentes.



Rota do Sítio Histórico

A principal rota de Igarassu é conhecida por possuir um dos mais antigos e bem conservados conjuntos arquitetônicos, civil e religioso do estado de Pernambuco.

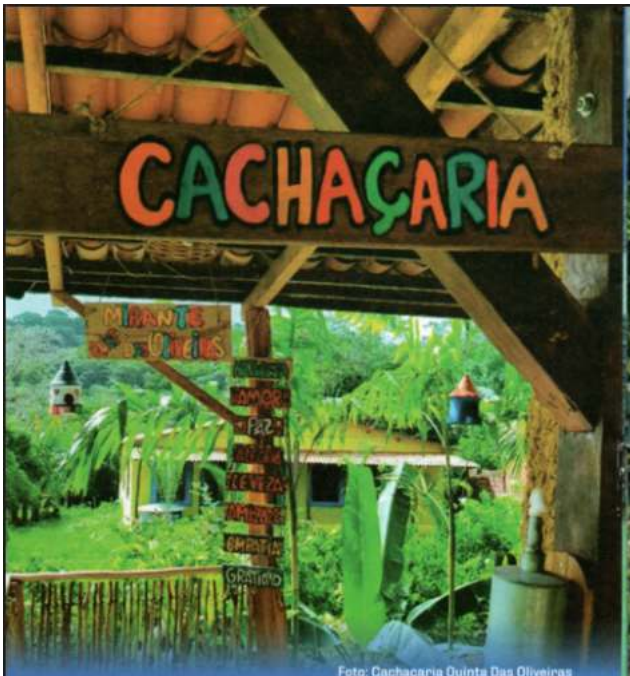


Foto: Cachaçaria Quinta Das Oliveiras

Rota Rural:

A vida tranquila do campo também pode ser vivenciada em Igarassu. Seja tomando um banho refrescante de rio na Reserva Ecológica de Utinga ou apreciando uma cachaça artesanal na Cachaçaria Quinta das Oliveiras.

Rota das Sementeiras

A rota das sementeiras busca a valorização das atividades rurais. Além da apreciação das espécies, turistas e visitantes também podem plantar a sua própria muda.

Foto: Atmosphera Plantas&Paisagismo

Rota da Civilização:

Uma rota que simboliza o início de tudo e contém o Marco de Pedra - elemento que marca a colonização da região.

Rota Pedagógica

Além da visita, a Rota Pedagógica proporciona um importante aprendizado através das trilhas ecológicas, oficinas de artesanato, vivências e conhecimento da fauna e flora. Dentro da rota, o Refúgio das Bromélias oferece experiências pedagógicas com trilhas, vivências com fauna e conhecimento sobre bromélias.

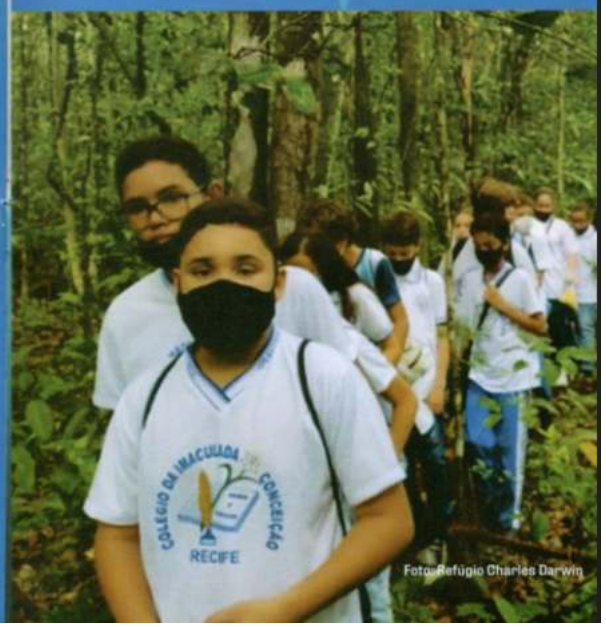


Foto: Refúgio Charles Darwin

Rota dos Mestres Artesãos:
Com artesãos de renome, a Rota dos Mestres proporciona aos turistas uma imersão na cultura local do município através de oficinas de arte feitas em madeira, produzidas com galhos ou troncos.
Foto: José Abias
IGARASSU
Rota 14
Com a união de arte, gastronomia, aventura, lazer e contemplação de paisagens incríveis, a Rota 14 garante experiências inesquecíveis para quem visita Igarassu.

Rota Gastronômica
A rota mais saborosa do município é destacada pela produção artesanal da Fritada de Aratu, prato tradicional com frutos do mar. Isto sem falar na Torta Monjopina que garante explosão de sabores para quem experimenta.
Foto: Ana Alves
Costa de Pernambuco
Distâncias (em KM) das cidades para Igarassu:
Recife a Igarassu - 30 km
João Pessoa - 90 km
Campina Grande - 210 km
Natal - 265 km
Maceió - 285 km
Aracaju - 535 km
Mais Informações:
Centro de Atendimento ao Turista:
Endereço: Rua Barbosa Lima, nº 144, Sítio Histórico, Igarassu-PE
E-mail: caturigpe@gmail.com
Telefone: (81) 9934-8072
Contatos das empresas:
Empresas
Telefone
Refúgio das Bromélias (81) 98817-4392
Museu Histórico de Igarassu (81) 98204-9931
Sementeira Atmosphera (81) 3543-0323/ 99242-3583
Mestre Artesão José Abias (81) 98233-5688
Quinta das Oliveiras (81) 98184-2730
Reserva Ecológica da Utinga (81) 98534-8701
Maracatu Estrela Brilhante (81) 98078-9991
Vertical Jump (81) 99333-8446
Padaria Gourmet Campo Fertile (81) 9267-6012
Catamaran Praia (81) 3424-3945
Casa Igarassu (81) 99363-4140/ 99314-2066
Pousada Luar (81) 99292-9986/ 99862-4346 / 98842-7932
CAT (81) 9934-8072
Refúgio Charles Darwin (81) 99815-7125
Bar da Lu (81) 99424-1999
Delícias da Roça (81) 99985-1872
Ficha Técnica
Prefeitura Municipal de Igarassu
Prefeita: Eliciona Ramos
Vice-Prefeito: Amaury Henrique
Sec. de Turismo Cultura e Patrim. Hist.: Marcelo Oliveira
Secretária Executiva de Turismo: Ana Alves
Sec. Exec. de Patrimônio Histórico: Antônio Jorge Barreto
Secretário Executivo de Cultura: Márcio Rodrigues
Elaboração: Equipe Secretaria Executiva de Turismo
IGARASSU
Trabalho que faz História

ANEXO W - Pernambuco é destaque em reunião do Ministério do Turismo com Interlocutores Estaduais e Regionais

CBN Recife

Elielson

MENU

POLÍTICA

Pernambuco é destaque em reunião do Ministério do Turismo com Interlocutores Estaduais e Regionais

POR: REDAÇÃO PORTAL

Foto: Divulgação/ Empetur

31/03/2023 Compartilhe:

Durante avaliação do processo de atualização do Plano de Regionalização do Turismo (PRT) - Mapa do Turismo Brasileiro, em reunião ocorrida no último dia 30 de março, Pernambuco foi citado e elogiado pela agilidade com a qual efetuou a inserção de dados dos municípios e regiões turísticas no sistema. Os entes que compuseram o encontro destacaram a quantidade expressiva de municípios pernambucanos que permaneceram ou aderiram ao

programa neste primeiro momento.

"Avaliamos esse destaque como um reconhecimento do trabalho que vem sendo desenvolvido pela Empresa de Turismo de Pernambuco. Também vale salientar que tanto a inclusão de municípios com dados pendentes quanto a adesão de novos municípios ao programa ainda podem ser efetivados", ressalta o presidente da Empetur, Eduardo Loyo.

A Coordenação-Geral de Áreas Estratégicas para o Desenvolvimento Turístico (CGDTur) promoveu a reunião, de forma virtual. O encontro teve foco na atualização do PRT - Mapa do Turismo Brasileiro.

Na ocasião, o MTur apresentou propostas para auxiliar municípios e Regiões Turísticas na implementação de ações de estruturação e aperfeiçoamento do setor como instrumento de desenvolvimento socioeconômico.

Propostas

Dentre as proposições, destacam-se a publicação da Cartilha do Plano Diretor Orientado ao Turismo; PRT+Integrado, que visa promover a integração, aprimorar o diálogo e ampliar a troca de experiências entre representantes do setor turístico de todo o país; e o Programa Revive Brasil, que é uma cooperação entre Portugal e Brasil com o objetivo da recuperação de patrimônios históricos e culturais, subutilizados e/ou degradados, para aproveitamento turístico; tudo isso além da concessão à iniciativa privada, tendo o Forte Orange, na Ilha de Itamaracá, como um dos cinco ativos-piloto do programa.

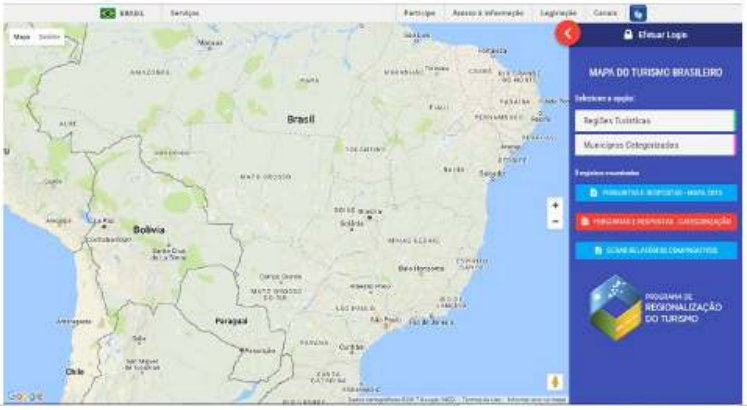
ANEXO X - Atualização do Mapa do Turismo em 2017

mercadoeventos
Portal Brasileiro do Turismo
Notícias Blogs Agenda Fotos e Vídeos Feiras e Eventos
Powered by Google Translate
Crie histórias únicas na Bahia!
Desconto Especial para Reservas Antecipadas

DESTINOS / POLÍTICA

Novo Mapa Turístico do Brasil tem 3.285 municípios em 328 regiões

Por Luiz Marcos Fernandes em 14/09/2017 - 10:05



Site do Mapa do Turismo usa o formato do Google Maps para localizar pontos de interesse em diversos municípios

O Ministério do Turismo divulgou nesta quinta-feira (14) o novo mapa do turismo brasileiro, instrumento que destaca municípios que adotam o turismo como estratégia de desenvolvimento e norteia a definição de políticas públicas para o setor. Em comparação ao ano passado, o número de regiões turísticas e municípios cadastrados cresceu exponencialmente. Em 2016, eram 2.175 cidades em 291 regiões, este ano o mapa registra 3.285 municípios em 328 regiões turísticas.

O aumento nos números é resultado de um amplo trabalho de conscientização do Ministério do Turismo junto aos gestores municipais e estaduais a respeito da necessidade de identificação e classificação das cidades para que as políticas públicas e investimentos sejam mais adequados à realidade de cada região.

"O mapa é um instrumento muito importante para gestão, estruturação e promoção dos destinos. Por isso, é importante que ele esteja sempre atualizado, garantindo com que os municípios que queiram trabalhar o turismo como uma atividade econômica, tenham prioridade dentro das políticas e ações do MTur", afirmou o ministro do turismo, Marx Beltrão.

A atualização periódica do Mapa faz parte de uma estratégia do Plano Brasil + Turismo, lançada este ano pelo ministro Marx Beltrão para fortalecer o setor de viagens no país. De acordo com o Plano, a partir de 2017 o Mapa passa a ser atualizado a cada dois anos. Sua construção é feita em conjunto com os interlocutores estaduais que representam o MTUR e órgãos oficiais de Turismo dos estados brasileiros e instâncias de governança regional.

De acordo com o novo mapa, 23% (740) dos municípios estão nas categorias A, B e C. Esses municípios concentram 93% do fluxo de turistas doméstico e 100% do fluxo internacional. Os demais 2.545 municípios figuram nas categorias D e E. Esses destinos não possuem fluxo turístico nacional e internacional expressivo, no entanto alguns possuem papel importante no fluxo turístico regional e precisam de apoio para a geração e formalização de empregos e estabelecimentos de hospedagem.

Por Região – São 328 regiões turísticas e 2.285 municípios

ANEXO Y - Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião - ATAS de reuniões das datas 09/10/2018, 28/02/2023 e 31/05/2023

RELATÓRIO

Reunião da Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião

1. **Identificação da Região Turística**

Data da Reunião: 09/10/2018	**Horário:** 10h às 13:30h
Local: CAT- Centro de Atendimento ao Turista de Igarassu	
Pauta: 1) * O que é Governança e sua importância 2)* PRT - Situação de cada Município 3)* Planejamento Estratégico do Turismo de cada Município 4)* Sugestão do que poderemos fazer em conjunto .Apresentação do Programa de Regionalização do Turismo 1)	

Horário	Atividade	Responsável
10h30 às 11h	Apresentação do Programa de Regionalização do Turismo (Explanação) Informações sobre a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro	Gilvandro Marinho/ Ceci Amorim
11h30 às 12h00	O que é Governança e sua importância PRT - Situação de cada Município	Gilvandro Marinho/ Ceci Amorim
12h00 às 12h20	Orientações sobre a reativação da Instância de Governança Regional, definição de interlocutores e esclarecimentos.	Gilvandro Marinho/ Ceci Amorim
12h20 às 13h00	Planejamento Estratégico do Turismo de cada Município Sugestão do que poderemos fazer em conjunto. Apresentação do Programa de Regionalização do Turismo	Gilvandro Marinho/ Ceci Amorim
13h00 às 13h30D	Solicitação de apoio aos presentes para sensibilizarem os demais municípios da região turística e atendimentos individuais.	Gilvandro Marinho e equipe da Regionalização (EMPETUR)

2. Identificação do Documento

Relatora do Documento: Ana Alves / Julianna Barbosa Chacon Lins

3. Participantes da Reunião

Nº	Nome	Município / Entidade	Cargo	Telefone/E-mail
1	Jorge Rocha	Paulista	Sedetur	998293308/ jorgerocha_jr@hotmail.com
2	Aparecida Queiroz	Paulista	Sedetur	998108681/ aparecicq@gmail.com
3	Pamela Nobrega	Abreu e Lima	Seture	984799840/ nobrega_pamela@hotmail.com
4	Reginaldo Silva	Abreu e Lima	Seture	988031360
5	Ana Alves	Igarassu	Sec Turismo de Igarassu	987212613/ litoraligarassu@gmail.com
6	Julianna Lins	Igarassu	Sec Turismo Igarassu	993770293 / julianna_lins@Hotmail.com
7	Gil Marinho	Recife	EMPETUR	992722569 / gilmarinho@empetur.pe.gov.br
8	Ceci Amorim	Recife	EMPETUR	999643440 / ceci@ empetur.pe.gov.br
9	Ricardo Oliveira	Itapissuma	Sec Turismo de Itapissuma	994653881 / itapissumamaisturismo@hotmail.com

4. Síntese da Reunião

A reunião desta região turística ocorreu em 09de outubro de 2018, no município de Igarassu , no CAT- Centro de Atendimento ao Turista , que também é a sede da pasta de Turismo do Município.
No momento inicial [illegible] da EMPETUR , fez a explanação do programa PRT e sua Importância , tirando todas as dúvidas existente no grupo .
Reforçando ainda: a importância do Conselho municipal de turismo em funcionamento, a construção do Regimento interno do [illegible] Costa Náutica Coroa do Avião.
A Empetur fará um encontro com os Prefeitos e secretários de turismo dia 08/11/18- Reforça a importância do Conselho de turismo está funcionando.
Incentivar a rede que faz parte do acolhimento do turismo fazer seu cadastro no CADASTUR.
Atualizar os nomes [illegible] interlocutores da Região, sugerimos também em cada município fazer seus roteiros turístico que um [illegible] o auto.

Estiveram presentes [illegible] representantes da Cidade do Paulista , Do Abreu e Lima , Igarassu , Itapissuma. O grupo decidiu por [illegible] a substituição do Dinho , por Ana Alves como a interlocutora da região e seu suplente ainda [illegible] Oliveira de Itapissuma . Todas as dúvidas foram esclarecidas e ficou estabelecido um prazo para a criação do [illegible]mento interno da Região , não passando do mês de Novembro de 2018.

5. Encaminhamentos

	Responsável	Prazo
Sensibilização dos representantes dos municípios ausentes à reunião.	Ana Alves e Ricardo Oliveira	10 dias
Construção [illegible]	TODOS	Um Mês
Definição de [illegible] tores municipais e regional [illegible]	Todos os presentes	Uma semana

6. Registro fotográfico

Ministério do Turismo

7.

Em anex[illegible] de frequência e a pauta com as pontuações colocada no decorre da reunião escrita p[illegible]ns.

Ana Alves

Secretaria Executiva de Turismo de Igarassu

COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO

Ata de frequência:

Data: 09 de julho 2018

Local: Igarassu - PE

NOME	MUNICIPIO	ORGÃO	E-MAIL	CONTATO
JORGE ROCHA	PAULISTA	SEDETUR - SECRETARIA TURISMO	JORGEROCHA_JR@HOTMAIL.COM	9 9829.3308
APARECIDA QUEIROZ	PAULISTA	SEDETUR	APARECIDQE@GMAIL.COM	9.9810.8681
Pâmela Nóbrega	Abreu e Lima	Setur	nobrega-pamela@hotmail.com	08479 9840
Reginaldo Silva	"	"	reginaldo195en@gmail.com	9 88831360
Ana Alves	Igarassu	Sec. Turismo	[illegible]@gmail.com	987212613
Juliana Reis	Igarassu	Sec. Turismo	Juliana_lins@hotmail.com	99377 0293
GIL MARINHO	RECIFE	EMPETUR	GILMARINHO@EMPETUR.PE.GOV.BR	99972 2569
CECI AMORIM	RECIFE	EMPETUR	CECI@EMPETUR.PE.GOV.BR	99964 3440
RICARDO OLIVEIRA	ITAPISSUMA	SEC. TURISMO	ITAPISSUMA[illegible]@HOTMAIL.COM	99465.3381

* Pela importância do cadastur, precisa haver uma pessoa representando no conselho
Apro (ta) a associação de pescadores dos mun
A ão de um m de turismo de 1 an
Aprovei agências/operadoras que são especializadas em turismo de base comunitária e de experiências do Patrimônio)
* Próxima reunião na 20a
representantes do setor privado para ter conhecimento sobre PR
* Pelo me m cadastur (equipamento) de cada localidade
* conselho mun formalizado
Prodetu + Turismo
técnico formado
To ro ra m p se
ná ise (setor público), Tur
que o mesmo anal p direto e Banco
tam
Revitalização do Forte
Tu mo náutico com Kaik em breve m
ta d comunicação entre locutor mun
(Defi q m são e delegar responsabilidade de manter a
comu com o Prodetu)
Regimento interno da instância do Município
Roteiro que envolvem todos os municí ou
* Dificuldade com liberação de recursos para os projetos em
Itap m
* Explorar o SEBRAE para as capacitações profissionais
* Saída de Dinho/Itamaraçá substituído por aclamação Ana Alves
* Próxima reunião: construção do Regimento

Região Turística Costa Náutica

Coroa Do Avião

ATA da Reunião do dia 28/02/2023

Data da Reunião: 28/02/2023	**Horário:** 09:30h
Local: CTEN – Centro Tecnológico de Igarassu	

Pauta:

- Boas vindas
- Discussão sobre o Regimento Interno da Instância (Artigos 5 e 6)
- Abordar a criação do Drive da Instância com acesso coletivo
- Apresentação de ações que podem integrar os municípios, com o objetivo de promover a região como um todo
- Ponderações sobre as ações da instância para o ano de 2023
- Definir a pauta que iremos abordar na próxima reunião que contará com o setor privado

Horário	Atividade	Responsável
09:55	Boas vindas	Ana Alves
09:57	Apresentação dos Municípios	Todos
10:01	Discussão sobre nova representação na ASTUR	Ricardo
10:15	Continuidade das Apresentações	Todos
10:57	Discussão sobre o regimento interno	Ana Alves
11:30	Definição de pontos e data da próxima reunião	Todos
12:21	Encerramento	Ana Alves

Região Turística Costa Natítica

Costa Do Atlão

2. Participantes (Falas)

Nº	Nome	Entidade	Cargo	Telefone/E-mail
1	Ricardo	Sec. de Turismo de Itapissuma	Sec. de Turismo	
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				

3. Síntese da Reunião

Ana Alves, inicia a reunião dando as boas vindas aos gestores municipais presentes, dentre eles o representante de Abreu e Lima (município convidado).

Em seguida, inicia-se a apresentação dos municípios, a começar pelo senhor Ricardo, representante do município de Itapissuma

e vice presidente da Associação das Secretarias de Turismo de Pernambuco - ASTUR, da qual o mesmo também fala um pouco.

A partir de então, ficou acordado sobre levar o nome do Secretário de turismo, cultura e Patrimônio de Igarassu, Rodrigo Russell, como novo representante e candidato à presidência da ASTUR.

Segue-se, então, com as apresentações do município de Abreu e Lima, na presença do senhor Emerson, e após Ana Alves, apresentou Igarassu e falou sobre o seu desejo quanto à colaboração e apoio do Litoral Norte como um todo, passando a palavra ao Sec. Rodrigo, que se apresentou e falou sobre a organização do carnaval de Igarassu e sobre a importância da união do Litoral Norte em prol do turismo.

Além disso, foi discutida também a necessidade de apoio a Abreu e Lima, para que consiga atingir novamente os requisitos para voltar a participar do PRT.

Em seguida, o senhor Ítalo, representante do município de Goiana, apresenta o seu município e seus potenciais turísticos e culturais.

Região Turística Costa Náutica
Coroa do Avião

Após, a senhora Maria Tereza apresentou o município de Olinda e seus potenciais, e dá também algumas sugestões para os outros municípios. Ana Alves, então, acrescenta sobre a necessidade do pertencimento dos municípios quanto aos seus municípios.

De forma geral, todos discutiram sobre as ~~fraqs~~ fraquezas e necessidades de seus municípios, pontos de extrema importância para o planejamento e desenvolvimento do turismo regional.

Assim, iniciou-se então a discussão sobre o Regimento Interno da instância, mais especificamente a criação das câmaras temáticas (artigos 5 e 6).

Então, definiram os encaminhamentos (ações previstas para a instância) para o ano de 2023 e o que será abordado na próxima reunião, que contará com o ~~setor~~ privado.

Ana Alves informa sobre o desligamento de Edmo, de Itamaracá, atual suplente da instância, e a necessidade de definir um novo suplente na próxima reunião. Assim, definiram a próxima reunião (15/03/23, 9:30, sede de Olinda).

Finaliza-se assim a presente reunião.

Região Turística Costa Náutica
Coroa do Avião

4. Encaminhamentos

Ação	Responsável	Prazo
Criação de Rotas que integram os municípios em todos os segmentos	Cada município faz a sua Rota	45 dias
Criação de Folhetenias Integradas (Port., inglês e Esp.) (Projeto p/ Governo do Estado)	Todos	60 dias
Promover Famtour e Fampress	Todos ou Semi-integrado	1 por Semestre
Possibilidade de se tornar PJ	Todos	6 meses
Eleição dos membros das Câmaras temáticas	Todos	Próxima Reunião
Definir novo vice-presidente da instância	Todos	Próxima Reunião
Criação de Roteiros de Turismo Religioso	Todos	45 dias

ATA de Presença da Reunião do dia 28/02/2023

EVENTO: Reunião PRT – Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião
DAT: 28/02/2023 – HORÁRIO: 09:30h – LOCAL: CTEN – Centro Tecnológico de Igarassu

NOME	MUNICÍPIO / INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Emerson Silva	Abreu e Lima	81-98544-4023	Emersonturismo1@hotmail.
Mª Teresa Santos	Olinda	81.99942-8603	Teresasantos279@hotmail.com
José Ítalo César da Cunha	Goiana	81.99971.3342	italocesar@gmail.com
Rodrigo V Russell	Igarassu	81. 99727 8712	vieiranaselio@gmail.com
Arara Silva	Igarassu	81-987212613	[illegible]
[illegible]	Itamaracá	81-99465-3881	Itamaracamaisturismo@hotmail.com

Região Turística Costa Náutica
Cercu Do Avião

ATA da Reunião do dia 31/05/2023

Data da Reunião: 31/05/2023	**Horário:** 09:00 ás 13:00
Local: ORANGE PRAIA HOTEL - ITAMARACÁ	

Pauta:

- 9:30 - Abertura Oficial / Boas-vindas
- 9:50 - Apresentação de todos os membros
- 10:20 - Apresentação da Pauta da reunião
- 10:25 - Nomeação novo vice-presidente da instância
- 10:40 - Apresentação de cada município quanto à conclusão das demandas previamente acordadas na reunião anterior:
  - Rotas criadas para integrar os municípios em todos os segmentos
  - Sugestões de folheterias integradas (português, inglês e espanhol)
  - Roteiros de Turismo Religioso criados
- 11:00 – Palestra com Ana Carla Moura (Ministério do Turismo)
- 11:20 – Espaço para perguntas
- 11:30 - Discussão sobre a formalização da IGR, ID Visual da Instância, promoção de Famtour e Fampress;
- 12:10 - Eleição dos membros das Câmaras Temáticas
- 12:30 - Pronunciamento / Conselheiros.
- 13:00 - Considerações finais / Encerramento

Horário	Atividade	Responsável
10:20	Boas-vindas e Apresentação de Todos	Ana Alves Todos
10:30	Nomeação da vice-presidente	Ana Alves Anne
10:35	Apresentação Igarassu (Turismo Religioso)	Ana Alves Equipe de Apoio de Igarassu
10:45	Apresentação da Lei Geral do Turismo e PRT	Ana Carla Moura

Região Turística Costa Náutica

Coroa Do Avião

Horário	Atividade	Responsável
11:48	Rodada de Perguntas p/ Ana Carla	Todos
12:12	Presente para Ana Carla (Sec. Exec. de Turismo de Igarassu)	Sec. Executiva de Turismo de Igarassu
12:13	Apresentação do Pacto de Igarassu	Ana Alves
12:28	Eleição das Câmaras Temáticas	Todos
12:30	Considerações finais	Todos
12:55	Encerramento	Ana Alves

Região Turística Costa Náutica
Cercu Do Arião

1. Identificação do Documento

Relator(s):
Juliamna Lima
Weldelane Santos

2. Participantes (Falas)

Nome	Entidade	Cargo	Telefone/E-mail
Juliamna Lima (slide Igarassu)	Sec. Exec. de turismo de Igarassu	Turismóloga	
Ana Carla Moura	Ministério do Turismo	Coordena dora do PRT	
Neto (pergunta 5) Ana Carla	Secretaria de Governo de Itamaracá	Sec. de Governo da Ilha de Itamaracá	
Gedezão Rosa (pergunta)	Paulista		
Priscila (pergunta)	Produtora de Eventos e presidente do conselho de cultura e Turismo	Itapissuma	
Gil Marinho (pergunta)	EMPETUR		
Taciana (pergunta)	IGR Litoral Sul	Presidente	
Ezli (pergunta)	Bruno da Mãe de Deus		
Rodrigo Dutra	Gravata		
Mauro	Catamaran Praia	Igarassu set. privado	
Paulo	Itamaracá		
Aparecida	Paulista		
Isabella Marques	SETUR		

Região Turística Costa Natúrica

Costa De Arrão

Nome	Entidade	Cargo	Telefone/E-mail
Nathalie	SETUR		
Tereza	EMPETUR		
Rodrigo Russell	Sec. de Turismo cultura e Patrimônio	secretário (Igarassu)	
Anneligm	Orange praia Hotel	Itamaracá	
Alessandro Almeida	sindicato dos Guias	Paudalho	
Rayan Costa	Sec. Executiva de Turismo de Igarassu	marketing	

Região Turística Costa Náutica
Coroa do Avião

3. Síntese da Reunião

Ana Alves, presidente da Costa Náutica Coroa do Avião, dá as boas-vindas a todos e passa a palavra para que se apresentem.

Após, inicia-se a apresentação da Pauta da reunião e a Presidente Ana Alves faz as honras apresentando a nova vice-presidente do IGR, Anneliese Van den Moek, representante do Orange Praia Hotel, iniciativa privada da Ilha de Itamaracá, a qual foi nomeada pelo ex vice-presidente, José Edno, representante do poder público de Itamaracá, com o intuito de manter a paridade ~~(cidade)~~ da instância, tendo Presidente e vice dos poderes públicos e privado respectivamente. Após, Anne se pronuncia quanto à importância de uniremforças para desenvolver o turismo do Litoral Norte, a partir de parcerias público-privadas.

Então, iniciam-se as apresentações das demandas acordadas na reunião anterior, onde todos os municípios deveriam apresentar os projetos desenvolvidos. No entanto, apenas Igarassu apresentou, na pessoa de Suliamna Lins, da secretaria Executiva de Turismo de Igarassu, cujos projetos desenvolvidos foram Roteiro de Turismo Religioso e Atrativos propostos para compor o roteiro integrado entre os municípios. Ana Alves apresenta também o formato de folheterias digital, em QR Code, uma opção sustentável de distribuí-las.

Assim, dá-se continuidade à Pauta com a apresentação de Ana Carla Moura, coordenadora do PRT no Ministério do Turismo, a qual aborda ostemos

Regionalização, Lei Geral do Turismo, era palestra "A Governança aliada à gestão pública dos Territórios". Nesses 5 anos como Coordenadora Geral, passou a integrar a Sec. de Planejamento e Competitividade do Turismo, trabalhando com CADASTUR, sustentabilidade, economias criativas, entre outros. Ela apresentou um vídeo de Brumadinho, como um destino turístico que está se reerguendo com o turismo. Abordou também a importância de fortalecer o sistema de Turismo Nacional através da regionalização, a partir do fortalecimento do tripé do turismo (iniciativa pública, privada e sociedade civil organizada). Ressaltou a necessidade de todos os gestores se sensibilizarem quanto ao turismo, pois em gestão não há como andar para frente. Segundo Ana Carla, a gestão pública tem seu papel, mas o da iniciativa privada é a inovar. Além disso, o desafio de uma IGR sem CNPJ é que isso impede de captar recursos por conta própria. Sobre o mapa do turismo Brasileiro, ela aborda a sua importância e também como ele deve ser usado como modelo de gestão. Ela aborda também os requisitos para os municípios fazerem parte do Mapa do turismo nacional. Ela apresenta também sobre o CADASTUR e Ana Alves aproveita para exibir o vídeo do CADASTUR gravado pela Sec. Executiva de Turismo de Igarassu (servidora Bianca Vittorazzo).

Então, abre-se a rodada de perguntas, na qual os presentes tiram dúvidas com Ana Carla Moura. Neste momento se pronunciaram Neto (Itamaracá), Gedeão Rosa (Paulista), Priscila (Itapissuma), Gilmarinho (EMPETUR), Taciana (presidente da IGR Litoral Sul), Coli (Brejo da Madre de Deus), Rodrigo Dutra (Gravatá).

Após, a Secretaria Executiva de Turismo de Igarassu presenteia Ana Carla Moura com um mimo de Igarassu em agradecimento pela sua participação.

Então Ana Alves apresenta outras rotas de Igarassu, como sugestões para integrar o roteiro da IGR com os outros municípios, e todos entram em discussão sobre a ID visual da instância, determinando que entrariam em consenso sobre na próxima reunião, após Igarassu ter ~~pedido~~ apresentado a sua sugestão de ID visual e logo, na pessoa de Rayan Costa, do marketing da secretaria.

Assim, dão continuidade com a eleição dos responsáveis pelas câmaras temáticas, porém fica acordado que por enquanto trabalharão todos em conjunto apenas a Câmara de Marketing, para promover a IGR e seus municípios juntos.

Começam então as considerações finais, com a palavra de todos, com agradecimentos e um vídeo passado por Alessandro Almeida (Paudalho / Sindicato dos Guias), que segundo o mesmo é uma prestação de contas sobre o trabalho dos mesmos.

Após, encerra-se a reunião da Costa Náutica Coroa do Avião.

Região Turística Costa Náutica

Coroa Do Avião

4. Encaminhamentos

Ação	Responsável	Prazo
Definição/Decisão quanto à ID visual do IGR	Todos	Julho (próxima reunião)

ATA de Presença da Reunião do dia 31/05/2023

EVENTO: Reunião PRT – Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião
DATA: 31/05/2023 – HORÁRIO: 09:30h – LOCAL: ORANGE PRAIA HOTEL – ITAMARACÁ

NOME	MUNICÍPIO / INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Cáli Oliveira	Braço de Deus	(81) 99671.7911	calioliveira1@gmail.com
PATRÍCIA MONTEIRO	BREJO DA MADRE DE DEUS	(81) 99887 9387	CONTATO@BUNITURISMOPE.COM.BR
THIAGO SANTANA	BREJO M. DEUS	(81) 98874 5495	FINANCEIRO@BUNITURISMOPE.COM.BR
Ana Paula F. Moura	Brasília de Itaúc	61 99847 4192	ana.moura@turismo.df.gov.br
ANTONIO MAURO DE BRITTO	Igarassu / CARAMURU	81 98203 4493	mauro.britto@hotmail.com
[illegible]	ITAMARACÁ	81 99435-8786	paulo.10111@gmail.com
Rakel V. C. Pereira.	Itamaracá	81 989970850	rkccomercio@gmail.com

NOME	MUNICÍPIO / INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Priscila Oscaldina Barros	Ilapissuma/Empresa	(81) 98826-1266	priscilabarros2222@gmail.com
Wladimir Ferraz Silva	Ilapissuma / Prof.	81.98601.0310	Wladimirferraz48@gmail.com
NATHALIE MONTEIRO RIBEIRO	SETUR - GOV-PE	81 99166 3776	NATHALIE.RIBEIRO@SETUR.GOV.PE SETUR.PE.GOV.BR
Annelyn W. van den Hoek	Orange Praia Hotel Itamaracá	81.99947 0089	annelyn@orangepraiahotel.com.br
Bruna Ferraz	Rely / EMPETUR	81-99974 1156	Tuezo.alvaro@gmail.com
GIL MARINHO	RECIFE/EMPETUR	81 9.9272.2569	GILMARINHO@EMPETUR.COM.BR
Pâmela Nóbrega	Paulista / PPHTUR UFPE	81 - 98471 - 1340	pamelaarruda.nobrega@gmail.com
Antonio eugênio Calho Freire	Recife / Marcia turismo SINGTUR-PE	81 - 99698 - 7929	marciatur.eugenio@gmail.com
ALESSANDRO LUIZ S. DE ALMEIDA	RECIFE/SINGTUR-PE	81 - 99666.2972	SINGTURPE@GMAIL.COM

Região Turística Costa Náutica — Coroa Do Avião

NOME	MUNICÍPIO / INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
Emanuel Rodrigues	Ilha de Itamaracá	81 99434 4414	manuelrodrigues088@gmail.com
RODRIGO DUTRA	GRAVATÁ / AGIT	87 99736-7983	AGITGRAVATA@GMAIL.COM
Isabelle Marques	Setur/PE	8199130-8631	isabelle.miranda@setur.pe.gov.br
Rodrigo Russell	Igarassu / Prefeitura	81 99727-8712	RODRIGORUSSELL10@GMAIL.COM
[illegible] Rosa Jr	PAULISTA	81.993305218	pescadorrecorde@gmail.com
APARECIDA QUEIROZ	PAULISTA	81-99810.8681	aparecig@gmail.com
José Eduardo dos S. Fonseca	ILHA DE ITAMARACÁ	81 992377436	eduFonseca@gmail.com
Jéssica Priscila C. Dias	Ilha de Itamaracá	81 98164-8419	JHESSIAPTV@gmail.com
[illegible] dos Santos Bezerra	Ilha de Itamaracá	81.7109-6437	Chagas.telemar@gmail.com

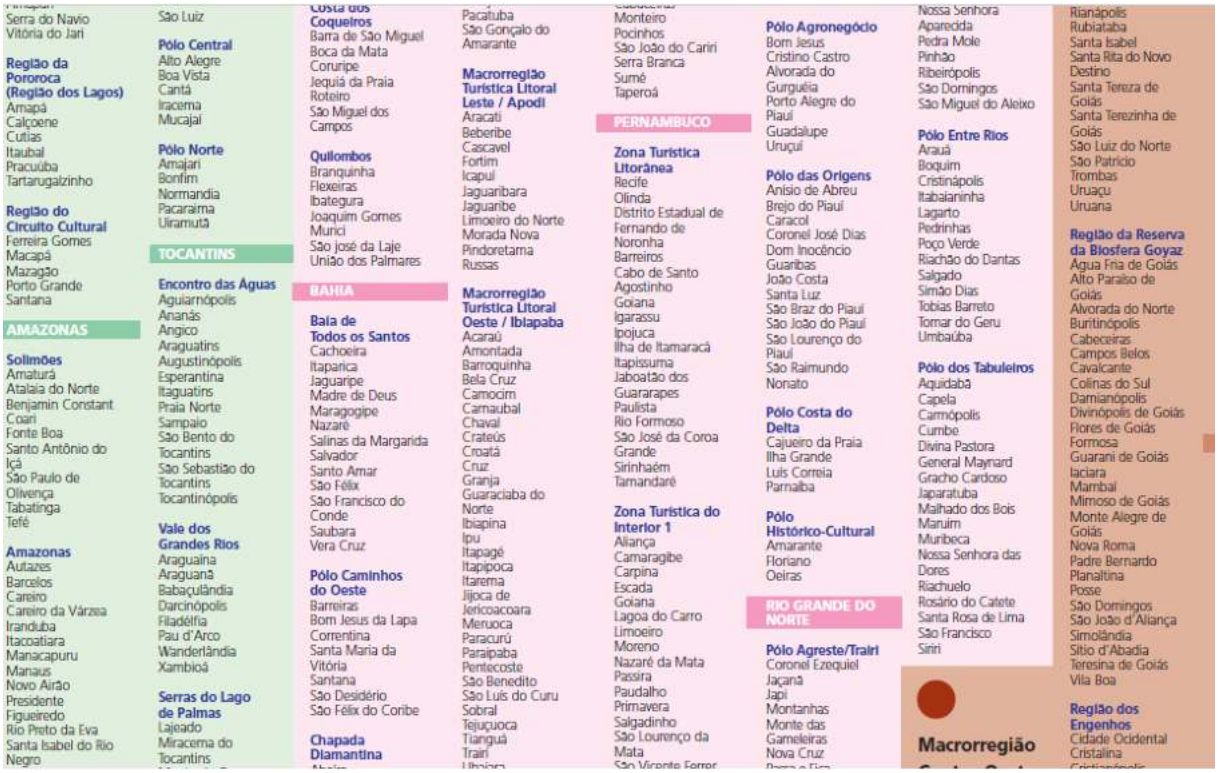
Região Turística Costa Náutica — Coroa Do Avião

NOME	MUNICÍPIO / INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
[illegible]	ITAMARACÁ - Comunicação	81-99312 5045	[illegible]@hotmail.com
Ana Carolina C. Lima	Itamaracá Prefeitura	81-981409948	carolfmd2017@gmail.com
Tarciana de Oliveira Guimarães	Cabo de Santo Agostinho	81 99739-3207	Tariguimaraes@gmail.com
Bianca Carvalho	Igarassu Sec. Exec. Tur	81 99285-7561	biancavittoria3398@gmail.com
Marcia Fanti Negri	Miami, FL, EUA	(+1) 786642-5255	mfnegri@miami.edu
Helldelane Nascimento Santos	Igarassu/Sec. Exec. Turismo	(81) 9 9546-6559	helldelanesantos@gmail.com
Rayan Dionísio Dos S. Costa	Igarassu / Sec. Exec. Turismo	(81) 97572-4305	Ray95Costa47@gmail.com
Juliana Barbosa Chacon Lima	Igarassu / Sec. Execut. de Turismo	(81) 99288-5287	juliana_limas@hotmail.com
Pedro José de Barros Paes Barreto T. Vieira	Igarassu / Sec. Execut. de Turismo	(81) 99416-4068	pedro.jose.vieira@gmail.com

ANEXO Z - Instagram da Instância de Governança da Região Turística Costa Náutica Coroa do Avião

ANEXO AA - Mapa do Turismo de 2004 a 2023

2004



2006

2009

ROTEIROS DO Brasil

PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

Regiões Turísticas do Brasil 2009

Macrorregião Norte

ACRE

Região Turística Vale do Acre
- Assis Brasil
- Brasiléia
- Bujari
- Capixaba
- Epitaciolândia
- Plácido de Castro
- Porto Acre
- Rio Branco
- Sena Madureira
- Senador Guiomard
- Xapuri

Região Turística Vale do Juruá
- Cruzeiro do Sul
- Feijó
- Mâncio Lima
- Marechal Thaumaturgo
- Porto Walter
- Rodrigues Alves
- Tarauacá

AMAPÁ

Polo Amazônia Atlântica
- Bragança
- Capanema
- Curuçá
- Maracanã
- Marapanim
- Salinópolis
- Vigia
- Tracuateua

Polo Xingu
- Altamira
- Brasil Novo
- Vitória Xingu

RONDÔNIA

Polo de Agronegócios/ Caminho das Águas
- Alta Floresta d'Oeste
- Alto Paraíso
- Alvorada d'Oeste
- Ariquemes
- Candeias do Jamari
- Cacoal
- Campo Novo de Rondônia
- Espigão d'Oeste
- Ji-Paraná
- Machadinho d'Oeste
- Mirante da Serra
- Ouro Preto do Oeste
- Pimenta Bueno
- Inhapi
- Jacaré dos Homens
- Major Isidoro
- Maravilha
- Mata Grande
- Minador do Negrão
- Monteirópolis
- Olho d'Água das Flores
- Olivença
- Ouro Branco
- Poço das Trincheiras
- Santana do Ipanema
- Senador Rui Palmeira

Caminhos do São Francisco
- Água Branca
- Belo Monte
- Delmiro Gouveia
- Igreja Nova
- Olho D'água do Casado
- Olho D'Água Grande
- Palestina
- Pão de Açúcar
- Paricorinha
- Penedo
- Piaçabuçú
- Piranhas
- Porto Real do Colégio
- São Brás
- São José da Tapera
- Traipú

Região Celeiro das Tradições
- Anadia
- Arapiraca
- Belém
- Boca da Mata
- Campo Alegre
- Campo Grande
- Coité do Noia
- Craíbas
- Estrela de Alagoas
- Feira Grande
- Girau do Ponciano
- Igaci
- Iaramataia
- Junqueiro
- Lagoa da Canoa
- Limoeiro de Anadia
- Maribondo
- Palmeira dos Índios
- São Miguel dos Campos
- São Sebastião
- Tanque D' Arca
- Taquarana
- Teotônio Vilela

Região dos Quilombos
- Atalaia
- Branquinha
- Teofilândia
- Tucano
- Uauá

Lagos e Canyons do São Francisco
- Abaré
- Glória
- Paulo Afonso
- Rodelas
- Santa Brígida

Vale do São Francisco
- Casa Nova
- Curaçá
- Juazeiro
- Remanso
- Sobradinho

Costa do Cacau
- Canavieiras
- Ilhéus
- Itabuna
- Itacaré
- Pau-Brasil
- Santa Luzia
- Una
- Uruçuca

Costa das Baleias
- Alcobaça
- Caravelas
- Itamaraju
- Mucuri
- Nova Viçosa
- Prado
- Teixeira de Freitas

Chapada Diamantina
- Abaíra
- Andaraí
- Andorinha
- Barra do Mendes
- Bonito
- Brotas de Macaúbas
- Caem
- Campo Formoso
- Central
- Érico Cardoso
- Gentio do Ouro
- Ibicoara
- Ipupiara
- Iramaia
- Iraquara
- Itaetê
- Jacobina
- Jaguarari
- Jussiape
- Lençóis
- Livramento de Nossa Senhora

Delta das Américas
- Água Doce do Maranhão
- Araióses
- Paulino Neves
- Tutóia

Floresta dos Guarás
- Apicum-Açu
- Bacuri
- Cedral
- Cururupu
- Guimarães
- Mirinzal
- Porto Rico do Maranhão
- Serrano do Maranhão

Chapada das Mesas
- Balsas
- Carolina
- Estreito
- Imperatriz
- Porto Franco
- Riachão
- São João do Paraíso
- Tasso Fragoso

Lagos e Campos Floridos
- Cajari
- Conceição de Lago-Açu
- Lago Verde
- Matinha
- Monção
- Penalva
- Pindaré-Mirim
- Santa Inês
- São Bento
- São Vicente de Ferrer
- Viana
- Vitória do Mearim
- Arari
- Pedro Rosário

Região dos Cocais
- Aldeias Altas
- Caxias
- Codó
- Coelho Neto
- Timon

Polo Amazônia Maranhense
- Candido Mendes
- Carutapera
- Godofredo Viana
- Luís Domingues
- Turiaçu

Polo do Munim
- Axixá
- Cachoeira Grande
- Icatu
- São José de Piranhas
- São José de Princesa
- Tavares

Região Zona da Mata
- Capim
- Cruz do Espírito Santo
- Itabaiana
- Juripiranga
- Mamanguape
- Pedras de Fogo
- Pilar
- São Miguel de Taipú
- Sapé

PERNAMBUCO

Moda e Confecção
- Santa Cruz do Capibaribe
- Taquaritinga do Norte
- Toritama

Forró e Baião de Luiz Gonzaga
- Bezerros
- Bonito
- Brejo da Madre de Deus
- Caruaru
- Gravatá
- Moreno

Crença e Arte
- Arcoverde
- Belo Jardim
- Bom Conselho
- Buíque
- Garanhuns
- Pesqueira
- Poção
- Saloá
- Ibimirim

Costa Náutica Coroa do Avião
- Goiana
- Igarassu
- Ilha de Itamaracá
- Itapissuma
- Paulista

Costa História e Mar
- Cabo de Santo Agostinho
- Ipojuca
- Jaboatão dos Guararapes
- Olinda
- Recife

Fernando de
- Nazaré do Piauí
- Novo Oriente do Piauí
- Oeiras
- Picos
- Santa Rosa do Piauí
- Santana do Piauí
- São João da Varjota
- Tanque do Piauí
- Valença do Piauí
- Várzea Grande

Polo Aventura e Mistério
- Assunção do Piauí
- Bom Princípio do Piauí
- Boqueirão do Piauí
- Brasileira
- Buriti dos Montes
- Capitão de Campos
- Carnaúba do Piauí
- Castelo do Piauí
- Cocal
- Cocal de Telha
- Cocal dos Alves
- Domingos Mourão
- Jatobá do Piauí
- Juazeiro do Piauí
- Lagoa de São Francisco
- Milton Brandão
- Pedro II
- Pimenteiras
- Piracuruca
- Piripiri
- São João da Fronteira
- São João da Serra
- São José do Divino
- São Miguel do Tapuio
- Sigefredo Pacheco

Polo das Origens
- Anísio de Abreu
- Bonfim do Piauí
- Brejo do Piauí
- Campo Alegre do Fidalgo
- Canto do Buriti
- Caracol
- Coronel José Dias
- Dirceu Arcoverde
- Dom Inocêncio
- Fartura do Piauí
- Guaribas
- João Costa
- Jurema
- São Braz do Piauí
- São João do Piauí
- São Lourenço do Piauí
- São Raimundo Nonato
- Tamboril do Piauí
- Várzea Branca

Polo das Nascentes
- Baixa Grande do Ribeiro
- Santa Luzia do Itanhy
- Santo Amaro das Brotas
- São Cristóvão

Polo do Velho Chico
- Amparo do São Francisco
- Canhoba
- Canindé de São Francisco
- Cedro de São João
- Gararu
- Ilha das Flores
- Itabi
- Japoatã
- Monte Alegre de Sergipe
- Neópolis
- Nossa Senhora da Glória
- Nossa Senhora de Lourdes
- Poço Redondo
- Porto da Folha
- Propriá
- Santana do São Francisco
- Telha

Polo das Serras Sergipanas
- Areia Branca
- Campo do Brito
- Carira
- Feira Nova
- Frei Paulo
- Itabaiana
- Macambira
- Malhador
- Moita Bonita
- Nossa Senhora Aparecida
- Pedra Mole
- Pinhão
- Ribeirópolis
- São Domingos
- São Miguel do Aleixo

Polo Sertão das Águas
- Araúa
- Boquim
- Cristinápolis
- Itabaianinha
- Lagarto
- Pedrinhas
- Poço Verde
- Riachão do Dantas
- Salgado
- Simão Dias
- Tobias Barreto
- Tomar do Geru
- Umbaúba

Polo dos Tabuleiros

2013

Polo Castanhais
- Laranjal do Jari
- Mazagão
- Vitória do Jari

Polo Extremo Norte
- Amapá
- Calçoene
- Oiapoque
- Pracuúba

Polo Meio do Mundo
- Macapá

Polo Pororoca
- Cutias
- Ferreira Gomes
- Itaubal
- Tartarugalzinho

Polo Tumucumaque
- Pedra Branca do Amapari
- Porto Grande
- Santana
- Serra do Navio

Acre

Vale do Acre
- Assis Brasil
- Brasiléia
- Capixaba
- Epitaciolândia
- Porto Acre
- Rio Branco
- Senador Guiomard
- Pimenteiras do Oeste
- São Francisco do Guaporé
- São Miguel do Guaporé
- Seringueiras

Roraima

Águas e Florestas da Linha do Equador
- Caracaraí
- Caroebe
- Rorainópolis
- São João da Baliza
- São Luiz

O Extremo Norte do Brasil
- Amajari
- Normandia
- Pacaraima
- Uiramutã

Roraima, a Savana Amazônica
- Alto Alegre
- Boa Vista
- Bonfim
- Cantá
- Iracema
- Mucajaí

Tocantins

Bico do Papagaio
- Aguiarnópolis
- Ananás
- Angico
- Muniz Ferreira
- Muritiba
- Nazaré
- Salinas da Margarida
- Salvador
- Santo Amaro
- São Félix
- São Francisco do Conde
- Saubara
- Vera Cruz

Caminhos do Jiquiriçá
- Amargosa
- Castro Alves
- Conceição do Almeida
- Cravolândia
- Cruz das Almas
- Dom Macedo Costa
- Elísio Medrado
- Itatim
- Itiruçu
- Jiquiriçá
- Laje
- Milagres
- Mutuípe
- Santa Inês
- Santa Teresinha
- Santo Antônio de Jesus
- São Felipe
- São Miguel das Matas
- Ubaíra
- Varzedo

Caminhos do Oeste
- Barra
- Barreiras
- Bom Jesus da Lapa
- Sobradinho

Ceará

Cariri
- Assaré
- Barbalha
- Crato
- Juazeiro do Norte
- Missão Velha
- Nova Olinda
- Santana do Cariri

Centro Sul/ Vale do Salgado
- Icó
- Iguatu
- Orós

Chapada da Ibiapaba
- Carnaubal
- Guaraciaba do Norte
- Ibiapina
- Ipu
- São Benedito
- Tianguá
- Ubajara
- Viçosa do Ceará

Fortaleza
- Aquiraz
- Caucaia
- Fortaleza

Litoral Extremo Oeste
- Acaraú
- Barroquinha
- Jericoacoara do Ubajara
- Jijipapo dos Vieiras
- Sítio Novo

Região dos Cocais
- Aldeias Altas
- Caxias
- Codó
- Coelho Neto
- Pedreiras
- Timon

Paraíba

Agreste Paraibano
- Areieiras
- Campina Grande
- Caturité
- Esperança
- Fagundes
- Gado Bravo
- Ingá
- Itatuba
- Juarez Távora
- Lagoa Seca
- Massaranduba
- Mogeiro
- Montadas
- Natuba
- Pocinhos
- Serra Redonda
- Umbuzeiro

Brejo
- Alagoa Grande
- Arara
- Areia

Pernambuco

Águas da Mata Sul
- Palmares
- Quipapá
- São Benedito do Sul

Cangaço e Lampião
- Santa Cruz da Baixa Verde
- São José do Belmonte
- Serra Talhada
- Triunfo

Costa dos Arrecifes
- Barreiros
- Rio Formoso
- São José da Coroa Grande
- Sirinhaém
- Tamandaré

Costa História e Mar
- Cabo de Santo Agostinho
- Ipojuca
- Jaboatão dos Guararapes
- Olinda
- Recife

Costa Náutica Coroa do Avião
- Goiana
- Igarassu
- Ilha de Itamaracá
- Itapissuma
- Paulista

Crença e Arte
- Arcoverde

2016

Regiões Turísticas do Nordeste

Paraíba (PB)
Agreste
Campina Grande
Esperança
Ingá

Brejo
Alagoa Grande
Alagoa Nova
Areia
Bananeiras
Belém
Dona Inês
Guarabira
Lagoa de Dentro
Mattinhas
Pilões
Remígio
Serraria
Solânea

Cariri
Boqueirão
Cabaceiras
Salgadinho

Costa das Piscinas
Bayeux
Cabedelo
Conde
João Pessoa
Pitimbu

Rota Aventuras nas Serras
Araruna
Curté
Nova Floresta

Trilhas dos Potiguaras
Baía da Traição
Lucena
Marcação
Mataraca
Rio Tinto
Santa Rita

Vale dos Dinossauros
Aparecida
Poço de José de Moura
Pombal
Santa Helena
Sousa
Triunfo
Uiraúna
Vieirópolis

Vale dos Sertões
Juru
Maturéia
Patos
São Mamede

Pernambuco (PE)
Águas da Mata Sul
Palmares
Quipapá
São Benedito do Sul

Águas e Vinhos do Vale do São Francisco
Lagoa Grande
Orocó
Petrolina
Santa Maria da Boa Vista

Cangaço e Lampião
Santa Cruz da Baixa Verde
São José do Belmonte
Serra Talhada
Triunfo

Costa Náutica Coroa do Avião
Goiana
Igarassu
Ilha de Itamaracá
Paulista

Encantos do Agreste
Agrestina
Cupira
Lagoa dos Gatos
Panelas

Encostas da Chapada do Araripe
Araripina
Bodocó
Exu

Engenhos e Maracatus
Itambé
Lagoa do Carro
Nazaré da Mata
Paudalho
São Lourenço da Mata

Fé e Arte
Arcoverde
Belo Jardim
Bom Conselho
Garanhuns
Ibimirim
Pesqueira
Sanharó

História e Mar
Cabo de Santo Agostinho
Fernando de Noronha
Ipojuca
Jaboatão dos Guararapes
Olinda
Recife

Histórica, dos Arrecifes e Manguezais
Rio Formoso
Sirinhaém
Tamandaré

Ilhas e Lagos do São Francisco
Belém do São Francisco
Petrolândia

Moda e Ecoturismo
Santa Cruz do Capibaribe
Taquaritinga do Norte

Serras e Artes de Pernambuco
Bezerros
Bonito
Brejo da Madre de Deus
Caruaru
Gravatá
Vitória de Santo Antão

Teares, Bordados e Raízes Musicais
Bom Jardim
Limoeiro
Passira
Timbaúba

Piauí (PI)
Polo Aventura e Mistério
Buriti dos Montes
Castelo do Piauí
Juazeiro do Piauí
Pedro II
Piracuruca
São João da Fronteira

Polo Costa do Delta
Buriti dos Lopes
Cajueiro da Praia
Ilha Grande
Luís Correia
Parnaíba

Polo das Águas
Barras
Batalha
Caxingó
Esperantina

Polo das Nascentes
Bom Jesus
Corrente

Polo das Origens
Caracol
Coronel José Dias
João Costa
São João do Piauí
São Raimundo Nonato

Polo Histórico Cultural
Amarante
Floriano
Ipiranga do Piauí
Jerumenha
Oeiras
Picos
Regeneração
Valença do Piauí

Polo Teresina
Campo Maior
José de Freitas
Santa Cruz dos Milagres
Teresina
União

Rio Grande do Norte (RN)
Polo Agreste/Trairi
Coronel Ezequiel
Jaçanã
Montanhas
Monte das Gameleiras
Nova Cruz
Passa e Fica
Santa Cruz
São José do Campestre
Serra de São Bento
Sítio Novo
Tangará

Polo Costa Branca
Areia Branca
Galinhos
Grossos
Guamaré
Macau
Mossoró
Porto do Mangue
São Rafael
Serra do Mel
Tibau

Polo Costa das Dunas
Baía Formosa
Canguaretama
Ceará-Mirim
Extremoz
Macaíba
Maxaranguape
Natal
Nísia Floresta
Parnamirim
Pedra Grande
Rio do Fogo
São Gonçalo do Amarante
São José de Mipibu
São Miguel do Gostoso
Senador Georgino Avelino
Tibau do Sul
Touros

Polo Seridó
Acari
Caicó
Carnaúba dos Dantas
Cerro Corá
Currais Novos
Florânia
Lagoa Nova
Parelhas
Santana do Matos

Polo Serrano
Alexandria
Apodi
Caraúbas
Doutor Severiano
Frutuoso Gomes
José da Penha
Lucrécia
Luís Gomes
Major Sales
Martins
Patu
Pau dos Ferros
Portalegre
Riacho da Cruz
São Miguel
Serrinha dos Pintos
Venha-Ver
Viçosa

Sergipe (SE)
Polo Costa dos Coqueirais
Aracaju
Barra dos Coqueiros
Brejo Grande
Estância
Indiaroba
Itaporanga d'Ajuda
Laranjeiras
Nossa Senhora do Socorro
Pacatuba
Pirambu
Santa Luzia do Itanhy
Santo Amaro das Brotas
São Cristóvão

Polo das Serras Sergipanas
Areia Branca
Carira
Itabaiana
Macambira
São Domingos

Polo do Velho Chico
Canindé de São Francisco
Ilha das Flores
Itabi
Neópolis
Nossa Senhora da Glória
Propriá
Santana do São Francisco
Telha

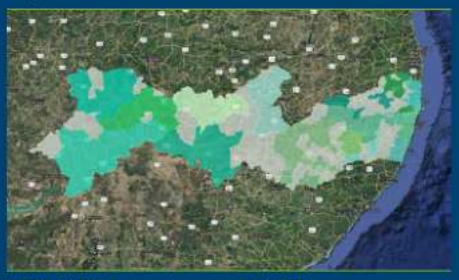
Polo dos Tabuleiros
Carmópolis
Divina Pastora
Japaratuba
Maruim
Nossa Senhora das Dores

Polo Sertão das Águas
Itabaianinha
Lagarto
Simão Dias
Tobias Barreto
Tomar do Geru
Umbaúba

18 Mapa Turismo Brasileiro 2016 19

2017

REGIONALIZAÇÃO - MACROREGIÃO NORDESTE
PERNAMBUCO



62

INTERLOCUTOR
Caroline Marques
(81) 3182-8114 / 8230
caroline.marques@empetur.pe.gov.br

SUPLENTE
Gilvandro da Cunha Marinho Júnior
(81) 3182-8248
gilmarinho@empetur.pe.gov.br

REGIÕES TURÍSTICAS

ÁGUAS DA MATA SUL
- Cortês - Categoria D
- Palmares - Categoria D
- Quipapá - Categoria D
- São Benedito do Sul - Categoria D

ÁGUAS E VINHOS DO VALE DO SÃO FRANCISCO
- Cabrobó - Categoria D
- Dormentes - Categoria D
- Lagoa Grande - Categoria D
- Orocó - Categoria D
- Petrolina - Categoria B
- Santa Maria da Boa Vista - Categoria D

CANGAÇO E LAMPIÃO
- Calumbi - Categoria D
- Flores - Categoria D
- Santa Cruz da Baixa Verde - Categoria E
- São José do Belmonte - Categoria D
- Serra Talhada - Categoria C
- Triunfo - Categoria D

CHAPADA DO ARARIPE
- Araripina - Categoria D
- Bodocó - Categoria D
- Exu - Categoria D
- Granito - Categoria E
- Ouricuri - Categoria C

COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO
- Abreu e Lima - Categoria D
- Goiana - Categoria C
- Igarassu - Categoria D
- Ilha de Itamaracá - Categoria C
- Itapissuma - Categoria D
- Paulista - Categoria C

DA SANFONA, DO ABOIO E DO COURO
- Parnamirim - Categoria D
- Salgueiro - Categoria C
- Serrita - Categoria D
- Verdejante - Categoria E

ENCANTOS DO AGRESTE
- Agrestina - Categoria D
- Altinho - Categoria D
- Cupira - Categoria D
- Lagoa dos Gatos - Categoria D
- Panelas - Categoria D
- São Joaquim do Monte - Categoria D

ENGENHOS E MARACATUS
- Aliança - Categoria D
- Camaragibe - Categoria D
- Itambé - Categoria D
- Lagoa do Carro - Categoria D
- Nazaré da Mata - Categoria D

63

2019

POLO SÃO LUÍS
Alcântara - Categoria - D
Raposa - Categoria - D
São José de Ribamar - Categoria - C
São Luís - Categoria - A

POLO SERRAS GUAJAJARA, TIMBIRA E KANELA
Barra do Corda - Categoria - C
Grajaú - Categoria - C

PARAÍBA - PB

AGRESTE
Campina Grande - Categoria - B
Fagundes - Categoria - E
Queimadas - Categoria - D

BREJO
Alagoa Grande - Categoria - D
Alagoa Nova - Categoria - D
Alagoinha - Categoria - D
Areia - Categoria - D
Bananeiras - Categoria - D
Belém - Categoria - D
Borborema - Categoria - D
Dona Inês - Categoria - D
Duas Estradas - Categoria - D
Lagoa de Dentro - Categoria - D
Matinhas - Categoria - E
Pilões - Categoria - D
Pirpirituba - Categoria - D
Remígio - Categoria - D
Serra da Raiz - Categoria - E
Serraria - Categoria - D
Solânea - Categoria - D

CARIRI
Boqueirão - Categoria - D
Cabaceiras - Categoria - D
Caraúbas - Categoria - E
Gurjão - Categoria - D
Monteiro - Categoria - D
Taperoá - Categoria - D

ROTA SANHAUÁ
Bayeux - Categoria - D
Cabedelo - Categoria - D
João Pessoa - Categoria - A
Lucena - Categoria - D
Santa Rita - Categoria - D

SERIDÓ E CURIMATAÚ
Araruna - Categoria - D
Picuí - Categoria - D

TRILHAS DOS POTIGUARAS
Baía da Traição - Categoria - D
Mamanguape - Categoria - E
Matarraca - Categoria - D
Rio Tinto - Categoria - D

TRILHAS DOS TABAJARAS
Cacaporã - Categoria - C
Conde - Categoria - B
Pitimbu - Categoria - D

VALE DO MAMANGUAPE
Itapororoca - Categoria - D
Jacaraú - Categoria - D
Mamanguape - Categoria - D

VALE DO PARAÍBA
Guarabira - Categoria - D
Ingá - Categoria - D
Itabaiana - Categoria - D
Itatuba - Categoria - D
Juripiranga - Categoria - D
Mogeiro - Categoria - D
Natuba - Categoria - E
Pilar - Categoria - D
Salgado de São Félix - Categoria - E
Umbuzeiro - Categoria - D

VALE DOS DINOSSAUROS
Cajazeiras - Categoria - C
Monte Horebe - Categoria - E
Poço de José de Moura - Categoria - E
São João do Rio do Peixe - Categoria - D
Sousa - Categoria - C
Uiraúna - Categoria - D

VALE DOS SERTÕES
Água Branca - Categoria - D
Ibiara - Categoria - E
Maturéia - Categoria - D
Pedra Branca - Categoria - E
Pombal - Categoria - C
Princesa Isabel - Categoria - D
Santa Luzia - Categoria - D
Santa na dos Garrotes - Categoria - E
São Bento - Categoria - D

PERNAMBUCO - PE

ÁGUAS DA MATA SUL
Quipapá - Categoria - D
São Benedito do Sul - Categoria - D

ÁGUAS E VINHOS DO VALE DO SÃO FRANCISCO
Cabrobó - Categoria - D
Dormentes - Categoria - D
Lagoa Grande - Categoria - D
Orocó - Categoria - D
Petrolina - Categoria - B
Santa Maria da Boa Vista - Categoria - D

CANGAÇO E LAMPIÃO
Flores - Categoria - D
São José do Belmonte - Categoria - D
Serra Talhada - Categoria - B
Triunfo - Categoria - C

COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO
Abreu e Lima - Categoria - D
Goiana - Categoria - C
Igarassu - Categoria - D
Ilha de Itamaracá - Categoria - C
Itapissuma - Categoria - E
Paulista - Categoria - C

ENCANTOS DO AGRESTE
Agrestina - Categoria - D
Altinho - Categoria - D
Cupira - Categoria - D
Panelas - Categoria - D
São Joaquim do Monte - Categoria - D

ENGENHOS E MARACATUS
Aliança - Categoria - D
Camaragibe - Categoria - D
Lagoa do Carro - Categoria - D
Nazaré da Mata - Categoria - D
Paudalho - Categoria - D
São Lourenço da Mata - Categoria - D
Timbaúba - Categoria - D
Tracunhaém - Categoria - D
Vitória - Categoria - D

FÉ E ARTE
Águas Belas - Categoria - D
Arcoverde - Categoria - B
Belo Jardim - Categoria - C
Bom Conselho - Categoria - D
Buíque - Categoria - D
Ibimirim - Categoria - D
Paranatama - Categoria - E
Pedra - Categoria - D
Pesqueira - Categoria - C

HISTÓRIA E MAR
Cabo de Santo Agostinho - Categoria - B
Fernando de Noronha - Categoria - B
Ipojuca - Categoria - A
Jaboatão dos Guararapes - Categoria - B
Olinda - Categoria - B
Recife - Categoria - A

HISTÓRICA, DOS ARRECIFES E MANGUEZAIS
Barreiros - Categoria - D
Rio Formoso - Categoria - D
São José da Coroa Grande - Categoria - B
Sirinhaém - Categoria - D
Tamandaré - Categoria - B

ILHAS E LAGOS DO SÃO FRANCISCO
Belém do São Francisco - Categoria - D
Floresta - Categoria - D
Itacuruba - Categoria - E
Jatobá - Categoria - E
Petrolândia - Categoria - D
Tacaratu - Categoria - D

2022

MTur - Ministério do Turismo
Regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro

Parâmetros da consulta: NORDESTE / Pernambuco, COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO

Resumo da Seleção

Nº de Macrorregiões	Nº de UF	Nº de Municípios	Nº de Regiões Turísticas
1	1	6	1

UF	Município	Região Turística	Categoria
PE	Goiana	COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO	C
PE	Igarassu	COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO	D
PE	Ilha de Itamaracá	COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO	C
PE	Itapissuma	COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO	E
PE	Olinda	COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO	B
PE	Paulista	COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO	C

2023

MTur - Ministério do Turismo
Regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro

Parâmetros da consulta: NORDESTE / Pernambuco, COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO

Resumo da Seleção

Nº de Macrorregiões	Nº de Uf	Nº de Municípios	Nº de Regiões Turísticas
1	1	6	1

UF	Município	Região Turística	Categoria
PE	Goiana	COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO	C
PE	Igarassu	COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO	D
PE	Ilha de Itamaracá	COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO	C
PE	Itapissuma	COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO	E
PE	Olinda	COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO	B
PE	Paulista	COSTA NÁUTICA COROA DO AVIÃO	C